



Vale por Todos, Vale por Si

PLANO ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO INTERMUNICIPAL

Dezembro 2014



UNIÃO EUROPEIA
Fundo Europeu de
Desenvolvimento Regional

Plano Estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal



Vale por Todos, Vale por Si

Plano Estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal do Tâmega e Sousa

Relatório Final

Dezembro 2014



CATÓLICA PORTO
FACULDADE DE ECONOMIA E GESTÃO

CENTRO DE ESTUDOS DE GESTÃO
E ECONOMIA APLICADA – CEGEA

Autores

Alberto de Castro (coordenador)

Diretor do CEGEA. Professor Catedrático Convidado da FEG. Membro do Conselho de Supervisão da EDP, presidente do Conselho Fiscal da Mota-Engil e da Unicer.

Vasco Rodrigues

Diretor Executivo do CEGEA. Professor Associado da FEG onde investiga e leciona nos domínios da Economia Industrial, Política de Concorrência e Análise Económica do Direito.

Ana Vilaverde

Consultora Externa da Strategy XXI. Geóloga com especialidade em Recursos e Planeamento.

Filipe Gonçalves

Partner da Strategy XXI. Engenheiro Civil. Especialista em Planeamento e Desenvolvimento Urbano.

José Marques da Silva

Managing Partner da Strategy XXI. Economista. Especialista em Competitividade Territorial, Estratégia e Internacionalização.

José Miguel Silva

Consultor externo da Strategy XXI. Economista. Especialista em Desenvolvimento Regional e Rural.

Leonor Sopas

Professora Auxiliar Convidada na FEG e colaboradora do CEGEA. Especialista em Internacionalização e Estratégia Empresarial.

Mário Pedro Ferreira

Professor Auxiliar na FEG. Colaborador do CEGEA.

Miguel Sottomayor

Doutor em Economia Agrária e Alimentar. Professor Auxiliar na Faculdade de Economia e Gestão e colaborador habitual do CEGEA.

Sérgio Costa

Diretor Executivo da Simbiente. Engenheiro do Ambiente. Especialista em Ambiente.

ÍNDICE

NOTA DE ABERTURA	XIX
0. INTRODUÇÃO	1
0.1. O DESAFIO	1
0.2. METODOLOGIA	2
1. O TERRITÓRIO	9
1.1. ENQUADRAMENTO GEOGRÁFICO E SISTEMA URBANO.....	9
1.1.1. <i>Caracterização sintética dos concelhos da comunidade intermunicipal e do seu sistema urbano</i>	10
1.1.2. <i>Sistema urbano</i>	13
1.1.3. <i>Inserção regional</i>	14
1.2. ACESSIBILIDADE, MOBILIDADE E TRANSPORTES.....	15
1.3. AMBIENTE E ENERGIA	16
1.3.1. <i>Recursos hídricos</i>	16
1.3.2. <i>Resíduos</i>	22
1.3.3. <i>Solo e biodiversidade</i>	27
1.3.4. <i>Energia</i>	34
2. AS PESSOAS.....	39
2.1. DEMOGRAFIA.....	39
2.2. EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO.....	46
2.3. MERCADO DE TRABALHO	52
2.3.1. <i>Emprego</i>	53
2.3.2. <i>Desemprego</i>	58
2.4. QUALIDADE DE VIDA	60
2.4.1. <i>Condições económicas</i>	60
2.4.2. <i>Esperança média de vida e saúde</i>	62
2.4.3. <i>Habitação</i>	64
2.4.4. <i>Criminalidade</i>	65
2.4.5. <i>Qualidade ambiental</i>	66
2.4.6. <i>Consumo cultural</i>	67
3. AS ATIVIDADES ECONÓMICAS.....	69
3.1. ATIVIDADES AGRORURAIS	69
3.1.1. <i>Ocupação agroflorestal do território</i>	69
3.1.2. <i>As explorações agrícolas</i>	71
3.1.3. <i>Os agricultores</i>	75
3.1.4. <i>O trabalho agrícola</i>	78
3.1.5. <i>Estrutura da produção</i>	80
3.1.6. <i>Organizações agrícolas</i>	84
3.1.7. <i>Importância económica</i>	84
3.2. INDÚSTRIA	85
3.2.1. <i>Situação atual</i>	86
3.2.2. <i>Dinâmica recente (2007-2011/12)</i>	96
3.3. SERVIÇOS.....	102

3.4.	TURISMO.....	108
3.4.1.	<i>Oferta turística</i>	109
3.4.2.	<i>Procura turística</i>	113
3.4.3.	<i>Potencial turístico no Tâmega e Sousa</i>	116
3.5.	ANEXOS.....	119
4.	INSTITUIÇÕES E GOVERNAÇÃO	125
4.1.	GESTÃO E FINANÇAS PÚBLICAS	125
4.2.	MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA	127
4.3.	CULTURA E PATRIMÓNIO	128
4.4.	CIÊNCIA E TECNOLOGIA	132
4.5.	INCLUSÃO SOCIAL	135
4.5.1.	<i>Principais meios de vida da população</i>	136
4.5.2.	<i>Idosos e saúde mental</i>	137
4.5.3.	<i>Infância e juventude</i>	138
4.5.4.	<i>Pessoas portadoras de deficiência</i>	140
4.5.5.	<i>Outras problemáticas sociais</i>	141
5.	DIAGNÓSTICO	147
5.1.	LINHAS DE FORÇA DO DIAGNÓSTICO	147
5.1.1.	<i>Uma comunidade heterogénea e com uma identidade pouco vincada</i>	147
5.1.2.	<i>Localização e acessibilidades: vantagens e inconvenientes da proximidade</i>	149
5.1.3.	<i>Uma população jovem mas a perder dinâmica</i>	150
5.1.4.	<i>Défice de qualificações</i>	150
5.1.5.	<i>Vitalidade industrial heterogeneamente distribuída</i>	151
5.1.6.	<i>A relevância da agricultura e floresta</i>	153
5.1.7.	<i>Ambiente: mais-valias e problemas</i>	153
5.1.8.	<i>Um potencial turístico subaproveitado</i>	154
5.1.9.	<i>Carências no mercado de trabalho e inclusão social</i>	155
5.1.10.	<i>Fragilidades do tecido institucional</i>	156
5.2.	UMA SWOT SINTÉTICA	158
6.	A ESTRATÉGIA	159
6.1.	VISÃO	159
6.2.	DOMÍNIOS ESTRATÉGICOS DE INTERVENÇÃO.....	161
6.2.1.	<i>DEI.1 - Modernizar e reorganizar a governação do território</i>	163
6.2.2.	<i>DEI.2 - Defender a qualidade ambiental no Tâmega e Sousa, preservando o seu património natural e reforçando a cobertura dos serviços ambientais</i>	164
6.2.3.	<i>DEI.3 - Incentivar a inovação e a competitividade na economia do Tâmega e Sousa</i> 165	
6.2.4.	<i>DEI.4 - Promover o potencial turístico e cultural do Tâmega e Sousa, no contexto do Norte de Portugal, apostando no marketing territorial e na dinamização da oferta</i>	166
6.2.5.	<i>DEI.5 - Fortalecer a mobilidade inter e intra-municipal, ao serviço da coesão, da inclusão e da competitividade do Tâmega e Sousa</i>	167
6.2.6.	<i>DEI.6 - Reforçar a inclusão social, a qualidade de vida e a coesão territorial</i>	167
7.	PLANO DE AÇÃO	169
7.1.	DEI.1 - MODERNIZAR E REORGANIZAR A GOVERNAÇÃO DO TERRITÓRIO	169
7.1.1.	<i>Exploração do potencial da intermunicipalidade</i>	169
7.1.2.	<i>Modernização e capacitação da administração municipal</i>	171

7.2.	DEI.2 - DEFENDER A QUALIDADE AMBIENTAL NO TÂMEGA E SOUSA, PRESERVANDO O SEU PATRIMÓNIO NATURAL E REFORÇANDO A COBERTURA DOS SERVIÇOS AMBIENTAIS	173
7.2.1.	<i>Ações enquadradoras</i>	173
7.2.2.	<i>Serviços ambientais</i>	173
7.2.3.	<i>Eficiência energética</i>	175
7.2.4.	<i>Valorização e recuperação de espaços naturais</i>	176
7.2.5.	<i>Proteção civil</i>	177
7.3.	DEI.3 - INCENTIVAR A INOVAÇÃO E A COMPETITIVIDADE NA ECONOMIA DO TÂMEGA E SOUSA.....	179
7.3.1.	<i>Coordenação e dinamização estratégica</i>	179
7.3.2.	<i>Promoção da economia do conhecimento e da inovação</i>	180
7.3.3.	<i>Localização empresarial</i>	181
7.3.4.	<i>Facilitação da atividade empresarial e estímulo ao empreendedorismo</i>	182
7.3.5.	<i>Valorização da economia agroflorestal.....</i>	183
7.4.	DEI.4 - PROMOVER O POTENCIAL TURÍSTICO E CULTURAL DO TÂMEGA E SOUSA, NO CONTEXTO DO NORTE DE PORTUGAL, APOSTANDO NO MARKETING TERRITORIAL E NA DINAMIZAÇÃO DA OFERTA.....	184
7.4.1.	<i>Promoção</i>	184
7.4.2.	<i>Estruturação da oferta e valorização do património natural e cultural.....</i>	185
7.4.3.	<i>Formação e capacitação dos agentes turísticos</i>	188
7.5.	DEI.5 - FORTALECER A MOBILIDADE INTER E INTRA-MUNICIPAL, AO SERVIÇO DA COESÃO, DA INCLUSÃO E DA COMPETITIVIDADE	189
7.5.1.	<i>Coordenação e dinamização estratégica</i>	189
7.5.2.	<i>Infraestruturas da mobilidade intra e intermunicipal do Tâmega e Sousa.....</i>	189
7.5.3.	<i>Oferta de transportes.....</i>	191
7.6.	DEI.6 - REFORÇAR A INCLUSÃO SOCIAL, A QUALIDADE DE VIDA E A COESÃO TERRITORIAL	193
7.6.1.	<i>Promoção do emprego, do autoemprego e do microempreendedorismo</i>	193
7.6.2.	<i>Ação social.....</i>	194
7.6.3.	<i>Educação e desporto.....</i>	195
7.6.4.	<i>Qualificação do espaço público</i>	197
7.6.5.	<i>Outras iniciativas.....</i>	198
8.	MODELO DE GOVERNAÇÃO E INDICADORES	199
8.1.	MODELO DE GOVERNAÇÃO	199
8.2.	INDICADORES DE RESULTADO	205
8.2.1.	<i>Um território ambientalmente exemplar</i>	207
8.2.2.	<i>Uma economia dinâmica</i>	207
8.2.3.	<i>Uma comunidade coesa</i>	208

ILUSTRAÇÕES

ILUSTRAÇÃO 1.1 - ENQUADRAMENTO GEOGRÁFICO DA CIM TÂMEGA E SOUSA	9
ILUSTRAÇÃO 1.2 - REDE VIÁRIA DO TÂMEGA E SOUSA	15
ILUSTRAÇÃO 1.3 - CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DAS MASSAS DE ÁGUA SUPERFICIAIS COMPREENDIDAS NOS MUNICÍPIOS DO TÂMEGA E SOUSA	17

ILUSTRAÇÃO 1.4 - CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DAS MASSAS DE ÁGUA SUBTERRÂNEAS COMPREENDIDAS NOS MUNICÍPIOS DO TÂMEGA E SOUSA	18
ILUSTRAÇÃO 1.5 - DISTRIBUIÇÃO DAS ÁREAS COM RISCO DE OCORRÊNCIA DE CHEIAS NOS MUNICÍPIOS DO TÂMEGA E SOUSA	21
ILUSTRAÇÃO 1.6 - USO DO SOLO NOS MUNICÍPIOS DO TÂMEGA E SOUSA.....	28
ILUSTRAÇÃO 1.7 - CAPACIDADE DE USO DO SOLO NOS MUNICÍPIOS DO TÂMEGA E SOUSA.....	29

GRÁFICOS

GRÁFICO 1.1 - REPARTIÇÃO MODAL DAS DESLOCAÇÕES (2001)	16
GRÁFICO 1.2 - NÍVEIS DE ATENDIMENTO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA NOS MUNICÍPIOS DO TÂMEGA E SOUSA	19
GRÁFICO 1.3 - PRODUÇÃO <i>PER CAPITA</i> DE RESÍDUOS URBANOS E PERCENTAGEM RELATIVA À RECOLHA SELETIVA	24
GRÁFICO 1.4 - DESTINO FINAL DOS RESÍDUOS RECOLHIDOS POR VIA INDIFERENCIADA E SELETIVA	24
GRÁFICO 1.5 - VALORIZAÇÃO DE RESÍDUOS URBANOS	25
GRÁFICO 1.6 - RECEITAS E DESPESAS DAS CÂMARAS MUNICIPAIS NA GESTÃO E PROTEÇÃO DO AMBIENTE NOS MUNICÍPIOS DA CIM TÂMEGA E SOUSA – 2010, EM MILHARES DE EUROS ..	33
GRÁFICO 1.7 - CONSUMO DE ELETRICIDADE (%) POR TIPOLOGIA (2011)	35
GRÁFICO 2.1 - TAXA DE VARIAÇÃO DECENAL DA POPULAÇÃO RESIDENTE.....	40
GRÁFICO 2.2 - TAXA DE VARIAÇÃO ANUAL DA POPULAÇÃO RESIDENTE	41
GRÁFICO 2.3 - TAXA BRUTA DE NATALIDADE.....	41
GRÁFICO 2.4 - TAXA DE CRESCIMENTO MIGRATÓRIO	41
GRÁFICO 2.5 - EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE CONCELHIA (1971 = 100)	44
GRÁFICO 2.6 - TAXA ANUAL DE CRESCIMENTO EFETIVO POR MUNICÍPIO (2001-2012)	44
GRÁFICO 2.7 - TAXA ANUAL DE CRESCIMENTO NATURAL POR MUNICÍPIO (2001-2012).....	45
GRÁFICO 2.8 - TAXA ANUAL DE CRESCIMENTO MIGRATÓRIO POR MUNICÍPIO (2001-2012)	45
GRÁFICO 2.9 - PERCENTAGEM DA POPULAÇÃO COM 10 OU MAIS ANOS QUE NÃO SABE LER NEM ESCREVER (2011)	46
GRÁFICO 2.10 - DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE COM 15 OU MAIS ANOS POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE (2011)	47
GRÁFICO 2.11 - PESO RELATIVO DE CADA NÍVEL ESCOLARIDADE NA POPULAÇÃO RESIDENTE NO TÂMEGA E SOUSA FACE A PORTUGAL, POR ESCALÃO ETÁRIO (2011)	48
GRÁFICO 2.12 - ABANDONO ESCOLAR ENTRE OS 10 E OS 15 ANOS	49
GRÁFICO 2.13 - PESO DA INDÚSTRIA TRANSFORMADORA E DA CONSTRUÇÃO CIVIL NO EMPREGO (2011)	55
GRÁFICO 2.14 - POPULAÇÃO EMPREGADA POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE (2011).....	56
GRÁFICO 2.15 - EXTROVERSÃO DO MERCADO DE TRABALHO CONCELHIO (2011)	57
GRÁFICO 2.16 - PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE EMPREGADA A TRABALHAR NO ESTRANGEIRO (2011)	58
GRÁFICO 2.17 - TAXA DE DESEMPREGO POR SEXO (2011).....	59
GRÁFICO 2.18 - TAXA DE DESEMPREGO POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE (2011).....	59
GRÁFICO 2.19 - TAXA DE DESEMPREGO POR ESCALÃO ETÁRIO (2011).....	60
GRÁFICO 3.1 - SUPERFÍCIE AGRÍCOLA UTILIZADA POR TIPO DE EXPLORAÇÃO AGRÍCOLA, SEGUNDO O REGIME JURÍDICO, POR REGIÃO (1999 E 2009).....	73
GRÁFICO 3.2 - SUPERFÍCIE AGRÍCOLA UTILIZADA POR TIPO DE ORIENTAÇÃO TÉCNICO- ECONÓMICA DA EXPLORAÇÃO AGRÍCOLA, POR REGIÃO (1999 E 2009).....	74
GRÁFICO 3.3 - PERCENTAGEM DE DIRIGENTES DAS EXPLORAÇÕES AGRÍCOLAS POR CLASSE ETÁRIA, POR REGIÃO (1999 E 2009)	76
GRÁFICO 3.4 - PRODUTORES AGRÍCOLAS SINGULARES SEGUNDO O NÍVEL DE ESCOLARIZAÇÃO, POR REGIÃO (1999 E 2009).....	77
GRÁFICO 3.5 - REGIME DE OCUPAÇÃO DA MÃO-DE-OBRA AGRÍCOLA, POR REGIÃO (1999 E 2009)	78
GRÁFICO 3.6 - POPULAÇÃO AGRÍCOLA FAMILIAR POR CLASSE ETÁRIA, POR REGIÃO (2009)	79
GRÁFICO 3.7 - POPULAÇÃO AGRÍCOLA FAMILIAR POR NÍVEL DE ESCOLARIZAÇÃO, POR REGIÃO (2009)	80

GRÁFICO 3.8 - EXPLORAÇÕES AGRÍCOLAS DA CIM DO TÂMEGA E SOUSA COM CULTURAS TEMPORÁRIAS, POR TIPO DE CULTURA TEMPORÁRIA (1999, 2009).....	80
GRÁFICO 3.9 - EXPLORAÇÕES AGRÍCOLAS DA CIM DO TÂMEGA E SOUSA COM CULTURAS PERMANENTES, POR TIPO DE CULTURA PERMANENTE (1999, 2009).....	81
GRÁFICO 3.10 - EXPLORAÇÕES AGRÍCOLAS DA CIM DO TÂMEGA E SOUSA COM PRODUÇÃO PECUÁRIA, POR ESPÉCIE PECUÁRIA (1999, 2009).....	82
GRÁFICO 3.11 - ÁREA ARDIDA ANUAL DE POVOAMENTOS FLORESTAIS NO TÂMEGA E SOUSA (2001- 2010).....	83
GRÁFICO 3.12 - IMPORTÂNCIA DA INDÚSTRIA NO TOTAL DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS DOS CONCELHOS DO TÂMEGA E SOUSA (2011)	86
GRÁFICO 3.13 - IMPORTÂNCIA DE CADA CONCELHO NO TOTAL DA INDÚSTRIA TRANSFORMADORA DO TÂMEGA E SOUSA (2011)	88
GRÁFICO 3.14 - IMPORTÂNCIA DE CADA CONCELHO NO COMÉRCIO INTERNACIONAL DO TÂMEGA E SOUSA (2012)	91
GRÁFICO 3.15 - ESTRUTURA DO PESSOAL AO SERVIÇO E DO VAB INDUSTRIAL DO TÂMEGA E SOUSA, NORTE E PORTUGAL (2011)	92
GRÁFICO 3.16 - PESSOAL AO SERVIÇO POR EMPRESA NO TÂMEGA E SOUSA, NORTE E PORTUGAL (2011)	94
GRÁFICO 3.17 - PESO DOS CONCELHOS NO VAB DAS PRINCIPAIS INDÚSTRIAS DO TÂMEGA E SOUSA (2011)	95
GRÁFICO 3.18 - EVOLUÇÃO DO PESSOAL AO SERVIÇO, VOLUME DE NEGÓCIOS, E VAB NA INDÚSTRIA DO TÂMEGA E SOUSA (2007 = 100).....	97
GRÁFICO 3.19 - EVOLUÇÃO DO VAB DAS PRINCIPAIS INDÚSTRIAS DO TÂMEGA E SOUSA	97
GRÁFICO 3.20 - EVOLUÇÃO DAS EMPRESAS, VOLUME DE NEGÓCIOS, VAB E PESSOAL AO SERVIÇO NAS EMPRESAS INDUSTRIAIS POR CONCELHO (2007 A 2011)	98
GRÁFICO 3.21 - EVOLUÇÃO DAS EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES DO TÂMEGA E SOUSA E DA TAXA DE COBERTURA DO TÂMEGA E SOUSA, NORTE E PORTUGAL.....	98
GRÁFICO 3.22 - EVOLUÇÃO DAS EXPORTAÇÕES POR MUNICÍPIO (2007-2011).....	99
GRÁFICO 3.23 - IMPORTÂNCIA DOS SERVIÇOS NOS CONCELHOS DO TÂMEGA E SOUSA (2011) ..	103
GRÁFICO 3.24 - IMPORTÂNCIA DE CADA CONCELHO NOS SERVIÇOS DO TÂMEGA E SOUSA (2011)	104
GRÁFICO 3.25 - IMPORTÂNCIA DOS PRINCIPAIS SERVIÇOS NO TOTAL DO SETOR NO TÂMEGA E SOUSA (2011)	104
GRÁFICO 3.26 - EVOLUÇÃO DO PESSOAL AO SERVIÇO, VOLUME DE NEGÓCIOS E VAB NOS SERVIÇOS DO TÂMEGA E SOUSA (2007 = 100)	105
GRÁFICO 3.27 - EVOLUÇÃO DAS EMPRESAS, VOLUME DE NEGÓCIOS, VAB E PESSOAL AO SERVIÇO NAS EMPRESAS DE SERVIÇOS POR CONCELHO (2007 A 2011)	106
GRÁFICO 3.28 - ESTABELECIMENTOS E CAPACIDADE DE ALOJAMENTO NO TÂMEGA E SOUSA (2009 A 2012)	110
GRÁFICO 3.29 - ESTABELECIMENTOS E CAPACIDADE DE ALOJAMENTO POR MUNICÍPIO (2009 A 2012).....	110
GRÁFICO 3.30 – DORMIDAS (N.º) E HÓSPEDES (N.º) NOS ESTABELECIMENTOS HOTELEIROS DO TÂMEGA E SOUSA+ (2009 A 2012)	114
GRÁFICO 3.31 - DORMIDAS E HÓSPEDES NOS ESTABELECIMENTOS HOTELEIROS POR MUNICÍPIO (2009 A 2012)	114
GRÁFICO 4.1 - PATRIMÓNIO CULTURAL CLASSIFICADO NO TÂMEGA E SOUSA	128
GRÁFICO 4.2 - DESPESAS MUNICIPAIS EM CULTURA E DESPORTO POR HABITANTE (2012) (€) ...	129
GRÁFICO 4.3 - DESPESAS EM CULTURA E DESPORTO NO TOTAL DAS DESPESAS MUNICIPAIS (2012) (%).....	129

GRÁFICO 4.4 - DESPESA EM INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO POR SETOR DE EXECUÇÃO E POR FONTE DE FINANCIAMENTO (2011).....	133
GRÁFICO 4.5 - DESPESA EM INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO A PREÇOS CORRENTES, SEGUNDO A ÁREA CIENTÍFICA OU TECNOLÓGICA (2011)	133
GRÁFICO 4.6 - EVOLUÇÃO DA INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO NA NUT TÂMEGA (2007 - 2011)	134

TABELAS

TABELA 1.1 - NÍVEIS DE ATENDIMENTO DOS SISTEMAS DE ÁGUAS RESIDUAIS NOS MUNICÍPIOS DO TÂMEGA E SOUSA	20
TABELA 1.2 - PRINCIPAIS POTENCIALIDADES E CONSTRANGIMENTOS IDENTIFICADOS NO SETOR DOS RECURSOS HÍDRICOS DO TÂMEGA E SOUSA	22
TABELA 1.3 - QUADRO SÍNTESE DE ALGUNS INDICADORES-CHAVE RELATIVOS À GESTÃO DE RESÍDUOS URBANOS	26
TABELA 1.4 - PRINCIPAIS POTENCIALIDADES E CONSTRANGIMENTOS IDENTIFICADOS NA GESTÃO DOS RESÍDUOS URBANOS NO TÂMEGA E SOUSA.....	26
TABELA 1.5 - ÁREA ARDIDA ENTRE 2008 E 2012, EM HECTARES E EM % SOBRE A ÁREA TOTAL DOS MUNICÍPIOS DA CIM TÂMEGA E SOUSA E PORTUGAL	30
TABELA 1.6 - PRINCIPAIS POTENCIALIDADES E CONSTRANGIMENTOS PARA O SETOR DO SOLO E BIODIVERSIDADE NO TÂMEGA E SOUSA	33
TABELA 1.7 - TAXA DE VARIAÇÃO DO CONSUMO DE ELETRICIDADE (%) POR TIPO DE CONSUMO (2001-2011).....	36
TABELA 1.8 - UNIDADES DE MICROPRODUÇÃO E MINIPRODUÇÃO LIGADAS À REDE, DISTRIBUIÇÃO POR MUNICÍPIO E TIPOLOGIA	36
TABELA 1.9 - PRINCIPAIS POTENCIALIDADES E CONSTRANGIMENTOS NO DOMÍNIO DA ENERGIA NO TÂMEGA E SOUSA	37
TABELA 2.1 - POPULAÇÃO RESIDENTE (2011).....	40
TABELA 2.2 - INDICADORES DEMOGRÁFICOS POR MUNICÍPIO (2011)	43
TABELA 2.3 - NÍVEIS DE ESCOLARIDADE DOS RESIDENTES COM 15 OU MAIS ANOS DE IDADE, POR MUNICÍPIO (2011)	47
TABELA 2.4 - INDICADORES ESCOLARES, POR MUNICÍPIO (2011/2012).....	50
TABELA 2.5 - MODALIDADES DE EDUCAÇÃO/FORMAÇÃO ORIENTADAS PARA JOVENS, POR MUNICÍPIO: PERCENTAGEM DOS MATRICULADOS EM CADA CICLO DE ENSINO (2011/2012) 51	
TABELA 2.6 - PERCENTAGEM DA POPULAÇÃO COM 15 ANOS OU MAIS MATRICULADA EM MODALIDADES DE EDUCAÇÃO/FORMAÇÃO ORIENTADAS PARA ADULTAS/OS, POR MUNICÍPIO (2011/2012)	52
TABELA 2.7 - EMPREGO E DESEMPREGO (2011).....	53
TABELA 2.8 - ESTRUTURA SECTORIAL (CAE) DO EMPREGO (2011).....	54
TABELA 2.9 - PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO EMPREGADA EM PROFISSÕES SOCIALMENTE MAIS VALORIZADAS (2011).....	56
TABELA 2.10 - INDICADORES DE CONDIÇÕES ECONÓMICAS (2011)	61
TABELA 2.11 - REFORMAS E APOIOS SOCIAIS (2011)	62
TABELA 2.12 - ESPERANÇA MÉDIA DE VIDA (2010-2012)	63
TABELA 2.13 - INDICADORES DE SAÚDE.....	63
TABELA 2.14 - INDICADORES DE HABITAÇÃO (2011).....	64
TABELA 2.15 - INDICADORES DE CRIMINALIDADE (2012)	65

TABELA 2.16 - INDICADORES AMBIENTAIS	66
TABELA 2.17 - INDICADORES DE CONSUMOS CULTURAIS (2011).....	67
TABELA 3.1 - SUPERFÍCIE TERRITORIAL E SUPERFÍCIE TOTAL DAS EXPLORAÇÕES AGRÍCOLAS NO TÂMEGA E SOUSA (1999 E 2009).....	70
TABELA 3.2 - USO DO SOLO NO TÂMEGA E SOUSA (2005).....	70
TABELA 3.3 - TIPOS DE OCUPAÇÃO DA TERRA NA ÁREA TOTAL DAS EXPLORAÇÕES AGRÍCOLAS NO TÂMEGA E SOUSA (1999 E 2009).....	71
TABELA 3.4 - EXPLORAÇÕES AGRÍCOLAS POR CLASSES DE SUPERFÍCIE AGRÍCOLA UTILIZADA (2009)	72
TABELA 3.5 - NÚMERO MÉDIO DE BLOCOS DE SAU POR EXPLORAÇÃO AGRÍCOLA (2009)	72
TABELA 3.6 - SUPERFÍCIE AGRÍCOLA UTILIZADA MÉDIA POR EXPLORAÇÃO AGRÍCOLA, POR CATEGORIA JURÍDICA (1999 E 2009)	73
TABELA 3.7 - SUPERFÍCIE AGRÍCOLA UTILIZADA MÉDIA POR TIPO DE EXPLORAÇÃO AGRÍCOLA SEGUNDO A ORIENTAÇÃO TÉCNICO-ECONÓMICA (1999 E 2009).....	75
TABELA 3.8 - MÃO-DE-OBRA AGRÍCOLA (Nº DE TRABALHADORES), EM 1999 E 2009	78
TABELA 3.9 - EXPLORAÇÕES AGRÍCOLAS DO TÂMEGA E SOUSA POR TIPO DE CULTURA PERMANENTE E POR ÁREA DE CULTURA PERMANENTE (2009)	81
TABELA 3.10 - NÚMERO DE ANIMAIS EM PRODUÇÃO (CN) NAS EXPLORAÇÕES AGRÍCOLAS DO TÂMEGA E SOUSA, POR ESPÉCIE PECUÁRIA (1999 E 2009)	82
TABELA 3.11 - ÁREAS DAS ESPÉCIES FLORESTAIS PLANTADAS NO TÂMEGA E SOUSA (2005).....	83
TABELA 3.12 - PESO DA AGRICULTURA, PRODUÇÃO ANIMAL, CAÇA, FLORESTA E PESCA NA ECONOMIA (2009, 2011)	84
TABELA 3.13 - IMPORTÂNCIA DA INDÚSTRIA NO TÂMEGA E SOUSA, NORTE E PORTUGAL (2011)	85
TABELA 3.14 - INDICADORES DE EMPRESAS INDUSTRIAIS POR MUNICÍPIO (2011).....	87
TABELA 3.15 - EMPRESAS POR ESCALÃO DE PESSOAS AO SERVIÇO E INDICADORES DE CONCENTRAÇÃO (2011)	89
TABELA 3.16 - INDICADORES DE COMÉRCIO INTERNACIONAL POR NUT (2011, 2012)	90
TABELA 3.17 - EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES DE MERCADORIAS POR MUNICÍPIO DE SEDE DOS OPERADORES E TAXA DE COBERTURA DAS IMPORTAÇÕES PELAS EXPORTAÇÕES (2012)	90
TABELA 3.18 - COMÉRCIO INTERNACIONAL DECLARADO DE MERCADORIAS POR MUNICÍPIO DE SEDE DOS OPERADORES E INDICADORES DO COMÉRCIO INTERNACIONAL POR CONCELHOS (2012)	91
TABELA 3.19 - IMPORTÂNCIA DAS PRINCIPAIS INDÚSTRIAS DO TÂMEGA E SOUSA NO NORTE E EM PORTUGAL (2011)	93
TABELA 3.20 - EMPRESAS COM MAIS DE 250 EMPREGADOS NO TÂMEGA E SOUSA (2012)	93
TABELA 3.21 - PROJETOS APROVADOS NA INDÚSTRIA NO TÂMEGA E SOUSA (2008-2013)	100
TABELA 3.22 - IMPORTÂNCIA DOS SERVIÇOS NO TÂMEGA E SOUSA, NORTE E PORTUGAL (2011)	102
TABELA 3.23 - INDICADORES DE EMPRESAS DE SERVIÇOS POR MUNICÍPIO (2011)	103
TABELA 3.24 - PROJETOS APROVADOS NOS SERVIÇOS NO TÂMEGA E SOUSA (2008-2013)	108
TABELA 3.25- ATIVIDADES RELACIONADAS COM O TURISMO NO TÂMEGA E SOUSA (2011).....	109
TABELA 3.26 - OFERTA DE TURISMO NO ESPAÇO RURAL E DE HABITAÇÃO (TERH).....	111
TABELA 3.27 - INDICADORES DE HOTELARIA (2012).....	116
TABELA 3.28 - ESTRUTURA SETORIAL DO PESSOAL AO SERVIÇO NAS EMPRESAS COM SEDE NOS CONCELHOS DO TÂMEGA E SOUSA (2011)	119
TABELA 3.29 - ESTRUTURA SETORIAL DO VAB DAS EMPRESAS COM SEDE NOS CONCELHOS DO TÂMEGA E SOUSA (2011)	120
TABELA 3.30 - ESTRUTURA INDUSTRIAL DO PESSOAL AO SERVIÇO NAS INDÚSTRIAS DOS CONCELHOS DO TÂMEGA E SOUSA (2011)	120

TABELA 3.31 - ESTRUTURA INDUSTRIAL DO VAB NAS INDÚSTRIAS DOS CONCELHOS DO TÂMEGA E SOUSA (2011)	121
TABELA 3.32 - TAXA DE VARIAÇÃO (%) DA INDÚSTRIA E DO TOTAL DE ATIVIDADES NO TÂMEGA E SOUSA, NORTE E PORTUGAL (2007 A 2011)	121
TABELA 3.33 - INDICADORES DEMOGRÁFICOS DAS EMPRESAS POR NUTS III (2010 E 2011)	121
TABELA 3.34 - INCENTIVOS AO INVESTIMENTO INDUSTRIAL NO TÂMEGA E SOUSA ENTRE 2008 E 2013.....	122
TABELA 3.35 - TAXA DE VARIAÇÃO (%) DOS SERVIÇOS E DO TOTAL DE ATIVIDADES NO TÂMEGA E SOUSA, NORTE E PORTUGAL (2007 A 2011).....	123
TABELA 3.36 - INCENTIVOS AO INVESTIMENTO NOS SERVIÇOS NO TÂMEGA E SOUSA ENTRE 2008 E 2013.....	123
TABELA 4.1 - INDICADORES DE ADMINISTRAÇÃO LOCAL POR MUNICÍPIO DO TÂMEGA E SOUSA (2011)	126
TABELA 4.2 - INDICADORES DE INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO (I&D), 2011	132
TABELA 4.3 - DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO COM 15 OU MAIS ANOS DE ACORDO COM O PRINCIPAL MEIO DE VIDA (2011)	136
TABELA 4.4 – ESTRUTURAS RESIDENCIAIS PARA IDOSOS E SERVIÇOS DE APOIO DOMICILIÁRIO .	137
TABELA 4.5 – CRECHES E ATLS	139
TABELA 4.6 - POPULAÇÃO RESIDENTE COM, PELO MENOS, UMA DIFICULDADE (2011).....	140
TABELA 4.7 – EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS DE APOIO A PESSOAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA	141

Nota de abertura

O Tâmega e Sousa tem muito de que se orgulhar. O território de grande beleza e valor ambiental, marcado pelos rios e pelas montanhas. O rico património histórico e cultural. A excelência dos seus produtos tradicionais, da sua gastronomia, dos seus vinhos. O importante contributo que algumas das suas indústrias dão à economia nacional. E as pessoas, sobretudo as pessoas.

Somos uma comunidade com cerca de meio milhão de habitantes e vivemos numa região que tem também dificuldades e carências. Embora muito do que realmente importa não possa ser traduzido em números, as estatísticas atribuem-nos, em diversos domínios, uma das situações menos favoráveis do Norte de Portugal. Não nos podemos conformar. E não o faremos.

Com a constituição da Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa ganhámos a força da união em torno de um objetivo comum – o desenvolvimento equilibrado e sustentado de um território que se impõe pela sua dimensão e diversidade. Enquanto responsáveis políticos dos onze municípios que integram esta C.I.M. cabe-nos fazer o nosso melhor para contrariar as estatísticas. É o que iremos fazer. Porque queremos aproveitar e otimizar as potencialidades da nossa região em favor das populações que representamos. É esse o propósito do Plano Estratégico que aqui apresentamos.

O período de programação dos fundos comunitários que agora se inicia e se estende até 2020 representa uma oportunidade que não pode ser desperdiçada. Até porque as prioridades fundamentais da estratégia Europa 2020, que norteiam a sua aplicação, vão, em grande medida, de encontro às necessidades que sentimos. O Plano Estratégico tem, portanto, a preocupação de criar condições para que os fundos que vão estar disponíveis possam ser mobilizados em prol do desenvolvimento do Tâmega e Sousa. Mas não se pense que tudo se esgota na temática do acesso aos fundos. Não. Este documento propõe um rumo de longo prazo – 2020 é uma etapa importante no rumo que queremos percorrer, mas é apenas isso... Uma etapa.

Todo o processo de construção deste Plano Estratégico traduz a nossa vontade de trabalhar em comum nas soluções que melhor sirvam as populações que representamos. A elaboração de um documento desta natureza foi necessariamente difícil. Numa comunidade tão diversa como o Tâmega e Sousa, se este plano se limitasse ao mínimo denominador comum das iniciativas que reúnem absoluta unanimidade, a muito pouco se reduziria. Se, pelo contrário, acolhesse integralmente todas as pretensões de cada um dos municípios, careceria de coerência e assumiria proporções irrealizáveis. Este trabalho representa um extraordinário exercício de compromisso e solidariedade: sem descurar os seus interesses fundamentais, cada um dos municípios soube ter a abertura necessária para permitir a formulação de uma estratégia coerente que, no seu conjunto, responde de forma equilibrada às preocupações de todos. É necessário, agora, com o mesmo espírito de compromisso e solidariedade, tornar o Plano Estratégico do Tâmega e Sousa uma realidade.

E todos estamos convocados. Nós, os representantes dos onze municípios, que desempenhámos a nossa função na preparação deste documento e estamos muito

empenhados na sua implementação mas também todos os que se interessam pela nossa região. Só assim serão atingidos os objetivos. Pretendemos que o Plano Estratégico seja um elemento polarizador em torno do qual se possam congregiar as empresas, as instituições sociais, culturais e desportivas, a administração pública...

O “mapa” que nos orientará nos caminhos do futuro e do desenvolvimento está pronto! Agora unidos na diversidade, rigorosos e muito determinados, vamos trabalhar. Porque queremos que o Tâmega e Sousa tenha, sempre e cada vez mais, de que se orgulhar.

É pelas pessoas, pelo seu bem-estar e qualidade de vida, que com orgulho apresentamos este Plano Estratégico do Tâmega e Sousa.

Gonçalo Fernando da Rocha de Jesus



Presidente da C.M. de Castelo de Paiva
Presidente do Conselho Intermunicipal

José Inácio Cardoso Ribeiro

Presidente da C.M. de Felgueiras
Vice-presidente do Conselho Intermunicipal

Humberto Fernando Leão Pacheco de Brito

Presidente da C.M. de Paços de Ferreira
Vice-presidente do Conselho Intermunicipal

José Luís Gaspar Jorge

Presidente da C.M. de Amarante

José Luís Pereira Carneiro

Presidente da C.M. de Baião

Joaquim Monteiro da Mota e Silva

Presidente da C.M. de Celorico de Basto

Armando Silva Mourisco

Presidente da C.M. de Cinfães

Pedro Daniel Machado Gomes

Presidente da Câmara Municipal de Lousada

Manuel Maria Moreira

Presidente da C.M. de Marco de Canaveses

Antonino Aurélio Vieira de Sousa

Presidente da C.M. de Penafiel

Manuel Joaquim Garcez Trindade

Presidente da C.M. de Resende

o. Introdução

o.1. O desafio

Desenhar um plano estratégico pode dar mais ou menos trabalho, mas não é difícil. As dificuldades começam a surgir se houver a preocupação de lhe dar realismo, de cuidarmos da sua razoabilidade e viabilidade de concretização. Não confundir desejos com realidade é um bom lema, para começar. Exige-se que olhemos à volta, para o contexto conjuntural e estrutural em que nos propomos atuar. E, sobretudo, que analisemos as nossas forças e fraquezas, competências e recursos, ambição e determinação. Não vale a pena fazer planos mirabolantes se não houver recursos, externos e/ou internos, disponíveis. E, muito menos, se não tivermos a organização e a capacidade de decidir e fazer acontecer. Se não tivermos competências de gestão e governança, se é que uma pode ir sem a outra.

As Comunidades Intermunicipais (CIM) são criações recentes que, em vários casos, têm pouco de espontâneo ou natural. A CIM do Tâmega e Sousa não escapa a essa regra. A justaposição de duas sub-regiões com características tão distintas quanto o Vale do Sousa e o Baixo Tâmega tinha, à primeira vista, tudo para não correr bem. Some-se-lhe um enquadramento em que a administração central pouco, ou nada, fez para se ajustar às alterações de ordenamento territorial que ela própria promovera e temos criado o cenário para uma “tempestade perfeita”. Ou assim parecia.

Confrontados com esta situação e com o desafio/oportunidade de elaborarem um plano estratégico que pudesse promover o seu desenvolvimento, os autarcas da CIM do Tâmega e Sousa resolveram começar pelo princípio. Assumindo-se como uma organização emergente, cedo perceberam que a consolidação progressiva da organização e a definição de grandes princípios e objetivos, a que a governança da região deveria obedecer e promover, seriam os principais reptos que havia que vencer. Tratava-se de construir a confiança recíproca sobre a qual se pudesse ir construindo uma cultura partilhada, feita de solidariedade e almejando a coesão, sem nunca pôr em causa aquilo que era próprio, identitário de cada concelho ou sub-região. Um processo necessariamente moroso, que se vai fazendo à medida que se percorre o caminho, em que o plano estratégico é uma pedra basilar mas que, só quando passar o teste da respetiva execução, se poderá dizer que estará vencido.

Nessa caminhada usou-se de total transparência. Cada concelho pôs sobre a mesa as suas prioridades próprias e a sua visão para a região. Sugeriu iniciativas que considerava poderem ser assumidas pela CIM, quais aquelas em que admitia haver um efeito difusor e qual a sua margem de cedência. O desenvolvimento emergiu, muito naturalmente, como ambição comum. Desenvolvimento, e não apenas crescimento, por ter como preocupação a criação de emprego e a coesão, social e inter-concelhia. Desenvolvimento, e não apenas crescimento, por eleger a sustentabilidade e a dimensão ambiental como fatores críticos de sucesso. Desenvolvimento que aprofunde as vantagens competitivas alcançadas em vários sectores de atividade, que alavanque o futuro no passado e

presente da região, que não tenha a presunção de fazer tábua rasa do conseguido. Desenvolvimento que se articule com as regiões circundantes e faça da complementaridade um fator de crescimento. Desenvolvimento assente na valorização, sistemática e organizada, dos recursos e competências disponíveis na região, mas também num processo de evolução centrado na qualificação dos recursos humanos, desde a base até às capacidades de gestão e iniciativa empresarial. Tudo no quadro de uma visão que faça da CIM do Tâmega e Sousa, em 2030, uma região apelativa, onde se queira viver e trabalhar, com boa qualidade de vida e com um nível de rendimento que a coloque em linha com a média do País. Uma ambição difícil de concretizar, mas não desmedida. Alcançável se a CIM souber superar os desafios de organização e governança que lhe deem a coesão interna, a consistência e a capacidade para persistir e superar eventuais tentações deletérias. Alcançável se a CIM, definidas as prioridades, souber traduzi-las em projetos, com a consciência de que nem os recursos nem as competências são ilimitados, e for capaz de encontrar a disciplina para os executar, no tempo e modo certos.

A elaboração do plano estratégico que aqui se apresenta representa momentos que se esperam fundacionais da dinâmica que atrás se enunciou, um primeiro passo de uma corrida que se sabe longa mas para a qual os autarcas dos concelhos que integram a CIM do Tâmega e Sousa evidenciaram a determinação apenas ao alcance dos vencedores de corridas de fundo. Em 2030, a história os julgará.

0.2. Metodologia

A elaboração deste plano estratégico foi uma iniciativa da Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa, desenvolvida no contexto da preparação para o ciclo de financiamento comunitário 2014-2020, com o apoio do Programa Valorizar.

Para a apoiar na elaboração do plano, a CIM entendeu contratar um consultor externo. O procedimento correspondente decorreu durante o mês de Janeiro de 2014, tendo sido contratado o CEGEA – Centro de Estudos de Gestão e Economia Aplicada da Universidade Católica Portuguesa. Os trabalhos de preparação do plano decorreram entre meados de Janeiro e o início do mês de Maio, quando foi aprovado e formalmente adotado pelo Conselho Intermunicipal. O CEGEA trabalhou em estreita articulação e com o permanente apoio do Secretariado Executivo da CIM.

A elaboração, aprovação e implementação de um plano estratégico numa entidade deste tipo é um processo substancialmente diferente de um plano estratégico empresarial. Numa Comunidade Intermunicipal, não existe a hierarquia que é própria de uma empresa. Estas comunidades são associações de municípios com igual dignidade pelo que a aprovação do plano estratégico deve, tanto quanto possível, obter um amplo assentimento. Nem os mecanismos hierárquicos estão presentes na relação entre a CIM e os outros agentes do território que é necessário mobilizar em prol do desenvolvimento do Tâmega e Sousa. O plano não poderia, portanto, ser um documento prescritivo e fechado que tentasse ditar minuciosamente a cada um o que fazer. A sua função é antes a de abrir espaço à iniciativa dos municípios e das restantes forças vivas do território, garantindo a sua coerência pela adesão a uma visão do futuro amplamente partilhada.

A preparação do Plano iniciou-se formalmente com a reunião do Conselho Intermunicipal de 16 de Janeiro. Nesta reunião, por proposta do consultor, o Conselho

estabeleceu as seguintes linhas de orientação e metodológicas para o trabalho a desenvolver:

- Em primeiro lugar, sendo da iniciativa da Comunidade Intermunicipal, o plano não deveria ser um plano para a CIM. Desde o primeiro momento, o Conselho Intermunicipal entendeu que o plano devia ser para o Tâmega e Sousa, não para a instituição CIM que é apenas um dos agentes relevantes do território. O desenvolvimento do Tâmega e Sousa exige o contributo de todos, não apenas da CIM, nem sequer apenas dos municípios que a integram. Pelo contrário, o plano tenderá a ser tanto mais bem-sucedido quanto maior o envolvimento de outros agentes: da população e das suas coletividades; das empresas e associações empresariais; das instituições de solidariedade social; da administração pública e das suas agências. O que se pretendia era traçar um rumo para o Tâmega e Sousa e definir um conjunto de iniciativas que lhe dessem corpo que fosse suscetível de a todos mobilizar. Neste processo, a CIM via-se como um agente dinamizador, coordenador, facilitador, mas não como o protagonista exclusivo, ou até prioritário, de todas as iniciativas.
- Em segundo lugar, o Conselho Intermunicipal entendeu que o trabalho a desenvolver não devia esquecer esforços anteriores de reflexão estratégica sobre o território: o desenvolvimento territorial é, tendencialmente, um processo lento em que os elementos de continuidade se sobrepõem, quase sempre, às ruturas. Neste sentido, sem prejuízo da necessária análise às alterações entretanto ocorridas, o diagnóstico, a definição da visão e a identificação dos domínios estratégicos de intervenção deveriam ter em conta, nomeadamente, o proposto no Programa Territorial de Desenvolvimento do Tâmega, de 2008.
- Da mesma forma, o Plano Estratégico deveria ter em conta outros trabalhos, recentes ou em curso, de reflexão sobre o Tâmega e Sousa. Entre estes, destacavam-se, pela sua relevância estratégica, dois trabalhos promovidos pela CIM, o Plano de Ação para a Promoção do Empreendedorismo no Tâmega e Sousa e o Plano de Ação para a Promoção da Empregabilidade. O Plano Estratégico deveria procurar criar condições para a concretização dos objetivos da Comunidade do Tâmega e Sousa nessas matérias fundamentais.
- O Conselho Intermunicipal entendeu igualmente que o plano não deveria ser concebido como um mero instrumento de captação de fundos comunitários. Esses fundos são, evidentemente, um instrumento fundamental para a concretização das aspirações da região e é necessário promover a sua plena e eficiente captação e, especialmente, utilização. Mas, os fundos comunitários não eram, não podiam ser, a medida dessas aspirações. O plano estratégico devia adotar uma perspetiva abrangente, identificando as necessidades do Tâmega e Sousa e propondo, de forma responsável, iniciativas convenientes à sua satisfação. A CIM procuraria, em conjunto com todos os que quisessem contribuir para o desenvolvimento da região, as melhores soluções para as implementar, nomeadamente em termos de financiamento, não descurando, mas não se restringindo, aos fundos comunitários.
- Finalmente, o Conselho Intermunicipal entendeu que o plano estratégico devia assumir uma perspetiva de médio/longo prazo. A elaboração de um plano era uma oportunidade privilegiada para refletir sobre o futuro do Tâmega e Sousa. O facto de estar em causa o período de programação 2014-2020 não deveria constranger a reflexão a esses limites temporais: embora o plano de ação a propor

se devesse focar no período 2014-2020, o rumo proposto para a comunidade não se deveria esgotar aí.

A metodologia de trabalho adotada procurou compatibilizar a necessidade de proceder a uma análise aprofundada da informação documental e estatística e a uma auscultação alargada dos agentes mais relevantes para o desenvolvimento territorial com o escasso prazo de 90 dias disponível para a execução de trabalho. Relativamente à informação estatística e documental, a equipa de trabalho foi organizada em grupos dedicados a temas específicos, correspondentes sensivelmente aos quatro capítulos iniciais do plano (território; pessoas; atividades económicas; instituições e governação), que trabalharam em paralelo, sob a orientação do coordenador do projeto. Quanto à auscultação dos agentes do território, destacam-se duas iniciativas fundamentais:

- A 23 de Janeiro a CIM promoveu um *workshop* sobre os desafios colocados pelo desenvolvimento do Tâmega e Sousa com agentes considerados determinantes para a sua concretização. Participaram nesta iniciativa as seguintes entidades:
 - Associação de Municípios do Baixo Tâmega;
 - Associação de Municípios do Vale do Sousa;
 - Rota do Românico;
 - DOLMEN – Desenvolvimento Local e Regional;
 - Agenda de Empregabilidade do Tâmega e Sousa;
 - Observatório do Tâmega e Sousa;
 - Conselho Empresarial do Tâmega e Sousa;
 - APICCAPS – Associação Portuguesa dos Industriais de Calçado, Componentes, Artigos de Pele e Similares;
 - IPP - Instituto Politécnico do Porto;
 - Universidade Católica Portuguesa;
 - Autoridade de Gestão do ON2;
 - Direção Regional de Agricultura;
 - Direção Regional de Economia do Norte;
 - Direção Regional de Educação do Norte;
 - Direção Regional da Cultura do Norte;
 - Agência Portuguesa do Ambiente;
 - IEFP - Instituto do Emprego e da Formação Profissional;
 - IPJ - Instituto Português da Juventude e do Desporto;
 - IAPMEI - Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação;
 - Estradas de Portugal;
 - Norgarante - Sociedade de Garantia Mútua.
- No dia 24 de Janeiro, a equipa de trabalho, dividida em dois grupos, reuniu individualmente com cada das câmaras municipais, em geral representadas pelo seu presidente, nas instalações da CIM; foi previamente distribuída aos entrevistados uma agenda para a reunião que solicitava que se pronunciassem sobre quatro temas: a visão para o Tâmega e Sousa numa perspetiva de longo prazo; caracterização e diagnóstico da situação atual; linha de orientação fundamental para concretizar a visão; domínios de intervenção prioritários até 2020.

Estas duas iniciativas, quer pelo que nelas diretamente se passou, quer pelos elementos que posteriormente os participantes fizeram chegar à equipa de trabalho, permitiram recolher a informação essencial em se baseou o diagnóstico realizado. De salientar que

algumas destas entidades transportaram, elas próprias, para estas iniciativas perspectivas recolhidas junto de uma multiplicidade de interlocutores. Assim, os responsáveis pela Agenda e pelo Plano de Ação no domínio da empregabilidade realizaram um amplo trabalho de auscultação e concertação junto de várias centenas de entidades do Tâmega e Sousa que está vertido nos documentos que prepararam e fizeram chegar à equipa de trabalho. Da mesma forma, o Conselho Empresarial do Tâmega e Sousa, para além de, em si mesmo, ser o porta-voz das associações empresariais dos vários municípios, no âmbito do Plano de Ação para a Promoção do Empreendedorismo realizou um esforço de auscultação dos agentes do território que está refletido no documento que preparou.

Com base no trabalho realizado até então, a 20 de Fevereiro, o Conselho Intermunicipal analisou o Relatório de Trabalho n.º 1 do CEGEA, com uma primeira versão do diagnóstico, bem como propostas quanto à visão e aos domínios estratégicos de intervenção a adotar. Estas propostas mereceram a concordância do Conselho, tendo o CEGEA ficado encarregado de lhes dar o devido desenvolvimento.

Durante o mês e meio seguinte, o CEGEA deu continuidade ao trabalho, finalizando o diagnóstico territorial, desenvolvendo a visão e os domínios estratégicos de intervenção, e iniciando a proposta de plano de ação. Para esse efeito, prosseguiu o diálogo com os agentes da região, tendo tido reuniões presenciais, nomeadamente, com a Agenda de Empregabilidade, com a Agência Português do Ambiente, com a APICCAPS e com o Instituto Politécnico do Porto.

Na sequência deste trabalho, na sua reunião de 10 de Abril, o Conselho Intermunicipal apreciou o Relatório de Trabalho n.º 2, correspondente a uma versão preliminar, para efeitos de análise e discussão, do Plano Estratégico. Durante a semana seguinte, os municípios fizeram chegar à equipa de trabalho comentários e contributos. A versão final do documento foi preparada até 6 de Maio, quando foi formalmente aprovada pelo Conselho Intermunicipal.

PARTE I

Caraterização do Tâmega e Sousa

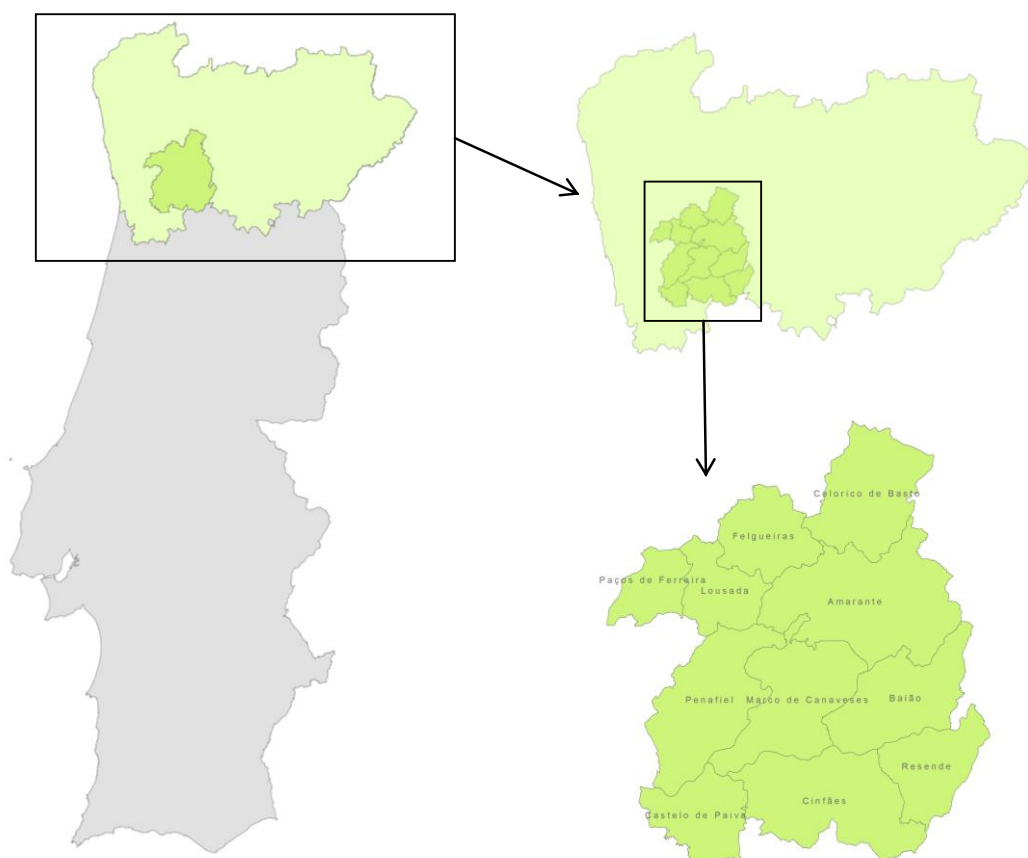
1.O território

Neste primeiro capítulo, caracteriza-se o território do Tâmega e Sousa. Começa-se pelo seu enquadramento geoestratégico, antes de tratar sucessivamente os temas do sistema urbano, das acessibilidades e mobilidade e do ambiente e energia. Termina-se com algumas considerações sobre o contexto regional e urbano do Tâmega e Sousa.

1.1. Enquadramento geográfico e sistema urbano

A Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa é composta pelos municípios de Amarante, Baião, Castelo de Paiva, Celorico de Basto, Cinfães, Felgueiras, Lousada, Marco de Canaveses, Paços de Ferreira, Penafiel e Resende. Esta comunidade é uma das sete entidades intermunicipais em que se encontram organizados os municípios da Região Norte de Portugal, no quadro da Lei n.º 75/2013. Recebe o seu nome dos rios Tâmega e Sousa, em cujas bacias se situam a maioria dos concelhos da comunidade.

Ilustração 1.1 - Enquadramento geográfico da CIM Tâmega e Sousa



O território do Tâmega e Sousa tem uma área de 1 830 km², que corresponde a 8,6% do total da Região Norte. Confronta, a oeste, com a Área Metropolitana do Porto, a norte, com a Comunidade Intermunicipal do Ave, a este, com a do Douro e, a sul, com a de Dão-Lafões, esta já na Região Centro. Em termos da tradicional organização administrativa portuguesa, os concelhos do Tâmega e Sousa repartem-se por quatro distritos: Aveiro, Braga, Porto e Viseu. Em termos de nomenclatura das unidades territoriais para fins estatísticos, tal como vigorou até 2013, o Tâmega e Sousa insere-se, mas não coincide integralmente, na NUT III (sub-região) Tâmega. De facto, esta sub-região incluía também os municípios de Cabeceiras de Basto e Mondim de Basto, integrados na CIM Ave, de Paredes, que passará agora a integrar a Área Metropolitana do Porto, e de Ribeira de Pena, que integra a CIM do Alto Tâmega.

Neste documento, salvo indicação em contrário, utiliza-se a expressão “Tâmega e Sousa” para designar o território dos onze concelhos da comunidade intermunicipal homónima. Dada a não coincidência entre esse território e a NUT III Tâmega, as estatísticas que apresentamos para o Tâmega e Sousa foram, em geral, obtidas por agregação dos valores correspondentes àqueles onze municípios.

O Tâmega e Sousa é um território de transição, entre o litoral de vocação industrial, e o interior, ainda predominantemente rural. Esta transição manifesta-se, de forma muito visível, na heterogeneidade interna da própria comunidade que é profusamente ilustrada ao longo dos capítulos seguintes desta caracterização.

É habitual sintetizar essa heterogeneidade no dualismo entre o Vale do Sousa, por um lado, e o Baixo Tâmega e Douro, por outro. O Vale do Sousa é concebido como uma região fortemente industrializada, muito marcada pela proximidade à Área Metropolitana do Porto, de povoamento disperso e desordenado, onde as instalações industriais convivem com a habitação e com a atividade agrícola remanescente. No Baixo Tâmega e no Douro, pelo contrário, a presença industrial é reduzida, a atividade económica assenta na agricultura, na floresta e nos serviços, o povoamento é mais concentrado e a influência da Área Metropolitana é bastante mais difusa. A realidade é, porém, mais complexa do que este dualismo esquemático.

1.1.1. Caracterização sintética dos concelhos da comunidade intermunicipal e do seu sistema urbano

O concelho de Amarante é o mais extenso do Tâmega e Sousa, com uma área de 301 km², correspondente a 16,5% do território da comunidade. O concelho organiza-se em 26 freguesias ao longo da bacia do Tâmega. Amarante confronta, dentro da comunidade, com os concelhos de Celorico de Basto, Felgueiras, Lousada, Penafiel, Marco de Canaveses e Baião e, já fora dela, com Mondim de Basto e Vila Real. Pertence ao distrito do Porto. Com 56 mil habitantes, é o quarto concelho mais populoso do Tâmega e Sousa, quase em igualdade com o terceiro, Paços de Ferreira. A cidade de Amarante e Vila Meã são os seus principais núcleos urbanos. O relevo é marcado pelas serras do Marão e da Aboboreira. O concelho de Amarante é, ele próprio, caracterizado por um significativo dualismo, com as freguesias da margem direita do Tâmega a serem atraídas pelo dinamismo da Área Metropolitana do Porto enquanto as da margem esquerda tendem a ser marcadas pela interioridade. A agricultura, nomeadamente a produção vinícola, a construção civil e a indústria metalomecânica são algumas das atividades económicas mais relevantes do concelho.

O concelho de Baião, também integrado no distrito do Porto, confronta a norte, com Amarante, a oeste com Marco de Canaveses e, a sul, separado pelo rio Douro, com Cinfães e Resende. A este, já fora da comunidade do Tâmega e Sousa, faz fronteira com Vila Real, Santa Marta de Penaguião e Mesão Frio. Está organizado em 14 freguesias. A paisagem é marcada pelas Serras do Marão, da Aboboreira e da Serra de Matos e pelos rios Douro, Teixeira e Ovil. O concelho tem 175 km² de área e 21 mil habitantes. A sede do concelho, com cerca de 3 mil habitantes, é o seu principal núcleo urbano. O setor primário e os serviços são as principais atividades económicas, num concelho com níveis consideráveis de envelhecimento, uma taxa de atividade reduzida e elevados níveis de desemprego.

Castelo de Paiva é o único concelho do Tâmega e Sousa que integra o distrito de Aveiro, estando organizado em seis freguesias. Situado na margem esquerda do Douro, confronta na margem oposta, com Marco de Canaveses e Penafiel e, a este, na margem esquerda, separado pelo rio Paiva, com Cinfães. Já fora do Tâmega e Sousa, confronta a sul e oeste com Arouca, Gondomar e Santa Maria da Feira. Os rios Douro, Paiva e Arda, a floresta e o relevo montanhoso, nomeadamente, o monte de S. Domingos marcam a paisagem. Com 115 km², é o terceiro concelho mais pequeno da comunidade e, com os seus 17 mil habitantes, é o segundo menos povoado. Estando geograficamente no ocidente do Tâmega e Sousa, partilha algumas das características dos concelhos mais interiores. É, no entanto, o concelho da comunidade em que maior percentagem da população vive em núcleos populacionais com mais de 2 000 habitantes. As indústrias dos produtos metálicos e do calçado são as atividades industriais mais relevantes do concelho que, no entanto, conserva fortes elementos de ruralidade.

O concelho de Celorico de Basto situa-se no extremo sudeste do distrito de Braga, estando dividido em quinze freguesias. Faz fronteira, dentro do Tâmega e Sousa, com Amarante e Felgueiras, já pertencentes ao distrito do Porto, e fora dele com Fafe, Cabeceiras de Basto e Mondim de Basto. Estende-se por 181 km² e tem uma população de cerca de 20 mil habitantes, sendo a sede do concelho, com 12% da população, a única localidade com mais de 2 000 habitantes. A população apresenta um índice de envelhecimento relativamente elevado, o terceiro mais alto da comunidade. A presença da indústria é limitada, sendo a economia ainda marcadamente rural.

Cinfães é um dos dois concelhos do distrito de Viseu integrados no Tâmega e Sousa, onde confronta com Castelo de Paiva e Resende, respetivamente a oeste e este, na margem esquerda do Douro, na margem oposta, com Baião e Marco de Canaveses. O concelho está dividido em catorze freguesias. Com uma área de 239 km², é o segundo concelho mais extenso da comunidade intermunicipal mas, com os seus 20 mil habitantes, é o menos densamente povoado. Nenhuma das suas localidades atinge os 2 000 habitantes. Os rios Douro, Paiva, Bestança e Cabrum e a serra de Montemuro dominam a paisagem. A população está muito envelhecida e, apesar de a taxa de atividade ser baixa, os níveis de desemprego são elevados. A presença da indústria no concelho é muito limitada, sendo a economia assente no setor primário e nalgumas atividades de serviços.

Felgueiras é, pelo contrário, um concelho intensamente industrializado, marcado pela presença dominante da indústria do calçado. O concelho está integrado no distrito do Porto e faz fronteira com Amarante, Celorico de Basto e Lousada, no Tâmega e Sousa, e, fora dele, com Fafe, Guimarães e Vizela. Com 116 km², encontra-se atualmente organizado em 20 freguesias. Os seus 58 mil habitantes tornam-no o segundo concelho mais populoso da comunidade, sendo a estrutura etária bastante jovem. As cidades de

Felgueiras e da Lixa e as vilas de Barrosas e da Longra são os principais núcleos urbanos. O concelho apresenta uma elevada taxa de atividade e a menor taxa de desemprego do Tâmega e Sousa.

O concelho de Lousada, com 96,3 km², é o segundo mais pequeno do Tâmega e Sousa mas, pelos seus 493 mil habitantes por quilómetro quadrado, o segundo mais densamente povoado. Está organizado em 15 freguesias. Apresenta os índices de envelhecimento mais reduzidos da comunidade intermunicipal. A indústria, nomeadamente a do vestuário, tem um importante peso na atividade económica, sendo a taxa de atividade elevada e a taxa de desemprego das mais baixas da comunidade. A indústria convive, no entanto, com atividades agrícolas significativas. Relativamente à sua geografia, destacam-se as elevações cobertas por bosque assim como os seus vales férteis, como o do Mesio e do Sousa, outrora marco determinante na fixação da população. Lousada faz fronteira com Amarante, Felgueiras, Paços de Ferreira, Penafiel e, fora do Tâmega e Sousa, Paredes, Santo Tirso e Vizela. A sede do concelho, com cerca de 10 mil habitantes, é o principal núcleo urbano mas o povoamento é bastante disperso, apenas 26% da população vivendo em lugares com mais de 2 000 habitantes.

Marco de Canaveses, pertencente ao distrito do Porto, é o único concelho que não tem fronteira com concelhos exteriores ao Tâmega e Sousa. Confronta, a norte, com Amarante, a poente, com Penafiel, a nascente, com Baião e a sul, na outra margem do Douro, com Castelo de Paiva e Cinfães. Marco de Canaveses tem uma área de 202 km², que faz dele o terceiro mais extenso da comunidade intermunicipal, e 16 freguesias. A população é de 53 mil habitantes, sendo consideravelmente jovem. A sede do concelho, com cerca de 11 mil habitantes, é o núcleo urbano mais importante. As serras da Aboboreira e Montedeiras e os rios Douro, Tâmega e Ovelha são elementos estruturantes da paisagem. A atividade económica dispersa-se por vários setores, com a indústria têxtil e a exploração de granito a assumirem algum relevo.

Com apenas 71 km², Paços de Ferreira é mais pequeno dos onze concelhos do Tâmega e Sousa mas com os seus 56 mil habitantes é também o mais densamente povoado. As cidades de Paços de Ferreira e Freamunde e as vilas de Frazão e Carvalhosa são os principais núcleos urbanos. A percentagem da população a viver em localidades com mais de 2 000 habitantes é a mais alta do Tâmega e Sousa, a par de Castelo de Paiva. A população é, a par de Lousada, a mais jovem da comunidade. O concelho integra o distrito do Porto e tem dezasseis freguesias. Dentro da comunidade intermunicipal, Paços de Ferreira apenas faz fronteiras com Lousada. Os restantes concelhos vizinhos são Paredes, Santo Tirso e Valongo. Paços de Ferreira é um concelho fortemente industrializado, estando a sua imagem particularmente associada à indústria do mobiliário mas havendo igualmente uma presença importante da indústria do vestuário.

Penafiel, com 212 km² é o terceiro concelho mais extenso da comunidade intermunicipal. O concelho, integrado no distrito do Porto, está subdividido em 28 freguesias e acolhe a sede da comunidade intermunicipal. O concelho é limitado, a norte, pelo município de Lousada, a nordeste, por Amarante, a este, por Marco de Canaveses, a sul, por Castelo de Paiva e, fora do Tâmega e Sousa, a sudoeste, por Gondomar e, a oeste, por Paredes. Os rios Douro e Sousa são elementos estruturantes da paisagem. Com 72 mil habitantes, é o concelho mais populoso da comunidade intermunicipal. A cidade de Penafiel bem como S. Vicente, Entre-os-Rios e Paço de Sousa são núcleos urbanos relevantes. A população é bastante jovem. Os serviços predominam, na atividade económica, mas há uma presença significativa da indústria, nomeadamente de vestuário.

O município de Resende pertence ao distrito de Viseu e confronta, no Tâmega e Sousa, com Cinfães e Baião e, fora dele, com Castro Daire, Lamego e Mesão Frio. Está dividido em 15 freguesias. Tem uma extensão de 123 km² e 11 mil habitantes, o que faz dele o segundo menos densamente povoada da comunidade intermunicipal. É também o que apresenta o mais elevado índice de envelhecimento e a menor taxa de atividade. É um concelho marcadamente rural, sendo reputado pela sua produção de cereja. O rio Douro e as serras de Montemuro e serra das Meadas, que se estendem ao longo da zona ribeirinha, são elementos naturais importantes.

Os elementos estatísticos analisados ao longo desta primeira parte do plano estratégico, dedicada à caracterização do Tâmega e Sousa, mostram que a realidade tem mais matizes do que a tradicional dicotomia Sousa versus Tâmega permite perceber. As afinidades entre os concelhos não são uniformes, variando consoante os indicadores em que incida a análise. Àquela dicotomia haveria, pelo menos, que acrescentar, pelo menos, uma terceira categoria, constituída pelos três grandes concelhos “centrais” da comunidade, Amarante, Marco de Canaveses e Penafiel. Estes concelhos são eles próprios uma zona de transição entre as realidades que os rodeiam, contendo, cada um deles, embora em grau variável, elementos da realidade mais industrial do Sousa e da realidade mais rural do Tâmega.

1.1.2. Sistema urbano

Desta breve descrição de cada um dos concelhos, resulta a imagem de um sistema urbano difuso, sem núcleos de dimensão muito acentuada. Nos concelhos mais densamente povoados, isso é resultado de um esquema de povoamento, em geral, muito disperso. Nos concelhos mais interiores, embora o povoamento seja menos disperso é a escassez da população que produz o mesmo resultado.

Neste contexto, o Plano Regional de Ordenamento do Território da Região Norte (PROT-n) propunha a afirmação da “conurbação Paredes/Penafiel” como “uma aglomeração urbana regional que estrutur[ass]e um espaço de intensa urbanização a leste da Aglomeração Metropolitana do Porto, evitando os efeitos perversos da suburbanização em contexto de crescimento demográfico e acentuadas deficiências sociais, ambientais e económicas.” Seria uma de onze cidades/conjuntos de cidades da Região Norte a que atribuía “funções essenciais de articulação territorial, no terceiro dos cinco níveis de um esquema de classificação, em que a Aglomeração Metropolitana do Porto ocupa o lugar cimeiro e Braga e Vila Real surgem no segundo, como cidades de equilíbrio regional. O facto de Paredes já não pertencer ao Tâmega e Sousa não facilita a promoção dos propósitos do PROT-n.

Para além do polo Paredes/Penafiel, o PROT-n identificava cinco cidades do Tâmega e Sousa como “centros estruturantes sub-regionais”, o quarto nível do seu esquema de classificação: Amarante, Marco de Canaveses, Felgueiras, Lousada e Paços de Ferreira. No quinto nível, as restantes sedes de concelho eram classificadas como centros urbanos estruturantes municipais.

O plano estratégico assume o propósito da manutenção de um sistema urbano policêntrico, com complementaridades de geometria variável entre os seus principais núcleos. Mas assume, igualmente, o propósito de contribuir para o processo, necessariamente lento, de estruturação dessas complementaridades, através da ponderação dos impactos geográficos das opções a tomar em matéria de localização das

iniciativas e da organização da mobilidade regional. Assume, ainda, o propósito de contribuir para estruturação das relações entre espaço urbano e espaço rural.

1.1.3. Inserção regional

A compreensão da realidade do Tâmega e Sousa e a definição de uma estratégia para o seu futuro não pode ignorar a sua inserção regional. As fronteiras da Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa – como acontece, aliás, quase sempre, com as fronteiras administrativas – não são estanques nem correspondem a uma descontinuidade marcada na realidade física, humana ou económica do território. Tal como têm afinidades e elementos de continuidade entre si, os concelhos integrados na comunidade também as têm com os seus vizinhos das comunidades circundantes.

Celorico de Basto tem ligações históricas e identitárias com os restantes concelhos das Terras de Basto. A realidade de Cinfães e Resende é marcada pela ligação ao Douro que partilham com concelhos a montante e a jusante. Castelo de Paiva tem muito em comum com Arouca e Feira, no Entre Douro e Vouga. Como referido no ponto anterior, a relação entre Penafiel e a vizinha cidade de Paredes leva o PROT N a chamar-lhes “uma coalescência urbana”. E os concelhos industrializados do noroeste da comunidade, Felgueiras, Lousada e Paços de Ferreira, têm realidades sociais e económicas em muitos aspetos semelhantes às do Ave (Vizela, Famalicão, Guimarães) e da Área Metropolitana do Porto (Paredes, Santo Tirso, Trofa) que lhes são mais próximos.

A vizinhança da Área Metropolitana do Porto é, porventura, o elemento mais marcante da inserção geográfica da Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa. A Área Metropolitana é o principal núcleo populacional e económico do norte do país, o polo de maior concentração de serviços avançados e do sistema científico e tecnológico, o principal destino turístico, a sede das infraestruturas logísticas fundamentais e o ponto de confluência de muitas vias de transporte essenciais.

A presença e proximidade deste vizinho regional tem virtualidades. O crescimento económico e demográfico registado em diversos concelhos do Tâmega e Sousa, nas últimas décadas, resulta, em grande parte, do aproveitamento das vantagens desta proximidade. A melhoria das acessibilidades regionais permitiu-lhes afirmarem-se como uma localização interessante para a atividade económica que tem mercados importantes na Área Metropolitana ou que necessita de utilizar as infraestruturas logísticas aí situadas. E permitiu igualmente que vários concelhos se afirmassem como localizações privilegiadas para habitação, mesmo para quem pretendam trabalhar na Área Metropolitana. Permitiu também às pessoas e instituições do Tâmega e Sousa aceder, em condições progressivamente mais fáceis, aos serviços disponibilizados no Porto.

Mas há também o reverso da medalha. A Área Metropolitana exerce uma força centrípeta que atrai os ativos do Tâmega e Sousa. Em muitos domínios, a facilidade de acesso ao Porto tem sido também um fator desmotivador da afirmação de projetos autónomos. Sobretudo nos concelhos menos dotados de infraestruturas de transporte, em que os movimentos pendulares rápidos em direção ao núcleo da Área Metropolitana são mais problemáticos, essa força centrípeta tem sido também um importante fator de esvaziamento populacional.

A estratégia para o Tâmega e Sousa terá que valorizar o que o seu contexto regional lhe proporciona. A comunidade terá que saber aproveitar as vantagens da proximidade à Área Metropolitana do Porto, continuando a afirmar-se como uma localização para viver

e investir que conjuga as vantagens ambientais de um território ainda marcado pela ruralidade com o fácil acesso aos mercados e às comodidades da vida urbana. Terá que encontrar os modelos mais adequados para desenvolver o seu potencial turístico, tendo em conta a vizinhança da cidade do Porto, de um lado, e do Douro Vinhateiro, do outro. Terá que estar aberta a explorar as complementaridades com as comunidades vizinhas, em função da escala mais adequada para lidar com cada problema, no contexto mais vasto da Região Norte.

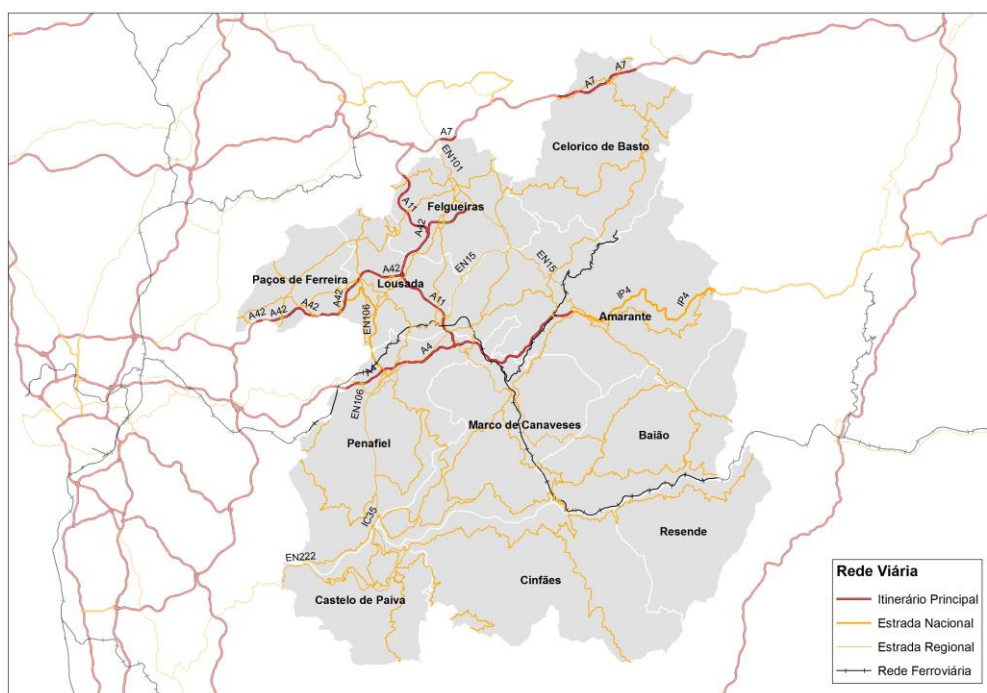
1.2. Acessibilidade, mobilidade e transportes

O Tâmega e Sousa usufrui de uma posição privilegiada na Região Norte. A sua proximidade relativamente à AMP aporta benefícios, posicionando-o junto da rede de acessibilidades regional e de ligação quer ao interior, quer ao centro do país.

A região encontra-se servida por uma rede rodoviária e ferroviária com sentido predominante Este-Oeste, composta pela A4/IP4 e pela Linha do Douro (Ilustração 1.2), sendo a ligação rodoviária a principal via de comunicação inter-regional, permitindo efetuar a ligação, a oeste, ao Porto, respetiva área metropolitana e à autoestrada do norte e a este, ao interior Norte e à fronteira com Espanha (PTD, 2008).

Para além das referidas ligações, destaca-se ainda a A42/IC25 (ligação à A3, no nó de Ermesinde) e a A11/IP9 (ligação à A7/IC5, no sentido de Felgueiras), ambas com ligação à A4/IP4 e a Linha do Tâmega que efetua a conexão a Vila Meã, Amarante, a partir da Linha do Douro (PTD, 2008). É de referir a ligação ao centro de Amarante, por via ferroviária, que foi interrompida para obras de requalificação sem que as mesmas tenham sequer sido iniciadas.

Ilustração 1.2 - Rede viária do Tâmega e Sousa



A Linha do Douro tem vindo a perder a sua relevância na ligação do Tâmega e Sousa com o restante território nacional e internacional, fruto da aposta que se efetuou na potenciação das acessibilidades rodoviárias. No entanto, têm-se verificado importantes investimentos na modernização desta linha, potenciando-a como um excelente meio de ligação da e para a região.

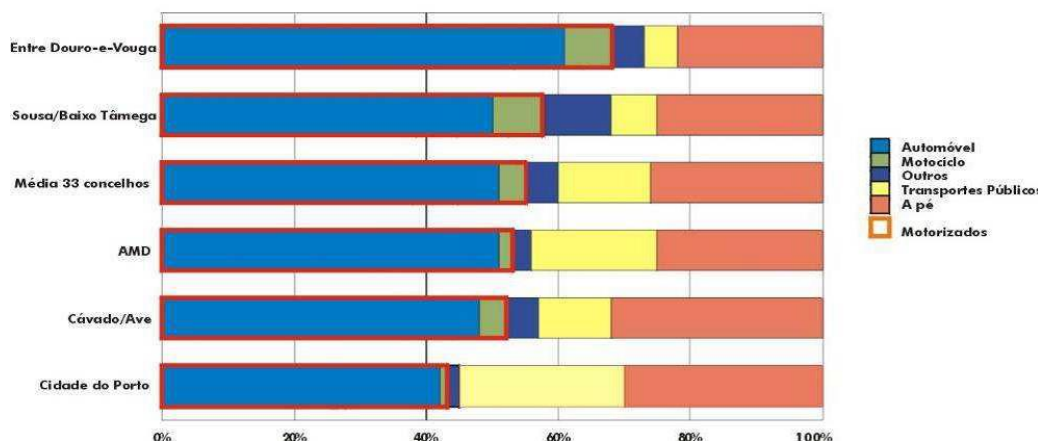
O Tâmega e Sousa beneficia ainda da proximidade ao Aeroporto Francisco Sá Carneiro, bem como, embora com menor importância, ao Aeródromo de Vila da Luz (Maia) e a Este, os Aeródromos de Pedras Salgadas (Minhéu) e de Vila Real.

Os últimos programas quadro contribuíram de forma significativa para o desenvolvimento das ligações rodoviárias intrarregionais, persistindo no entanto alguns constrangimentos no que diz respeito às ligações entre as sedes de concelho e as freguesias rurais, bem como da articulação entre as diferentes redes (regionais e municipais).

Verificam-se diversos entraves relativamente aos sistemas de transportes públicos de passageiros nos diferentes municípios da CIM do Tâmega e Sousa. Na sua essência, estas dificuldades resultam do facto de as operações se encontrarem a cargo de operadores privados, com âmbito territorial limitado, o que dificulta a articulação de horários e a coordenação de transbordos, bem como a intermodalidade (Gráfico 1.1).

O automóvel continua a ser o modo de transporte com maior predominância no Tâmega e Sousa, à semelhança do que acontece na Região Norte e no resto do país.

Gráfico 1.1 - Repartição modal das deslocações (2001)



Fonte: INE/DGTT (2001) Inquérito à Mobilidade (curta duração).

1.3. Ambiente e energia

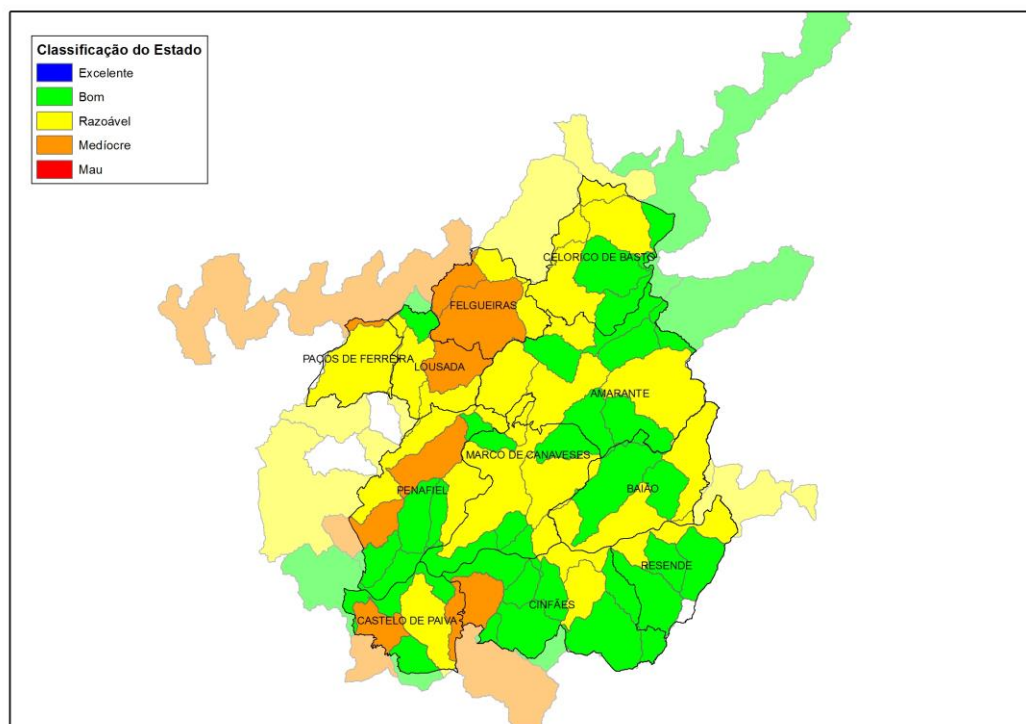
1.3.1. Recursos hídricos

No que respeita a recursos hídricos, a CIM do Tâmega e Sousa, no conjunto de municípios que a constituem, compreende uma fração da bacia do Douro, incluindo a sub-bacia do Sousa, bem como a porção terminal da sub-bacia do Tâmega.

Do ponto de vista da qualidade do meio hídrico, a Diretiva-Quadro da Água (DQA), Diretiva n.º 2000/60/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de setembro, constitui um marco de atuação comunitária no âmbito da política da água, que visa colmatar as lacunas existentes na legislação comunitária atual. A DQA cria um sistema uniforme, que permite a adaptação de objetivos gerais de qualidade às condições ambientais específicas de cada bacia hidrográfica, surgindo o conceito de “estado das águas de superfície”, que expressa o estado global de uma massa de água.

Assim, o estado das massas de água que se encontram compreendidas nos municípios da CIM do Tâmega e Sousa foi estabelecido no âmbito da elaboração do Plano de Gestão Hidrográfica do Douro (PGRH – Douro), estando representado na Ilustração 1.3. Embora mais de 50% destas massas de água se encontrasse no estado Bom, verificavam-se casos de acentuada degradação nos municípios de Felgueiras, Lousada e Paços de Ferreira, fundamentalmente devido a atividades industriais e pecuárias no vale do Sousa, assim como a descargas de efluentes urbanos próximo de grandes centros populacionais. Entretanto, a construção dos interceptores do Mesio e do Sousa, a encaminharem o efluente “em alta” para a ETAR do Sousa, terá potencialmente resolvido ou minimizado este problema, sendo por isso expectável uma melhoria do estado das massas de água. O próximo ciclo de implementação da Lei da Água – que transpõe a DQA para o direito jurídico nacional – deverá permitir confirmar esta melhoria.

Ilustração 1.3 - Classificação do estado das massas de água superficiais compreendidas nos municípios do Tâmega e Sousa

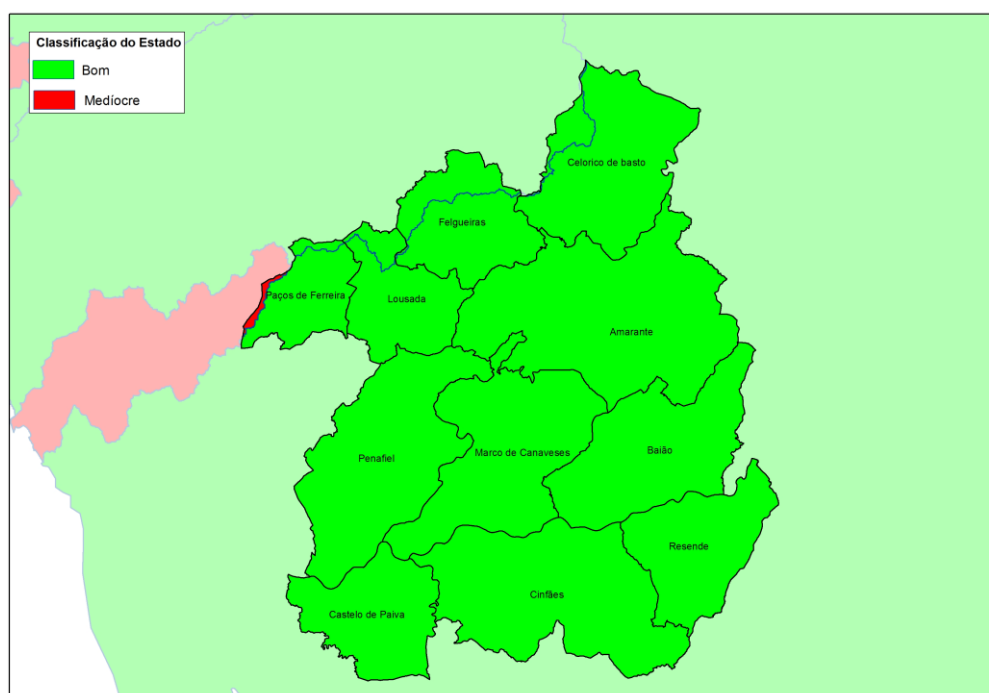


Fonte: APA (2013).

O estado das massas de água subterrâneas que se encontram compreendidas nos municípios da CIM Tâmega e Sousa foi de igual modo estabelecido no âmbito da elaboração do PGRH - Douro. É possível verificar a distribuição do estado das massas de

água em questão na Ilustração 1.4. De salientar que as massas de água subterrâneas compreendidas nos municípios da CIM Tâmega e Sousa se encontram quase na sua totalidade no estado “Bom”, tanto relativamente ao seu estado químico como quantitativo, com exceção de uma massa de água no concelho de Paços de Ferreira onde se evidencia a degradação da qualidade da água.

Ilustração 1.4 - Classificação do estado das massas de água subterrâneas compreendidas nos municípios do Tâmega e Sousa



Fonte: APA (2013).

De acordo com o PGRH – Douro, as necessidades da bacia do Douro são bastante inferiores às disponibilidades hídricas. Em termos anuais e em ano médio, as utilizações para esta bacia correspondem a cerca de 3% das disponibilidades estimadas. Relativamente à bacia do Tâmega, que compreende os municípios de Celorico de Basto, Amarante, Marco de Canaveses e parte do município de Penafiel, as suas necessidades são igualmente muito inferiores às disponibilidades hídricas, correspondendo a uma taxa de utilização de cerca de 7%.

No entanto, tal não significa que não possam ocorrer situações de escassez durante o semestre seco, caso não exista ou não se preveja a regularização anual, que permita armazenar água nos meses de maior disponibilidade para utilização nos meses de maior consumo, nos quais se verifica, por norma, insuficiência das disponibilidades hídricas (PGRH – Douro).

Relativamente ao panorama dos modelos de gestão dos serviços de abastecimento público de água em alta, salienta-se a existência das concessões multimunicipais Águas do Douro e Paiva, S.A. e Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro que servem, total ou parcialmente, cerca de 60% dos concelhos abrangidos pela CIM do Tâmega e Sousa – Castelo de Paiva, Cinfães, Lousada, Felgueiras, Paços de Ferreira, Penafiel e Resende. A

concessionária municipal Águas do Marco assume a gestão do serviço para o respetivo concelho.

A gestão direta pelas respetivas câmaras municipais é ainda relevante para cerca de 60% dos concelhos, nomeadamente: Amarante, Lousada, Baião, Celorico de Basto, Felgueiras e Resende. A empresa municipal “Penafiel Verde” assume a gestão do serviço no respetivo concelho.

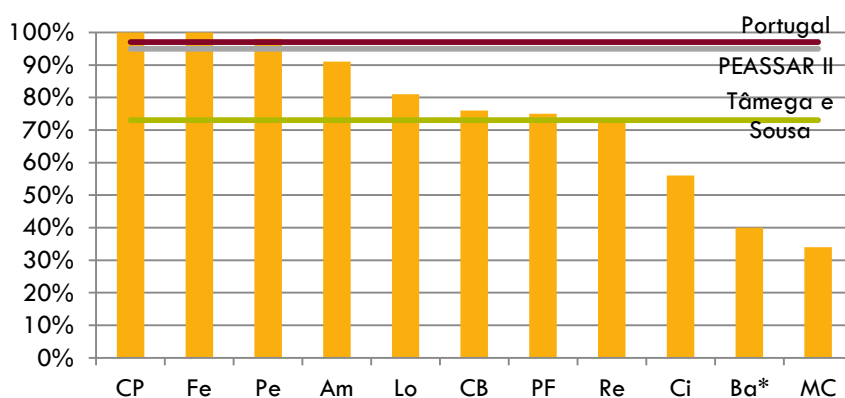
O panorama dos serviços de abastecimento público de água em baixa na CIM do Tâmega e Sousa apresenta uma organização distinta do panorama dos serviços em alta. Neste caso, não existe nenhuma concessão multimunicipal, existindo, no entanto, concessões municipais – AGS Paços de Ferreira e Águas do Marco – e também uma empresa municipal (gestão delegada) – “Penafiel Verde”. A modalidade de gestão direta pelas câmaras municipais é responsável pela prestação do serviço, total ou parcialmente, a cerca de 75% dos concelhos abrangidos – Amarante, Baião, Castelo de Paiva, Celorico de Basto, Cinfães, Felgueiras, Lousada, Marco de Canaveses e Resende, assumindo ainda a gestão delegada em juntas de freguesia e associações de relevância no concelho de Amarante.

É assim possível concluir que existe uma fragmentação bastante significativa quanto aos modelos de gestão quer em alta, quer em baixa, inclusive para o mesmo concelho, representando assim uma dificuldade acrescida na eficiência de serviço, bem como à prossecução conjunta de investimentos estratégicos.

Ainda que o número de captações subterrâneas envolvidas no abastecimento à CIM do Tâmega e Sousa seja significativo, as origens superficiais têm uma importância muito elevada, sendo responsáveis pela quase totalidade do volume fornecido aos sistemas de abastecimento público.

No Gráfico 1.2, são apresentados os níveis de atendimento dos sistemas de abastecimento público de abastecimento de água à população.

Gráfico 1.2 - Níveis de atendimento de abastecimento de água nos municípios do Tâmega e Sousa



Fonte: Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Douro – PGRH-Douro (aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 16-C/2013, de 22 de março).

Nota: Os dados relativos a Baião foram-nos fornecidos pelo respetivo município, podendo, por isso, não ser diretamente comparáveis com os dos restantes concelhos.

Embora os índices de abastecimento de água sejam bastante elevados para parte dos concelhos abrangidos pela CIM, cerca de 50% apresentam ainda valores significativamente inferiores ao objetivo definido no PEAASAR II, que é 95% (MAOTDR, 2007), permanecendo a média igualmente aquém deste objetivo.

Os sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais na região do Tâmega e Sousa envolvem um número mais reduzido de entidades gestoras, sendo a gestão direta pelas câmaras municipais o modelo de gestão que reúne o maior número de entidades, no que respeita quer aos serviços em alta quer aos serviços em baixa. Contudo, tal como no caso do abastecimento, a gestão direta das câmaras municipais mantém-se, na maioria das vezes, apenas em determinadas áreas dos concelhos, estando as restantes sob a ação de outras entidades, normalmente concessionárias multimunicipais ou municipais. Nos serviços de águas residuais em baixa não atua nenhuma concessionária multimunicipal.

Para os serviços de águas residuais em alta, quatro concelhos abrangidos são servidos, total ou parcialmente, através da Águas do Noroeste, S.A. e Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, S.A. – Celorico de Basto, Felgueiras, Lousada e Resende, mantendo-se a gestão direta pelas respetivas Câmaras Municipais para os concelhos de Amarante, Baião, Celorico de Basto, Castelo de Paiva, Cinfães e Felgueiras. As concessionárias municipais AGS Paços de Ferreira e Águas do Marco gerem a alta e baixa dos respetivos municípios, à semelhança da empresa municipal “Penafiel Verde”.

Na Tabela 1.1 apresentam-se os níveis de atendimento da população pelos sistemas de águas residuais.

Tabela 1.1 - Níveis de atendimento dos sistemas de águas residuais nos municípios do Tâmega e Sousa

	Índice de tratamento estimado (%)	Índice de drenagem estimado (%)
Portugal	72	83
Meta nacional – PEASSAR II	n.d.	90
Tâmega e Sousa	37	39
Amarante	41	54
Baião*	28	28
Castelo de Paiva	20	20
Celorico de Basto	17	17
Cinfães	20	20
Felgueiras	70	70
Lousada	46	51
M. Canaveses	22	22
Paços de Ferreira	65	65
Penafiel	42	42
Resende	48	48

Fonte: Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Douro – PGRH-Douro (aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 16-C/2013, de 22 de março).

Nota: Os dados relativos a Baião foram-nos fornecidos pelo respetivo município, podendo, por isso, não ser diretamente comparáveis com os dos restantes concelhos.

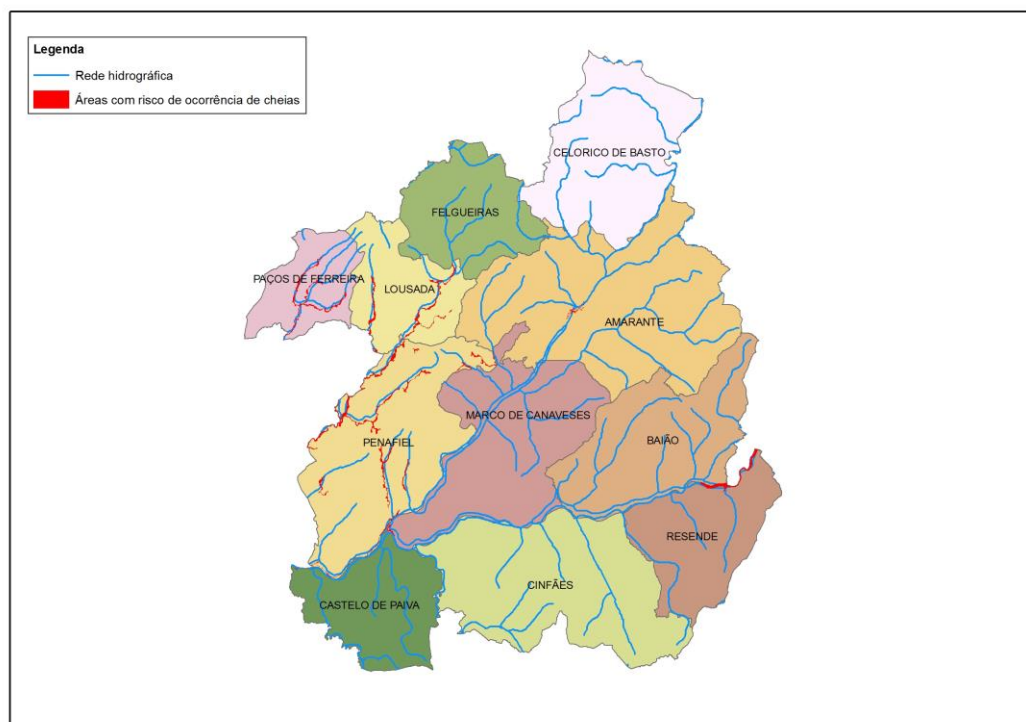
Embora nos últimos anos tenham sido efetuados diversos investimentos que permitiram aumentar consideravelmente os níveis de tratamento de águas residuais em alguns concelhos da região, nomeadamente em Felgueiras (devido à ETAR de Torrados) e Lousada (devido à reabilitação das ETAR de Lodares, Nespereira/Boim e Nevogilde), os níveis de atendimento permanecem significativamente inferiores ao objetivo definido no PEAASAR II, que é 90% (MAOTDR, 2007).

O Decreto-Lei 115/2010, de 22 de outubro, que transpõe para a ordem jurídica nacional a Diretiva nº 2007/60/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, estabelece um quadro para a avaliação e gestão dos riscos de inundações.

A avaliação preliminar dos riscos de inundação foi assim concretizada no âmbito da elaboração do PGRH – Douro, tendo sido identificadas as áreas com risco de ocorrência de cheias na bacia hidrográfica dos rios Tâmega e Douro, das quais se destacam na CIM Tâmega e Sousa, Ilustração 1.5:

- Troço principal do rio Tâmega na sua passagem no centro de Amarante e na confluência com o Douro nos concelhos de Penafiel e Marco de Canaveses;
- Ribeira de Matos e ribeira da Laje no concelho de Penafiel;
- Troço do rio Douro na sua passagem pelo limite entre os concelhos de Resende e Baião, na confluência com o rio Tâmega e na albufeira de Crestuma-Lever;
- Troço principal do rio Sousa e alguns dos seus afluentes na sua passagem pelo centro do concelho de Lousada e no limite de Penafiel;
- Troço principal do rio Sousa e alguns dos seus afluentes na zona urbana do concelho de Paços de Ferreira.

Ilustração 1.5 - Distribuição das áreas com risco de ocorrência de cheias nos municípios do Tâmega e Sousa



Atendendo aos aspetos revistos para o setor de recursos hídricos, é então possível identificar na Tabela 1.2 as principais potencialidades e constrangimentos presentes para o conjunto de municípios da CIM Tâmega e Sousa.

Tabela 1.2 - Principais potencialidades e constrangimentos identificados no setor dos recursos hídricos do Tâmega e Sousa

Potencialidades	Constrangimentos
Elevadas disponibilidades hídricas com possibilidade de desenvolvimento de aproveitamentos hidráulicos.	Perturbação da continuidade fluvial.
Potencial para valorização turística dos rios.	Reduzida qualidade química e ecológica do meio hídrico.
Constituição de entidades intermunicipais com responsabilidades relativas ao abastecimento e tratamento de águas residuais.	Contaminação das massas de água devido a fenómenos de poluição difusa e tópica de origem humana e industrial, por rejeição de águas residuais não tratadas, ou insuficientemente tratadas.
	Insuficiente grau de organização multi e intermunicipal relativamente a serviços de abastecimento, drenagem e tratamento de águas residuais.

1.3.2. Resíduos

O setor da gestão de resíduos em Portugal tem naturalmente uma importância fundamental na sociedade portuguesa. Não é possível falar de um verdadeiro desenvolvimento do País sem ter em conta a necessidade de dispor destes serviços de forma generalizada em todo o território e com uma aceitável qualidade de serviço. Neste sentido, a evolução necessária no setor da gestão dos resíduos urbanos (RU) centra-se na prossecução dos objetivos específicos fixados em matéria de valorização material e orgânica inerente à fração dos resíduos urbanos, com vista ao cumprimento das metas de valorização de resíduos de embalagem e resíduos biodegradáveis definidos no Plano Estratégico para os Resíduos Sólidos Urbanos 2007-2016 (PERSU II). O PERSU II estabelece, como meta para 2016, valores de produção nacionais de RU na ordem das 4,937 milhões de toneladas. Já o Programa de Prevenção de Resíduos Urbanos 2009-2016 (PPRU) aponta como meta global para os resíduos urbanos, para o mesmo horizonte temporal (2016), a redução de 10% de capitação média diária, relativamente aos valores de 2007.

Sendo atividades com forte impacto ambiental, os serviços de gestão de resíduos estão ainda condicionados pelos requisitos, objetivos e instrumentos impostos pela legislação ambiental, sendo de destacar o regime jurídico de gestão de resíduos (Decreto-Lei n.º 73/2011, de 17 de junho), que veio fixar os princípios que norteiam a gestão dos resíduos e definir instrumentos económico-financeiros que visam induzir comportamentos mais sustentáveis e eficientes nos operadores e nos utilizadores finais (princípio “utilizador-pagador”), como a taxa de gestão de resíduos. Este diploma veio também introduzir algumas alterações relevantes ao nível institucional. De acordo com o Decreto-Lei n.º 73/2011, de 17 de junho¹, até 12 de dezembro de 2013 devem ser elaborados programas de

¹ Altera e republica o Decreto-Lei n.º 178/2006, de 5 de setembro.

prevenção de resíduos, que devem conter as medidas e os objetivos de prevenção, existentes e previstos, bem como indicadores e valores de referência qualitativos ou quantitativos específicos adequados às medidas de prevenção que garantam o acompanhamento e a avaliação dos progressos da implementação das referidas medidas. Entre os principais objetivos ou metas estabelecidas por este diploma, importa destacar a necessidade de se alcançar até 2020 uma reutilização ou reciclagem mínima de 50% dos RU, incluindo o papel, o cartão, o plástico, o vidro, o metal, a madeira e os resíduos urbanos biodegradáveis, e 70% para a reutilização, a reciclagem e outras formas de valorização material, incluindo operações de enchimento que utilizem resíduos como substituto de outros materiais, resíduos de construção e demolição não perigosos.

Outros diplomas legislativos relevantes para a gestão de resíduos são o Decreto-Lei n.º 183/2009, de 10 agosto, que estabelece o regime jurídico para a deposição de resíduos em aterro e define metas para deposição de RU biodegradáveis em aterro, designadamente, os RU biodegradáveis destinados a aterro devem ser reduzidos em julho de 2013 para 50% da quantidade total, em peso, relativamente aos RU biodegradáveis produzidos em 1995, e reduzidos para 35% em julho de 2020, e o Decreto-Lei n.º 92/2006, de 25 maio, que altera o Decreto-Lei n.º 366-A/97, de 20 de dezembro, relativo a embalagens e resíduos de embalagens, que define até 31 de dezembro de 2011, a valorização ou incineração em instalações de incineração de resíduos com recuperação de energia de, no mínimo, 60% em peso dos resíduos de embalagens, e reciclagem entre 55% e 80% em peso dos resíduos de embalagens, bem como percentagens mínimas de reciclagem por tipo de material constituinte dos resíduos de embalagem.

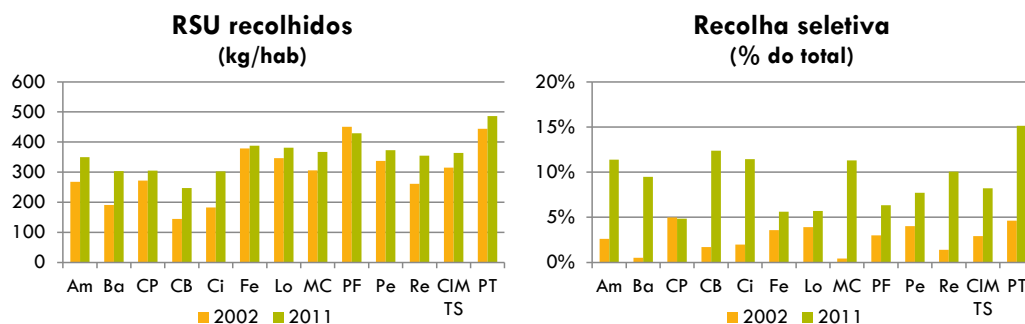
A Agência Portuguesa do Ambiente (APA), como Autoridade Nacional de Resíduos, a Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR) e as Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR) como Autoridades Regionais dos Resíduos são as principais entidades nacionais com competências de regulação e licenciamento das entidades gestoras de resíduos.

Os modelos de gestão dos serviços de gestão de resíduos implementados na Região do Tâmega e Sousa caracterizam-se, na vertente em “Alta”, pela existência de uma entidade gestora em regime de concessão multimunicipal e outra em regime de empresa multimunicipal, a RESINORTE e a AMBISOUA, respetivamente. O sistema multimunicipal sob concessão da RESINORTE foi constituído, em 2009, com a duração de 30 anos, e os seus serviços abrangem os municípios de Amarante, Baião, Celorico de Basto, Cinfães, Marco de Canaveses e Resende. Já a empresa intermunicipal AMBISOUA foi constituída em 2002 e os seus serviços abrangem os municípios de Castelo de Paiva, Felgueiras, Lousada, Paços de Ferreira, Paredes e Penafiel. As vertentes em “Baixa” são atualmente geridas pelos próprios serviços municipais.

Segundo os mais recentes dados estatísticos disponíveis, de acordo com o Gráfico 1.3, a CIM do Tâmega e Sousa tem registado na última década um crescimento da sua produção de resíduos urbanos (RU), apesar da registada estagnação do efetivo populacional entre os dois últimos exercícios censitários. Analisando a produção de RU por habitante, verifica-se que a capitação anual nacional em 2011 foi de 487 kg/hab.ano, ao passo que a CIM Tâmega e Sousa se pautou pelos 364 kg/hab.ano. Os últimos valores disponíveis para a UE indicam que a capitação média europeia em 2010 foi de 502 kg/hab.ano. O PPRU aponta como meta para 2016 a redução de 10% na produção de RU relativamente a 2007. Esse objetivo não está a ser atingido, quer a nível municipal, como a nível regional ou nacional, visto que entre 2002 e 2011 a produção de resíduos na CIM

Tâmega e Sousa cresceu 16% e 10% em termos nacionais, respetivamente. Como se pode verificar pelo gráfico, o único município que apresentou uma redução da captação de recolha de resíduos urbanos foi o de Paços de Ferreira, apesar de ter registado um crescimento de 6% no seu efetivo populacional nos dois últimos exercícios censitários.

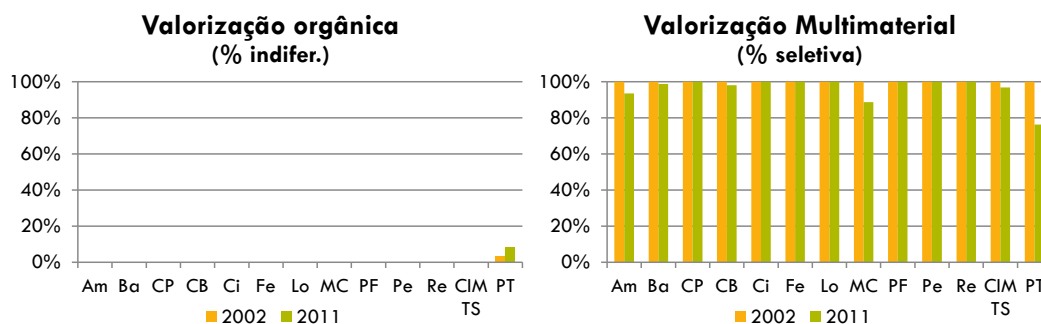
Gráfico 1.3 - Produção *per capita* de resíduos urbanos e percentagem relativa à recolha seletiva



Fonte: INE (2014).

Do total de resíduos produzidos em Portugal em 2011, 85% correspondem à recolha indiferenciada e 15% à recolha seletiva. À escala regional, a penetração dos mecanismos de recolha seletiva representam 8% do total de RU produzidos na CIM, tendo-se observado um crescimento da quantidade de RU recolhidos por esta via na CIM desde 2002.

Gráfico 1.4 - Destino final dos resíduos recolhidos por via indiferenciada e seletiva

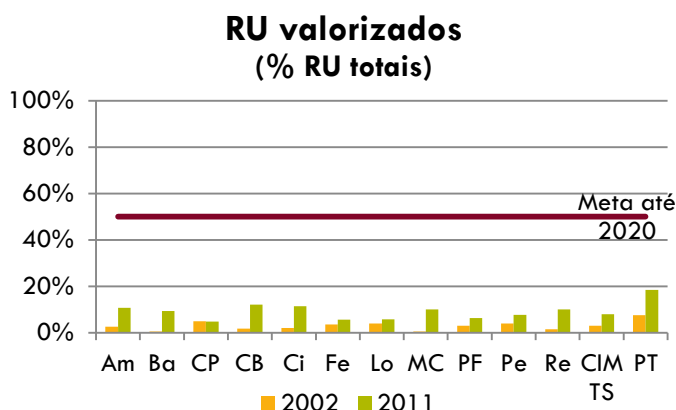


Fonte: INE (2014).

Relativamente ao destino final dos resíduos urbanos, como se pode verificar pelo Gráfico 1.4, a fração de resíduos indiferenciados recolhida na CIM do Tâmega e Sousa foi na íntegra encaminhada para aterro em 2011, não se registando qualquer fração de resíduos indiferenciados sujeitos a valorização orgânica prévia à deposição, enquanto à escala nacional cerca de 8% dos resíduos indiferenciados sofreram uma valorização. Contudo, importa referir que a comunidade, através da entidade gestora AMBISOUSA, está dotada de dois aterros para resíduos urbanos comuns localizados em Penafiel e Lustosa, ambos igualmente dotados da respetiva central de valorização energética do biogás produzido, bem como de um aterro destinado a inertes em Rio Mau.

Segundo os dados estatísticos expostos no Gráfico 1.4, os resíduos recolhidos por via seletiva na CIM foram, em 2011, sujeitos na sua maioria a valorização multimaterial (97%), tendo sido o remanescente (3%) encaminhado para aterro. Estes resultados de valorização multimaterial dos resíduos recolhidos por via seletiva estão acima da média nacional (76%). Fazendo uma análise comparativa com a meta estipulada pelo Decreto-Lei n.º 73/2011, de 17 de junho, verifica-se pelo Gráfico 1.5 que a CIM do Tâmega e Sousa, não obstante a evolução positiva verificada ao nível da valorização de resíduos urbanos, especialmente, no que respeita à fração seletiva, ainda não atinge os níveis médios do país nem a meta mínima de 50% de resíduos urbanos totais encaminhados para valorização, que deverá ser atingida a nível nacional até 2020. Importa referir que a valorização do biogás produzido pelas duas centrais de valorização energética localizadas em Lustosa e Penafiel, tal como outras centrais de valorização energética espalhadas por todo o território nacional, não se encontra contabilizada e disponível nas estatísticas oficiais consultadas, pelo que não pode ser alvo de análise gráfica comparativa.

Gráfico 1.5 - Valorização de resíduos urbanos



Fonte: INE (2014).

Apresentam-se resumidos na Tabela 1.3 os principais indicadores-chave relativos à gestão dos resíduos urbanos na CIM do Tâmega e Sousa, no período de 2002 a 2011.

Tabela 1.3 - Quadro síntese de alguns indicadores-chave relativos à gestão de resíduos urbanos

	Produção <i>per capita</i> de resíduos (kg/hab.ano)		Resíduos valorizados (% RU totais)		Resíduos indiferenciados encaminhados para aterro (%)		Valorização multimaterial de resíduos recolhidos por via seletiva (%)	
	2002	2011	2002	2011	2002	2011	2002	2011
Portugal	444	487	8	18	75	67	100	76
Tâmega e Sousa	315	364	3	8	100	100	100	97
Amarante	268	349	3	11	100	100	100	93
Baião	191	304	1	9	100	100	100	99
Castelo de Paiva	272	305	5	5	100	100	100	100
Celorico de Basto	144	247	2	12	100	100	100	98
Cinfães	183	302	2	11	100	100	100	100
Felgueiras	378	388	4	6	100	100	100	100
Lousada	346	381	4	6	100	100	100	100
Marco de Canav.	306	367	0	10	100	100	100	89
Paços de Ferreira	451	429	3	6	100	100	100	100
Penafiel	337	373	4	8	100	100	100	100
Resende	261	355	1	10	100	100	100	100

Fonte: INE (2014).

Tendo em consideração a caracterização da situação atual do setor de gestão de resíduos apresentada anteriormente, é possível diagnosticar na Tabela 1.4 as principais potencialidades e constrangimentos presentes para a CIM Tâmega e Sousa nesta matéria.

Tabela 1.4 - Principais potencialidades e constrangimentos identificados na gestão dos resíduos urbanos no Tâmega e Sousa

Potencialidades	Constrangimentos
Potencial para criação de um sistema / modelo de gestão supramunicipal de resíduos.	Crescimento generalizado da captação de RU, mesmo em municípios onde se tem observado um decréscimo populacional, com exceção de Paços de Ferreira.
A recolha de RU por via seletiva na Região do Tâmega e Sousa observou um forte crescimento desde 2002, contudo ainda abaixo do índice registado a nível média nacional, pelo que apresenta um significativo potencial de evolução.	Reduzido peso da recolha seletiva na totalidade de RU recolhidos e redução da intensidade de valorização multimaterial dos resíduos provenientes deste tipo de resíduos em alguns municípios, bem como a nível regional, acompanhando a tendência nacional.
Elevadas taxas de valorização multimaterial de resíduos provenientes de recolha seletiva, apresentando taxas superiores à média nacional.	Dada a existência de duas centrais de valorização energética de biogás proveniente dos aterros de Lustosa e Penafiel, verifica-se uma impertinência técnica para a remoção de RU biodegradáveis da fração de resíduos indiferenciados, dado que os RU biodegradáveis constituirão a fonte de alimentação para as centrais de valorização energética, impossibilitando de certa forma o contributo regional da meta nacional estipulada para a remoção de resíduos biodegradáveis de aterro, visto que este

Potencialidades	Constrangimentos
	objetivo estratégico nacional coloca em causa a operacionalidade das centrais de valorização energética existentes.
Aproveitamento energético do biogás produzido em aterro constitui uma contribuição para a sustentabilidade da Região, no sentido em que contribui para a diminuição da emissão de gases de efeito de estufa, bem como promove a substituição de combustíveis fósseis por uma fonte de energia mais sustentável (biogás) na produção de energia elétrica e no contributo para a não depleção dos recursos naturais.	
A existência de um aterro para deposição de inertes constitui uma mais-valia para a gestão dos resíduos na Região, apresentando-se como destino recomendável para resíduos de construção e demolição (ou equiparados), e permitindo o aumento do período útil de vida dos restantes aterros destinados à deposição de RU banais, bem como uma maior facilidade na gestão de lixiviados, produção de biogás e contaminações do meio (e.g. água e solo).	

1.3.3. Solo e biodiversidade

O solo representa a componente fundamental dos ecossistemas e dos ciclos naturais pois, ao mesmo tempo que constitui um reservatório de água, é também o suporte essencial ao sistema agrícola e silvícola e o espaço físico para o desenvolvimento das atividades humanas. Por sua vez, a biodiversidade engloba todas as espécies de seres vivos existentes no planeta e desempenha um papel fundamental para a espécie humana, quer seja em termos económicos quer seja da dependência dos recursos biológicos.

No que se refere ao solo, as preocupações de proteção e utilização sustentável encontram-se vertidas na Estratégia Temática de Proteção do Solo (COM(2006)231 final), na Lei dos Solos (Decreto-Lei n.º 794/76, de 5 de novembro) e na Lei de Bases da Política de Ordenamento do Território e de Urbanismo, que serão ambas substituídas pela Lei de Bases da política dos solos, do ordenamento do território e do urbanismo, que espera aprovação, bem como em diversos documentos legais dos quais se destaca o Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT), a Avaliação de Impacte Ambiental (AIA) e a Avaliação Ambiental Estratégica (AAE). Por outro lado, ao nível estratégico existem já um conjunto de planos que visam, em última instância a proteção do solo, nomeadamente a Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável, a Estratégia Nacional para as Florestas, o Plano Estratégico Nacional do Desenvolvimento Rural, o Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação, entre outros.

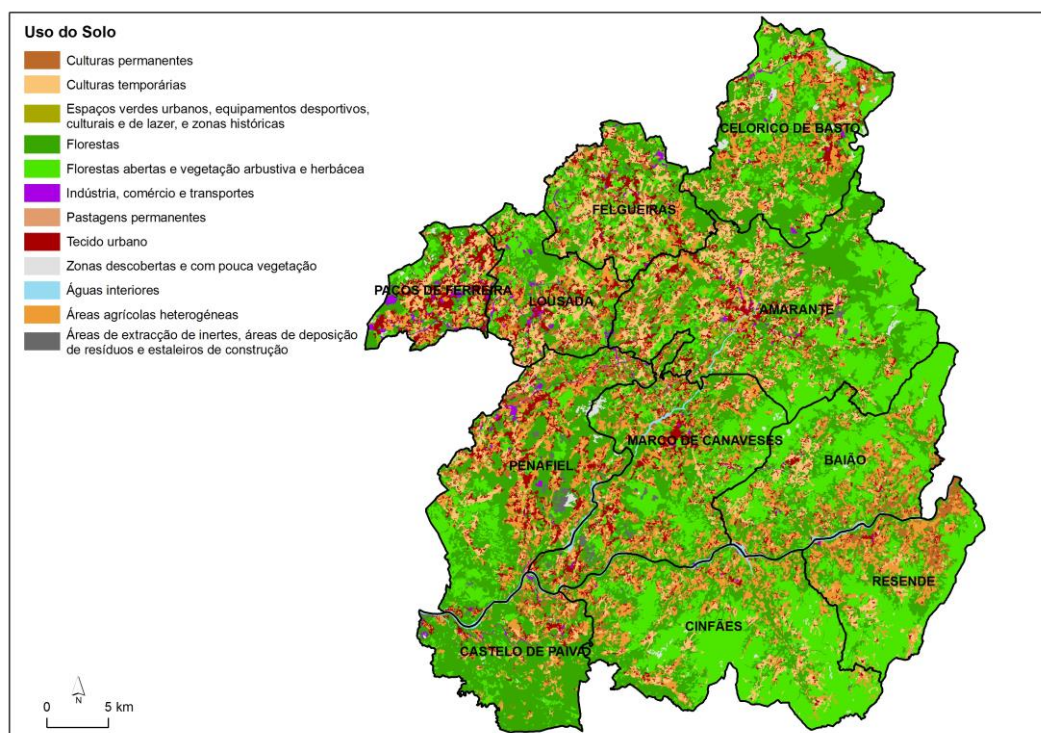
Particularmente no que se refere à biodiversidade acresce destacar a Estratégia de Biodiversidade da União Europeia para 2020 (adotada em maio de 2011) que estabelece como objetivo central travar a perda de biodiversidade e a degradação dos serviços dos ecossistemas. Já no panorama nacional destacam-se: a Estratégia Nacional da Conservação da Natureza e da Biodiversidade, que para além da constituição da Rede Fundamental de Conservação da Natureza e o Sistema Nacional de Áreas Classificadas

(Decreto-Lei n.º 142/2008, de 24 de julho), pretende essencialmente promover a valorização das áreas protegidas e assegurar a conservação do seu património natural, cultural e social; o Plano Sectorial da Rede Natura, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 115-A/2008, de 21 de julho uma vez que esta pretende estabelecer regime de salvaguarda dos recursos e valores naturais dos locais e, a Lei da Água (Decreto-Lei n.º 58/2005, de 29 de Dezembro) que, para além de prever a elaboração de um conjunto de IGT, prevê a conservação e a reabilitação da rede hidrográfica e zonas ripícolas.

Neste sentido, as Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR), a Direção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano (DGOTDU) e, especialmente, as autarquias e entidades multimunicipais, têm um papel fundamental na proteção do solo através da regulamentação e orientação do seu uso e ocupação e na preservação da biodiversidade. Relativamente a esta, o Instituto da Conservação da Natureza e da Floresta – ICNF é o principal responsável pela classificação e gestão das Áreas Protegidas (AP) de âmbito nacional. Acresce contudo referir que no caso das AP de âmbito regional ou local a sua classificação pode ser feita pelos próprios municípios ou associações de municípios, desde que sob acompanhamento técnico do ICNF.

Concretamente no que se refere ao uso do solo nos municípios da CIM Tâmega e Sousa, verifica-se que este é marcado pela ocupação florestal e áreas agrícolas. Em 2007, mais de metade do território era ocupado por florestas, florestas abertas e vegetação natural (63%), especialmente nos concelhos a sul e a este (Ilustração 1.6). Os concelhos a este, especificamente Paços de Ferreira, Felgueiras e Lousada são os que possuem uma mancha urbana mais concentrada.

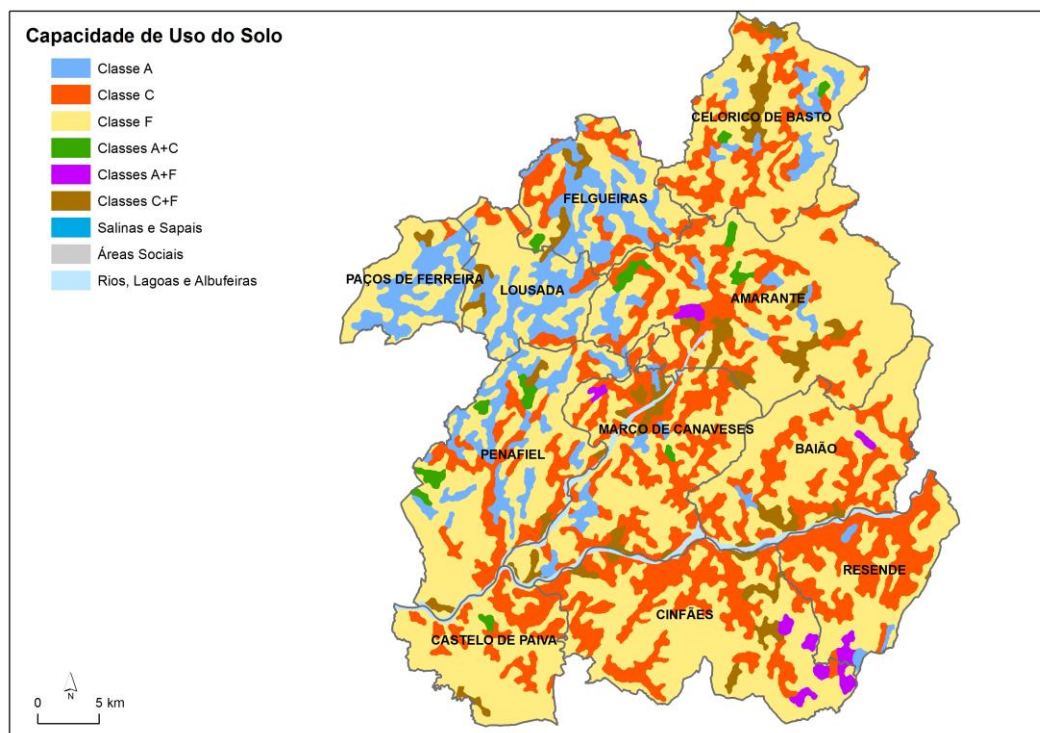
Ilustração 1.6 - Uso do solo nos municípios do Tâmega e Sousa



Fonte: IGP (COS 2007).

Relativamente à capacidade de uso do solo, a área da CIM do Tâmega e Sousa caracteriza-se por ter, maioritariamente, uma classe de capacidade de uso baixa – Classe F (57%) e Classe C (26%), o que significa que os solos apresentam boas características para o uso florestal e utilização agrícola condicionada. Associado às áreas mais urbanizadas, localizam-se também os solos com uma capacidade de uso alta – classe A (10%), que apresenta pouca ou nenhuma limitação no seu uso, sem risco ou com risco ligeiro de erosão e suscetível à utilização agrícola intensiva (Ilustração 1.7) (DGADR, 2013).

Ilustração 1.7 - Capacidade de uso do solo nos municípios do Tâmega e Sousa



Fonte: APA, Atlas do Ambiente.

No entanto, o solo está também sujeito a um conjunto de pressões que ameaçam as suas funções e que conduzem à sua degradação. Nos municípios do Tâmega e Sousa, onde a ocupação florestal abrange grande parte do território, o solo fica especialmente vulnerável aos efeitos e consequências dos incêndios florestais. Entre 2008 e 2012, na área da CIM Tâmega e Sousa foi fortemente afetada pelos incêndios florestais, sendo os concelhos de Baião, Cinfães e Marco de Canaveses os que registaram mais área ardida. Só em 2008, arderam mais de 65 mil hectares, correspondendo a 36% da área total dos municípios da CIM Tâmega e Sousa. Desde então e até 2012 registou-se uma diminuição da área ardida (Tabela 1.5).

Tabela 1.5 - Área ardida entre 2008 e 2012, em hectares e em % sobre a área total dos municípios da CIM Tâmega e Sousa e Portugal

	2008		2009		2010		2011		2012	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Portugal	1 398 333	16	92 738	1	133 060	1	76 185	1	102 576	1
Tâmega e Sousa	66 332	36	13 959	8	11 075	6	6 036	3	3 246	2
Amarante	5 209	17	1 417	5	911	3	172	1	390	1
Baião	8 362	48	2 312	13	1 252	7	808	5	423	2
Castelo de Paiva	1 578	14	268	2	524	5	29	0	-	-
Celorico de Basto	5 496	30	1 108	6	915	5	533	3	348	2
Cinfães	15 666	65	2 982	12	2 352	10	397	2	790	3
Felgueiras	858	7	135	1	306	3	169	1	215	2
Lousada	1 794	19	188	2	271	3	129	1	114	1
Marco de Canav.	8 365	41	1 508	7	1 277	6	643	3	861	4
Paços de Ferreira	1 893	27	176	2	168	2	51	1	122	2
Penafiel	8 999	42	760	4	925	4	825	4	625	3
Resende	6 103	49	1 097	9	164	1	268	2	171	1

Fonte: ICNF (Incêndios Florestais, 2014).

Por sua vez, apesar da forte concentração humana e de atividades económicas de diversas índoles, os municípios do Tâmega e Sousa exibem um conjunto de valores naturais endógenos considerados relevantes no âmbito da conservação na natureza e com repercussões diretas ao nível da biodiversidade presente, sendo possível destacar para cada um dos concelhos presentes os principais valores que devem ser tidos em conta no desenvolvimento do plano.

O município de Amarante encontra-se intimamente associado aos valores naturais e paisagísticos do rio Tâmega e das serras do Marão e da Aboboreira. O Tâmega apresenta um conjunto de acidentes, como golas, penedos, canais, ínsuas e areais, que lhe fornecem um enquadramento paisagístico único. Em termos de vegetação presente, destaca-se nas áreas marginais a presença de salgueiros, amieiros e lavadeiras. Já nas serras, destaca-se a presença de um conjunto de espécies florísticas como: mimosas, giestas, tojos, carquejas e urzes (CMA, 2014).

O município de Baião é referido como um dos municípios portugueses com melhor qualidade ambiental. Apresenta a maior percentagem de área verde e floresta em todo o distrito do Porto (63,5% do território). Possui no seu território um conjunto de recursos naturais considerados de beleza ímpar, como a Serra da Aboboreira, a Serra do Marão, a Serra do Castelo de Matos ou os rios Douro, Teixeira e Ovil (CMB, 2014).

O território de Castelo de Paiva é moldado por um conjunto de linhas de água onde se destacam os rios Douro, Paiva, Arda e o Sardoura. O rio Douro corre por entre ravinas alcantiladas, formando paisagens singulares, marcadas ainda pelas quintas senhoriais de produção vinícola. O rio Paiva, marcadamente de montanha é procurado para a prática de atividades recreativa, para além da piscatória (CMCP, 2014).

A paisagem natural do município de Celorico de Basto é determinada pela presença da serra e do rio, marcado pela ruralidade. Para além disso destaca-se um conjunto de

parques de lazer, onde se incluem os famosos jardins de camélias e áreas sazonais de banho (CMCB & A Nossa Terra, 2014). Destaca-se ainda a existência de um Núcleo Interpretativo de Vida Selvagem destinado a promover a biodiversidade existente neste território (Blogue do Minho, 2014).

O município de Cinfães é composto por uma parte serrana e outra ribeirinha constituindo a Serra de Montemuro e o vale do Rio Douro, os dois eixos morfológicos determinantes, que conferem a este concelho características paisagísticas únicas. Destaca-se a Serra de Montemuro, que se tornou um espaço de excelência para os bovinos da raça Arouquesa. Também o Vale do Bestança – Tendais, e o Vale do Ardena - em Nespereira, merecem destaque uma vez que se trata de pontos tipicamente rurais, num estado de conservação que promove a manutenção de elevados índices de biodiversidade. O município oferece ainda condições para a prática náutica de recreio e competição, devido à presença da Albufeira do Carrapatelo.

As características biogeográficas do território onde se inclui o município de Felgueiras, conferem-lhe uma elevada potencialidade do ponto de vista da utilização do solo para atividades de índole rural, nomeadamente a agricultura e a silvicultura (nas áreas de maior declive). O território é composto por uma plataforma central, cerceada por relevos periféricos que limitam o município e pelas duas principais redes hidrográficas (Sousa e Vizela). Tendo ainda presente a carta ecológica do concelho, verifica-se que a maioria das espécies de flora autóctones presentes se restringe a altitudes inferiores a 400m (CMF a & b, 2014).

O concelho de Lousada é um município fortemente industrializado, particularmente na indústria têxtil. Para além disso, possui um cariz profundamente agrícola, sobretudo no domínio dos vinhos verdes e laticínios. Existe contudo um conjunto de espaços que permitem o usufruto das características naturais e paisagísticas. Assim, para além dos parques e jardins públicos, destaca-se a Mata de Vilar por ser um espaço florestal recentemente intervencionado para que ocorresse a eliminação de espécies invasoras e a introdução de espécies folhosas autóctones, como é o caso de carvalhos, cerejeiras bravas, sobreiros e faias. O município pretende inclusivamente converter este espaço florestal num parque biológico de referência nacional (CML, 2014).

O concelho do Marco de Canaveses localiza-se entre o Douro e o Tâmega, onde começa o Marão. Esta localização e a intrincada orografia promoveram a existência de um conjunto de paisagens naturais potencialmente interessantes que abrangem vales, montanhas e praias fluviais, oferecendo uma matriz ambiental com vários ecossistemas mais ou menos naturalizados (como por exemplo: áreas agrícolas, ecossistemas ripícolas, arbustivos, bosque, entre outros). Contudo, dado o elevado aumento populacional e consequente degradação do meio ambiente, a autarquia tem assumido o “ambiente” como uma preocupação, e por conseguinte área de grande investimento (tal como se comprova no Gráfico 1.6) (CMMC a & b, 2014).

O concelho de Paços de Ferreira situa-se numa zona de planalto, denominada "Chã de Ferreira", outrora conhecida pela beleza natural das paisagens e pelo seu arranjo humanizado. É delimitado por várias elevações, sendo de destacar a Serra da Agrela e o Monte do Pilar, a serra de São Tiago e o monte da Senhora do Socorro. É ainda atravessado por vários cursos de água, embora de pequeno caudal, sendo que o mais significativo é o rio Ferreira. Destacam-se ainda o rio Carvalhosa e o rio Eiriz. Apesar da variedade de ecossistemas presentes, a diversidade faunística e florística do concelho é cada vez menor, devido à crescente humanização da paisagem, fragmentação dos

habitats e os incêndios ocorridos nos últimos anos. Nas zonas arborizadas existentes, as espécies mais abundantes são o pinheiro-bravo e o eucalipto que substituíram, ao longo do tempo, as manchas de espécies autóctones, nomeadamente uma mancha considerável de sobreiros, rara na região.

Penafiel é outro dos municípios da CIM Tâmega e Sousa onde se percebe a intensa humanização de que o seu território foi alvo, ao longo de vários milénios. É também um município marcado pelo relevo, onde a combinação de montes, vales e rios, contribuem para fornecer uma paisagem natural reconhecida, destacando-se os planos de água decorrentes da albufeira do Tâmega e as encostas agrestes do Douro. O município dispõe ainda de um elevado número de parques e jardins.

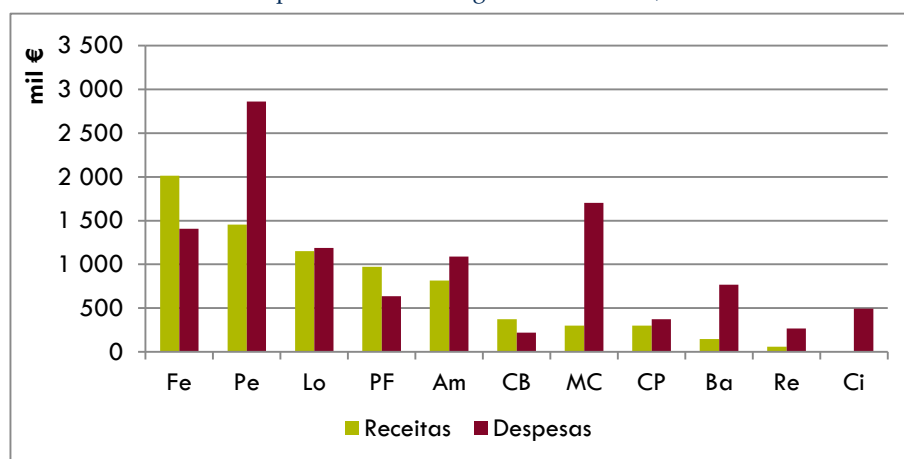
Por fim, o concelho de Resende, que é considerado o maior produtor nacional de cerejas. Localizado na margem sul do rio Douro, corresponde à “porta de entrada” no Douro vinhateiro. Aufere assim de um conjunto de paisagens únicas ditadas pelo percurso do rio e pela encosta da serra de Montemuro (CMR a, 2014). Ainda neste contexto acresce referir o Parque Fluvial de Porto de Rei, cujas intervenções envolveram a regularização da ribeira, através de pequenas correções naturalizadas de forma a disponibilizar planos de água que comportem maior capacidade biológica, em particular da ictiofauna com interesse piscícola (CMR b, 2014).

Resumindo, verifica-se que não existem, em termos de biodiversidade, áreas protegidas ou classificadas ao abrigo da presente legislação. Contudo, é possível contactar a presença de inúmeras áreas com interesse para a conservação e manutenção da biodiversidade presente, identificando-se para a maioria dos municípios referidos um conjunto de ecossistemas relevantes que caracterizam o território em questão. Destacam-se neste âmbito:

- As áreas cultivadas, caracterizadas essencialmente pela presença de herbáceas, resultantes da atividade antrópica associada à agricultura e pecuária;
- Os matagais que albergam uma variedade de estratos arbustivos e que podem integrar, entre outros, terrenos de cultivo abandonados ou urzais;
- Os bosques, que incluem formações vegetais com estrato arbóreo bem desenvolvido, para além do arbustivo e herbáceo, que podem ser encontrados em zonas húmidas ou ripícolas, mas também nas encostas de montanha;
- Os ecossistemas de produção florestal, caracteristicamente antrópicos onde dominam os pinhais e eucaliptais;
- Os ecossistemas ripícolas que envolvem as margens dos cursos de água presentes determinando em muitas situações a localização das áreas urbanas municipais.

Em termos de fauna destaca-se, ainda que de forma genérica, um conjunto de espécies de avifauna que, para além de ocuparem todos os ecossistemas referidos, são ainda tidas como bioindicadores do estado ecológico desses mesmos ecossistemas (CMMC b, 2014).

Gráfico 1.6 - Receitas e despesas das câmaras municipais na gestão e proteção do ambiente nos municípios da CIM Tâmega e Sousa – 2010, em milhares de euros



Fonte: INE.

Para além do levantamento dos valores naturais relativos a áreas com interesse para a conservação procedeu-se à contabilidade ambiental no que se refere à gestão e proteção do ambiente, pelo que, foram apuradas as receitas e as despesas de cada município nesta área, como se pode observar no Gráfico 1.6.

No que refere às receitas geradas destacam-se os municípios de Felgueiras, Penafiel e Lousada, uma vez que no seu conjunto contribuíram em mais de 50 % do seu valor total na CIM Tâmega e Sousa. No que refere às despesas, verifica-se que, para além de serem praticamente sempre superiores às receitas geradas, assumem ainda um valor significativo, não só nos municípios expostos, mas também nos municípios de Amarante e Marco de Canaveses, traduzindo assim a preocupação destes no que refere à matéria de gestão e proteção do ambiente.

Por fim atendendo aos aspetos revistos para o setor do solo e conservação da natureza, é então possível identificar pela Tabela 1.6 um conjunto de diretrizes que se constituem como potencialidades e constrangimentos ao desenvolvimento do Tâmega e Sousa.

Tabela 1.6 - Principais potencialidades e constrangimentos para o setor do solo e biodiversidade no Tâmega e Sousa

Potencialidades	Constrangimentos
Existência de áreas e espécies relevantes para a conservação da natureza.	Forte concentração humana e de atividades económicas relacionadas essencialmente com o setor agroalimentar.
Importante atrativo para o desenvolvimento de uma estratégia que aposta em turismo de natureza sustentável.	Fragmentação dos habitats e destruição de ecossistemas relevantes devido a poluição, edificação, incêndios, etc.
Extensa área ocupada por floresta e elevada capacidade para uso florestal com relevância para a conservação do solo e preservação da biodiversidade	Risco elevado de erosão e degradação do solo associado aos incêndios florestais.

1.3.4. Energia

As linhas estratégicas nacionais para o setor da energia encontram-se definidas na Estratégia Nacional para a Energia (ENE), aprovada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 29/2010, de 15 de abril, tendo como objetivos a liberalização do mercado, redução da intensidade energética no produto, redução da fatura energética, melhoria da qualidade de serviço, segurança do aprovisionamento e do abastecimento, diversificação das fontes e aproveitamento dos recursos endógenos, minimização do impacto ambiental e contribuição para o reforço da produtividade de economia nacional.

Para dar continuidade às orientações definidas na ENE, a Resolução do Conselho de Ministros n.º 20/2013, de 10 de abril, aprovou e publicou o Plano Nacional de Ação para a Eficiência Energética para o período 2013-2016 (Estratégia para a Eficiência Energética - PNAEE 2016) e o Plano Nacional de Ação para as Energias Renováveis para o período 2013-2020 (Estratégia para as Energias Renováveis - PNAER 2020), tendo em vista a adequação aos novos objetivos definidos pela Diretiva 2012/27/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho de 25 de outubro de 2012, relativa à Eficiência Energética. Procedeu-se à revisão integrada do PNAEE de 2008 e do PNAER, na medida em que a integração dos dois Planos permite uma ação concertada para o cumprimento dos objetivos nacionais e europeus, minimizando o investimento necessário e aumentando a competitividade nacional. Esta revisão teve por base o alinhamento dos respetivos objetivos em função do consumo de energia primária e da necessidade de contribuição do setor energético para a redução das emissões gases com efeito de estufa.

Em resultado, o Governo pretende prosseguir o objetivo de assegurar a continuidade das medidas para garantir o desenvolvimento de um modelo energético com racionalidade económica, que assegure custos de energia sustentáveis, que não comprometam a competitividade das empresas nos diferentes setores económicos, nem a qualidade de vida dos cidadãos, bem como assegurar a melhoria substancial na eficiência energética do País, através da execução do PNAEE 2016 e do PNAER 2020.

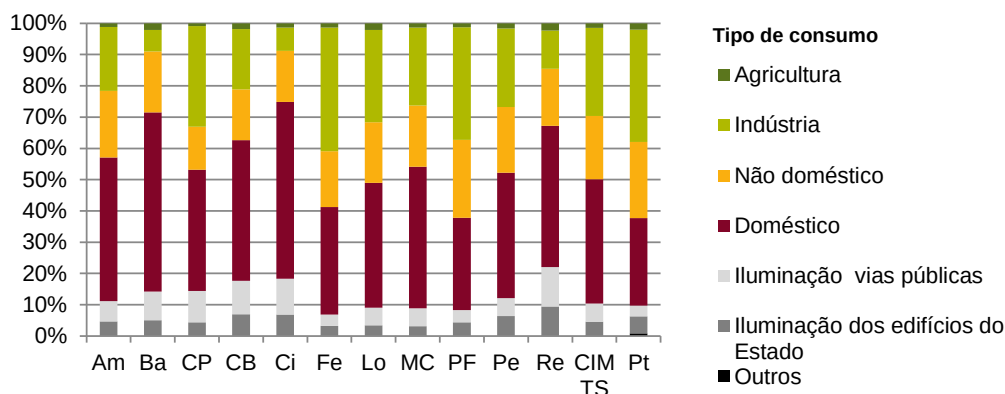
Assim sendo, o Pacote Energia-Clima veio estabelecer uma redução de 20% do consumo de energia primária em 2020, a incorporação de 20% de energias renováveis no consumo bruto de eletricidade em 2020, uma redução de Gases com Efeito de Estufa (GEE) de 20% até 2020, e ainda uma meta mínima vinculativa de 10% de incorporação de energias renováveis nos transportes.

Portugal apresenta cerca de seis milhões de consumidores de energia elétrica com um consumo de 49 mil milhões de kWh (INE, 2013b). Os municípios do Tâmega e Sousa abrangem cerca de 209 mil consumidores, com uma taxa de variação de 12,56% para o período 2001-2011 (INE, 2013a). Os consumidores do setor doméstico têm uma expressão de 84%, seguindo-se o setor não-doméstico (que engloba os consumidores associados ao comércio, serviços e instituições) com 11%, a indústria com 2% e a agricultura com 4% do total de consumidores. A CIM do Tâmega e Sousa representa cerca de 2,46% do consumo de energia elétrica nacional (cerca de 1.2 mil milhões), destacando-se os municípios de Paços de Ferreira (213 milhões de kWh), Penafiel (212 milhões de kWh) e Felgueiras (198 milhões de kWh).

À escala nacional, o consumo de eletricidade centra-se, sobretudo, nos setores da indústria (36%), doméstico (28%) e não-doméstico (24%), sendo que os restantes sectores representam 12% do consumo. No que refere ao consumo de energia por tipologia, no Tâmega e Sousa destacam-se os setores doméstico com 40%, a indústria com 28% e o

setor não-doméstico com 20% (Gráfico 1.7). Neste sentido, a análise dos dados sobre o consumo de eletricidade no ano 2011 permite aferir que, com a exceção dos municípios de Felgueiras e Paços de Ferreira, onde o consumo é superior no setor da indústria (com 40% e 36% respetivamente), nos restantes municípios, o consumo do setor doméstico é mais elevado, com especial foco para Cinfães e Baião com 57%, Amarante com 46% e Resende e Celorico de Basto com 45%. Salienta-se ainda o reduzido consumo de energia no setor agrícola.

Gráfico 1.7 - Consumo de eletricidade (%) por tipologia (2011)



Fonte: INE (2013).

Nesta região, o consumo médio doméstico de energia elétrica por habitante é de 2 533kWh/hab (dados referentes ao ano 2011), tendo-se registado um aumento de 18,4% face ao ano de 2004 (INE, 2014). Apesar do Tâmega e Sousa acompanhar a tendência evolutiva nacional, apresenta taxas de crescimento bastante superiores. Verifica-se ainda uma elevada heterogeneidade entre os municípios, tanto no consumo por habitante como na taxa de variação para o período de 2004-2011, destacando-se pelos elevados consumos domésticos por habitante os municípios de Paços de Ferreira (3 789 kWh/hab), Felgueiras (3 413 kWh/hab), Penafiel (2 929 kWh/hab) e Lousada (2 820 kWh/hab) e, pelos consumos mais reduzidos, Cinfães (1 700 kWh/hab), Baião (1 742 kWh/hab) e Celorico de Basto (1 833 kWh/hab).

A taxa de variação do consumo de eletricidade para o período compreendido entre 2001 e 2011 foi de 21,2% em Portugal e de 32,1% no Tâmega e Sousa (INE, 2014). A evolução mais acentuada registou-se na iluminação dos edifícios do Estado (81,7%), vias públicas (58,9%) e no setor não-doméstico com 54,2%. No âmbito da CIM, apenas o setor da agricultura registou uma evolução negativa (-1,9%) (Tabela 1.7).

No que refere às vendas de combustíveis líquidos e gasosos, os dados revelam um decréscimo de 26% nas vendas nacionais. No Tâmega e Sousa verificou-se uma evolução menos negativa de 7,7% (dados disponibilizados pelo INE, referentes a 2004 e 2011), com especial foco para o petróleo (-71%), o gás butano (-65%), a gasolina sem chumbo 98 (-63%), o propano (-29%) e o fuel (-21%), (INE, 2013c). A evolução das vendas por município segue tendências distintas, existindo municípios com um elevado aumento das vendas, nomeadamente, Castelo de Paiva, com um crescimento de 182%, justificado pelo aumento acentuado das vendas de gasóleo para aquecimento e gasolina sem chumbo, gasóleo colorido e rodoviário, seguindo-se o município de Lousada com um crescimento

de 75% das vendas, com especial destaque para o fuel, gasóleo de aquecimento e gasolina sem chumbo 95.

Tabela 1.7 - Taxa de variação do consumo de eletricidade (%) por tipo de consumo (2001-2011)

	Total	Doméstico	Não doméstico	Indústria	Agricultura	Iluminação vias públicas	Iluminação dos edifícios do Estado
Portugal	21,2	29,5	32,3	5,4	25,8	46,3	48,3
Tâmega e Sousa	32,1	35,6	54,2	10,0	-1,9	58,9	81,7
Amarante	33,4	33,8	27,6	30,8	-14,0	43,5	92,5
Baião	44,5	36,3	76,5	6,3	53,5	85,2	51,2
Castelo de Paiva	30,4	32,0	55,2	5,2	1,6	97,5	125,7
Celorico de Basto	41,8	41,8	42,1	23,1	-29,7	82,1	117,4
Cinfães	37,2	28,4	34,4	69,1	59,4	44,4	94,7
Felgueiras	13,7	39,1	43,2	-11,8	-26,7	79,0	59,5
Lousada	42,5	43,1	81,6	18,2	-16,0	118,4	121,8
M. Canaveses	26,7	39,1	52,2	-2,4	-2,7	49,4	15,2
Paços de Ferreira	54,4	42,4	70,5	62,2	35,1	49,4	20,0
Penafiel	25,1	23,6	56,9	-4,4	12,6	33,0	217,4
Resende	43,1	47,0	46,9	-15,1	98,0	64,2	169,0

Fonte: INE (2014).

Tabela 1.8 - Unidades de microprodução e miniprodução ligadas à rede, distribuição por município e tipologia

	Energia solar		Energia eólica		Energia hídrica	
	Registos (n.º)	Potência instalada (kW/ano)	Registos (n.º)	Potência instalada (kW/ano)	Registos (n.º)	Potência instalada (kW/ano)
Portugal	24 886	88 858,1	134	455,1	13	52,4
Tâmega e Sousa	899	3 200,4	3	10,2	1	1,7
Amarante	156	553,8	1	3,5		
Baião	28	98,2	1	3,7		
Castelo de Paiva	35	123,7	-	-	-	-
Celorico de Basto	101	370,6	-	-	-	-
Cinfães	35	123,1	-	-	-	-
Felgueiras	116	412,8	-	-	-	-
Lousada	85	304,9	-	-	-	-
Marco de Canaveses	94	331,5	-	-	1	1,7
Paços de Ferreira	56	200,0	-	-	-	-
Penafiel	161	571,3	1	3,1	-	-
Resende	32	111,9	-	-	-	-

Fonte: Ministério da Economia e do Emprego (2014).

Relativamente à microprodução e miniprodução de energia elétrica através do aproveitamento de fontes renováveis, Portugal apresenta 25 033 registos, sendo que 24 886 registos estão afetos ao aproveitamento de energia solar com uma potência instalada de 88 858,14 kW/ano e 134 registos estão afetos ao aproveitamento de energia eólica com uma potência de 455 kW/ano. A energia hídrica tem apenas 13 registos e uma potência de 52,39 kW/ano.

No Tâmega e Sousa destaca-se o aproveitamento das fontes de energia solar, com 899 registos e uma potência instalada de 3 200 kW/ano, sendo de salientar o reduzido aproveitamento existente ao nível das fontes de energia eólica e hídrica, o que contribui para uma reduzida expressão do território no contexto nacional, com 3,6% no que refere à potência instalada para aproveitamento de energia solar, 2,25% para o aproveitamento de energia eólica e 3,28% para o aproveitamento de energia hídrica (Tabela 1.8).

Tendo em consideração a caracterização da situação atual do setor da energia, é possível identificar as principais potencialidades e constrangimentos presentes para o território da CIM Tâmega e Sousa nesta matéria (Tabela 1.9).

Tabela 1.9 - Principais potencialidades e constrangimentos no domínio da energia no Tâmega e Sousa

Potencialidades	Constrangimentos
Investimento com tendência crescente no mercado das energias renováveis.	Elevado consumo energético associado ao setor doméstico e industrial.
Disponibilidade de recursos energéticos endógenos, com especial foco para a energia hídrica, eólica, radiação solar e produção de biomassa.	Reduzido número de aproveitamentos de energia associados às fontes eólica e hídrica.
Existência de modelos associativos intermunicipais eficazes no que refere à exploração de fontes renováveis, bem como setores de atividade disponíveis para a modernização e eficiência energética, com especial foco para o setor dos transportes.	

2. As pessoas

Este capítulo procura caracterizar o Tâmega e Sousa do ponto de vista humano. Começa-se pela questão demográfica, demonstrando a importância desta comunidade no contexto da Região Norte e do conjunto do País. Analisam-se, seguidamente, as características da população em termos de educação e formação e, depois, a sua situação no mercado de trabalho, nomeadamente as questões do emprego e desemprego. O capítulo termina com a abordagem de um conjunto de indicadores relevantes para caracterizar a qualidade de vida no Tâmega e Sousa.

2.1. Demografia

Os 1 830 km² do Tâmega e Sousa são o local de residência de 433 mil pessoas.² O Tâmega e Sousa alberga 11,7% da população da Região Norte de Portugal em 8,6% do respetivo território. A densidade populacional ronda, portanto, as 236 pessoas por km², valor que excede em 37% a média da Região Norte e é cerca do dobro da média nacional (Tabela 2.1).

Um elemento distintivo da população do Tâmega e Sousa, no contexto regional e nacional, é a sua juventude. A idade média, no recenseamento de 2011, era de 38,5 anos, substancialmente abaixo dos 41 anos registados na Região Norte e dos 41,8 correspondentes a Portugal. O índice de dependência de jovens, que corresponde ao número de pessoas até aos 14 anos por cada 100 pessoas entre os 15 e os 64 anos, é claramente superior ao registado no Norte de Portugal e no conjunto do país: 24,9 no Tâmega e Sousa contra 22,3 no Norte e 22,5 em Portugal. Em contrapartida, os residentes com 65 ou mais anos são 14,1% da população do Tâmega e Sousa mas ascendem a 17,1% na Região Norte e a 19% no país. O índice de dependência de idosos – número de pessoas com 65 ou mais anos por cada 100 pessoas entre os 15 e os 64 anos – é de apenas 20,5 no Tâmega e Sousa, ascende a 25,2 na Região Norte e atinge 28,8 no conjunto do país. O índice de envelhecimento, que corresponde ao número de pessoas com 65 ou mais anos por cada 100 pessoas com 14 anos ou menos, é de apenas 82,3 no Tâmega e Sousa mas atinge 113,3 na Região Norte e 127,8 em Portugal.

Outro elemento característico da população do Tâmega e Sousa é a sua inserção predominantemente rural: os habitantes que residem em localidades com mais de 2 000 habitantes não atingem sequer um terço da população, quando a média regional e nacional excede os 60%.

A população do Tâmega e Sousa tem as vantagens, e os inconvenientes, da homogeneidade nacional, étnica e linguística: os estrangeiros e as pessoas com dupla

² Dada a sua atualidade, os Censos 2011 são a fonte preferencial da informação estatística apresentada neste capítulo.

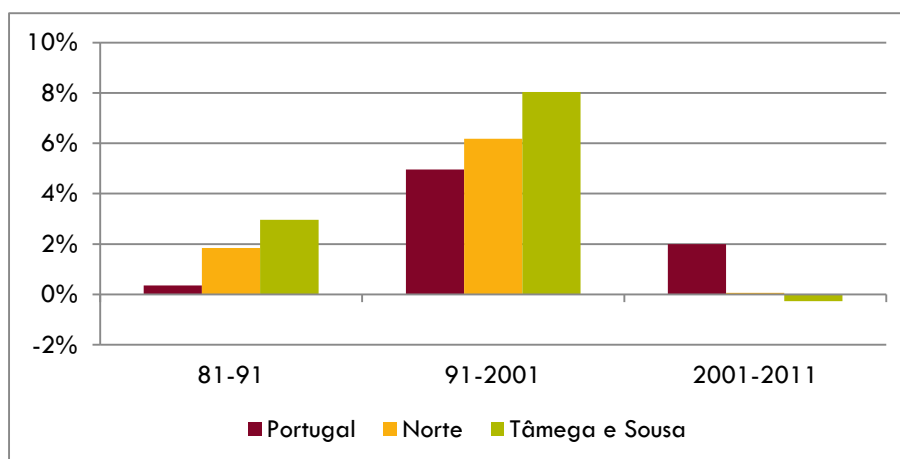
nacionalidade têm escassa representação nesta comunidade intermunicipal, muito longe dos valores médios nacionais.

Tabela 2.1 - População residente (2011)

	Tâmega e Sousa	Região Norte	Portugal
População residente	432 915	3 689 682	10 562 178
Densidade populacional (hab. km²)	236	173	115
Idade média	38,5	41,0	41,8
% 0 aos 14 anos (H/M)	18,0% / 16,3%	16,1% / 14,2%	15,9% / 13,9%
% 15 aos 24 anos (H/M)	13,8% / 12,8%	12,2% / 10,9%	11,5% / 10,3%
% 25 aos 64 anos (H/M)	56,0% / 54,9%	56,7% / 55,8%	55,9% / 54,6%
% 65 ou mais anos (H/M)	12,2% / 15,9%	14,9% / 19,1%	16,7% / 21,2%
Índice de dependência de jovens	24,9	22,3	22,5
Índice de dependência de idosos	20,5	25,2	28,8
Índice de envelhecimento	82,3	113,3	127,8
% em lugares c/ mais de 2000 hab.	30,6%	60,4%	61,0%
% mulheres	51,3%	52,1%	52,2%
% estrangeiros	0,5%	1,2%	3,4%
% com dupla nacionalidade	1,0%	1,7%	2,3%

Fonte: INE (Censos 2011).

Gráfico 2.1 - Taxa de variação decenal da população residente

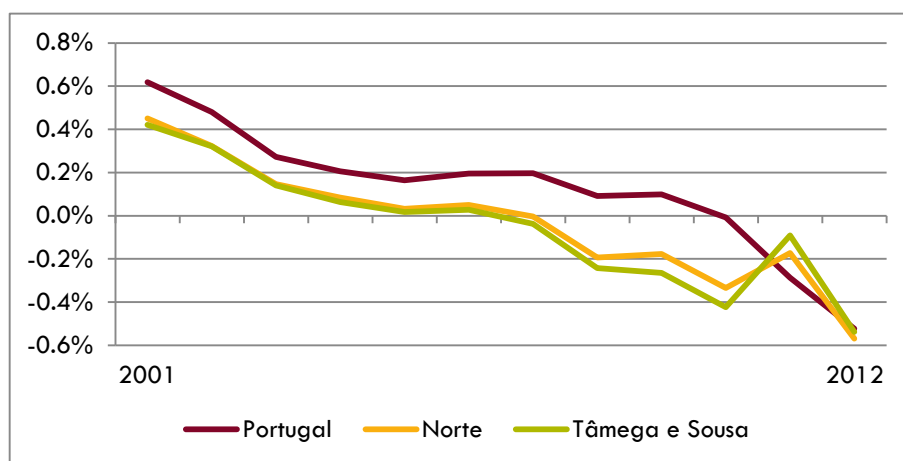


Fonte: INE (Censos, vários anos).

Notas: Para calcular a população do território atual do Tâmega e Sousa em 1981 e 1991, utilizaram-se os valores atribuídos pelos Censos coetâneos aos municípios integrados na comunidade intermunicipal, excluindo as freguesias de Santo Adrião de Vizela e Santa Eulália de Barrosas que foram, entretanto, destacadas dos concelhos de Felgueiras e Lousada para passarem a integrar o de Vizela.

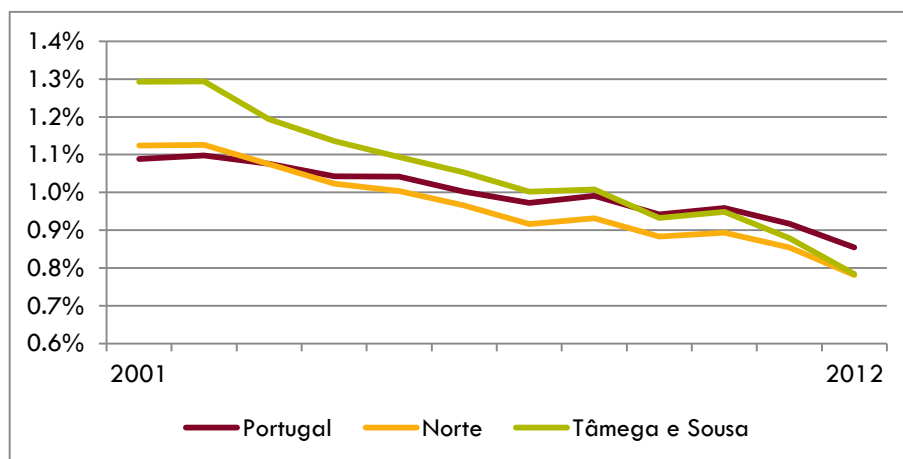
Em termos de dinâmica, na última década (2001-2011), a população do Tâmega e Sousa registou um ligeiro declínio, da ordem de -0,3% (Gráfico 2.1). No mesmo período, a população da Região Norte estagnou (+0,1%) e a do país registou algum crescimento (+2%). Esta evolução contrasta francamente com o ocorrido nas décadas anteriores, em que o Tâmega e Sousa registou crescimentos superiores à média regional e nacional: 3% em 1981-1991 e 8% em 1991-2001.

Gráfico 2.2 - Taxa de variação anual da população residente



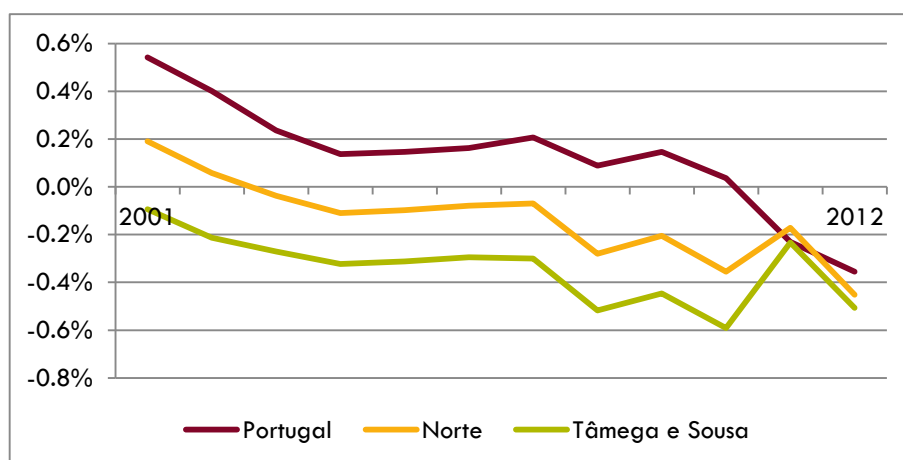
Fonte: INE (Censos, vários anos).

Gráfico 2.3 - Taxa bruta de natalidade



Fonte: INE (Estimativas Anuais da População Residente; Nados-vivos).

Gráfico 2.4 - Taxa de crescimento migratório



Fonte: INE (Indicadores Demográficos).

Analisando as variações anuais na última década (Gráfico 2.2), verifica-se uma tendência quase contínua de desaceleração do crescimento populacional do Tâmega e Sousa, acompanhando de muito perto a tendência geral da Região Norte: em 2001, a população Tâmega e Sousa cresceu ainda 0,42% mas em 2012, último ano representado no gráfico, caiu já 0,54%. Exceto nos dois anos finais do período analisado, a população do país, no seu conjunto, teve sempre uma dinâmica mais favorável do que a da Região Norte e do Tâmega e Sousa.

Esta evolução demográfica negativa resulta da combinação das tendências registadas a nível da natalidade e dos fluxos migratórios, em ambos os casos desfavoráveis.

O Tâmega e Sousa iniciou o século com uma taxa anual de natalidade de 1,29 nados-vivos por cada 100 habitantes, bem acima das médias de cerca de 1,1 registadas a nível regional e nacional. No entanto, na última década, a natalidade na comunidade declinou substancialmente e convergiu com a média da Região Norte, passando a ficar aquém da média nacional: em 2012, nasceram no Tâmega e Sousa 0,78 nados-vivos por cada 100 habitantes, exatamente o mesmo valor que no Norte e abaixo dos 0,85 registados no país (Gráfico 2.3).

Em termos migratórios, o Tâmega e Sousa apresentou uma persistente tendência negativa, isto é, com mais saídas do que entradas, ao longo do período 2001-2012 (Gráfico 2.4), sempre mais desfavorável do que a registada no país e na Região Norte e com tendência de agravamento. No entanto, os dois últimos anos assistiram a uma estabilização deste ritmo de perda populacional e à sua convergência com a região e o país.

O Tâmega e Sousa está, no entanto, longe de ser uma região homogénea no plano demográfico. A Tabela 2.2 apresenta um conjunto de indicadores fundamentais, ao nível do município. A densidade populacional, fator em função do qual está ordenada a tabela, é um dos traços essenciais da heterogeneidade existente.

Os concelhos mais ocidentais, situados no Vale do Sousa, albergam a maioria da população da comunidade, apresentam elevada densidade populacional, são tendencialmente mais urbanizados e têm uma população muito jovem. Paços de Ferreira, o concelho mais densamente povoado, é ilustrativo: tem quase 800 habitantes por km², cerca do triplo da média do Tâmega e Sousa, 44,5% da sua população vive em lugares com mais de 2 000 habitantes e tem apenas 15,8 pessoas de idade igual ou superior a 65 anos por cada 100 pessoas entre os 15 e os 64 anos. Felgueiras, Lousada e Penafiel apresentam características relativamente semelhantes, embora com uma densidade populacional e um nível de urbanização algo menores. No extremo sul deste eixo, já na outra margem do Douro, Castelo de Paiva³ é o concelho mais urbanizado (46% da população em lugares com mais de 2 000 habitantes) mas tem uma densidade populacional substancialmente mais baixa e uma população menos jovem do que os municípios anteriores. Em conjunto, estes 5 concelhos representam 58% da população do Tâmega e Sousa.

³ Apesar da sua localização na margem esquerda do Douro, ao longo deste capítulo associamos frequentemente Castelo de Paiva à zona do Sousa, dada a sua integração institucional na Valsousa e a sua localização na fachada ocidental do Tâmega e Sousa.

Tabela 2.2 - Indicadores demográficos por município (2011)

	Densidade populacional	População	% em lugares com mais de 2 000 habitantes	Dependência de idosos	Envelhecimento
Cinfães	85	20 427	0,0%	32,1	140,3
Resende	92	11 364	21,6%	33,8	143,7
Celorico B.	111	20 098	11,8%	28,9	125,3
Baião	118	20 522	11,1%	28,2	123,4
Castelo P.	145	16 733	45,6%	22,6	96,5
Amarante	187	56 264	30,3%	23,8	100,9
Marco C.	265	53 450	29,1%	18,9	72,6
Penafiel	340	72 265	33,4%	18,3	72,6
Lousada	493	47 387	25,7%	15,7	59,8
Felgueiras	502	58 065	40,8%	18,0	74,2
Paços F.	794	56 340	44,5%	15,8	61,1

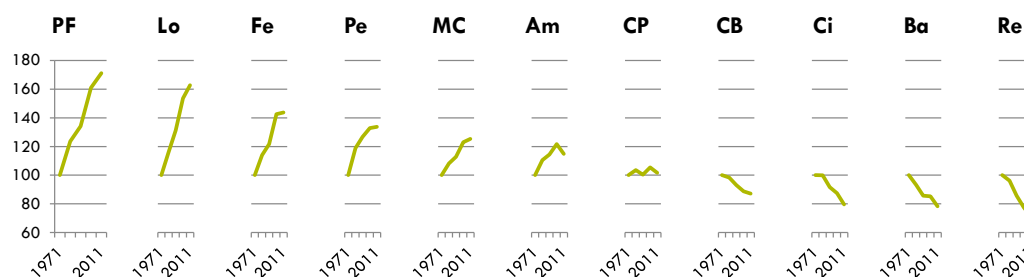
Fonte: INE (Censos 2011).

Mais para o interior, pode distinguir-se o núcleo central composto por Amarante e Marco de Canaveses, da coroa constituída por Celorico de Basto, Baião, Resende e Cinfães. Amarante e o Marco de Canaveses encontram-se entre os concelhos mais populosos da comunidade, com um quarto da respetiva população, mas apresentam uma densidade populacional da ordem dos 200 habitantes por km², inferior à dos concelhos do Sousa embora ainda acima da média da Região Norte. Cerca de um terço da sua população reside em lugares com mais de 2 000 habitantes. A população do Marco de Canaveses tem uma estrutura etária semelhante à dos concelhos do Sousa mas a de Amarante está mais envelhecida, com o número de pessoas com 65 anos ou mais a ser praticamente idêntico ao das que têm menos de 15.

O envelhecimento é, contudo, uma característica muito mais acentuada em Baião, Celorico de Basto, Cinfães e Resende: o índice de envelhecimento varia aqui entre o mínimo de 123 idosos por cada 100 jovens, em Baião, e o máximo de 144, em Resende. A densidade populacional não vai além dos 118 habitantes por km² de Baião, descendo até 85 em Cinfães, e a percentagem da população a viver em lugares com mais de 2 000 pessoas vai desde 0% neste último concelho até um máximo de 22% em Resende. Em conjunto, estes 4 concelhos correspondem a 17% da população do Tâmega e Sousa.

A heterogeneidade que se constata atualmente entre estes concelhos tem-se vindo a acentuar progressivamente ao longo das últimas décadas, como se pode observar no Gráfico 2.5. Analisando os dados dos últimos 5 recenseamentos da população, constata-se que os concelhos do Sousa têm tendencialmente registado uma dinâmica demográfica muito mais favorável do que os do Tâmega e Douro. Desde 1971, a população de Paços de Ferreira aumentou 71% e a dos vizinhos concelhos de Lousada, Felgueiras e Penafiel 63%, 44% e 34%, respetivamente.

Gráfico 2.5 - Evolução da população residente concelhia (1971 = 100)

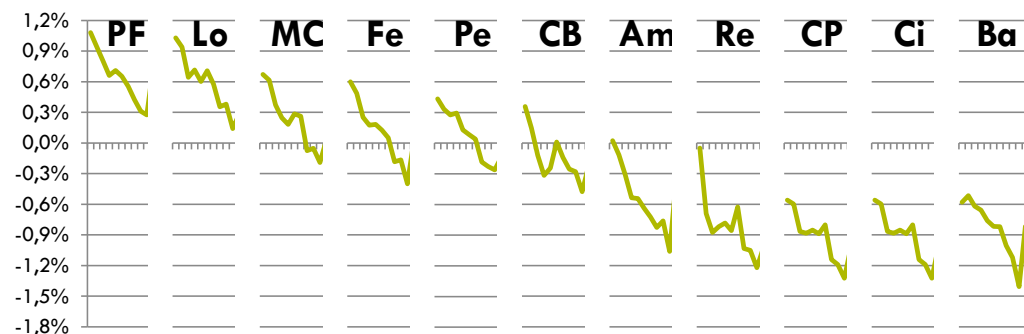


Fonte: INE (Censos, vários anos).

Na fachada ocidental do Tâmega e Sousa, só Castelo de Paiva, com um crescimento residual de 2%, foge a esta dinâmica positiva. Mais para o interior, Marco de Canaveses e Amarante, com crescimentos de 25% e 15%, respetivamente, mostram, aliás, resultados mais favoráveis. Quanto aos restantes concelhos do Tâmega e Sousa mostram tendências persistentes de perda populacional: 13% em Celorico de Basto, cerca de 20% em Baião e Cinfães e quase 30% em Resende.

De uma maneira geral, a última década prolongou estas tendências de longo prazo. No entanto, o Gráfico 2.5 mostra algumas especificidades: Penafiel e Felgueiras, que vinham a registar um rápido crescimento, viram a sua população estabilizar; por sua vez, Amarante que tinha registado um crescimento mais moderado perdeu 5,7% da sua população na última década, tendo Castelo de Paiva registado também algum recuo.

Gráfico 2.6 - Taxa anual de crescimento efetivo por município (2001-2012)



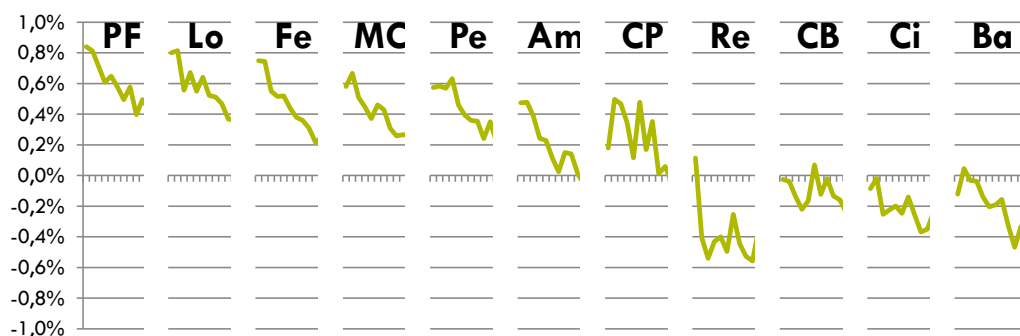
Fonte: INE (Estimativas Anuais da População Residente).

Quando, no Gráfico 2.5, se comparam os dados do Censo de 2011 com os de 2001, alguns concelhos parecem ainda demonstrar uma dinâmica de crescimento populacional. Quando, no entanto, a análise se baseia em dados anuais, como no Gráfico 2.6, torna-se claro que a dinâmica demográfica está em queda em todos os concelhos do Tâmega e Sousa, desde o início do século: sem exceção, todos chegam a 2012 com taxas de anuais de crescimento efetivo da população muito inferiores às que registavam em 2001, sendo Paços de Ferreira o único em que esta não é ainda negativa. Resende apresenta a quebra mais acentuada, de cerca 1,7 pontos percentuais, mas em nenhum concelho ela é inferior a 0,8 pontos percentuais.

Na maioria dos concelhos, esta quebra do crescimento populacional efetivo resulta, quer dos fenómenos migratórios, quer de uma evolução muito negativa do crescimento

natural (isto é, do saldo entre nascimentos e óbitos), retratada no Gráfico 2.7. Embora 5 concelhos ainda mantivessem, em 2012, taxas de crescimento natural ligeiramente positivas, todos registaram quebras muito acentuadas nos últimos dez anos. A situação é, em geral, mais favorável nos concelhos do Sousa do que nos do Tâmega e Douro, onde são escassos os anos de crescimento natural positivo.

Gráfico 2.7 - Taxa anual de crescimento natural por município (2001-2012)



Fonte: INE (Estimativas Anuais da População Residente).

Gráfico 2.8 - Taxa anual de crescimento migratório por município (2001-2012)



Fonte: INE (Estimativas Anuais da População Residente).

A heterogeneidade é menor no que respeita ao crescimento migratório uma vez que, nessa matéria, quase todos os concelhos apresentam sistematicamente perdas populacionais (Gráfico 2.8). Celorico de Basto, a par de Paços de Ferreira, apresenta os indicadores menos desfavoráveis, com variações normalmente próximas de zero. Apesar dessa exceção, também a este nível, é visível a tendência para a zona do Sousa alcançar resultados mais favoráveis do que os concelhos mais interiores.

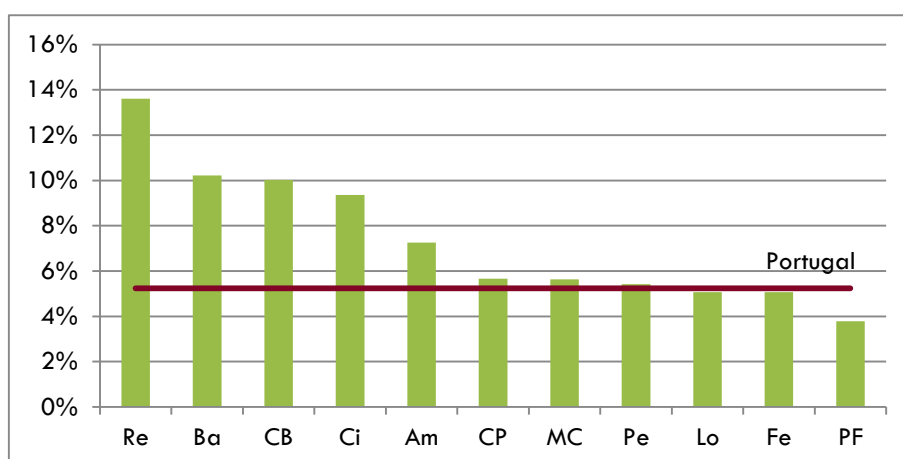
O Tâmega e Sousa é, em síntese, uma comunidade demográfica muito heterogénea, onde se reúnem os concelhos do Sousa, de elevada densidade populacional, população jovem e relativamente urbanizada, com os do Tâmega e Douro, marcados pela baixa densidade, ruralidade e envelhecimento. Todos partilham, no entanto, uma perda de dinâmica demográfica, fruto do abrandamento do crescimento natural e, em quase todos os casos, da emigração.

2.2. Educação e formação

O Tâmega e Sousa apresenta um claro défice em matéria de educação e formação face ao todo do país e da Região Norte. No entanto, também nesta matéria há uma significativa heterogeneidade dentro da comunidade intermunicipal.

Esta heterogeneidade é, desde logo, visível ao nível do analfabetismo (Gráfico 2.9). O Tâmega e Sousa tem uma percentagem de pessoas com 10 ou mais anos que não sabem ler nem escrever (6,3%) que não se afasta muito da média da Região Norte (5,0%) e do país (5,2%) mas a situação varia substancialmente de concelho para concelho. Na fachada ocidental da comunidade, Paços de Ferreira está claramente abaixo da média nacional e Felgueiras, Lousada, Penafiel e Castelo de Paiva pouco dela se afastam. Mais para o interior, só o Marco de Canaveses se encontra alinhado com a média portuguesa. Amarante excede-a em 2 pontos percentuais, Cinfães em 4, Celorico de Basto e Baião em 5 e Resende em mais de 8.

Gráfico 2.9 - Percentagem da população com 10 ou mais anos que não sabe ler nem escrever (2011)

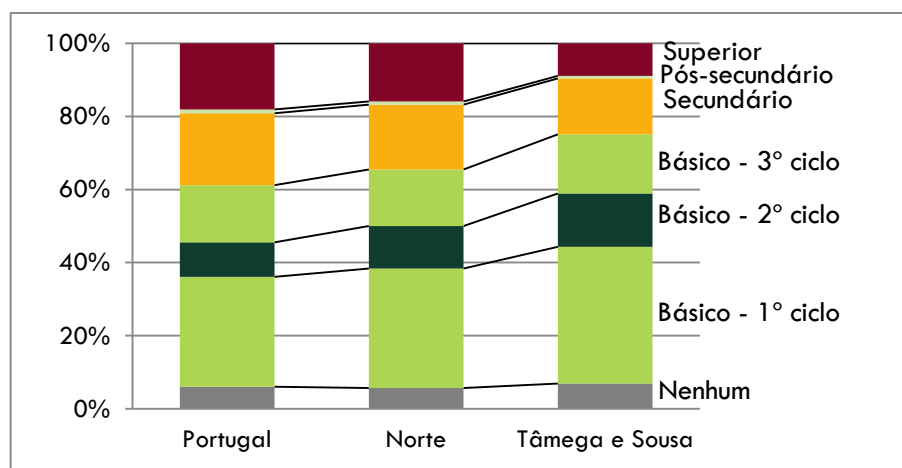


Fonte: INE (Censos 2011).

Mais do que ao nível do analfabetismo, as desvantagens educativas do Tâmega e Sousa são, no entanto, visíveis quando se analisa a escolaridade da população potencialmente ativa (Gráfico 2.10). As pessoas que não completaram nenhum nível de escolaridade ou que apenas completaram algum dos níveis do ensino básico representam uma percentagem substancialmente mais elevada da população do Tâmega e Sousa do que da Região Norte e de Portugal, passando-se o inverso a nível do ensino secundário e superior. Concretamente, entre as pessoas com 15 ou mais anos, as que completaram estudos pós-secundários ou superiores representam 19,2% dos residentes em Portugal, 16,8% na Região Norte e apenas 9,6% no Tâmega e Sousa.⁴ Em contrapartida, os que não foram além do 1º ciclo do ensino básico representam 44% no Tâmega e Sousa, 38% no Norte e 36% no país.

⁴ O ensino pós-secundário consiste, de acordo com os conceitos utilizados nos Censos 2011, na “Oferta formativa pós secundária, não superior, que prepara jovens e adultos para o desempenho de profissões qualificadas, por forma a favorecer a entrada na vida ativa. A organização do curso tem componentes de formação em contexto escolar e em contexto de trabalho. Confere um diploma de especialização tecnológica e qualificação profissional de nível 4.” Estes cursos são conhecidos como CET – Cursos de Especialização Tecnológica.

Gráfico 2.10 - Distribuição da população residente com 15 ou mais anos por nível de escolaridade (2011)



Fonte: INE (Censos 2011).

Como se pode verificar na Tabela 2.3, existe uma considerável variabilidade entre os concelhos do Tâmega e Sousa em matéria de escolaridade. Baião, Cinfães e Resende apresentam inequivocamente o perfil mais desfavorável. Nestes concelhos, a percentagem da população com 15 ou mais anos que não completou nenhum nível de escolaridade ou se ficou pelo 1º ciclo do ensino básico excede 50% enquanto a dos que completaram estudos pós-secundários ou superiores varia entre 6,6% em Cinfães e 8,2% em Resende, em qualquer caso bem abaixo da média de 9,6% do Tâmega e Sousa.

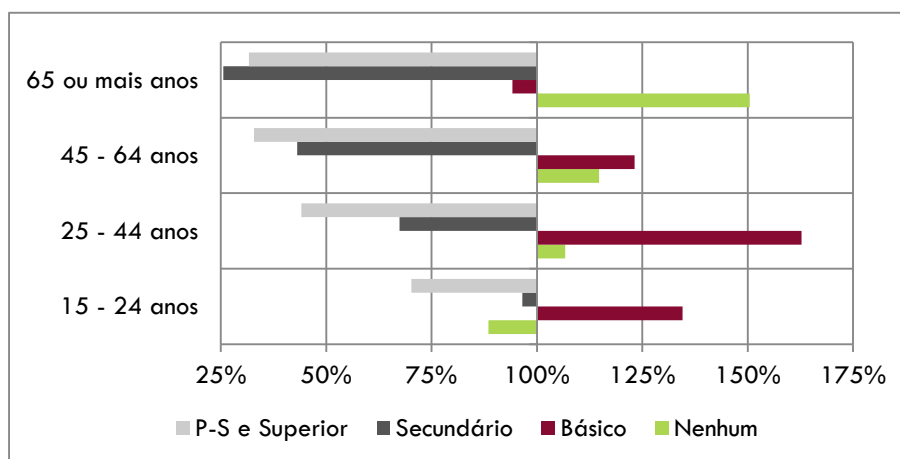
Tabela 2.3 - Níveis de escolaridade dos residentes com 15 ou mais anos de idade, por município (2011)

	Nenhum	Básico 1º ciclo	Básico 2º ciclo	Básico 3º ciclo	Secundário	Pós-secundário e superior
Portugal	6,0%	30,1%	9,5%	15,6%	19,7%	19,2%
Norte	5,7%	32,7%	11,6%	15,4%	17,7%	16,8%
Tâmega e Sousa	6,9%	37,5%	14,5%	16,2%	15,3%	9,6%
Amarante	7,9%	38,2%	10,5%	14,8%	16,1%	12,6%
Baião	10,7%	42,8%	11,6%	14,7%	13,0%	7,1%
Castelo de Paiva	6,0%	32,9%	20,8%	17,0%	14,8%	8,5%
Celorico de Basto	11,0%	37,1%	13,0%	15,2%	14,6%	9,1%
Cinfães	10,2%	42,1%	15,8%	12,6%	12,6%	6,6%
Felgueiras	5,6%	37,5%	14,0%	17,0%	16,2%	9,7%
Lousada	5,7%	35,7%	16,2%	18,4%	15,2%	8,9%
M. Canaveses	6,3%	37,2%	15,4%	16,3%	15,4%	9,4%
Paços de Ferreira	4,5%	37,5%	17,8%	16,3%	14,7%	9,2%
Penafiel	5,9%	35,7%	14,2%	17,1%	16,7%	10,4%
Resende	14,8%	41,1%	9,8%	12,9%	13,2%	8,2%

Fonte: INE (Censos 2011).

Uma tentativa de ordenação da posição relativa dos restantes concelhos, em matéria de escolaridade, afigura-se mais complexa. Amarante tem a maior percentagem de residentes que completaram o ensino pós-secundário ou superior (12,6%) mas não se encontra entre os concelhos com situação mais favorável quanto aos residentes que não foram além do ensino básico. Com 46,1% surge, logo depois de Celorico de Basto e dos três concelhos anteriormente mencionados, na quinta pior situação a esse nível. Já Castelo de Paiva é o concelho com menor percentagem de população que não foi além do 1º ciclo do ensino básico (38,9%) mas, com apenas 8,5%, é também o quarto concelho com menor percentagem de população a completar estudos pós-secundários e superiores. Os concelhos do Sousa situam-se, em geral, entre os que têm menores percentagens de população apenas com o 1º ciclo do ensino básico mas não se afastam significativamente da média quanto à percentagem dos que completaram estudos pós-secundários ou superiores. O Marco de Canaveses encontra-se, em ambos os aspetos, muito próximo da média.

Gráfico 2.11 - Peso relativo de cada nível escolaridade na população residente no Tâmega e Sousa face a Portugal, por escalão etário (2011)



Fonte: INE (Censos 2011).

Segmentando a população por escalão etário (Gráfico 2.11), constata-se que a desvantagem educativa do Tâmega e Sousa é tanto mais acentuada quanto maior a idade da população. No escalão das pessoas com 65 ou mais anos, as que não têm nenhum nível de escolaridade têm um peso na população do Tâmega e Sousa que é 150% do que têm a nível nacional. Neste escalão etário, todos os outros níveis de escolaridade estão sub-representados, sendo o peso das pessoas que atingiram o ensino secundário ou superior apenas 25% a 30% do verificado a nível nacional.

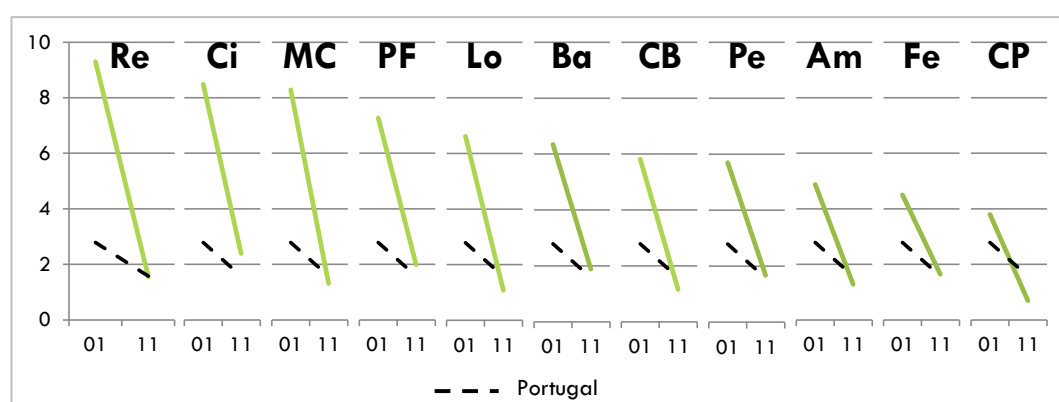
Entre os 45 e os 64 anos, o Tâmega e Sousa continua a estar sub-representado no ensino secundário (43%) e superior (33%), embora ligeiramente menos do que no escalão anterior. Continua, igualmente, a estar sobre representado quanto à população sem nenhum nível de escolaridade (115%), embora em muito menor medida do que entre os mais velhos, e passa a está-lo também no ensino básico (123%). Descendo ao escalão dos 25 aos 44 anos, a desvantagem do Tâmega e Sousa diminui substancialmente no que respeita ao ensino secundário, onde atinge uma percentagem da população correspondente a dois terços da média nacional. A sobre representação da população sem

nenhum nível de escolaridade reduz-se acentuadamente (107%) mas aumenta muito a da população que completou algum dos ciclos do básico (163%).

Finalmente, na população entre os 15 e os 24 anos, o Tâmega e Sousa quase anula a sua desvantagem relativa a nível de ensino secundário (97%) e reduz consideravelmente a registada a nível de ensino superior (70%). Também passa a ter uma percentagem da população sem nenhum nível de escolaridade abaixo da média nacional (88%) mas mantém uma considerável sobre representação da que não vai além do ensino básico (135%).

Estes indicadores comprovam existência de um processo, claro mas muito lento, de convergência dos níveis de escolaridade da população do Tâmega e Sousa com a média nacional.

Gráfico 2.12 - Abandono escolar entre os 10 e os 15 anos



Fonte: INE (Censos 2001 e 2011).

A redução do abandono escolar é um elemento central neste processo. O Tâmega e Sousa fez progressos muito significativos nesta matéria, desde o início do século. Em 2001, todos os concelhos da comunidade intermunicipal tinham níveis de abandono escolar entre os 10 e os 15 anos acima da média nacional, excedendo-a por uma margem que variava entre um mínimo de 36% em Castelo de Paiva e um máximo de 233% em Resende. Dez anos depois, a situação é radicalmente diferente. Todos os concelhos conseguiram reduzir acentuadamente o abandono escolar, em percentagens que variam entre 64% em Felgueiras e 84% em Lousada e no Marco de Canaveses. Seis deles (Amarante, Celorico de Basto, Castelo de Paiva, Marco de Canaveses, Lousada, Resende) têm já níveis de abandono escolar inferiores à média nacional, sendo de destacar o nível particularmente baixo atingido em Castelo de Paiva.

A Tabela 2.4 apresenta uma bateria de outros importantes indicadores em matéria de escolaridade. À data do último censo, a generalidade dos concelhos do Tâmega e Sousa tinham alcançado níveis de taxa bruta de frequência do pré-escolar próximos da média nacional, aproximando-se de uma completa cobertura da população: os valores mais baixos registavam-se em Amarante, Baião e Cinfães mas nenhum deles ficava abaixo de 80%, quando a média nacional era de 90,9%.⁵ No ensino básico, todos os concelhos

⁵ As taxas brutas de frequência e de escolarização dão apenas uma ideia aproximada da cobertura da população, uma vez que comparam o número de alunos matriculados com o da população residente com idade

tinham índices que denotavam a completa cobertura da população. No entanto, alguns deles apresentavam níveis de retenção e desistência significativos.

Tabela 2.4 - Indicadores escolares, por município (2011/2012)

	Pré-escolar		Básico	Secundário	
	Tx. bruta de frequência	Tx. bruta escolarização	Retenção e desistência (%)	Tx. bruta escolarização	Transição e conclusão (%)
Portugal	90,9	117,9	9,9	124,9	79,9
Norte	93,9	117,2	8,4	122,4	83,0
Amarante	80,1	130,0	5,4	140,2	86,7
Baião	83,2	116,6	13,9	78,1	81,0
Castelo P.	109,0	118,6	12,5	95,0	82,7
Celorico B.	86,2	110,1	7,76	106,4	87,4
Cinfães	83,9	125,7	8,3	88,2	89,9
Felgueiras	85,6	116,1	10,5	103,1	81,1
Lousada	87,7	113,4	9,6	74,8	82,5
Marco C.	93,7	112,8	7,6	85,0	84,7
Paços F.	89,0	116,5	11,1	81,5	81,0
Penafiel	92,3	117,0	7,6	86,8	82,9
Resende	101,0	113,9	7,0	86,7	80,1

Fonte: INE (Anuário Estatístico da Região Norte 2013).

Já a nível do ensino secundário, apenas 3 concelhos do Tâmega e Sousa (Amarante, Celorico de Basto e Felgueiras) atingiram já níveis de 100, indicando a completa cobertura da população no escalão etário correspondente. Em contrapartida, Baião e Lousada apresentam ainda valores abaixo de 80, sugerindo continuar a existir um número considerável de jovens com idade para o fazerem que não frequentam este nível de ensino. Todos os concelhos da comunidade intermunicipal apresentam, contudo, taxas de transição e conclusão mais favoráveis do que a média nacional.

A adequação da oferta educativa à procura e às expectativas da população é um elemento indispensável no combate ao insucesso e ao abandono escolar, sendo a oferta de cursos vocacionados para a aproximação ao mercado de trabalho um importante contributo nesse sentido. A Tabela 2.5 mostra que, no Tâmega e Sousa, no ano letivo de 2011/2012, 9,5% dos matriculados no 3º ciclo do ensino básico se inscreveram em cursos de educação e formação, percentagem que excede ligeiramente a média nacional. Estes cursos foram particularmente frequentados em Baião, Celorico de Basto, Cinfães e Marco de Canaveses. Pelo contrário, em Penafiel e Resende, apenas cerca de 7% dos alunos se inscreveram em cursos desta natureza.

adequada para normalmente frequentar o nível de ensino correspondente. A frequência do ensino por residentes noutros municípios ou por pessoas que não têm a idade para normalmente frequentar um determinado nível de ensino dificultam a interpretação dos valores destes indicadores.

⁶ Valor do ano letivo de 2010-2011. Para o ano letivo de 2011-2012, o Anuário Estatístico da Região Norte 2013 apresenta um valor de 42,1% que não se afigura credível.

Os cursos de educação e formação existem também, mas com pouca expressão, no ensino secundário. Neste nível de ensino, no entanto, o ensino profissional capta já uma significativa percentagem dos alunos: no Tâmega e Sousa, são cerca de 35%, percentagem ligeiramente mais alta do que a média nacional e regional. Os níveis mais elevados de frequência são em Celorico de Basto, Castelo de Paiva e Cinfães, onde rondam os 50%. Em contrapartida, em Amarante, são de apenas 26% e em Lousada, Paços de Ferreira e Penafiel rondam os 30%.

Tabela 2.5 - Modalidades de educação/formação orientadas para jovens, por município: percentagem dos matriculados em cada ciclo de ensino (2011/2012)

	3º ciclo – Básico		Ensino secundário	
	C. Prof.	C. Educ. Form.	C. Prof.	C. Educ. Form.
Portugal	0,1%	9,2%	32,6%	0,6%
Norte	0,2%	9,8%	33,8%	0,4%
Tâmega e Sousa	0,0%	9,5%	34,9%	0,0%
Amarante	0,0%	9,4%	25,9%	0,0%
Baião	0,0%	16,8%	38,6%	0,0%
Castelo de Paiva	0,0%	8,3%	49,8%	0,0%
Celorico de Basto	0,0%	13,1%	52,0%	0,0%
Cinfães	0,0%	11,0%	46,5%	0,0%
Felgueiras	0,0%	8,9%	42,9%	0,0%
Lousada	0,0%	9,6%	29,2%	0,0%
Marco de Canaveses	0,0%	10,4%	35,9%	0,0%
Paços de Ferreira	0,0%	9,1%	30,9%	0,0%
Penafiel	0,0%	7,5%	30,9%	0,0%
Resende	0,0%	6,8%	38,1%	0,0%

Fonte: INE (Anuário Estatístico da Região Norte 2013); cálculos nossos.

Dado o ritmo inevitavelmente lento com que a educação dos jovens se refletirá nas qualificações médias da população ativa, a educação e formação de adultos pode dar um contributo relevante para atenuar as desvantagens que o Tâmega e Sousa apresenta nestes domínios. A Tabela 2.6 apresenta alguns indicadores nessa matéria.

No ensino secundário, o Tâmega e Sousa tem uma percentagem da população a frequentar cursos vocacionados para adultos que se aproxima da média nacional de 0,7%. Celorico de Basto com 1,86% apresenta o valor mais elevado, seguido por Baião, com 1,01%. Em contrapartida, os dados disponíveis indicam não existir adultos a frequentar cursos desta natureza em Resende. No 3º ciclo do ensino básico, Cinfães lidera, com 1,82%, seguido de Celorico, Amarante e Penafiel. Resende é, novamente, o concelho em que a frequência de cursos para adultos é menos frequente.

A população do Tâmega e Sousa tem, portanto, níveis de escolarização inferiores à média da Região Norte e do país. Esse défice é menos acentuado entre os jovens mas ao ritmo da substituição natural das populações persistirá ainda por muitos anos. Ao nível do ensino básico, o Tâmega e Sousa conseguiu já alinhar-se com os padrões nacionais de abandono escolar. No entanto, no ensino secundário, as taxas de escolarização carecem ainda de reforço.

Tabela 2.6 - Percentagem da população com 15 anos ou mais matriculada em modalidades de educação/formação orientadas para adultos/os, por município (2011/2012)

	1º ciclo Básico	2º ciclo Básico	3º ciclo Básico	Secundário
Portugal	0,03%	0,16%	0,58%	0,70%
Norte	0,02%	0,22%	0,74%	0,75%
Tâmega e Sousa	0,02%	0,24%	1,04%	0,73%
Amarante	0,01%	0,22%	1,42%	0,94%
Baião	0,10%	0,34%	0,56%	1,01%
Castelo de Paiva	0,00%	0,00%	0,52%	0,35%
Celorico de Basto	0,11%	0,46%	1,46%	1,86%
Cinfães	0,00%	0,63%	1,82%	0,49%
Felgueiras	0,00%	0,31%	0,71%	0,88%
Lousada	0,00%	0,19%	0,78%	0,41%
Marco de Canaveses	0,03%	0,16%	0,82%	0,39%
Paços de Ferreira	0,01%	0,28%	1,06%	0,64%
Penafiel	0,01%	0,14%	1,38%	0,86%
Resende	0,00%	0,00%	0,16%	0,00%

Fonte: INE (Anuário Estatístico da Região Norte 2013); cálculos nossos.

2.3. Mercado de trabalho

Os principais indicadores do mercado de emprego no Tâmega e Sousa, quando considerado na sua globalidade, não divergem significativamente das médias nacionais e regionais: de acordo com o Censo de 2011, a taxa de desemprego no Tâmega e Sousa era de 14%, ligeiramente abaixo dos 14,5% registados na Região Norte e um pouco acima dos 13,2% do conjunto do país. A taxa de atividade, por sua vez, era de 46,5% no Tâmega e Sousa face a uma média de 47,6% em Portugal e no Norte.

Como noutras matérias, também a nível do mercado de trabalho o Tâmega e Sousa é profundamente heterogéneo. A análise da taxa de atividade sugere a sua segmentação em três zonas. A noroeste, em Felgueiras, Lousada e Paços de Ferreira, mais de metade dos residentes estão no mercado de trabalho. Pelo contrário, a sudeste, Baião, Cinfães e Resende apresentam taxas de atividade abaixo dos 40%. Entre estas zonas, em Amarante, Marco de Canaveses, Penafiel e Castelo de Paiva, este indicador ronda os 45%. Celorico de Basto foge a este esquema de classificação, com uma taxa de 40,9%, muito inferior à dos seus vizinhos imediatos. A análise da taxa de desemprego não suporta, no entanto, o mesmo padrão geográfico de agregação dos municípios. Felgueiras apresenta uma taxa (10,3%) muito inferior à de qualquer outro concelho do Tâmega e Sousa, bem como à média nacional e regional, fruto das especificidades do seu tecido produtivo. Penafiel apresenta a segunda taxa de desemprego mais baixa (12,4%), embora excedendo já a de Felgueiras em mais de 2 pontos percentuais. A baixíssima taxa de atividade de Resende, apenas 34,4%, permite-lhe ser o único outro concelho do Tâmega e Sousa com níveis de desemprego inferiores à média nacional. Já Baião e Cinfães, apesar de taxas de atividade também reduzidas, apresentam os níveis de desemprego mais elevados da comunidade intermunicipal, da ordem dos 20%. Entre estes extremos, Lousada, Amarante e Paços de

Ferreira apresentam taxas de 13%-14%, enquanto Celorico de Basto, Marco de Canaveses e Castelo de Paiva se situam na ordem dos 16%-17%.

Tabela 2.7 - Emprego e Desemprego (2011)

	Desempregados	Empregados	Tx. Desemprego	Tx. Atividade
Portugal	662 180	4 361 187	13,2%	47,6%
Norte	254 182	1 501 883	14,5%	47,6%
Tâmega e Sousa	28 238	172 935	14,0%	46,5%
Amarante	3 514	21 590	14,0%	44,6%
Baião	1 579	6 577	19,4%	39,7%
Castelo de Paiva	1 271	6 150	17,1%	44,3%
Celorico de Basto	1 337	6 890	16,3%	40,9%
Cinfães	1 516	6 082	20,0%	37,2%
Felgueiras	3 079	26 716	10,3%	51,3%
Lousada	3 178	20 817	13,2%	50,6%
Marco de Canaveses	3 859	19 806	16,3%	44,3%
Paços de Ferreira	4 155	24 920	14,3%	51,6%
Penafiel	4 237	29 991	12,4%	47,4%
Resende	513	3 396	13,1%	34,4%

Fonte: INE (Censos 2011); cálculos nossos.

2.3.1. Emprego

Quase dois terços dos residentes na comunidade do Tâmega e Sousa estavam empregados, aquando do Censo de 2011, num de três setores de atividade: indústria transformadora (30,2%), construção (18,9%) e comércio e reparação de veículos (14,9%). Nenhum outro setor se aproximava do limiar de 10% do emprego.

Nos dois primeiros setores, indústria transformadora e construção, o peso no emprego na comunidade intermunicipal era cerca do dobro do registado a nível nacional: por si sós, estes dois sectores asseguravam quase metade do emprego local quando, no país, a sua representatividade não ia além de 24,9%. Em termos relativos, o setor mais sobre representado no emprego da CIM era o das indústrias extrativas, com cerca do triplo do peso registado a nível nacional, embora a sua importância absoluta no emprego no Tâmega e Sousa não fosse além de 0,9%.

O comércio e a reparação de veículos, apesar da sua elevada representatividade (14,9%) no emprego local, tem menor peso na comunidade do que no conjunto do país. Outros setores com peso significativo, mas inferior à média nacional, são a educação (6,4% no Tâmega e Sousa, 8,6% no país), a administração pública e defesa (5,0% contra 7,2%) e as atividades de saúde e apoio social (4,5% contra 8,2%). As atividades mais associadas ao setor público estão, portanto, sub-representadas no emprego dos residentes no Tâmega e Sousa. De assinalar, ainda, a sub-representação das atividades ligadas ao turismo, como o alojamento e restauração (3,9% contra 6,7%).

Tabela 2.8 - Estrutura sectorial (CAE) do emprego (2011)

	Portugal	Norte	Tâmega e Sousa
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	3,1%	2,9%	2,5%
Indústrias extrativas	0,3%	0,3%	0,9%
Indústrias transformadoras	16,4%	24,1%	30,2%
Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	0,6%	0,6%	0,6%
Capt., trat. e distr. água; saneamento, g. resíduos e desp.	0,7%	0,6%	0,5%
Construção	8,5%	10,0%	18,9%
Com. p/ grosso e retalho; reparação de veículos aut. e mot.	17,3%	17,4%	14,9%
Transportes e armazenagem	3,7%	2,9%	2,2%
Alojamento, restauração e similares	6,7%	5,4%	3,9%
Atividades de informação e de comunicação	2,3%	1,5%	0,7%
Atividades financeiras e de seguros	2,4%	1,7%	0,9%
Atividades imobiliárias	0,6%	0,5%	0,2%
Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	4,1%	3,5%	2,1%
Atividades administrativas e dos serviços de apoio	4,4%	3,3%	2,0%
Administração Pública e Defesa; Segurança Social Obrigat.	7,2%	5,2%	5,0%
Educação	8,6%	8,5%	6,4%
Atividades de saúde humana e apoio social	8,2%	7,3%	4,5%
Ativ. artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	1,0%	0,8%	0,4%
Outras atividades de serviços	2,0%	1,9%	1,4%
Ativ. das famílias emp. pess. dom. e prod. p/ uso próprio	1,9%	1,8%	1,8%
Ativ. dos org. internacionais e out. inst. extraterritoriais	0,0%	0,0%	0,0%

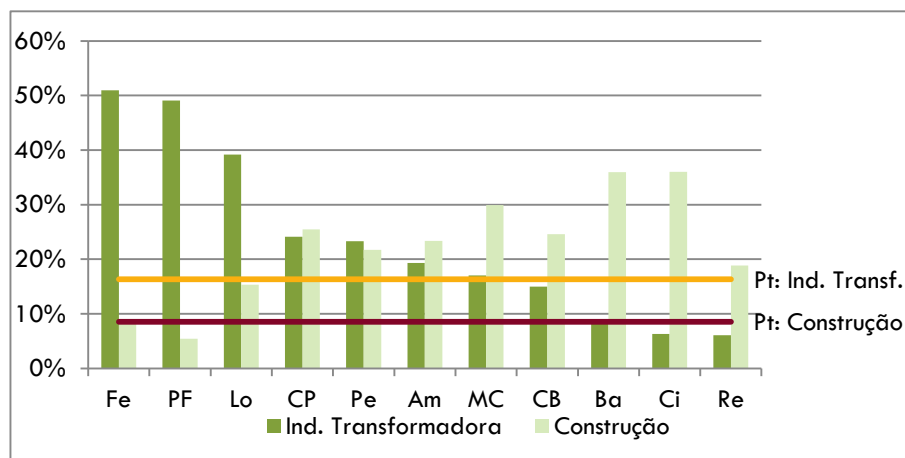
Fonte: INE (Censos 2011); cálculos nossos.

Sendo, globalmente, o setor mais representativo no emprego do Tâmega e Sousa, a indústria transformadora tem, no entanto, uma importância muito diversa de município para município, muito mais elevada nos concelhos do Sousa do que na zona mais interior da comunidade (Gráfico 2.13). Em Felgueiras e Paços de Ferreira, este setor emprega metade dos residentes, triplicando o peso que tem a nível nacional. Lousada é também um concelho fortemente industrializado, com quase 40% do emprego no setor. Na zona sul desta fachada ocidental do Tâmega e Sousa, em Penafiel e Castelo de Paiva, a indústria transformadora absorve cerca de um quarto do emprego, substancialmente acima da média nacional mas longe dos valores registados mais a norte. Avançando para o interior, o peso da indústria transformadora em Amarante, Marco de Canaveses e Celorico de Basto está próximo da média nacional de 16,4%. O contributo da indústria para o emprego é muito menor nos concelhos mais próximos do Douro, Baião (8,5%), Cinfães (6,3%) e Resende (6,1%).

O peso da construção para o emprego municipal tem, praticamente, a ordenação inversa. É inferior a 10% em Felgueiras e, sobretudo, em Paços de Ferreira, únicos concelhos do Tâmega e Sousa que ficam, nesta matéria, abaixo da média nacional. Em Lousada, emprega 15,3% dos residentes e em Resende 18,8%. A sua importância relativa é muito maior em Baião e Cinfães, onde representa mais de um terço do emprego, aproximando-

se também desse limiar no Marco de Canaveses. Nos restantes concelhos, o peso da construção ronda um quarto do emprego.

Gráfico 2.13 - Peso da indústria transformadora e da construção civil no emprego (2011)



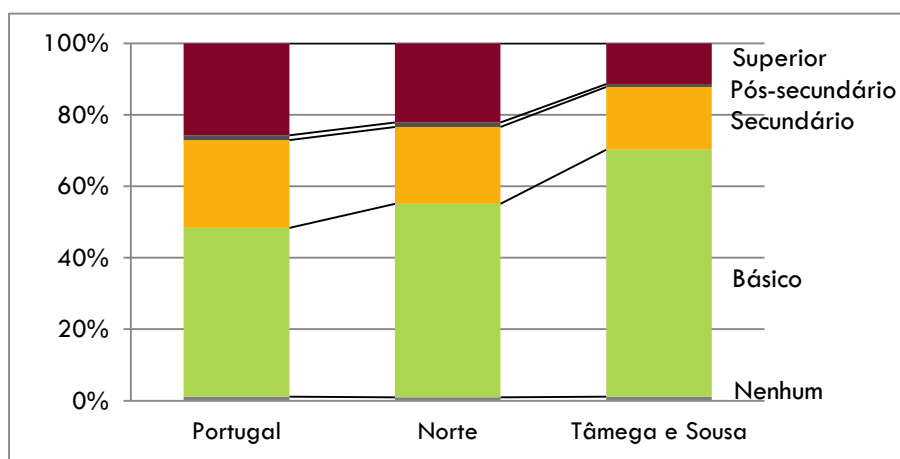
Fonte: INE (Censos 2011).

Em conjunto, indústria transformadora e construção representam 40% a 60% do emprego dos residentes em todos os concelhos do Tâmega e Sousa, com exceção de Resende, onde não vão além de 24,9%. Este concelho distingue-se por um peso do setor agrícola no emprego (20,1%) que não tem paralelo em nenhum outro concelho da comunidade. Também o emprego público, nomeadamente nos setores da administração pública e defesa (10%) e educação (9%), tem, em Resende, uma relevância muito superior à que é comum noutros concelhos do Tâmega e Sousa.

Em termos de escolaridade, o emprego no Tâmega e Sousa reflete o perfil da população residente, anteriormente analisado. Apenas 11,4% dos residentes nesta comunidade intermunicipal que tinham emprego, à data do Censo de 2011, tinham completado o ensino superior (Gráfico 2.14). Essa percentagem ascendia a 22,2% na Região Norte e a 25,7% no conjunto do país. A desvantagem do Tâmega e Sousa era extensiva ao ensino secundário, completado apenas por 17,5% dos seus residentes empregados, contra 21,5% na Região Norte e 24,5% no país.

Amarante é o concelho com um perfil de emprego mais qualificado: 35,9% dos seus residentes empregados completaram, pelo menos, o ensino secundário e 16,1% terminaram o ensino superior. Seguem-se-lhe Celorico de Basto e Resende, onde a percentagem dos empregados que completaram, pelo menos, o ensino secundário é de 32,0% e 31,9%, respetivamente. O relativamente elevado perfil de escolaridade do emprego nestes concelhos pode parecer surpreendente face às carências de escolaridade que demonstram a nível da população em geral mas explica-se pelo peso que têm, nesses concelhos, setores como a administração, educação e saúde, devido à debilidade de outras alternativas. Estes setores representam 21,2% do emprego em Celorico de Basto e 25,7% em Resende, quando não vão além de 15,9% no conjunto do Tâmega e Sousa. Em contrapartida, as elevadas taxas de atividade e o fortíssimo peso da indústria transformadora em Felgueiras, Lousada e Paços de Ferreira estão associados a um perfil de emprego com menores níveis de escolaridade: só 26% a 27% do emprego destes concelhos corresponde a indivíduos que completaram, pelo menos, o ensino secundário.

Gráfico 2.14 - População empregada por nível de escolaridade (2011)



Fonte: INE (Censos 2011).

Tabela 2.9 - Proporção da população empregada em profissões socialmente mais valorizadas (2011)

	2001	2011
Portugal	15,5%	22,2%
Norte	14,1%	20,8%
Tâmega e Sousa	4,7%	13,4%
Amarante	6,1%	17,5%
Baião	4,8%	11,3%
Castelo de Paiva	5,1%	11,2%
Celorico de Basto	5,6%	12,6%
Cinfães	6,7%	13,8%
Felgueiras	3,4%	12,4%
Lousada	3,6%	11,8%
Marco de Canaveses	4,2%	13,6%
Paços de Ferreira	3,4%	13,0%
Penafiel	5,2%	13,8%
Resende	6,4%	14,7%

Fonte: INE (Censos 2001 e 2011).

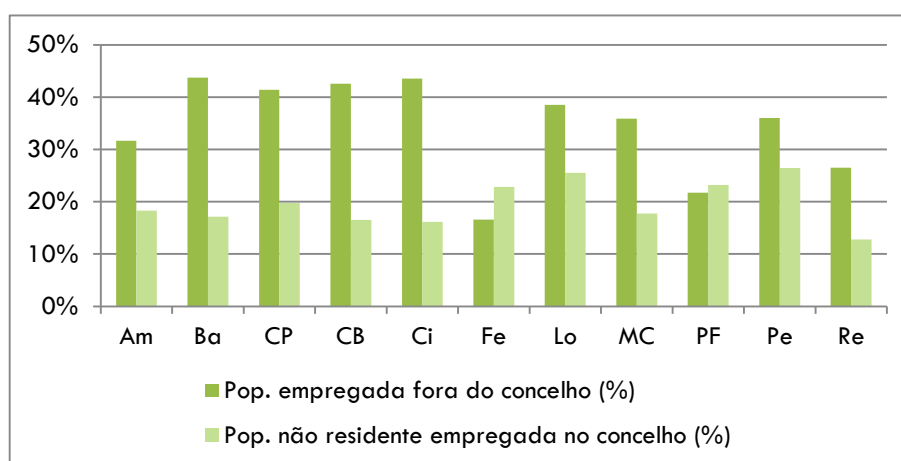
Dos residentes no Tâmega empregados, 13,4% dedicam-se a “profissões socialmente mais valorizadas”, isto é, profissões de nível 1 e 2 na Classificação Portuguesa das Profissões.⁷ A nível concelhio, esta percentagem varia entre um mínimo de 11,2% em Castelo de Paiva e um máximo de 17,5% em Amarante com uma distribuição que segue de perto o peso da população com ensino superior completo. Na última década, o peso destas

⁷ O nível 1 da CPP corresponde a “representantes do poder legislativo e de órgãos executivos, dirigentes, diretores e gestores executivos” e o nível 2 a “especialistas das atividades intelectuais e científicas”.

profissões no emprego aumentou muito significativamente em todos os concelhos, como se pode observar na Tabela 2.9.⁸

Na análise dos resultados anteriores é necessário ter em conta que o mercado de trabalho não coincide, em geral, com as fronteiras administrativas concelhias, não podendo, por isso, as características dos empregados residentes no concelho ser automaticamente associadas a características do emprego aí existente. Em quatro concelhos do Tâmega e Sousa – Baião, Castelo de Paiva, Celorico de Basto e Cinfães – mais de 40% da população empregada estava empregada fora do concelho. Noutros quatro – Amarante, Lousada, Marco de Canaveses e Penafiel – esta percentagem situava-se entre os 30% e 40%. Felgueiras, com 16,6%, era o único concelho em que menos de 20% dos empregados trabalhavam fora do concelho de residência. Simetricamente, em muitos concelhos, os não residentes ocupavam uma fração significativa do emprego existente: Penafiel, com 26,5%, era o concelho em que este fenómeno era mais intenso mas esta percentagem situava-se acima de 20% em todos os concelhos do Sousa. Resende era o concelho que demonstrava menor capacidade de atração, com apenas 12,8% do emprego ocupado por não residentes.

Gráfico 2.15 - Extroversão do mercado de trabalho concelhio (2011)

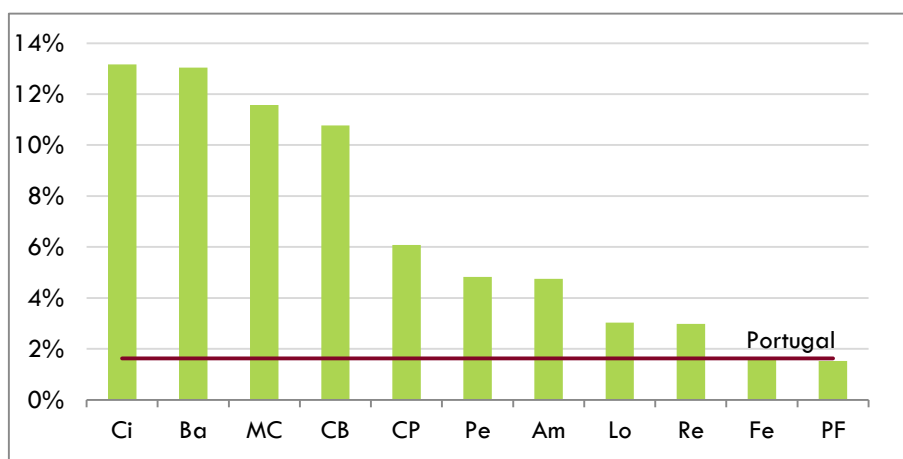


Fonte: INE (Censos 2011).

Uma parte significativa dos residentes no Tâmega e Sousa que tinham emprego trabalhavam no estrangeiro: enquanto no conjunto do país esta percentagem se ficava por 1,6%, no Tâmega e Sousa atingia 5,3%. Como se pode verificar no Gráfico 2.16, Paços de Ferreira era o único concelho da comunidade intermunicipal a ficar abaixo da média nacional neste domínio. Em quatro concelhos, Cinfães, Baião, Marco de Canaveses e Celorico de Basto, mais de 10% dos residentes empregados trabalhavam no estrangeiro e em Castelo de Paiva, Penafiel e Amarante esta percentagem era da ordem dos 5% a 6%.

⁸ Entre 2001 e 2011, a Classificação Portuguesa das Profissões de 2010 substituiu a Classificação Nacional de Profissões de 1994.

Gráfico 2.16 - Proporção da população residente empregada a trabalhar no estrangeiro (2011)



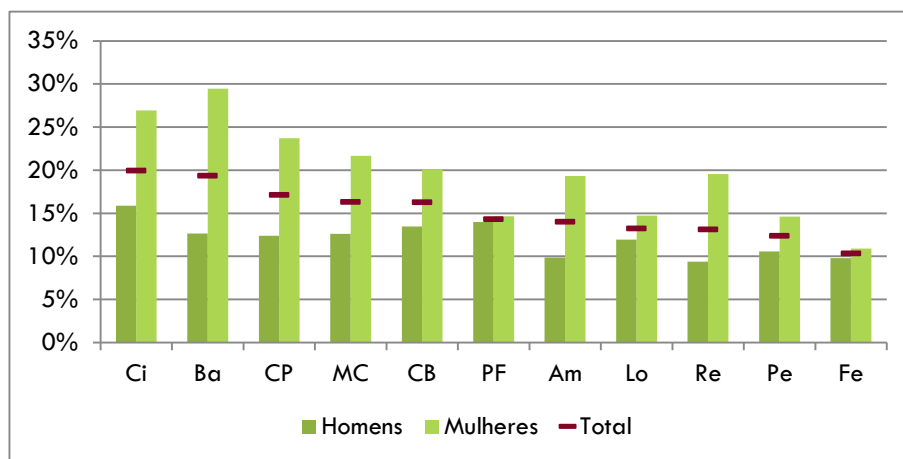
Fonte: INE (Censos 2011).

2.3.2. Desemprego

O Gráfico 2.17 ilustra a distribuição da taxa de desemprego, já apresentada anteriormente na Tabela 2.7 - Emprego e Desemprego (2011), por concelho e pelos dois sexos. Em todos os concelhos, o desemprego feminino é mais acentuado do que o masculino. No entanto, nos concelhos mais industrializados do Sousa, Felgueiras e Paços de Ferreira, a diferença entre o desemprego dos dois sexos é inferior à média nacional, não indo além de um ponto percentual. Nos concelhos vizinhos de Lousada e Penafiel, o diferencial aumenta para 3 a 4 pontos percentuais, sensivelmente o mesmo que se verifica no conjunto da Região Norte. Quando se avança para o interior, esta diferença salta para a ordem dos 9 a 10 pontos percentuais em Amarante e Marco de Canaveses, sendo um pouco mais reduzida em Celorico de Basto. Na margem esquerda do Douro, os concelhos de Castelo de Paiva, Cinfães e Resende apresentam taxas de desemprego feminino que excedem em mais de 10 pontos percentuais as do masculino. No entanto, a situação mais extrema registava-se em Baião, onde o desemprego masculino (12,7%) era inferior à média do Tâmega e Sousa (14,0%) mas o feminino atingia 29,5%.

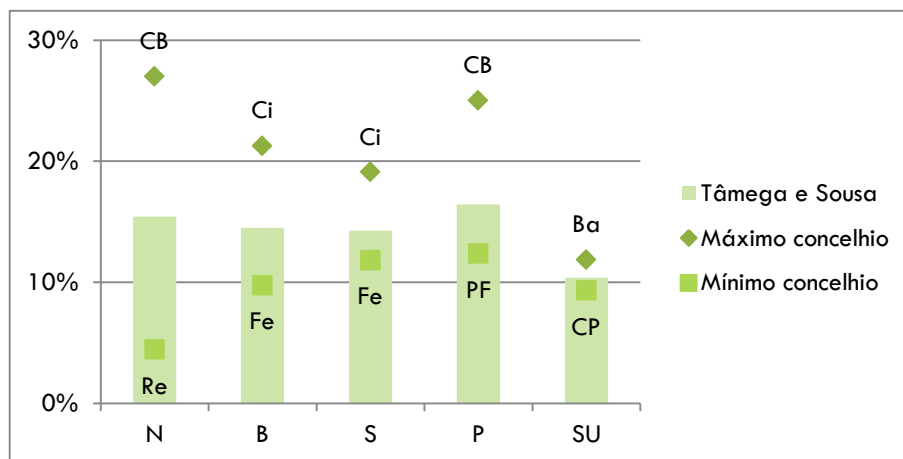
Dada a estrutura produtiva do Tâmega e Sousa, a escolaridade oferece aí menos proteção contra o desemprego do que acontece, em média, no país e na Região Norte. De acordo com o Censo de 2011, quando se passa da população que completou apenas algum ciclo do ensino básico para a que completou o ensino secundário, a taxa de desemprego cai de 15,7% para 12,9% no conjunto do país, de 16,6% para 14,0% na Região Norte mas apenas de 14,5% para 14,3% no Tâmega e Sousa. Nesta comunidade intermunicipal, é só a conclusão do ensino superior que proporciona uma taxa de desemprego substancialmente mais baixa, da ordem dos 10%. Este efeito da conclusão do ensino superior é comum a todos os concelhos. O ensino pós-secundário surge associado a uma taxa de desemprego mais elevado do que o ensino secundário mas corresponde a uma fração muito diminuta da população.

Gráfico 2.17 - Taxa de desemprego por sexo (2011)



Fonte: INE (Censos 2011).

Gráfico 2.18 - Taxa de desemprego por nível de escolaridade (2011)



Fonte: INE (Censos 2011).

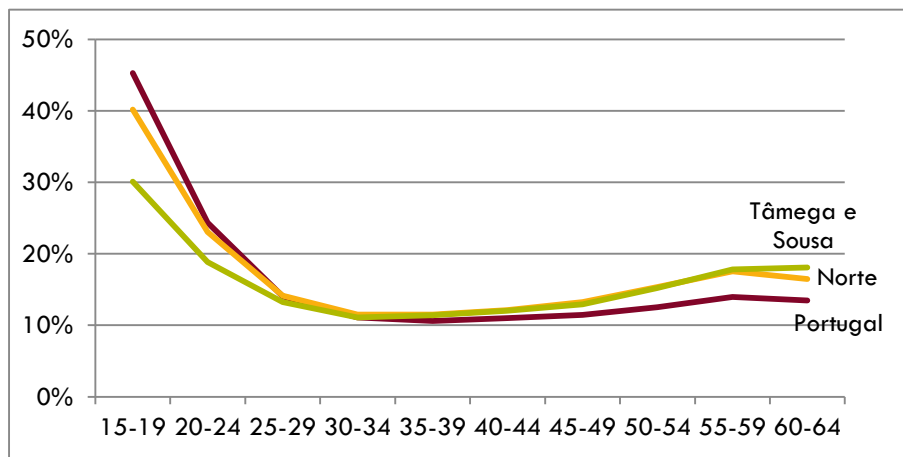
Notas: N – nenhum nível de escolaridade; B – ensino básico; S – ensino secundário; P – ensino pós-secundário; SU – ensino superior.

Se a taxa de desemprego só diminui significativamente para o grupo populacional que concluiu o ensino superior, o mesmo Gráfico 2.18 mostra, ainda, que a variabilidade da taxa de desemprego concelhio é tanto mais reduzida quanto maior o nível de escolaridade. Para a população que não concluiu nenhum ciclo de escolaridade, a taxa de desemprego varia entre um mínimo de 4,4% em Resende e um máximo de 27,0% em Celorico de Basto, um intervalo com uma amplitude de 22,6 pontos percentuais; esta amplitude reduz-se para 11,5 pontos entre os que completaram o ensino básico, 7,3 pontos entre os que concluíram o secundário e apenas 2,5 pontos entre os que concluíram o ensino superior. Só o ensino pós-secundário escapa a esta regularidade.

Os jovens têm, no Tâmega e Sousa, taxas de desemprego muito superiores às de outros escalões etários: a taxa de desemprego atinge os 30,1% dos 15 aos 19 anos e é de 18,8% dos 20 aos 24. Na comunidade, a taxa de desemprego atinge um mínimo de 11,1% dos 30 aos 34 e aumenta depois progressivamente até 18,1%, dos 60 aos 64 anos, escalão etário em que ultrapassa a média regional e nacional. Apesar das muito elevadas taxas de

desemprego jovem, o Gráfico 2.19 mostra que a estrutura produtiva do Tâmega é, em termos relativos, mais favorável aos jovens do que as do conjunto da Região Norte e do país.

Gráfico 2.19 - Taxa de desemprego por escalão etário (2011)



Fonte: INE (Censos 2011).

2.4. Qualidade de vida

Termina-se esta caracterização do Tâmega e Sousa, no que respeita às pessoas, com uma síntese de outros indicadores relevantes para a caracterização da qualidade de vida oferecida por este território.

2.4.1. Condições económicas

Os dados sobre o ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem, publicados pelo Ministério do Trabalho e da Segurança Social, mostram que em nenhum concelho do Tâmega este indicador se aproxima do valor médio de 949 euros registado para o conjunto da Região Norte nem, naturalmente, dos 1 085 euros do conjunto do país. Amarante com 834 euros e Penafiel com 823 são os concelhos da comunidade intermunicipal onde o ganho médio é mais elevado. Os valores mais reduzidos verificam-se nos seus vizinhos de noroeste, Felgueiras, Lousada e Paços de Ferreira, onde este indicador ronda os 700 euros. Nos restantes concelhos, o ganho médio é um pouco mais elevado, aproximando-se dos 730 a 760 euros.

No entanto, o nível de vida da população não é determinado exclusivamente pelos rendimentos provenientes do trabalho por conta de outrem. O índice de poder de compra do INE tem a vantagem de não se focar nessa única fonte de rendimento e proporciona uma perspetiva diferente da realidade intermunicipal. De acordo com este indicador, no Tâmega e Sousa, o poder de compra varia entre metade da média nacional, em Cinfães e Celorico de Basto, e 74%, em Felgueiras. Os valores mais elevados registam-se nos concelhos do Sousa, embora Lousada apresente valores um pouco abaixo dos municípios vizinhos, bem como no Marco de Canaveses e em Amarante. Baião e Resende, com valores entre 50 e 55 da média nacional, seguem-se a Cinfães e Celorico de Basto, entre os

concelhos com valores mais reduzidos. Castelo de Paiva posiciona-se entre estes dois grupos, com um valor de 58,9.

Tabela 2.10 - Indicadores de condições económicas (2011)

	Ganho médio mensal	Índice de poder de compra	Consumo doméstico de energia elétrica (KWh. / hab.)
Portugal	1 084,55	100	1 302,3
Norte	949,08	89,22	1 310,1
Amarante	833,69	69,09	1 118,7
Baião	766,89	52,63	998,7
Castelo de Paiva	732,58	58,90	981
Celorico de Basto	733,08	49,83	824,4
Cinfães	710,78	49,87	962,7
Felgueiras	701,88	73,63	1 173,2
Lousada	688,77	64,55	1 127,2
Marco de Canaveses	757,73	70,52	1 224,5
Paços de Ferreira	705,85	71,62	1 116,7
Penafiel	823,08	69,56	1 174,8
Resende	752,93	54,67	887,2

Fonte: MTSS / Gabinete de Estratégia e Planeamento, INE (Estudo sobre o Poder de Compra Concelhio) e Direcção-Geral de Energia e Geologia.

Obtém-se basicamente a mesma perspetiva da realidade intermunicipal quando se analisa diretamente um indicador de consumo, como o consumo doméstico de energia elétrica. O nível de consumo mais elevado regista-se no Marco de Canaveses, correspondendo a 95% da média nacional. Amarante, Felgueiras, Lousada, Penafiel e Paços de Ferreira apresentam níveis de consumo um pouco mais baixos, próximos de 85% da média do país. O consumo de eletricidade é bastante inferior nos restantes concelhos, atingindo um mínimo correspondente a 63% da média portuguesa em Celorico de Basto.

As condições económicas dos habitantes do Tâmega e Sousa são, portanto, em média, inferiores às de outras zonas de Portugal. Dentro desta comunidade, os concelhos do Sousa, bem como Amarante e o Marco de Canaveses, apresentam uma situação mais favorável do que os situados na zona ribeirinha do Douro e do que o de Celorico de Basto. Esta dicotomia é igualmente visível na importância de diversos mecanismos de apoio social em cada um dos territórios (Tabela 2.11).

A relativa juventude da população do Tâmega e Sousa, no contexto nacional, justifica que só 21,9% dos seus residentes com 15 ou mais anos de idade tenham por principal meio de vida as pensões e reformas, quando essa percentagem ascende a 27,4% a nível nacional. No entanto, a estrutura etária muito diversa dos diferentes municípios leva a que este indicador apresente uma forte variabilidade intermunicipal. Os concelhos do Sousa apresentam valores entre 17% e 21%, abaixo da média da comunidade. O Marco de Canaveses apresenta igualmente valores desta ordem de grandeza. Em contrapartida, em concelhos mais interiores, como Baião, Celorico de Basto, Cinfães e Resende, a percentagem da população que depende fundamentalmente desta fonte de rendimento

varia entre 28% a 31%, acima da média nacional. Amarante e Castelo de Paiva apresentam, nesta matéria, uma situação intermédia entre os dois grupos. Tendencialmente, os concelhos onde a população depende mais de pensões e reformas são também aqueles onde o seu valor monetário é mais reduzido.

A dependência do subsídio de desemprego apresenta uma incidência diferente, sendo, em regra, mais elevada nos concelhos mais industrializados do Sousa e mais reduzida no interior.

Tabela 2.11 - Reformas e apoios sociais (2011)

Percentagem da população com 15 ou mais anos que tem por principal meio de vida ...				
	Reforma/ Pensão	Subsídio de desemprego	RSI + Outros Subsídios + Apoio Social	Valor médio das pensões da segurança social (€/ N.º)
Portugal	27,4%	3,3%	2,4%	4742
Norte	26,0%	4,1%	2,9%	4447
Tâmega e Sousa	21,9%	3,8%	3,2%	-
Amarante	23,4%	2,9%	2,7%	3801
Baião	28,3%	3,4%	4,0%	3903
Castelo de Paiva	25,8%	4,1%	2,6%	4193
Celorico de Basto	28,6%	2,4%	3,1%	3421
Cinfães	29,2%	3,8%	5,1%	3681
Felgueiras	20,5%	3,9%	2,6%	3911
Lousada	18,4%	4,7%	2,7%	4109
Marco de Canaveses	20,7%	4,3%	4,3%	4092
Paços de Ferreira	17,3%	4,9%	3,3%	3878
Penafiel	20,5%	3,6%	3,0%	4219
Resende	30,7%	1,7%	3,6%	3378

Fonte: INE (Censos 2011) e Instituto de Informática, I.P.

2.4.2. Esperança média de vida e saúde

Embora a “qualidade de vida” não possa ser captada por um único indicador e qualidade e duração sejam, evidentemente, fenómenos diferentes, parece razoável admitir que a duração da vida tenderá a ser mais prolongada onde as condições de vida sejam mais favoráveis. Nesse sentido, a esperança média de vida pode ser entendida como um indicador que sintetiza muitos dos fatores relevantes para a qualidade de vida. A Tabela 2.12 apresenta os valores deste indicador na Região Norte e suas NUT III, no triénio 2010-2012, não existindo estatísticas publicadas a um nível geográfico mais desagregado.

A NUT III Tâmega, que engloba mas não se esgota no território da comunidade intermunicipal do Tâmega e Sousa, apresenta os índices mais baixos de toda a Região Norte, quer quanto à esperança média de vida à nascença, quer quanto à esperança de vida aos 65 anos. No entanto, a diferença relativamente às NUT III com os níveis mais elevados destes indicadores é limitada, não indo além de um ano.

Tabela 2.12 - Esperança média de vida (2010-2012)

NUT	À nascença	Aos 65 anos
Continente	79,93	18,95
Norte	80,14	18,95
Cávado	80,51	19,41
Entre Douro e Vouga	80,49	19,17
Grande Porto	80,26	19,16
Ave	80,14	18,95
Alto Trás-os-Montes	79,92	19,6
Minho-Lima	79,78	18,95
Douro	79,44	18,98
Tâmega	79,43	18,68

Fonte: INE (Tábuas Completas de Mortalidade).

Na Tabela 2.13, verifica-se que o Tâmega e Sousa apresenta uma taxa bruta de mortalidade de 8,1‰, abaixo da média regional e nacional. Esta está, no entanto, fortemente correlacionada com a estrutura etária da população, atingindo 13,8‰ em Resende, concelho com a população mais envelhecida, e descendo até 6,1‰ em Paços de Ferreira, onde esta é das mais jovens da CIM.

Tabela 2.13 - Indicadores de saúde

	Taxa bruta de mortalidade (‰)	Tx. mortalidade por doenças do aparelho circulatório (‰)	Tx. mortalidade por tumores malignos (‰)	Tx. quinq. mortalidade infantil (‰) por local de residência	Tx. quinq. mortalidade neonatal (‰) por local de residência da mãe
	2012		2008-20012		
Portugal	10,2	3,1	2,4	3,2	2,1
Norte	9	2,6	2,2	2,8	1,8
Tâmega e Sousa	8,1	2,7	1,8	2,9	1,9
Amarante	9,0	2,3	2,0	1,2	1,2
Baião	12,7	5,0	2,2	3,8	1,3
Castelo de Paiva	10,2	2,4	1,9	1,4	1,4
Celorico de Basto	10,5	3,6	1,8	1,3	1,3
Cinfães	11,1	5,6	1,8	3,9	2,6
Felgueiras	6,7	2,1	1,4	3,9	1,6
Lousada	6,7	2,4	1,4	3,8	3,4
M. Canaveses	7,6	2,8	1,7	3,1	1,9
Paços de Ferreira	6,1	1,9	1,8	4,2	3,1
Penafiel	7,5	2,2	1,8	2,0	1,2
Resende	13,8	4,4	2,5	2,3	0,0

Fonte: INE (Indicadores Demográficos).

A importância relativa de diferentes causas de morte é também fortemente influenciada pelo mesmo fator. Em concelhos com população substancialmente envelhecida, como Baião, Cinfães e Resende, a mortalidade devido a doenças do aparelho circulatório atinge valores de cerca de 5‰, descendo este indicador para a ordem dos 2‰ nos concelhos com população mais jovem. Também a mortalidade por tumores malignos é maior nos primeiros do que nos segundos.

O Tâmega e Sousa apresenta níveis de mortalidade neonatal e infantil semelhantes à média da Região Norte. A variação intermunicipal destes indicadores não obedece à dicotomia entre Sousa e restantes concelhos que se verifica noutras matérias. Os níveis mais elevados de mortalidade infantil, da ordem dos 4‰, tanto se encontram em concelhos mais interiores como Baião e Cinfães como em concelhos do Vale do Sousa como Felgueiras, Lousada e Paços de Ferreira.

2.4.3. Habitação

Os indicadores de habitação apresentados na Tabela 2.14 apontam para que os problemas existentes no Tâmega e Sousa tenham mais a ver com o domínio da infraestruturização do que com a frequência de formas de alojamento não convencionais.

Tabela 2.14 - Indicadores de habitação (2011)

	Proporção de alojamentos não clássicos	Proporção de alojamentos familiares clássicos sem, pelo menos, uma infraestrutura básica	Proporção de alojamentos sobrelotados
Portugal	0,11%	1,9%	11,4%
Norte	0,06%	2,5%	11,7%
Amarante	0,03%	3,3%	11,0%
Baião	0,00%	8,1%	13,3%
Castelo de Paiva	0,08%	4,4%	13,9%
Celorico de Basto	0,02%	5,3%	9,6%
Cinfães	0,02%	10,2%	14,7%
Felgueiras	0,02%	3,0%	12,7%
Lousada	0,05%	2,7%	13,1%
Marco de Canaveses	0,04%	3,7%	14,9%
Paços de Ferreira	0,09%	2,9%	15,4%
Penafiel	0,05%	3,8%	15,2%
Resende	0,03%	9,0%	12,4%

Fonte: INE (Censos 2011).

De facto, na generalidade dos concelhos do Tâmega e Sousa, a proporção de alojamentos não clássicos⁹ é inferior à média de 0,06% da Região Norte e todos ficam aquém dos

⁹ O Censo considera como alojamentos não clássicos as barracas, as casas rudimentares de madeira, os alojamentos improvisados e os alojamentos móveis.

0,11% registados a nível nacional. Castelo de Paiva e Paços de Ferreira são os únicos concelhos da CIM onde este problema ultrapassa a média da Região Norte.

Já a ausência de, pelo menos, uma infraestrutura básica¹⁰ nos alojamentos clássicos é, em todos os concelhos do Tâmega e Sousa, mais comum do que na média da Região Norte. Este tipo de problema é mais comum em concelhos como Baião, Cinfães e Resende, onde abrange 8% a 10% dos alojamentos. A maioria dos concelhos da CIM apresenta também índices de sobrelotação nos alojamentos¹¹ acima da média regional de 11,7%. Amarante e Celorico de Basto são os únicos que não ultrapassam esse limiar.

2.4.4. Criminalidade

A taxa de criminalidade nos concelhos do Tâmega e Sousa, em 2012, variou entre 1,86% em Celorico de Basto e 3,31% em Baião e Felgueiras. Estes dois últimos concelhos foram os únicos a ultrapassar, embora por pequena margem, a média da Região Norte e todos ficaram aquém da média nacional.

Tabela 2.15 - Indicadores de criminalidade (2012)

	Contra a integridade física	Contra o património	Furto / roubo por esticção e na via pública	Furto de veículo e em veículo motorizado	Condução de veículo com taxa de álcool igual ou superior a 1,2g/l	Condução sem habilitação legal	Total
Portugal	0,54%	2,09%	0,14%	0,47%	0,24%	0,15%	3,86%
Norte	0,52%	1,70%	0,08%	0,44%	0,19%	0,11%	3,24%
Amarante	0,52%	1,47%	0,04%	0,19%	0,11%	0,07%	2,95%
Baião	0,71%	1,50%	-	0,11%	0,10%	0,09%	3,31%
Castelo P.	0,51%	1,17%	0,04%	0,15%	0,33%	0,12%	3,06%
Celorico B	0,19%	0,76%	0,02%	0,08%	0,29%	0,19%	1,86%
Cinfães	0,58%	1,12%	0,01%	0,11%	0,07%	0,06%	2,41%
Felgueiras	0,44%	1,73%	0,04%	0,36%	0,16%	0,10%	3,31%
Lousada	0,43%	1,54%	0,04%	0,21%	0,14%	0,08%	2,75%
Marco C.	0,44%	1,25%	0,04%	0,22%	0,13%	0,09%	2,37%
Paços F.	0,34%	1,42%	0,05%	0,26%	0,31%	0,15%	2,85%
Penafiel	0,47%	1,17%	0,05%	0,26%	0,16%	0,09%	2,38%
Resende	0,61%	0,69%	-	0,11%	0,05%	0,05%	2,01%

Fonte: Direcção-Geral da Política de Justiça.

¹⁰ O Censos 2011 considerava como tal eletricidade, instalações sanitárias, água canalizada e instalações de banho ou duche.

¹¹ De acordo com o Censo 2011, um alojamento era considerado sobrelotado se tivesse divisões a menos em relação às que resultariam da aplicação dos seguintes parâmetros: 1 Divisão-sala de estar; 1 Divisão - para casal; 1 Divisão - para outra pessoa não solteira; 1 Divisão - para pessoa solteira com mais de 18 anos; 1 Divisão - para duas pessoas solteiras do mesmo sexo com idade entre os 7 e 18 anos; 1 Divisão - para cada pessoa solteira de sexo diferente com idade entre os 7 e 18 anos; 1 Divisão - para duas pessoas com menos de 7 anos.

Os crimes contra o património são a categoria mais frequente. A sua frequência tende a ser menor nos concelhos mais rurais e envelhecidos do que nos ambientes mais urbanos e jovens: a sua frequência é menor em Resende (0,69%), Celorico de Basto (0,76%) e Cinfães (1,12%) e mais elevada em Lousada (1,54%) e Felgueiras (1,73%). A presença de Baião (1,50%) entre os concelhos em que estes crimes são mais frequentes não permite, no entanto, dar qualquer carácter determinístico a esta leitura.

Já os crimes contra a integridade física tendem a apresentar o padrão inverso, sendo menos frequentes nos concelhos mais jovens e urbanos: com a exceção de Celorico de Basto que, por muito larga margem, apresenta os níveis mais baixos do Tâmega e Sousa (0,19%), estes crimes são menos frequentes em Paços de Ferreira (0,34%) e Lousada (0,43%), sendo a tabela da sua frequência encabeçada por Cinfães (0,58%), Resende (0,61%) e Baião (0,71%).

Castelo de Paiva (0,33%), Paços de Ferreira (0,31%) e Celorico de Basto (0,29%) apresentam índices de condução sob o efeito do álcool que superam a média da Região Norte e do país, mas não se pode afirmar que o problema tenha especial gravidade no Tâmega e Sousa dado que em todos os outros concelhos estes índices são muito inferiores. A diversidade geográfica, económica e demográfica destes três concelhos também não se presta a uma interpretação simplista destes dados.

2.4.5. Qualidade ambiental

A qualidade ambiental dá um importante contributo para a qualidade de vida num território.

Tabela 2.16 - Indicadores ambientais

	Percentagem da população servida por ...				
	Resíduos urbanos recolhidos seletivamente (%) 2012	Água segura (%) 2012	sistemas de abastecimento de água (%) 2010	sistemas de tratamento de águas residuais (%) 2010	estações de drenagem de águas residuais (%) 2010
Portugal	14%	98,1%*	97%	72%	83%
Amarante	10%	98,8%	91%	41%	54%
Baião	9%	98,6%	40%**	28%**	28%**
Castelo P.	5%	97,7%	100%	20%	20%
Celorico B.	12%	96,4%	76%	17%	17%
Cinfães	11%	98,5%	56%	20%	20%
Felgueiras	5%	99,1%	100%	70%	70%
Lousada	5%	99,7%	81%	46%	51%
Marco C.	10%	99,1%	34%	22%	22%
Paços F.	7%	100,0%	75%	65%	65%
Penafiel	6%	99,0%	98%	42%	42%
Resende	9%	96,3%	73%	48%	48%

Fonte: Entidade Reguladora dos Serviços e Águas e Resíduos e INE; Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Douro.

Nota: * relativo a Portugal continental; ** dados fornecidos pela Câmara Municipal de Baião.

O Tâmega e Sousa, não obstante as enormes potencialidades, demonstra ainda problemas neste domínio, como transparece da síntese de indicadores apresentados na Tabela 2.16. Em 2011, todos os concelhos da comunidade apresentavam índices de recolha seletiva de resíduos urbanos abaixo da média nacional (14%). Neste domínio, os municípios do interior, encabeçados por Celorico de Basto (12%), apresentavam valores mais favoráveis do que os da zona do Sousa, com Castelo de Paiva, Felgueiras e Lousada a terem o pior indicador da comunidade intermunicipal (5%). Em contrapartida, os concelhos do Tâmega e Sousa apresentam índices de água considerada segura próximos de 100%, só Resende (96,3%) ficando aquém da média portuguesa.

Nos concelhos do Sousa, a proporção da população servida por sistemas de abastecimento de água varia entre os 75% de Paços de Ferreira e os 100% de Castelo de Paiva e Felgueiras. Mais para o interior, Amarante, com 91%, apresenta o valor mais elevado, apresentando também Resende valores próximos (73%) dos que se encontram na zona mais ocidental da comunidade. Em contrapartida, Baião (40%), Cinfães (56%) e Marco de Canaveses (34%) apresentam ainda carências significativas nesta matéria.

As carências são mais generalizadas no que respeita aos sistemas de tratamento e drenagem de águas residuais, matérias em que nenhum dos concelhos do Tâmega e Sousa atinge os valores médios nacionais. Felgueiras e Paços de Ferreira apresentam os níveis de cobertura mais elevados, da ordem dos 65%-70%, e Baião, Celorico de Basto, Cinfães, Marco de Canaveses os mais reduzidos, na ordem de 15% a 30%.

2.4.6. Consumo cultural

Na sua maioria, os indicadores no domínio cultural não estão disponíveis ou têm escassa fiabilidade ao nível geográfico do município. Por este motivo, a Tabela 2.17 apresenta alguns dados relativos a consumos culturais apurados ao nível de NUT III.

Tabela 2.17 - Indicadores de consumos culturais (2011)

	Visitantes de museus, jardins zoológicos, botânicos e aquários por habitante	Espectadores de espetáculos ao vivo por habitante	Visitantes de galerias de arte e outros espaços de exposições temporárias por habitante	Exemplares vendidos de publicações periódicas por habitante
Portugal	1,3	0,8	0,8	29,9
Norte	0,9	0,7	0,8	19,6
Minho-Lima	0,5	0,6	1,4	3,0
Cávado	0,5	0,4	0,3	21,3
Ave	0,9	0,2	0,2	2,7
Grande Porto	1,8	1,2	1,5	44,7
Tâmega	0,1	0,4	0,2	4,1
Entre Douro e Vouga	0,3	0,5	0,3	2,6
Douro	0,4	1,6	1	2,5
Alto Trás-os-Montes	0,8	0,5	0,6	3,1

Fonte: INE (Inquérito aos Museus, Inquérito aos Espetáculos ao Vivo, Inquérito às Publicações Periódicas, Inquérito às Galerias de Arte e Outros Espaços de Exposições Temporárias); cálculos nossos.

É visível que o Tâmega que, embora a ele não se limite, engloba todo o território da CIM Tâmega e Sousa, é uma das NUT III com indicadores menos favoráveis no Norte de Portugal. Em termos de visitas a museus, jardins zoológicos, botânicos e aquários, apresenta o valor mais baixo de toda a região, apenas 0,1 visitas por ano e habitante, tal como também acontece com as visitas a galerias de arte e outros espaços de exposições. Quanto à assistência a espetáculos ao vivo, só o Ave apresenta um valor mais baixo. É apenas na venda de publicações periódicos que a posição do Tâmega e Sousa é um pouco mais favorável.

3. As atividades económicas

As atividades económicas do Tâmega e Sousa são o tema deste capítulo. Segue-se uma abordagem setorial, começando pelas atividades agrorurais e passando sucessivamente pela indústria, serviços e turismo. Os elementos recolhidos confirmam que a comunidade é marcada por uma certa dualidade, que opõe concelhos de forte vocação industrial a outros mais rurais, mas mostram padrões de heterogeneidades mais complexos, não redutíveis a uma leitura tão esquemática.

3.1. Atividades agrorurais

A caracterização do setor agrorural no território da CIM do Tâmega e Sousa, a seguir apresentada, baseia-se essencialmente nos dados disponibilizados pelo INE referentes aos dois últimos Recenseamentos Agrícolas (1999 e 2009). Centramos a análise nos valores agregados para o território do Tâmega e Sousa em 2009, fazendo referência às suas tendências de evolução desde 1999. Em alguns casos, estabelecemos também comparações entre os valores e variações observadas no Tâmega e Sousa e os valores correspondentes para o conjunto do Entre Vouga e Minho (EVM) e para o Continente Português. O EVM foi escolhido como termo de comparação por ser a agregação de NUTS de nível III que mais se aproxima do Entre Douro e Minho, a região natural de inserção da CIM do Tâmega e Sousa. Refira-se, ainda, que as variações entre os concelhos só são mencionadas quando encontradas diferenças relevantes para os propósitos deste exercício de caracterização.

Não foi possível obter informação estatística fidedigna para os quatro últimos anos, razão porque não se documenta esse período mais recente. De qualquer forma, essa dinâmica mais recente não só se refere a um período relativamente curto, como também a um período marcado, em grande parte conjunturalmente, pela atual crise económica, o que envolveria o risco de esconder tendências estruturais mais facilmente detetadas em períodos de análise mais longos como os utilizados.

3.1.1. Ocupação agroflorestal do território

Dos cerca de 1 831 quilómetros quadrados da superfície total do Tâmega e Sousa, 32% correspondem a terras integradas em explorações agrícolas (RGA 2009). Esta taxa de cobertura é ligeiramente inferior aos 34% observados para o território Entre Vouga e Minho (EVM) e muito inferior aos 41% observados no Tâmega e Sousa 10 anos antes (Tabela 3.1). Entre os concelhos do Tâmega e Sousa, esta queda da cobertura territorial das explorações agrícolas foi quase generalizada. Castelo de Paiva, onde a cobertura territorial das explorações agrícolas subiu de 23% para 28%, via aumentos nas matas e florestas sem culturas sob coberto (mais 29%) e na superfície agrícola utilizada (mais 12%), é a exceção. É importante notar que, neste concelho, o aumento das superfícies agrícolas e florestais ocorreu nas explorações agrícolas com superfície agrícola utilizada (SAU) igual ou superior a 5 hectares.

Tabela 3.1 - Superfície territorial e superfície total das explorações agrícolas no Tâmega e Sousa (1999 e 2009)

	1999	2009
Território da CIM Tâmega e Sousa (ha)	183 140	183 140
Superfície das explorações agrícolas (ha)	74 991	59 272
Superfície das explorações agrícolas (% do território)	41%	32%

Fonte: INE, RGA 1999, 2009.

Uma outra fonte, o Inventário Florestal feito pelo Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF), realizado a partir de cartografia aérea, permite-nos um cruzamento de informação útil para a análise da estrutura da ocupação da terra na região e das áreas ocupadas por atividades agrícolas, florestais, matos, ou outros (Tabela 3.2). A serem consistentes as duas fontes, uma vez que a superfície total do Tâmega e Sousa coberta por explorações agrícolas monta, segundo o RGA de 2009, a cerca de 59 272 hectares, a área correspondente a floresta andarà por perto de 10%, uma vez que o Inventário Florestal assinalou em 2005 (último ano disponível, apenas quatro anos distante da data do último Recenseamento Agrícola) só 53 364 hectares de área com utilização para agricultura.

Os dados do Inventário Florestal permitem ainda distinguir: (i) os concelhos mais urbanizados – Paços de Ferreira, Lousada e Felgueiras – todos com “outros usos” da terra próximos ou superiores a 1/5 do território municipal, (ii) os concelhos com maior extensão de áreas agrícolas – Felgueiras, Resende, Lousada e Marco de Canaveses – todos com as áreas ocupadas por agricultura superiores a 1/3 do seu território, e (iii) os mais florestais – Castelo de Paiva, Celorico de Basto e Penafiel – onde 37% ou mais do território é coberto por florestas.

Tabela 3.2 - Uso do Solo no Tâmega e Sousa (2005)

	Área (ha)	%
Agricultura	53 364	29%
Floresta	63 423	35%
Matos	46 666	25%
Outros usos	19 698	11%
Total	183 151	100%

Fonte: INE, RGA 1999, 2009.

Em 2009, da superfície total do território do Tâmega e Sousa integrada em explorações agrícolas, 38 870 hectares (66%) eram SAU, 18 117 (31%) matas e florestas sem culturas sob coberto e 1 213 hectares (2%) áreas sem utilização agro-florestal ou simplesmente abandonadas para qualquer utilização. Entre 1999 e 2009, observou-se na CIM do Tâmega e Sousa uma diminuição sobretudo das últimas duas áreas, de 68% e 123%, respetivamente, embora a SAU também tenha diminuído, mas só 2% (Tabela 3.3). Sendo assim, a referida redução da taxa de cobertura das explorações agrícolas na superfície territorial do Tâmega e Sousa explica-se essencialmente pela diminuição das matas e florestas e das superfícies agrícolas não utilizadas, mantendo-se praticamente inalterada a superfície agrícola utilizada.

Tabela 3.3 - Tipos de ocupação da terra na área total das explorações agrícolas no Tâmega e Sousa (1999 e 2009)

	1999	2009	1999-2009	
	ha	ha	%	Variação %
Superfície agrícola utilizada (SAU)	39 580	38 870	66%	-2%
Matas e florestas sem culturas sob coberto	30 494	18 117	31%	-24%
Superfície agrícola não utilizada (SANU)	2 701	1 213	2%	-25%
Outras superfícies	2 217	1 075	2%	-79%
Total	74 991	59 272	100%	-15%

Fonte: INE, RGA 1999, 2009.

Em 2009, recensearam-se na CIM do Tâmega e Sousa 12 416 explorações agrícolas, o que representou uma queda de 24% relativamente ao número de explorações recenseadas 10 anos antes, em 1999.

Concluindo, no Tâmega e Sousa, o peso da área das explorações agrícolas no território diminuiu entre os dois últimos recenseamentos (1999 e 2009), sendo este declínio comum a todos os tipos de ocupação da terra das explorações agrícolas. Contudo, como caíram proporcionalmente mais as superfícies não utilizadas, as florestais e as de utilização não agro-florestal, no mesmo período, a SAU ganhou maior peso na área total das explorações agrícolas da região. Ou seja, a terra ocupada pelas explorações agrícolas diminuiu, mas passou a ter uma maior utilização agrícola. Por outro lado, verificou-se uma queda do número de explorações agrícolas (menos 24%) muito mais significativa que a queda da SAU (só de 2%), o que resultou num aumento da área média de SAU por exploração para 3,1 hectares, em 2009, mais de meio hectare a mais do que em 1999, ano em que era só de 2,4 hectares.

3.1.2. As explorações agrícolas

i. Dimensão da SAU

No Tâmega e Sousa, mais de 3/4 (78%) da área total de SAU está em explorações agrícolas com SAU inferior a 20 hectares e cerca de metade (49%) em explorações com área de SAU inferior a 5 hectares. Esta estrutura de pequena exploração tem, no entanto, vindo a alterar-se fortemente: entre 1999 e 2009, as explorações com SAU igual ou superior a 20 hectares viram a sua SAU total aumentar 181%, ou seja, 7 514 hectares; em contrapartida, a área de SAU das explorações com menos de 20 hectares diminuiu 33% (23 233 hectares).

Considerando o número de explorações em cada classe de SAU, verificamos que a grande maioria destas (89%) tinha, em 2009, menos do que 5 ha, ou seja, eram tendencialmente de pequena agricultura, e só 0,8% das explorações agrícolas da região tinham 20 ou mais hectares de SAU, concretamente, apenas 99 explorações. De notar, no entanto, que esse número era bastante inferior, em 1999, pois nessa altura só foram recenseadas 82 explorações nesse escalão, tendo portanto existido um crescimento de 21%. Em contrapartida, o número de explorações agrícolas com menos de 20 hectares de SAU diminuiu 24%, na região, no mesmo período (Tabela 3.4).

Conclui-se que, embora a estrutura das explorações agrícolas na CIM do Tâmega e Sousa permaneça de pequena propriedade, essa estrutura tem vindo a modificar-se no sentido

de um maior peso relativo das explorações de maior dimensão (SAU igual ou superior a 20 hectares), principalmente por ter aumentado fortemente a SAU, mas também por ter aumentado o número dessas explorações, provavelmente em resultado de aquisições ou arrendamentos de áreas anteriormente pertencentes às mais pequenas e também por ter sido desativada ou retirada de utilização agrícola terra anteriormente pertencente a pequenas explorações.

Tabela 3.4 - Explorações agrícolas por classes de superfície agrícola utilizada (2009)

	Continente		EVM		Tâmega e Sousa	
	% SAU	Var. 1999-2009	% SAU	Var. 1999-2009	% SAU	Var. 1999-2009
0 - < 1 ha	1%	-75%	3%	-91%	4%	-84%
1 ha - < 5 ha	10%	-31%	32%	-28%	45%	-17%
5 ha - < 20 ha	13%	-24%	23%	-14%	28%	-15%
20 ha - < 50 ha	9%	-13%	7%	29%	5%	4%
>= 50 ha	67%	4%	36%	29%	17%	90%

Fonte: INE, RGA 1999, 2009.

ii. Parcelamento das explorações

A propriedade agrícola era, em 2009, pouco dispersa por comparação com o conjunto do Continente e, mesmo, com o EVM, pois no Tâmega e Sousa cada exploração agrícola era constituída, em média, por 3 blocos, sendo este valor de 4,9 blocos para o conjunto do EVM e 6 blocos para o Continente (Tabela 3.5).

As diferenças entre os onze concelhos da CIM do Tâmega e Sousa, quanto a este aspeto não são significativas, pois todos os concelhos apresentavam um número médio de blocos de SAU por exploração agrícola inferior à média do Continente e, com a exceção do concelho de Cinfaes, também inferior à média do EVM.

A propriedade agrícola no Tâmega e Sousa é, portanto, de pequena escala e parcelada, pois em média cada exploração é constituída por 3 blocos de SAU. Mesmo assim esse grau de parcelamento é consideravelmente inferior ao observado para o conjunto do EVM e do Continente.

Tabela 3.5 - Número médio de blocos de SAU por exploração agrícola (2009)

Número	
Continente	6,0
EVM	4,9
Tâmega e Sousa	3,0

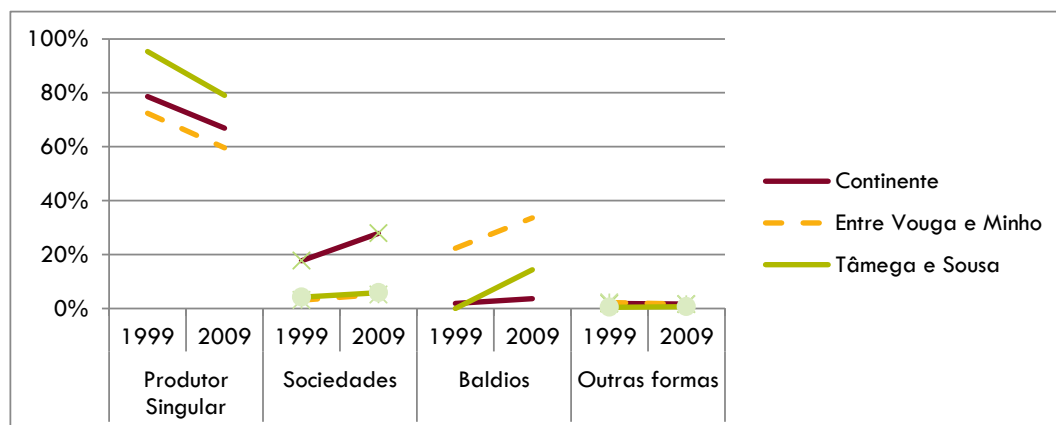
Fonte: INE, RGA 2009.

iii. Natureza jurídica das explorações

No que reporta ao regime jurídico das explorações agrícolas, predomina, no Tâmega e Sousa, a categoria “produtor singular”, com uma percentagem de 79% da SAU, seguida pela categoria “baldios”, com 14%, e pela categoria sociedades, com 6%. As outras formas

de organização do sector (cooperativas, associações, etc.) têm um peso residual (Gráfico 3.1).

Gráfico 3.1 - Superfície agrícola utilizada por tipo de exploração agrícola, segundo o regime jurídico, por região (1999 e 2009)



Fonte: INE, RGA 1999, 2009.

Em 2009, o peso dos produtores singulares na SAU do Tâmega e Sousa (79%) era consideravelmente superior ao que apresentavam no conjunto do EVM (60%) e no continente português (67%). Na maioria dos concelhos do Tâmega e Sousa (Castelo de Paiva, Celorico de Basto, Cinfães, Felgueiras, Marco de Canaveses, Paços de Ferreira e Resende), o peso dos produtores singulares era mesmo superior a 90% de SAU. O concelho com menor peso desta classe era Amarante (52%).

O Tâmega e Sousa apresentava um maior peso de baldios na SAU do que o Continente mas menos do que o EVM (34%). Na categoria “baldios”, destacam-se os concelhos de Amarante com 44% de SAU, Baião com 29% e Cinfães com 7%. Ao nível das sociedades, o Tâmega e Sousa apresentava significativamente menos sociedades em termos percentuais de SAU comparativamente ao Continente. Esta era uma tendência do EVM que era acompanhada pela CIM do Tâmega e Sousa, apesar do peso das sociedades ser ligeiramente superior ao desse mesmo EVM. Só Lousada e Penafiel é que demonstravam algum peso significativo desta forma jurídica (valores superiores a 10% de SAU).

Tabela 3.6 - Superfície agrícola utilizada média por exploração agrícola, por categoria jurídica (1999 e 2009)

	1999				2009			
	Produtor Singular	Socied.	Baldios	Outras formas	Produtor Singular	Socied.	Baldios	Outras formas
Continente	7,81	127,48	239,63	91,71	8,77	149,95	346,90	86,51
EVM	2,34	10,66	262,47	31,91	2,63	13,94	339,86	28,26
Tâmega e Sousa	2,28	9,19	n.d.	4,10	2,52	12,76	621,33	7,97

Fonte: INE, RGA 1999, 2009.

Notas: n.d. – não disponível.

Em termos de evolução dinâmica da natureza jurídica das explorações (SAU), desde 1999, é possível observar; (i) o aumento significativo das áreas de SAU dos baldios do Tâmega

e Sousa, em termos absolutos e percentuais, acompanhando a tendência nacional e do EVM, apresentando a CIM valores bastante elevados para as áreas médias de baldios, claramente superiores aos do Continente e EVM; (ii) a redução significativa da área de SAU e do número de produtores singulares, acompanhada por um aumento da área média por produtor na CIM, no EVM e no Continente (Tabela 3.6); (iii) o aumento da área de SAU e do número de sociedades da CIM, refletindo também a tendência nacional e do EVM.

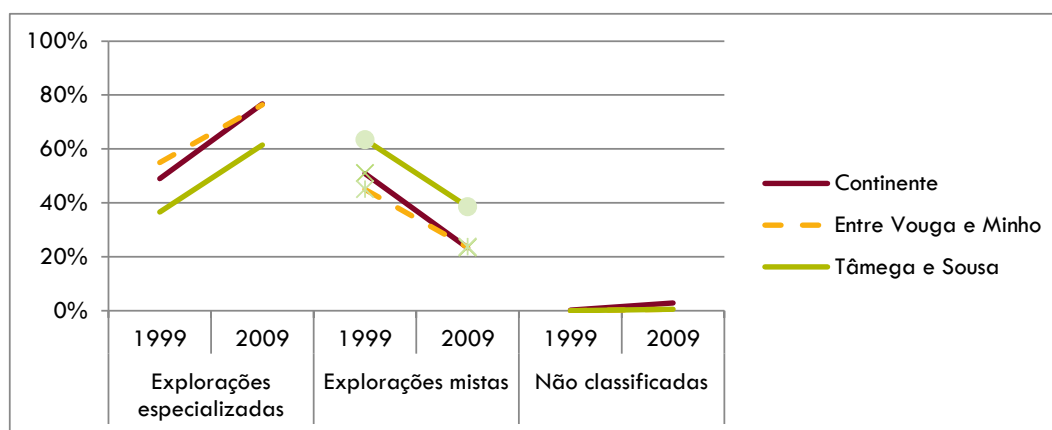
As principais conclusões no que concerne à estrutura das explorações agrícolas do Tâmega e Sousa quanto à sua natureza jurídica são um peso muito grande dos produtores singulares (agricultura familiar) no total dos produtores agrícolas, embora observando-se um crescimento da importância relativa, tanto em número como em área, das sociedades agrícolas e baldios.

iv. Orientação técnico-económica

Com base nos dados de 2009, analisando a orientação técnico-económica das explorações agrícolas, verifica-se que 46% da SAU corresponde a explorações especializadas com produções vegetais, 15% a explorações especializadas com produtos animais e 39% a explorações mistas. Esta distribuição diferencia-se relativamente às que existem para o Continente e EVM.

O Tâmega e Sousa está abaixo do EVM (50%) e acima do Continente (33%) nas explorações especializadas em produções vegetais. Com grande importância em termos desta categoria, temos os concelhos de Amarante e Baião, onde predominam as culturas arvenses, e Resende onde dominam as culturas permanentes, nomeadamente as frutas. Já com valores relativamente baixos, temos os concelhos de Paços de Ferreira e Cinfães.

Gráfico 3.2 - Superfície agrícola utilizada por tipo de orientação técnico-económica da exploração agrícola, por região (1999 e 2009)



Fonte: INE, RGA 1999, 2009.

O Tâmega e Sousa encontra-se abaixo do Continente (44%) e do EVM (27%) para as explorações especializadas em produtos animais. Neste caso, destacam-se com valores mais elevados, os concelhos de Paços de Ferreira (bovinos de leite e de carne) e Cinfães (bovinos de carne). Por sua vez, com importâncias baixas, encontramos os concelhos de Amarante, Marco de Canaveses e Penafiel.

Nas explorações mistas, o Tâmega e Sousa está claramente acima do EVM (24%) e do Continente (23%). Contribuem para este facto, as policulturas e as explorações mistas de culturas e criação de gado que são relevantes em concelhos como Castelo de Paiva, Celorico de Basto, Cinfães, Marco de Canaveses e Penafiel.

Em termos dinâmicos, apesar da categorização usada no gráfico acima não ser exatamente idêntica em 2009 comparativamente a 1999, verifica-se uma clara tendência para o aumento da especialização agrícola e diminuição das explorações mistas no Tâmega e Sousa (Gráfico 3.2). Esta tendência acompanha o que se verifica ao nível do EVM e do Continente.

Tabela 3.7 - Superfície agrícola utilizada média por tipo de exploração agrícola segundo a orientação técnico-económica (1999 e 2009)

	1999			2009		
	Explorações especializadas	Explorações mistas	Não classificadas	Explorações especializadas	Explorações mistas	Não classificadas
Continente	11,52	8,56	4,69	14,83	8,66	9,89
EVM	5,92	2,04	3,20	6,91	1,94	2,85
Tâmega e Sousa	3,22	2,11	-	4,17	1,97	2,43

Fonte: INE, RGA 1999, 2009.

Finalmente, ao nível do Tâmega e Sousa observa-se ainda que as explorações especializadas registam níveis superiores de área média (aproximadamente 2 vezes maiores) quando comparadas com as mistas (Tabela 3.7). Esta discrepância também é visível ao nível do EVM e do Continente, embora as diferenças sejam bastante menores no caso do Continente, onde os níveis de áreas médias para explorações especializadas e mistas são bastante superiores aos do Tâmega e Sousa e do EVM. De facto, em 2009, o Tâmega e Sousa apresentava os valores mais baixos do EVM em termos de áreas médias para as explorações especializadas.

Mesmo assim, a tendência dos últimos 10 anos aponta para um ganho rápido de área média das explorações especializadas no Tâmega e Sousa, no EVM e no Continente. Importa também realçar que ao longo do tempo as explorações mistas têm vindo a perder dimensão média no Tâmega e Sousa e no EVM, ao contrário do que se passa no Continente.

Relativamente à orientação técnico-económica das explorações agrícolas do Tâmega e Sousa, conclui-se terem aí ainda um peso importante as exploração não especializadas (mistas), embora decrescente, por estarem a ganhar peso as especializadas. Contudo estas últimas apresentam ainda áreas médias de SAU baixas comparativamente com o observado para o conjunto do EVM.

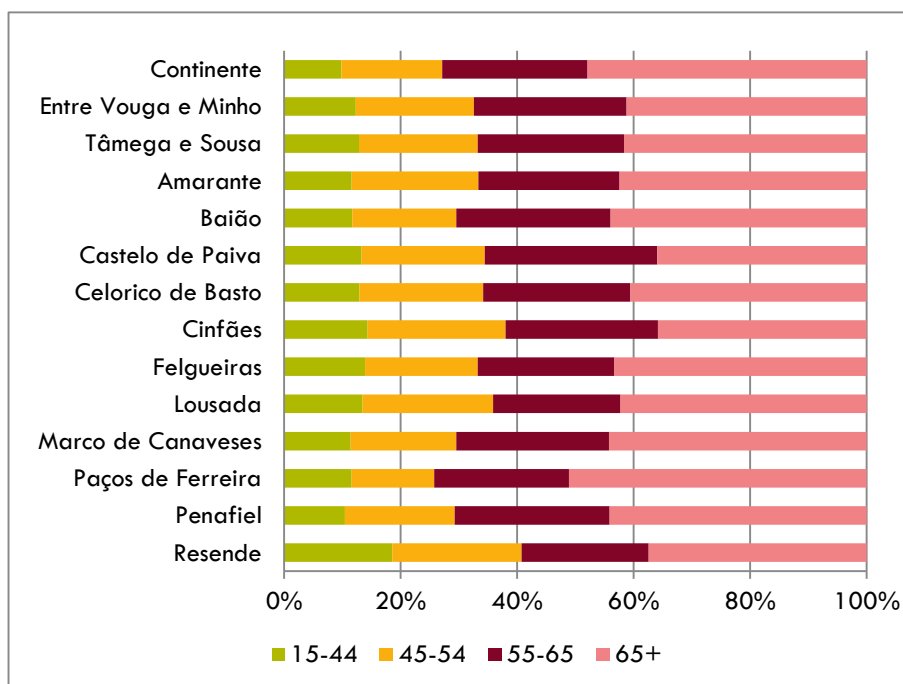
3.1.3. Os agricultores

i. Estrutura etária

Os dirigentes de explorações agrícolas no Tâmega e Sousa – que coincidem em grande medida com os agricultores, dada a predominância de produtores singulares – são uma classe envelhecida: em 2009, 67% tinham 55 ou mais anos e 42% tinham, mesmo, idade superior ou igual a 65 anos. Estes números, apesar de ligeiramente inferiores aos do

Continente, são o resultado de um processo de envelhecimento dos dirigentes das explorações agrícolas que tem vindo a ocorrer na última década. Em 1999, o escalão etário com idade superior ou igual a 65 anos representava apenas 32,4% do número total de dirigentes. O concelho com maior nível de envelhecimento, em 2009, era Paços de Ferreira, enquanto concelhos como Resende e Cinfães, em que as alternativas ao emprego agrícola são escassas, apresentavam uma estrutura etária dos dirigentes agrícolas relativamente mais jovem (Gráfico 3.3).

Gráfico 3.3 - Percentagem de dirigentes das explorações agrícolas por classe etária, por região (1999 e 2009)



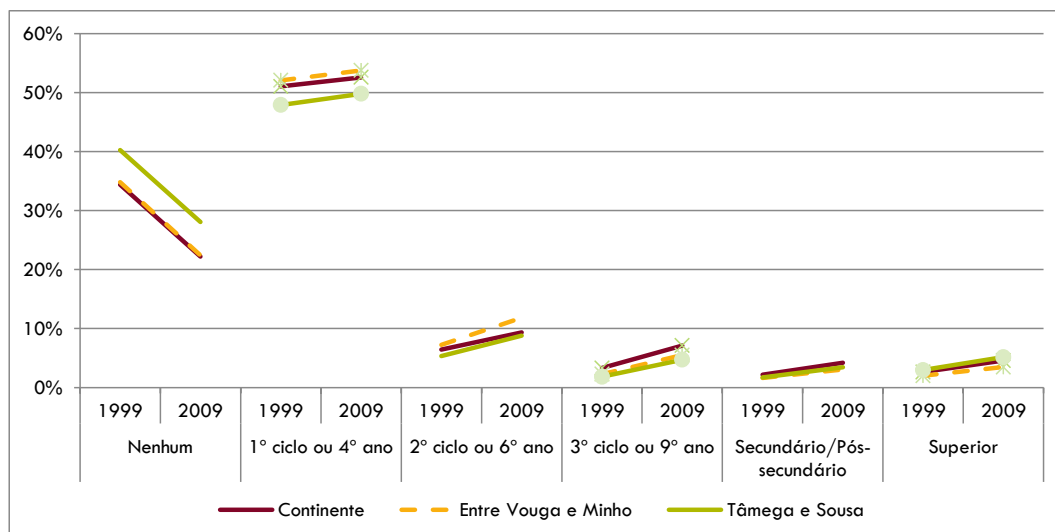
Fonte: INE, RGA 2009.

ii. Escolarização dos produtores agrícolas singulares

Ao nível das habilitações, observa-se que os produtores agrícolas singulares tendem a ter ainda um baixo nível de formação. Em 2009 (Gráfico 3.4), aproximadamente 78% dos produtores agrícolas singulares não tinham qualquer escolaridade (28%) ou tinham apenas escolaridade até ao 4º ano (50%). Apenas 5% tinham formação superior. Esta distribuição acompanhava a realidade que se verificava no EVM e no Continente. O concelho com maior nível médio de escolaridade era Resende, encontrando-se Paços de Ferreira na situação oposta.

Apesar do baixo nível de habilitações, desde 1999, a tendência tem sido para o aumento da escolaridade média do produtor agrícola singular, seguindo a evolução do Continente e do EVM. A percentagem dos produtores sem escolaridade ou com escolaridade até ao 4º ano reduziu-se, neste período, na ordem dos 11,7%.

Gráfico 3.4 - Produtores agrícolas singulares segundo o nível de escolarização, por região (1999 e 2009)



Fonte: INE, RGA 1999, 2009.

iii. Fontes de rendimento do agregado familiar

Em 2009, em cerca de 13% das explorações agrícolas do Tâmega e Sousa (1 632 explorações agrícolas, de um total de 12 197), os respetivos agregados dependiam para sobreviver, principal ou exclusivamente, do rendimento da exploração agrícola, o que representava uma proporção inferior à observada para o EVM (17%) e para o Continente (16%). Além disso, comparando 2009 com 1999, verificou-se uma diminuição da dependência dos agregados familiares dos agricultores do rendimento das explorações agrícolas, pois na década anterior a proporção de explorações com essa dependência era de 30% do total das explorações, quase um terço.

Relativamente ao grau de dependência da População Agrícola Familiar dos rendimentos da exploração agrícola, só 29% dessa população no Tâmega e Sousa auferia, em 2009, remunerações de trabalho exterior à exploração agrícola, menos três pontos percentuais do que o valor observado, em 1999, na mesma região. Considerando só os produtores verifica-se que entre estes, 22% recebiam remunerações exteriores à exploração agrícola.

Um aspeto também relevante retirado dos dois últimos Recenseamentos Agrícolas é terem aumentado no Tâmega e Sousa, entre 1999 e 2009, o número de explorações agrícolas com atividades lucrativas nas áreas do turismo rural (29 para 41 explorações) e da produção de energias renováveis (de nenhuma para 3 explorações). Embora ainda incipiente, esta dinâmica poderá ter algum significado, tendo em conta a enorme redução observada no número total de explorações agrícolas nesse período, por um lado, e terem diminuído, em número e em percentagem, as explorações agrícolas com todas as outras atividades lucrativas não agrícolas¹².

Os números acima apontam, assim, para uma importância grande e crescente da agricultura como atividade complementar na obtenção de rendimento no Tâmega e

¹² Atividades como o turismo rural, a produção de artesanato, a transformação de produtos agrícolas alimentares, etc.

Sousa, estando neste caso 81% das explorações agrícolas, provavelmente pesando aqui muito o número elevado de agricultores já na situação de pensionistas, dado o elevado índice de envelhecimento anteriormente referido.

3.1.4. O trabalho agrícola

i. Mão-de-obra agrícola

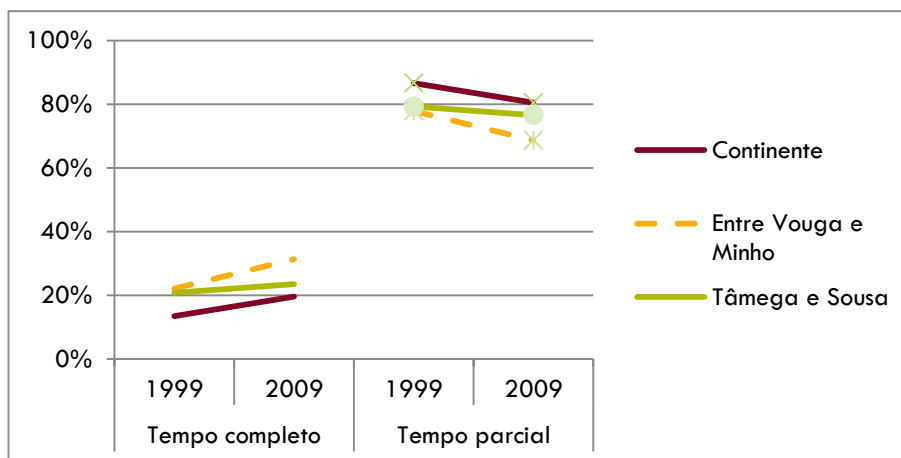
Ao nível do Tâmega e Sousa (Tabela 3.8), assiste-se a uma redução significativa da mão-de-obra agrícola que passa de 53 767, em 1999, para 31 575, em 2009 (quebra de aproximadamente 41,3% em 10 anos). Esta quebra é idêntica à observada no EVM e superior à do Continente (35% em 10 anos). As maiores quedas verificaram-se em Lousada, Paços de Ferreira e Baião, enquanto as menores ocorreram em Castelo de Paiva e Amarante.

Tabela 3.8 - Mão-de-obra agrícola (nº de trabalhadores), em 1999 e 2009

	1999	2009
Continente	1 002 480	649 607
Entre Vouga e Minho	219 950	129 560
Tâmega e Sousa	53 767	31 575

Fonte: INE, RGA 1999, 2009.

Gráfico 3.5 - Regime de ocupação da mão-de-obra agrícola, por região (1999 e 2009)



Fonte: INE, RGA 1999, 2009.

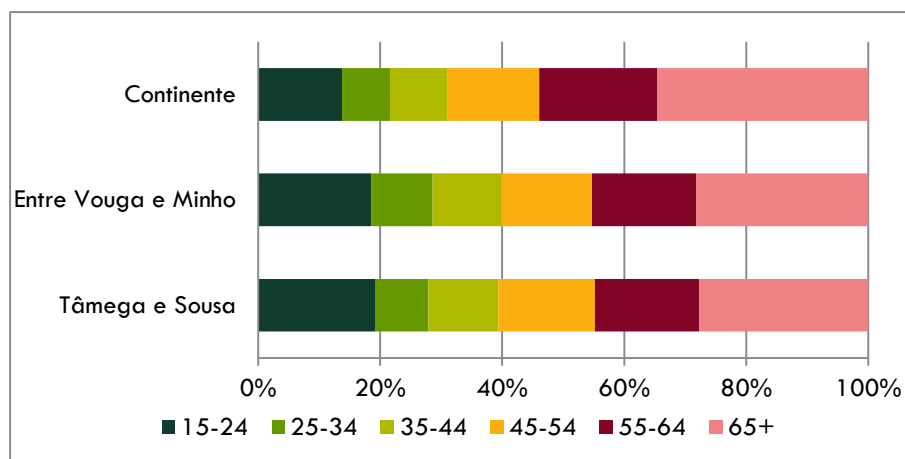
O Tâmega e Sousa tende a apresentar uma mão-de-obra de forte componente familiar e relativamente mais vocacionada para o tempo parcial quando comparada com o EVM. Em termos de dedicação (Gráfico 3.5), a mão-de-obra agrícola no Tâmega e Sousa apresentava, em 2009, uma distribuição de 23% a tempo completo e 77% a tempo parcial. Estes valores são similares aos encontrados para o Continente, mas diferentes dos do EVM onde o tempo completo andava nos 31% e o tempo parcial nos 69%. Simultaneamente também se verifica que a mão-de-obra agrícola é quase exclusivamente familiar, pois esta classe representava 95% da mão-de-obra, sendo estes valores similares aos do EVM e do Continente. As diferenças concelhias em termos de regime de ocupação e carácter familiar são muito pouco significativas. O carácter quase exclusivamente familiar da mão-de-obra agrícola leva a que nos pontos seguintes consideremos os dados

referentes à População Agrícola Familiar como representativos da totalidade dessa mesma mão-de-obra.

ii. Estrutura Etária

Em termos de idade, à semelhança do que se verifica no EVM e Continente, estamos perante uma população agrícola familiar envelhecida (Gráfico 3.6). Em 2009, o escalão etário igual ou superior a 55 anos tinha um peso de 45%. Esta estrutura é similar à que se verifica no EVM e não está muito afastada da que se verifica no Continente. A principal diferença está no peso das camadas mais jovens (entre 15 e 34 anos) que tende a ser mais substancial no Tâmega e Sousa e no Entre Vouga e Minho que no Continente. Os concelhos onde a população agrícola está mais envelhecida são Baião, Paços de Ferreira e Penafiel, enquanto os concelhos com uma população agrícola mais jovem são Castelo de Paiva, Celorico de Basto e Felgueiras.

Gráfico 3.6 - População agrícola familiar por classe etária, por região (2009)



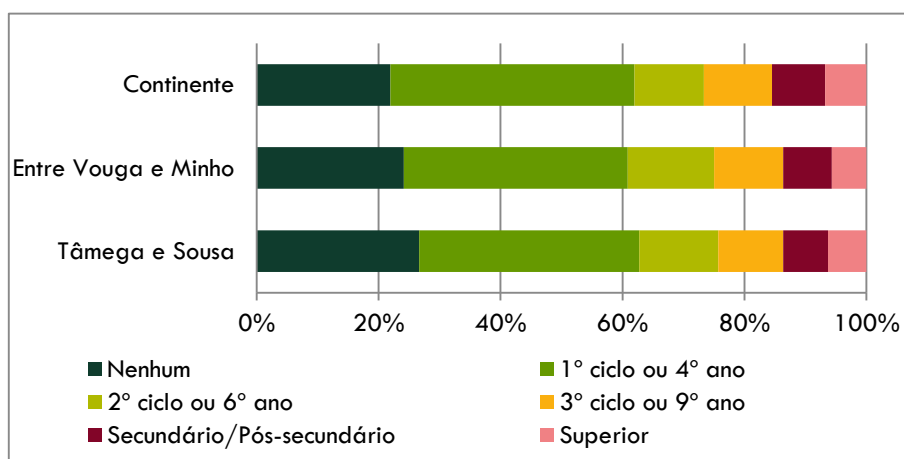
Fonte: INE, RGA 2009.

iii. Escolarização

À semelhança do que se passa no Continente e no EVM (Gráfico 3.7), o nível de escolaridade da população agrícola familiar no Tâmega e Sousa é relativamente baixo. Em 2009, a população agrícola familiar sem escolaridade era de 27%, enquanto a que possuía o 1º ciclo ou 4º ano era de 36%. Numa análise concelhia, Baião destaca-se como o concelho com maior concentração de população agrícola com nível de escolaridade até ao 4º ano (70%), enquanto os concelhos com maior percentagem de formação secundária ou superior são Amarante e Resende (ambos com 16%).

Concluindo relativamente à mão-de-obra agrícola do Tâmega e Sousa, esta tende a ser envelhecida, quase exclusivamente familiar, com baixo nível de escolarização e predominantemente a tempo parcial.

Gráfico 3.7 - População agrícola familiar por nível de escolarização, por região (2009)



Fonte: INE, RGA 2009.

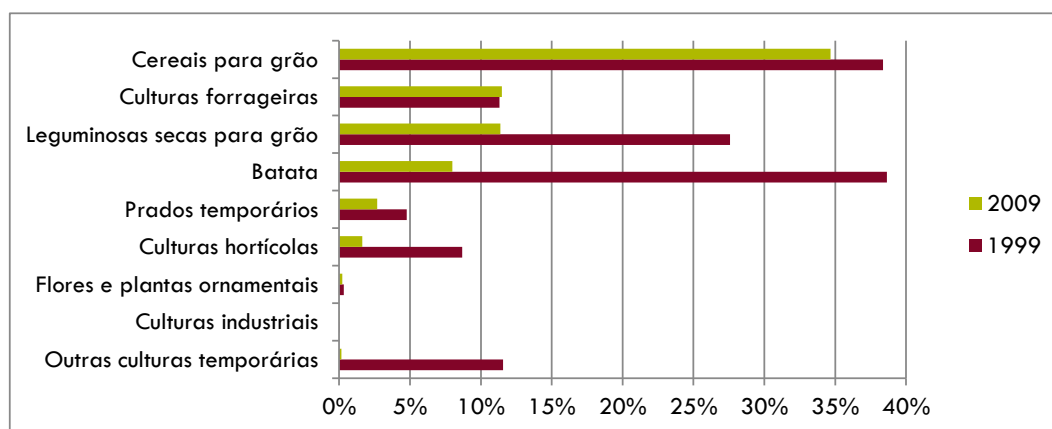
3.1.5. Estrutura da produção

Nesta secção, descrevem-se as atividades de produção vegetal, animal e florestal mais representativas do Tâmega e Sousa. Entre as produções vegetais, destacaremos as principais culturas temporárias e permanentes e entre os animais referiremos as espécies pecuárias mais produzidas. Relativamente à produção florestal, apenas referiremos as áreas de floresta medidas pelo Inventário Florestal de 2005, as mais recentes disponíveis ao nível das NUT de nível III.

i. Produção vegetal

As culturas temporárias mais praticadas no conjunto das explorações agrícolas do Tâmega e Sousa eram, em 2009, os cereais para grão, as leguminosas secas para grão, as culturas forrageiras, a batata, os prados temporários e as culturas hortícolas, com maior representação das três primeiras, presentes em 34,7%, 11,5% e 11,3% das explorações agrícolas, respetivamente (Gráfico 3.8).

Gráfico 3.8 - Explorações agrícolas da CIM do Tâmega e Sousa com culturas temporárias, por tipo de cultura temporária (1999, 2009)

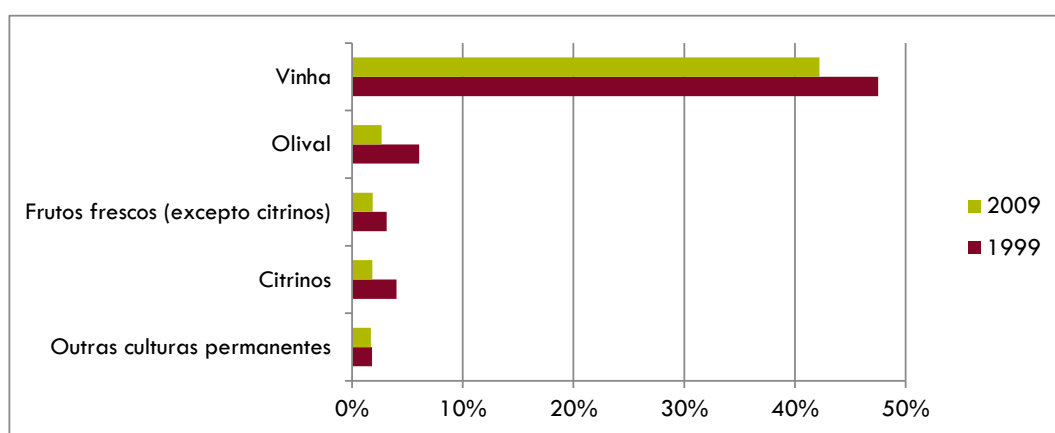


Fonte: INE, RGA 1999, 2009.

Em relação à dinâmica destas culturas temporárias, entre 1999 e 2009, com exceção das culturas forrageiras, caiu o número de explorações com produção de todas essas culturas, mas sendo especialmente expressiva a queda do número de explorações com produção de batata, menos 31 pontos percentuais, e de leguminosas secas para grão, menos 16 pontos percentuais.

As culturas permanentes mais presentes nas explorações agrícolas do Tâmega e Sousa, em 2009, eram a vinha, o olival, os citrinos e outros frutos frescos. A vinha é a mais disseminada, pois estava presente em 44% das explorações agrícolas, a larga distância da segunda mais representada, o olival, presente em apenas 3,5% das explorações agrícolas (Gráfico 3.9).

Gráfico 3.9 - Explorações agrícolas da CIM do Tâmega e Sousa com culturas permanentes, por tipo de cultura permanente (1999, 2009)



Fonte: INE, RGA 1999, 2009.

Tabela 3.9 - Explorações agrícolas do Tâmega e Sousa por tipo de cultura permanente e por área de cultura permanente (2009)

	Vinha	Olival	Citrinos
<0,5 ha	68%	72%	80%
0,5 - <1 ha	14%	18%	12%
1 - <2 ha	9%	7%	4%
2 - <5 ha	9%	7%	4%
5 - <20 ha	6%	2%	4%
Total	3%	-	-

Fonte: INE, RGA 2009.

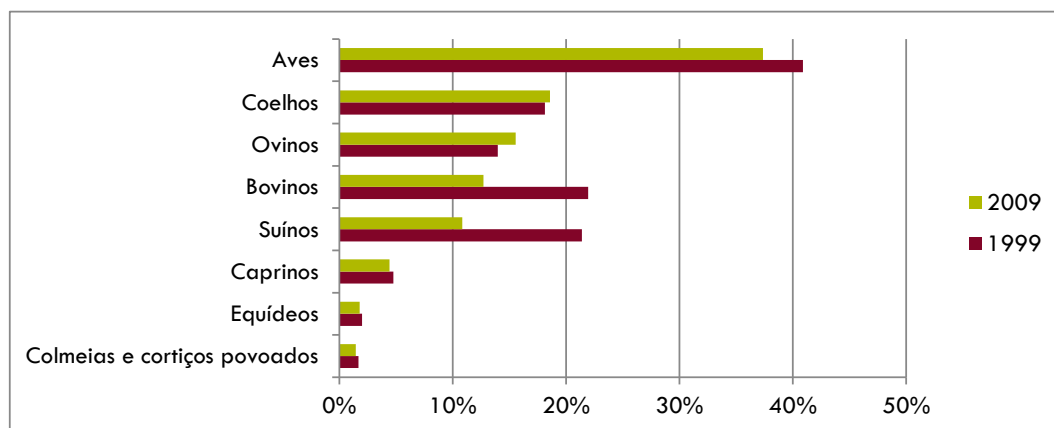
Para as culturas permanentes mais representativas, podemos dizer também que a escala de produção tende a ser pequena, pois, para todas elas, seja vinha, olival ou citrinos, as plantações não chegam a 1 hectare em mais de 92% das explorações agrícolas onde a atividade está presente (Tabela 3.9).

ii. Produção animal

As produções pecuárias mais disseminadas nas explorações agrícolas do Tâmega e Sousa são, por ordem decrescente, as aves, os coelhos, os ovinos, os bovinos, os suínos, os caprinos, os equídeos e a apicultura. A presença destas atividades nas explorações

evoluiu de forma diferenciada entre os Recenseamentos Agrícolas de 1999 e 2009: aumentou o número de explorações agrícolas onde estava presente a produção de coelhos e ovinos, enquanto diminuiu a presença de todas as restantes atividades pecuárias; esta diminuição foi especialmente importante para os suínos e os bovinos, com quedas de 10 e 9 pontos percentuais, respetivamente (Gráfico 3.10).

Gráfico 3.10 - Explorações agrícolas da CIM do Tâmega e Sousa com produção pecuária, por espécie pecuária (1999, 2009)



Fonte: INE, RGA 1999, 2009.

Tabela 3.10 - Número de animais em produção (CN) nas explorações agrícolas do Tâmega e Sousa, por espécie pecuária (1999 e 2009)

	1999	2009	Varição
Coelhos	6 038	2 747	-55%
Caprinos	278	263	-5%
Equídeos	21 757	12 663	-42%
Ovinos	10 022	2 906	-71%
Suínos	3 618	3 372	-7%
Aves	1 096	794	-28%
Bovinos	873	709	-19%
Total	43 682	23 454	-46%

Fonte: INE, RGA 1999, 2009.

A análise da dinâmica das atividades pecuárias no Tâmega e Sousa ao nível de encabeçamentos ajuda a esclarecer melhor a tendência verificada (Tabela 3.10). Observa-se, também a este nível, um forte declínio da pecuária globalmente, pois os encabeçamentos totais diminuem 46%. Considerando cada atividade separadamente, verifica-se que os encabeçamentos diminuíram para todas as atividades, tendo as maiores quedas, superiores a 40%, ocorrido para os ovinos, os equídeos e os coelhos. No caso dos coelhos e ovinos, esta queda dos encabeçamentos acompanha um aumento do número de explorações com estas atividades, conforme referido, o que implica uma forte queda dos encabeçamentos médios para estas duas espécies. Pelo contrário, no caso particular dos bovinos, é de referir que o escalão de explorações agrícolas com efetivos iguais ou superiores a 40 CN aumenta o encabeçamento em 11%, apesar de diminuir em todos os escalões inferiores, o que significa um aumento da escala de produção desta atividade.

iii. Produção florestal

A composição da produção florestal, medida pelas áreas plantadas das diferentes espécies, era em 2005 (Tabela 3.11) dominada pelo pinheiro bravo (42% da área de floresta), pelos eucaliptos (39%) e pelos carvalhos (9%), em ordem decrescente de importância. Em conjunto, estas três espécies representavam 90% de toda a área de povoamentos florestais inventariados. Se a estas espécies se somar a área de outras folhosas, a cobertura passa a ser quase a totalidade da área florestada (99,3%).

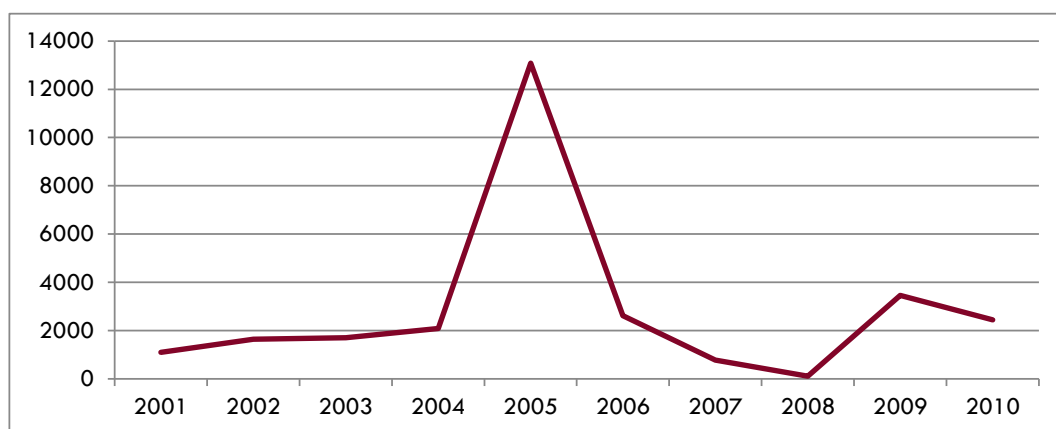
Tabela 3.11 - Áreas das espécies florestais plantadas no Tâmega e Sousa (2005)

Espécie dominante	Área (ha)	%
Pinheiro Bravo	22 923	41,73%
Eucaliptos	21 660	39,43%
Carvalhos	4 921	8,96%
Outras folhosas	5 029	9,15%
Acácias	175	0,32%
Pinheiro Manso	150	0,27%
Castanheiro	25	0,05%
Outras resinosas	25	0,05%
Sobreiro	25	0,05%
Total	54 933	100,00%

Fonte: ICNF, Inventário Florestal 2005.

De notar, no entanto, que é conhecida a tendência global (comparando os valores totais dos inventários de 2005 e de 2010) de diminuição da área de pinheiro bravo e aumento da dos eucaliptos na NUT do Tâmega. Embora esta área geográfica não coincida exatamente com a da CIM do Tâmega e Sousa, é de esperar uma tendência semelhante nesta, pelo que os números apontados referentes ao pinheiro bravo estarão sobreavaliados e os relativos ao eucalipto subavaliados.

Gráfico 3.11 - Área ardida anual de povoamentos florestais no Tâmega e Sousa (2001- 2010)



Fonte: ICNF, 2012.

Por último, é importante fazer uma referência aos incêndios florestais, que têm constituído um problema importante para esta atividade, pois em média, considerando o período de 10 anos entre 2001 e 2010, atingiram anualmente 2 901 ha de povoamentos

florestais, ou seja, cerca de 5,3% da área total de floresta na região (Gráfico 3.11), acima dos valores correspondentes observados para o EDV no mesmo período (3,7%).

3.1.6. Organizações agrícolas

Considerando exclusivamente as cooperativas agrícolas da região do Tâmega e Sousa, registam-se 22, grande parte das quais em situação de grave dificuldade financeira, questão que se coloca mesmo ao nível da sua sobrevivência futura. Esta situação é verificável quer nas que trabalham na concentração e comercialização da oferta dos produtores associados quer, também em algumas que se dedicam exclusivamente à compra e venda de fatores de produção. Quanto às primeiras, acresce, pela negativa o facto, de muito dificilmente poderem vir a ser enquadradas – à luz da nova legislação – como Organizações de Produtores (OP), estando, em consequência arredadas dos apoios (majorados) previstos para estas organizações. A título de exemplo, pode referir-se que das 6 adegas cooperativas ainda ativas no território (três já fecharam ou suspenderam a sua atividade), somente uma, a de Felgueiras, reúne as condições legalmente exigidas para ser reconhecida como OP¹³.

3.1.7. Importância económica

Em termos de emprego, o ramo de atividade “Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca” pesava em 2011, cerca de 9,9% no Emprego Total da NUT III do Tâmega, dois pontos percentuais menos do que em 2009, e ligeiramente abaixo da média observada para o Continente (10,7%). Quanto ao peso no VAB do setor Agrorural, este tende ainda a ser menor, pois a “Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca” pesava apenas 1,3% do VAB total da região, em 2011, sensivelmente o mesmo que em 2009 (Tabela 3.12).

Daqui se pode concluir ter a agricultura na CIM do Tâmega uma importância económica residual em termos de criação de riqueza mas uma importância considerável, embora decrescente, em termos de criação de emprego.

Tabela 3.12 - Peso da agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca na economia (2009, 2011)

	Emprego		VAB	
	2009	2011	2009	2011
Continente	11,2%	10,7%	2,2%	2,1%
Tâmega (NUT III)	11,9%	9,9%	1,4%	1,3%

Fonte: INE, Contas Económicas Regionais, 2011.

Nota: Os valores de emprego nas Contas Económicas Regionais incluem trabalho remunerado e não remunerado e são muito superiores aos que os Censos e as Contas Nacionais, que só consideram trabalho remunerado, indicam.

¹³ Dados citados em estudo publicado pela Sociedade Portuguesa de Inovação PI (2006) - Reestruturação das Adegas Cooperativas da Região dos Vinhos Verdes - e complementados com informação gentilmente fornecida pela Comissão de Viticultura da Região dos Vinhos Verdes.

3.2. Indústria

A indústria¹⁴ é a principal atividade económica do Tâmega e Sousa¹⁵. As 4 700 empresas industriais com sede no Tâmega e Sousa, incluindo 2 582 sociedades, têm ao serviço 53 745 pessoas e geram um Valor Acrescentado Bruto de 722 milhões de euros, para um volume de negócios de 2 372 milhões de euros, em 2011. Estes valores correspondem a 40% das pessoas ao serviço nas empresas do Tâmega e Sousa, 41% do VAB e 36% do volume de negócios, valores substancialmente superiores aos verificados no Norte e, naturalmente, em Portugal. Daqui resulta um peso da indústria do Tâmega e Sousa no total do Norte e do país superior ao que se verifica quando se considera o total de atividades económicas, qualquer que seja o indicador utilizado. Contudo, a importância do Tâmega e Sousa é maior no total de empresas e pessoas ao serviço na indústria do que no VAB e no volume de negócios industrial, indiciando uma menor produtividade da indústria do Tâmega e Sousa relativamente ao Norte e a Portugal. Em 2011, a produtividade aparente do trabalho na indústria do Tâmega e Sousa era igual a 13 437 euros por pessoa ao serviço, o que corresponde a dois terços do registado pelo total da indústria do Norte e 54% da indústria nacional.

Tabela 3.13 - Importância da indústria no Tâmega e Sousa, Norte e Portugal (2011)

	Indústria			Indústria / total atividades		
	T&S valor	T&S/N %	T&S/PT %	T&S %	N %	PT %
Total de empresas (nº)	4 700	14%	7%	14%	10%	7%
Empresas individuais (nº)	2 118	14%	6%	10%	6%	4%
Sociedades (nº)	2 582	13%	7%	22%	16%	11%
Pessoas ao Serviço (nº)	53 745	15%	8%	40%	29%	18%
Volume de negócios (milhões €)	2 372	8%	3%	36%	30%	23%
VAB (milhões €)	722	10%	4%	41%	32%	21%

Fonte: INE (SCIE 2011); cálculos nossos.

Notas: T&S – Tâmega e Sousa, N – Norte de Portugal, PT – Portugal.

Neste capítulo, começamos por uma caracterização da indústria no Tâmega e Sousa com base na informação mais recente disponível. Depois de considerar globalmente o Tâmega e Sousa analisa-se a situação dos diferentes concelhos e a composição da estrutura industrial da área. Para além da informação publicada pelo INE - Sistema de Contas Integradas das Empresas (SICE)¹⁶, Estatísticas do Comércio Internacional de Bens e

¹⁴ A indústria corresponde aqui à secção C – Indústrias Transformadoras da CAE-Rev.3, excluindo-se as indústrias extrativas (secção B), dado o seu peso residual (inferior a 1%) na economia da região. A extração de granito, contudo, assume alguma importância em Penafiel, onde é uma atividade tradicional.

¹⁵ A expressão Tâmega e Sousa é utilizada para designar a área dos municípios que constituem a Comunidade Intermunicipal (CIM) do Tâmega e Sousa: Amarante, Baião, Castelo de Paiva, Celorico de Basto, Cinfães, Felgueiras, Lousada, Marco de Canaveses, Paços de Ferreira, Penafiel e Resende. Estes 11 concelhos integram a NUT III Tâmega mas não a esgotam; esta NUT III inclui ainda quatro concelhos (Cabeceiras de Basto e Mondim de Basto, Paredes e Ribeira de Pena) que pertencem a outras CIMs. Todos os dados estatísticos que apresentamos para o Tâmega e Sousa, nesta aceção, resultam de cálculos nossos a partir de elementos recolhidos ao nível do município.

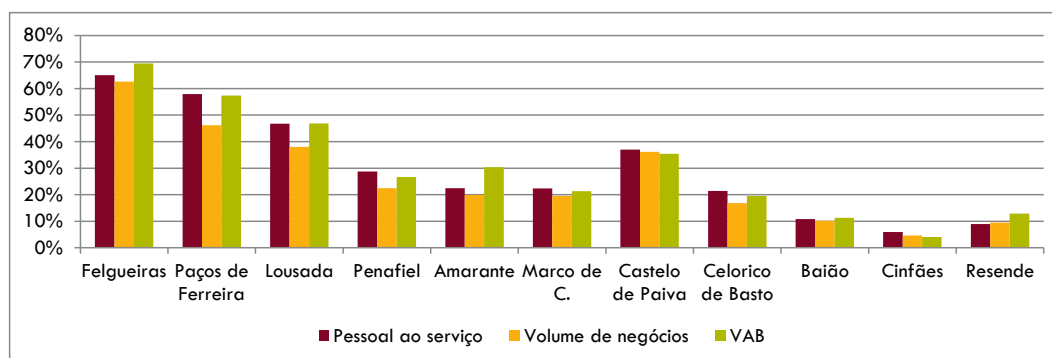
¹⁶ O âmbito de informação do SCIE exclui as secções K (Atividades financeiras e de seguros), O (Administração Pública e Defesa; Segurança Social Obrigatória), T (Atividades das famílias empregadoras de pessoal doméstico

Anuário Estatístico da Região do Norte (AERN) – utiliza-se a base de dados SABI, com informação financeira e de negócios de um elevado número de empresas. Segue-se uma análise da dinâmica industrial no período 2007-2013, juntando às fontes atrás referidas informação sobre os projetos de investimento financiados pelos Sistemas de Incentivos ao Investimento das Empresas (<http://www.pofc.qren.pt/areas-do-competite/incentivos-as-empresas>).

3.2.1. Situação atual

Apesar de a indústria ser a atividade mais relevante na economia do Tâmega e Sousa, o mesmo não se verifica na maioria dos concelhos que integram este território (Gráfico 3.12). A indústria apenas é a principal atividade no pessoal ao serviço e no VAB dos três concelhos localizados a noroeste, Felgueiras, Lousada e Paços de Ferreira. Em Castelo de Paiva, a indústria é responsável pela maioria das pessoas ao serviço nas empresas localizadas no concelho, mas são os serviços que mais contribuem para o VAB. Nestes quatro concelhos a indústria apresenta um peso superior ao verificado no Norte e no país. O oposto verifica-se em Cinfães, Baião e Resende, em que a indústria não ultrapassa os 11% do emprego e 13% do VAB; a construção é a atividade económica dominante em Cinfães e Baião, posição ocupada pelos serviços em Resende. Nos restantes quatro concelhos, a importância da indústria encontra-se entre o que se verifica no país e no Norte. Em todos estes concelhos os serviços são responsáveis pela maioria do emprego. Em termos de VAB, a construção é a atividade dominante em Amarante e no Marco de Canaveses, destacando-se os serviços em Penafiel e em Celorico de Basto (ver Tabela 3.28 e Tabela 3.29, em anexo)¹⁷.

Gráfico 3.12 - Importância da indústria no total das atividades económicas dos concelhos do Tâmega e Sousa (2011)



Fonte: INE (SCIE 2011).

e atividades de produção das famílias para uso próprio) e U (Atividades dos organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais) da CAE-Rev.3. A última atualização do SCIE ocorreu em 29-Aug-2013.

¹⁷ A informação ao nível do município apresenta falhas por motivos de segredo estatísticos para uma ou mais secções de atividade económica. Na medida em que tal nunca ocorreu nas secções relativas à indústria transformadora, construção e nas várias atividades de serviços foi possível ultrapassar a situação, calculando, por diferença entre os valores publicados e o total, o valor correspondente às atividades sem informação publicada, agregando-as numa categoria denominada “outras atividades”, juntamente com as secções não incluídas na indústria, construção ou serviços.

Completando esta análise com a dos indicadores de empresas industriais apresentados na Tabela 3.14, confirma-se a heterogeneidade desta área. Os três concelhos mais industrializados, Felgueiras, Lousada e Paços de Ferreira, apresentam uma densidade de empresas elevada, muito superior ao que se verifica no Norte e em Portugal. Felgueiras destaca-se por ser o concelho com maior volume de negócios por empresa, apesar deste ser ainda inferior ao verificado no Norte e em Portugal. É também um dos três concelhos com menor proporção de empresas individuais. Paços de Ferreira tem a maior densidade de empresas industriais mas uma proporção de empresas individuais superior a 50% conduz a uma dimensão média das empresas inferior à dos dois outros concelhos antes referidos. Apesar de uma baixa densidade empresarial, Castelo de Paiva apresenta o segundo maior volume de negócios por empresa industrial no Tâmega e Sousa, a par com um número de pessoas ao serviço por empresa superior ao verificado no Norte e em Portugal.

Os três concelhos menos industrializados, Cinfães, Baião e Resende, apresentam, sem surpresa, os valores mais baixos nos indicadores de densidade de empresas e de dimensão das empresas em termos de pessoas ao serviço e de volume de negócios por empresa. Simultaneamente, a proporção de empresas individuais no total de empresas industriais é muito elevada nos três concelhos. Celorico de Bastos apresenta, em quase todos os indicadores, valores muito próximos deste grupo; apenas a proporção de empresas individuais é inferior, sendo a menor de todo o território.

Finalmente, na área mais central, Penafiel, Amarante e Marco de Canaveses têm densidades de empresas industriais que não se afastam significativamente dos valores encontrados no Norte. A dimensão média das empresas varia entre 9,7 e 14,7 pessoas ao serviço por empresa e entre 431 039 euros e 557 970 de volume de negócios por empresa industrial, no Marco de Canaveses e em Penafiel, respetivamente.

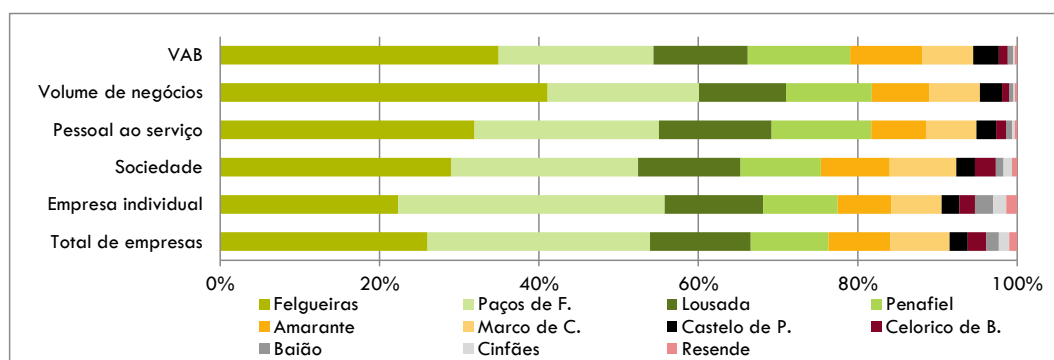
Tabela 3.14 - Indicadores de Empresas Industriais por município (2011)

	Densidade de empresas	Proporção de empresas individuais	Pessoal ao Serviço por empresa	Volume de Negócios por empresa
	Nº/km2	%	Nº	1 000 euros
Portugal	0,8	46%	9,4	1 120,261
Norte	1,6	44%	10,3	839,958
Tâmega e Sousa	2,6	45%	11,4	504,670
Felgueiras	10,6	39%	14,0	797,533
Paços de Ferreira	18,5	54%	9,5	343,102
Lousada	6,2	44%	12,8	435,256
Penafiel	2,2	43%	14,7	557,970
Amarante	1,2	39%	10,1	469,539
M. Canaveses	1,7	38%	9,7	431,039
Castelo de Paiva	0,9	44%	12,4	615,588
Celorico de Basto	0,6	38%	6,2	182,622
Baião	0,4	66%	5,4	181,501
Cinfães	0,3	56%	3,0	81,260
Resende	0,4	63%	3,7	135,882

Fonte: INE (SCIE 2011; AERN 2012).

Os três concelhos mais industrializados do Sousa representam mais de dois terços da indústria do Tâmega e Sousa, qualquer que seja a variável considerada, sendo evidente a menor contribuição relativa de Lousada face a Paços de Ferreira e, especialmente, a Felgueiras. Penafiel apresenta uma importância apenas ligeiramente inferior à de Lousada. Seguem-se, na área central, Amarante e o Marco de Canaveses, com contribuições entre 6 e 9%. Castelo de Paiva aparece com valores na ordem dos 3%. Finalmente, os restantes concelhos têm um peso muito reduzido, em especial os três concelhos localizados a sudeste (Cinfães, Resende e Baião).

Gráfico 3.13 - Importância de cada concelho no total da indústria transformadora do Tâmega e Sousa (2011)



Fonte: INE (SCIE 2011).

Dada a ausência de informação sobre a estrutura dimensional das empresas industriais por concelho, optou-se por analisar os dados relativos ao total das empresas (Tabela 3.15). O Tâmega e Sousa apresenta, simultaneamente, uma menor percentagem de empresas de muito pequena (menos de 10 pessoas ao serviço) e de grande dimensão (mais de 250 pessoas ao serviço), comparativamente ao Norte e a Portugal. Ainda assim, cerca de 93% das empresas com sede no Tâmega e Sousa têm menos de 10 trabalhadores, existindo apenas 13 empresas com mais de 250 trabalhadores e 355 empresas no escalão das 50 a 249 pessoas ao serviço. Uma análise comparativa da estrutura dimensional dos vários concelhos do Tâmega e Sousa confirma a heterogeneidade existente no território, com os concelhos menos industrializados e os que têm um menor número de empresas a apresentarem percentagens mais elevadas no escalão mais baixo e maioritariamente percentagens menores nos restantes escalões, quando comparados com os concelhos mais industrializados e/ou de maior dimensão.

A consulta da base de dados SABI permitiu identificar 11 empresas com mais de 250 trabalhadores, em 2012, sendo 7 empresas industriais e 4 empresas de construção que têm sede em Paços de Ferreira (3), Felgueiras (2), Lousada (1) e Penafiel (1).¹⁸ Das 360 empresas registadas na SABI com um número de trabalhadores entre 50 e 249, 66% são empresas industriais e 71% destas estão localizadas nos três concelhos mais industrializados, com destaque para Felgueiras onde se encontra a sede de 41% destas empresas.

¹⁸ Na SABI estão registadas 11.855 empresas ativas, com sede nos concelhos que integram a CIM do Tâmega e Sousa, um número ligeiramente superior ao de sociedades registadas na SCIE (11.529) mas naturalmente bastante inferior ao número total de empresas (33.423), que inclui muitas empresas individuais de muito pequena dimensão.

Com exceção de Felgueiras, que apresenta valores próximos dos do Norte, todos os concelhos do Tâmega e Sousa apresentam valores elevados nos indicadores de concentração do volume de negócios e do VAB nas quatro maiores empresas, o que revela uma maior vulnerabilidade da economia destes concelhos face à evolução destas empresas.

Tabela 3.15 - Empresas por escalão de Pessoas ao Serviço e Indicadores de concentração (2011)

	Nº	Total				Concentração do vol. de neg. nas quatro maiores empresas	Concentração do VAB nas quatro maiores empresas
		< 10 p.	10-49 p.	50-249 p.	>= 250 p.		
		%	%	%	%	%	%
Portugal	1 112 000	96	4	0,5	0,08	5,69	4,26
Norte	360 482	95	4	0,6	0,07	5,86	4,35
Tâmega e Sousa	33 423	93	6	1,1	0,04		
Felgueiras	5 180	90	8	1,8	0,04	5,81	5,21
Paços F.	5 214	92	7	0,9	0,06	20,45	16,24
Lousada	3 723	91	7	1,2	0,05	11,03	10,83
Penafiel	5 390	93	6	1,1	0,04	16,05	21,74
Amarante	4 655	94	5	0,8	0,06	14,50	14,90
Marco C.	3 647	91	8	1,3	0	18,39	7,97
Castelo P.	1 139	95	4	0,6	0	34,92	52,19
Celorico B.	1 196	96	3	0,3	0,08	25,08	36,00
Baião	1 220	95	5	0,7	0	15,44	18,57
Cinfães	1 177	96	4	0,6	0	16,33	22,88
Resende	882	98	2	0,2	0	28,68	15,85

Fonte: INE (SCIE 2011).

i. Comércio internacional

Na medida em que apenas são publicados indicadores de comércio internacional desagregados por NUT (I, II e III), iremos inicialmente comparar os valores da NUT III Tâmega com os do Norte e de Portugal. A NUT III Tâmega apresenta um grau de abertura inferior ao verificado para o Norte e para Portugal e uma intensidade exportadora que se situa entre os valores de Portugal e do Norte. Ainda assim, a taxa de cobertura da NUT Tâmega é muito elevada, sendo mais do triplo da de Portugal.

Dado que não se dispõe de dados do PIB ao nível do concelho, apenas é possível calcular a taxa de cobertura das importações pelas exportações do Tâmega e Sousa, a partir dos dados relativos ao comércio internacional de mercadorias declarado por município da sede do operador¹⁹. Obtém-se um valor que ainda ultrapassa o já elevado valor relativo à

¹⁹ A nível regional (Norte e municípios), incluem-se apenas os valores declarados pelas empresas com base no local da sede do operador. Os valores para Portugal incluem as estimativas de não respondidas e das transações

NUT III (Tabela 3.17). O peso do Tâmega e Sousa nas exportações e importações do Norte e de Portugal revela que a elevada taxa de cobertura se deve mais à reduzida importância das importações do que a um valor elevado de exportações. Na verdade, o peso do Tâmega e Sousa nas exportações do Norte e de Portugal está em linha com o valor obtido para o volume de negócios, sendo substancialmente inferior ao observado para o VAB e para o pessoal ao serviço (ver Tabela 3.13).

Tabela 3.16 - Indicadores de Comércio Internacional por NUT (2011, 2012)

	Taxa de cobertura das importações pelas exportações	Intensidade exportadora	Grau de abertura
	2012 Po*	2011 Pe*	
Portugal	80,58	25,04	60
Norte	143,87	33,10	59
Tâmega	255,42	29,89	43

Fonte: INE (AERN 2012).

Notas: Pe = valor preliminar, PO = valor provisório. Os indicadores “intensidade exportadora” (= exportações / PIB) e “grau de abertura” (= (exportações + importações) / PIB) têm subjacente os dados preliminares do PIB resultantes das Contas Regionais.

Tabela 3.17 - Exportações e Importações de mercadorias por município de sede dos operadores e taxa de cobertura das importações pelas exportações (2012)

	Tâmega e Sousa	Tâmega e Sousa /Norte (%)	Tâmega e Sousa /Portugal (%)
Exportações (1 000 €)	1 372 782	8,17	3,03
Importações (1 000 €)	507 423	4,35	0,90
Taxa de cobertura (%)	270,54	1,88	3,36

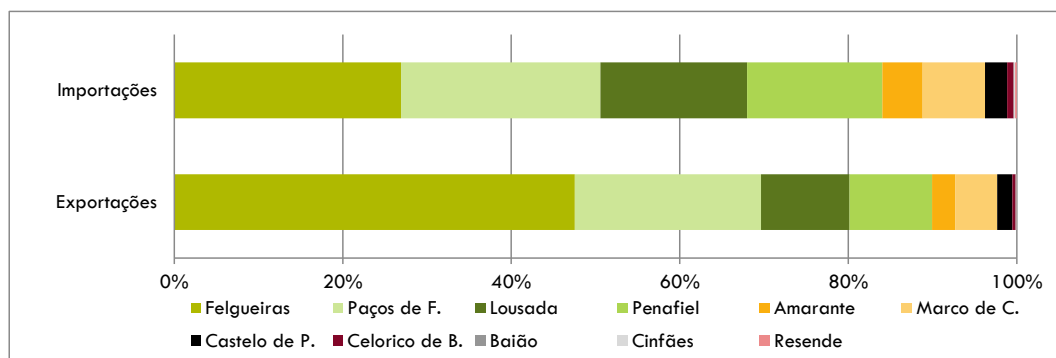
Fonte: INE (AERN 2012); cálculos nossos.

O baixo valor das importações do Tâmega e Sousa pode resultar tanto da respetiva especialização industrial, aspeto discutido mais à frente neste capítulo, como do recurso, por parte das empresas com sede no território, a intermediários nas operações de importação, estando estes sediados fora da região. É sabido que as empresas importadoras tendem a localizar-se na proximidade das infraestruturas logísticas e de transporte internacional nas áreas metropolitanas do Porto ou mesmo de Lisboa.

Os concelhos mais industrializados e Penafiel são naturalmente os que mais contribuem para o comércio internacional de produtos do Tâmega e Sousa, como se pode verificar no Gráfico 3.14. Do lado das exportações destaca-se o contributo de Felgueiras, com 47,5% das exportações totais, um peso superior à sua importância na indústria do território. A distribuição das importações entre os concelhos industriais é mais equilibrada, apresentando Penafiel, um concelho mais urbanizado, valores próximos dos de Lousada.

abaixo dos limiares de assimilação (que isentam da obrigatoriedade de prestação de informação um conjunto significativo de empresas), sendo assim superiores aos que resultam apenas dos valores declarados.

Gráfico 3.14 - Importância de cada concelho no comércio internacional do Tâmega e Sousa (2012)



Fonte: INE (AERN 2012).

Tabela 3.18 - Comércio Internacional declarado de mercadorias por município de sede dos operadores e indicadores do comércio internacional por concelhos (2012)

	Exportações	Importações	Taxa de cobertura das importações pelas exportações	Exportações intra-UE 27 no total das exportações	Proporção das importações intra-UE 27 no total das importações
	1000€	1000€	%	%	%
Portugal	45 259 455	56 165 860	80,58	71,04	71,78
Norte	16 799 356	11 677 141	143,87	79,08	84,30
Tâmega e Sousa	1 372 782	507 423	270,54	81,87	90,88
Felgueiras	652 528	136 579	477,77	90,06	91,13
Paços F.	303 477	120 117	252,65	66,90	85,51
Lousada	144 389	88 336	163,45	85,14	94,88
Penafiel	134 173	81 493	164,64	78,20	94,82
Amarante	38 212	24 232	157,69	66,21	87,64
Marco C.	67 899	37 480	181,16	89,69	90,39
Castelo P.	24 707	13 391	184,50	56,37	96,06
Celorico B.	5 420	3 891	139,29	85,01	77,01
Baião	1 487	205	726,43	44,06	98,64
Cinfães	128	634	20,24	0,00	99,39
Resende	363	1 064	34,17	0,00	99,95

Fonte: INE (AERN 2012); cálculos nossos.

Com exceção de Cinfães e de Resende, todos os outros concelhos do Tâmega e Sousa apresentam valores da taxa de cobertura das importações pelas exportações superiores a 100%. Se excluirmos o caso de Baião, em virtude da reduzida dimensão das suas exportações e importações, o concelho que apresenta taxa de cobertura mais elevada é Felgueiras, resultado da forte orientação exportadora da sua indústria.

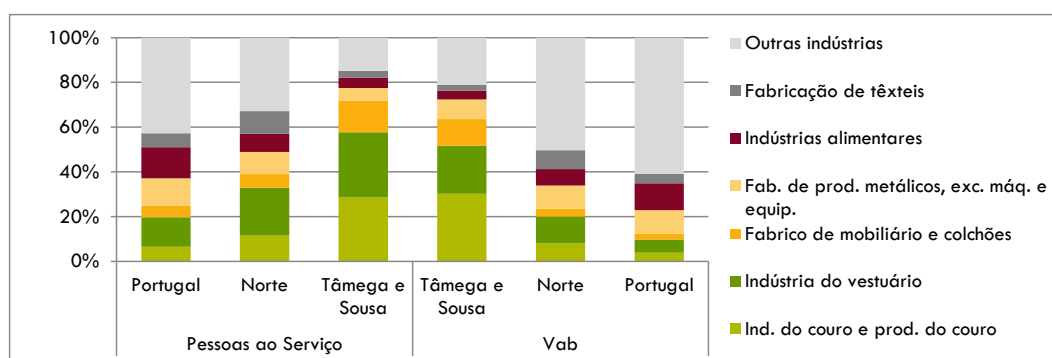
A UE-27 constitui a principal origem geográfica das importações e o principal destino geográfico das exportações de todos os concelhos, exceto três: Baião, Cinfães e Resende. A reduzida importância da indústria na economia destes concelhos explica o baixo valor

das suas exportações, o que pode contribuir para este resultado, atípico no panorama da região e do país.

ii. Estrutura setorial da indústria

Na estrutura industrial do Tâmega e Sousa²⁰, sobressai a importância da indústria do couro e produtos de couro (calçado), a par da indústria do vestuário e seguida pelo fabrico de mobiliário e colchões. O conjunto das três atividades representa 58% das empresas, 72% das pessoas ao serviço e 64% do VAB e do volume de negócios da indústria do Tâmega e Sousa (Gráfico 3.15). Estas são as únicas três divisões da classificação de atividades económicas em que o peso do Tâmega e Sousa no Norte, e em Portugal, excede o seu peso no total da indústria. No caso da indústria do couro e produtos do couro, as empresas com sede no Tâmega e Sousa são responsáveis por cerca de um terço deste setor em Portugal. Um quinto do VAB do fabrico nacional de mobiliário e colchões é gerado por empresas sediadas no Tâmega e Sousa, que empregam 22% do pessoal ao serviço nesta indústria. Na indústria do vestuário, estas percentagens andam na ordem dos 17% do pessoal ao serviço e 15% do VAB do total nacional, muito acima dos 8% e 4% verificados para o total da indústria (Gráfico 3.12 e Gráfico 3.19).

Gráfico 3.15 - Estrutura do Pessoal ao Serviço e do VAB industrial do Tâmega e Sousa, Norte e Portugal (2011)



Fonte: INE (SCIE 2011).

Entre as restantes divisões industriais, apenas a fabricação de produtos metálicos, as indústrias alimentares e a fabricação de têxteis merecem algum destaque (Gráfico 3.15). Contudo, estas divisões têm menos importância na estrutura industrial do Tâmega e Sousa do que se observa na estrutura industrial do Norte ou do País, apresentando

²⁰ Por razões de segredo estatístico, a informação publicada ao nível do município apresenta vários casos de ausência de dados de pessoal ao serviço, volume de negócios e VAB para uma ou mais divisões industriais da CAE. No conjunto do Tâmega e Sousa estes valores correspondem a 2% do pessoal ao serviço, 3% do VAB e 4% do volume de negócios. Contudo, ao nível do concelho as percentagens variam entre um mínimo de 0.1%, em Felgueiras, até ao máximo de 27%, em Cinfães. Tipicamente os concelhos mais industrializados e de maior dimensão apresentam valores mais reduzidos e os concelhos de menor dimensão, naturalmente, os valores mais elevados. Para ultrapassar esta situação calculou-se o valor agregado das divisões para as quais não existe informação aplicada, pela diferença entre o total da indústria transformadora e os valores publicados. Este resultado foi adicionado ao total das “outras indústrias”, onde também se incluíram os valores relativos a todas as divisões exceto as 6 mais relevantes no conjunto do Tâmega e Sousa. Nestas divisões os casos de segredo estatístico são pontuais (informação relativa a 2 empresas individuais e 2 sociedades na indústria de couro e produtos de couro, 2 sociedades no fabrico de mobiliário e colchões, 1 empresa individual na fabricação de têxteis e 1 empresa individual na indústria de vestuário), pelo que se considerou que a inclusão destes casos nas “outras indústrias” não comprometia a análise.

consequentemente um peso no total das respetivas indústrias no Norte e em Portugal substancialmente inferior ao registado para o total da indústria (Tabela 3.19).

Tabela 3.19 - Importância das principais indústrias do Tâmega e Sousa no Norte e em Portugal (2011)

	Pessoas ao Serviço			VAB		
	T&S Nº	T&S/N %	T&S/PT %	T&S 10 ³ €	T&S/N %	T&S/PT %
Ind. do couro e prod. do couro	15 372	38%	34%	218 577	37%	33%
Indústria do vestuário	15 608	21%	17%	154 851	18%	15%
Fabrico de mobiliário e colchões	7 634	35%	22%	86 066	34%	20%
Fab. de prod. metálicos, exc. máq. e equip.	3 032	9%	4%	63 452	8%	4%
Indústrias alimentares	2 423	9%	3%	27 667	5%	1%
Fabricação de têxteis	1 708	5%	4%	19 594	3%	3%
Outras indústrias	7 968	7%	3%	151 942	4%	1%

Fonte: INE (SCIE 2011); cálculos nossos.

Notas: T&S – Tâmega e Sousa, N – Norte de Portugal, PT – Portugal.

Apenas uma das 7 empresas industriais com mais de 250 empregados, identificadas através da base de dados SABI, não tem atividade principal numa das três principais indústrias do Tâmega e Sousa, estando contudo relacionada com a fabricação de produtos que incluem matérias têxteis, destinados ao setor da saúde. (Tabela 3.20).

Tabela 3.20 - Empresas com mais de 250 empregados no Tâmega e Sousa (2012)

Empresa	Atividade principal	Concelho	Fundação	Empregados
PCF Produção de Calçado de Felgueiras, Lda.	Fabricação de calçado	Felgueiras	1984	331
JEFAR Indústria de Calçado, S.A.	Fabricação de calçado	Felgueiras	1997	325
Abílio Ferreira Dias & Filhos, Lda.	Fabricação de mobiliário de madeira para outros fins	Paços de Ferreira	1973	1 621
IKEA Industry Portugal, Lda.	Fabricação de mobiliário de madeira para outros fins	Paços de Ferreira	2006	1 344
CALVELEX Indústria de Confeções, S.A.	Confeção de outro vestuário exterior em série	Lousada	1985	600
PETRATEX Confeções S.A.	Confeção de outro vestuário exterior em série	Paços de Ferreira	1989	540
Bastos Viegas, S.A.	Fab. de outras preparações e de artigos farmacêuticos	Penafiel	1919	354

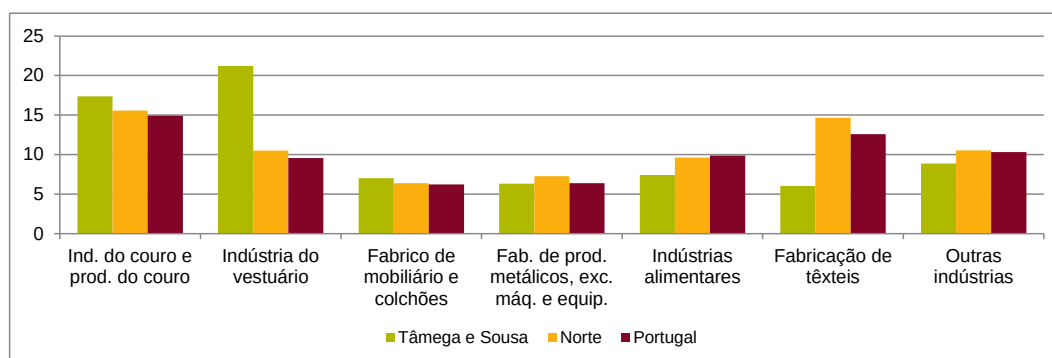
Fonte: SABI (2012).

A informação sobre a presença de empresas com capital estrangeiro no Tâmega e Sousa é escassa. O Anuário Estatístico da Região Norte revela que a proporção de pessoal ao serviço em empresas maioritariamente estrangeiras na NUT III Tâmega (2,08%) é muito inferior à verificada no Norte (4,34%) e em Portugal (9,31%), em 2011. Na lista de maiores empresas acima apresentada apenas duas, a PCF e a IKEA, têm acionistas estrangeiros, uma empresa alemã de calçado PETER KAISER Schuhfabrik GMBH, no primeiro caso, e

uma holding sediada na Holanda, no outro caso. Uma pesquisa na SABI de empresas com acionistas estrangeiros revelou a existência de 23 empresas, sendo 9 industriais. Assim, para além das duas empresas acima referidas ainda se identificaram: duas outras empresas de fabricação de calçado, uma localizada em Felgueiras, com capital francês, e outra em Lousada, com capital alemão; uma empresa de vestuário em Castelo de Paiva, com capital alemão; uma empresa da indústria alimentar no Marco de Canaveses, com capital holandês e espanhol. A lista encerra com três empresas de produtos metálicos, com capital espanhol, localizadas em Felgueiras.

No que respeita à dimensão média das empresas por indústria, o Tâmega e Sousa apenas se destaca claramente na indústria de vestuário em que apresenta um valor (21 pessoas ao serviço por empresa) que é o dobro do verificado no Norte e em Portugal. Nas outras duas indústrias em que os valores do Tâmega e Sousa são superiores ao registado no Norte e em Portugal, as diferenças são muito menores. Nas restantes indústrias, as empresas do Tâmega e Sousa têm uma dimensão média inferior à que se observa no Norte e no país, sendo esta diferença mais expressiva nas empresas de fabricação de têxteis (Gráfico 3.16).

Gráfico 3.16 - Pessoal ao Serviço por empresa no Tâmega e Sousa, Norte e Portugal (2011)



Fonte: INE (SCIE 2011).

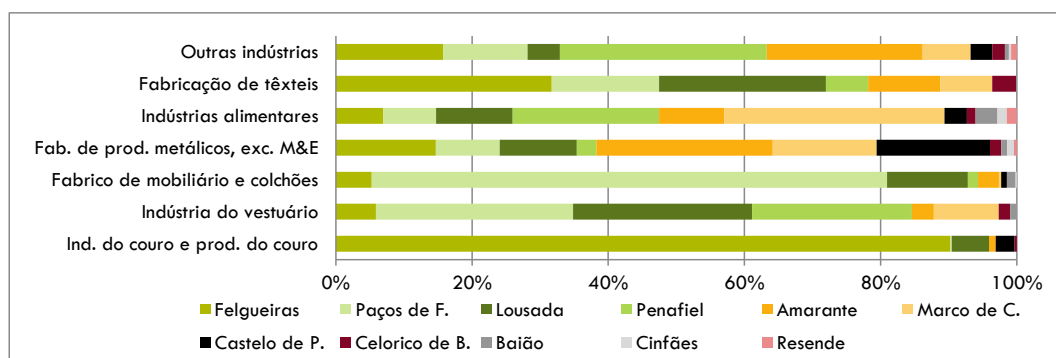
Esta análise confirma a localização no Tâmega e Sousa de um elevado número de empresas industriais que integram os *clusters* do têxtil/vestuário, do calçado e da madeira/papel, caracterizados por atividades trabalho-intensivas realizadas por pequenas e médias empresas²¹. O *cluster* têxtil/vestuário inclui, no entanto, algumas empresas de maior dimensão e que têm apostado fortemente na inovação. Das 371 empresas com mais de 50 trabalhadores identificadas na SABI, 90 têm atividade principal na indústria de vestuário e 4 na fabricação têxtil. O *cluster* do calçado tem um dos seus polos em Felgueiras, onde se localizam 86 empresas com mais de 50 trabalhadores, num total de 95 empresas desta dimensão e setor presentes no Tâmega. Destas empresas, 37 têm mais de 100 trabalhadores. Há também uma presença significativa de empresas em atividades relacionadas, como o fabrico de componentes de borracha para calçado, o aluguer de equipamentos para calçado e a prestação de serviços relacionados. Este *cluster*, à

²¹ Simão, J.V. e Ribeiro, J.F. 2011. Carta Regional de Competitividade: Tâmega. Lisboa, AIP. www.aip.pt/irj/go/km/docs/site-manager/www_aip_pt/documentos/informacao_economica/cartas_regionais/informacao/Cartas%20Regionais-Regioes/3-Cartas_Regionais_TAMEGA.pdf

semelhança do anterior, encontra-se fortemente orientado para a exportação²². Estão presentes no *cluster* algumas empresas com capital estrangeiro, como já foi atrás referido.

No *cluster* do mobiliário, é a fabricação de mobiliário de madeira que merece destaque no Tâmega e Sousa, mesmo excluindo o concelho de Paredes²³. A IKEA Industry Portugal, constituída em 2006, é hoje a maior empresa do cluster, a grande distância das restantes empresas. A SABI permite identificar 18 empresas com mais de 50 trabalhadores. Oito destas empresas têm a sua produção orientada para o mercado interno, sendo que três nem sequer exportam. As restantes 10 empresas exportam mais de 50% das vendas, apresentando a IKEA a percentagem mais elevada (94%).

Gráfico 3.17 - Peso dos concelhos no VAB das principais indústrias do Tâmega e Sousa (2011)



Fonte: INE (SCIE 2011).

A contribuição dos vários concelhos para o VAB das principais indústrias do Tâmega e Sousa é muito variável, indicando importantes diferenças na especialização dos concelhos que integram esta Comunidade. Os concelhos mais industrializados apresentam contribuições importantes nas três principais indústrias do Tâmega e Sousa: 90% do VAB da indústria de couro e produtos de couro é gerada por empresas sediadas em Felgueiras; Paços de Ferreira contribui para mais de três quartos do VAB do fabrico de mobiliário e colchões no Tâmega e Sousa; já na indústria do vestuário verifica-se uma distribuição mais equilibrada entre Paços de Ferreira, Lousada e Penafiel. Nas outras indústrias, apenas no caso da fabricação dos têxteis se mantém um predomínio da contribuição dos três concelhos mais industrializados. Nos produtos metálicos, o destaque vai para Amarante, seguido por Castelo de Paiva e Marco de Canaveses, que aqui apresenta um valor semelhante ao de Felgueiras. As empresas com sede em Amarante contribuem para perto de um terço do VAB das indústrias alimentares sediadas no Tâmega e Sousa, seguindo-se Penafiel, com uma contribuição de 22%.²⁴

²² Este *cluster* e o anterior, juntamente com a ourivesaria e joalharia integram, desde Outubro de 2008, o Pólo de Competitividade da Moda (www.polodamoda.pt). Este pólo definiu 5 eixos prioritários de atuação: Moda e Imagem, Responsabilidade Social, Intelligence, Inovação Tecnológica e Qualificação dos Recursos Humanos.

²³ O Cluster do Mobiliário de Portugal (www.clusterdomobiliario.com) foi criado em 2009 e atua em quatro eixos: marketing e internacionalização; investigação, desenvolvimento e inovação; qualificação dos recursos humanos; e cooperação empresarial. Destacam-se como projetos-âncora o Centro Avançado de Design do Mobiliário – CADM (Paços de Ferreira) e o Centro de Inovação do Mobiliário – CIM (Paredes) (http://www.pofc.qren.pt/ResourcesUser/2012/PCT/Cluster_Mobiliario_ProgAcao.pdf).

²⁴ A região é conhecida pelos seus vinhos verdes, estando aí localizadas algumas das mais importantes casas vinícolas produtoras destes vinhos. Em Penafiel destaca-se o caso da Aveleda, SA, que exporta 64% das suas vendas, sendo que cerca de metade das exportações se destinam a mercados extracomunitários.

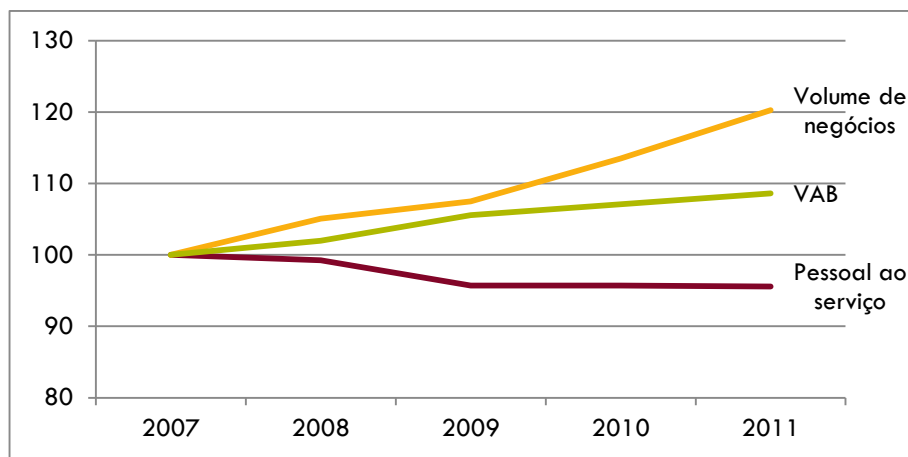
Finalmente, no conjunto de todas as outras indústrias, os principais contributos são de Penafiel e Amarante.

A análise da estrutura industrial do emprego e do VAB dos concelhos do Tâmega e Sousa confirma a conclusão de elevada heterogeneidade de especializações intra-área. O couro e produtos de couro dominam a estrutura industrial de Felgueiras, sendo também a principal indústria empregadora em Castelo de Paiva (33% do pessoal ao serviço). O fabrico de mobiliário contribui para 49% das pessoas ao serviço na indústria de Paços de Ferreira e para 46% do VAB. Neste concelho apenas a indústria de vestuário, com 34% das pessoas ao serviço e 32% do VAB apresenta também contributos superiores a 10%. Na estrutura industrial de Lousada, é a indústria de vestuário que ocupa uma destacada primeira posição, representando 58% do emprego e 48% do VAB industrial do concelho. Com contributos superiores a 10%, merecem ainda destaque a indústria do couro e produtos de couro e o mobiliário. Em Castelo de Paiva, para além da já referida indústria de couro e produtos de couro, surge a fabricação de produtos metálicos, a principal contribuinte do VAB industrial com 46% (e 24% das pessoas ao serviço). Em Amarante, são também os produtos metálicos que merecem destaque, respondendo por 17% do pessoal ao serviço e 25% do VAB. Contudo, neste concelho é a categoria residual “outras indústrias” que ocupa uma indiscutível primeira posição, com 46% das pessoas ao serviço e 53% do VAB. O vestuário é o principal empregador industrial em Penafiel, Marco de Canaveses e Celorico de Basto e contribui significativamente para o respetivo VAB industrial (sempre mais de 32%). Entre estes três concelhos, apenas no Marco de Canaveses se encontram contribuições superiores a 10% nas pessoas ao serviço noutras indústrias, como a fabricação de produtos metálicos e as indústrias alimentares. O vestuário é a principal indústria de Baião, seguindo-se as indústrias alimentares e a fabricação de mobiliário e colchões. Em Resende, as indústrias alimentares destacam-se na segunda posição, atrás das “outras indústrias”, dominantes na estrutura do concelho (51% das pessoas ao serviço e 65% do VAB). Finalmente, em Cinfães são os produtos metálicos que ocupam um terço das pessoas ao serviço na indústria e geram 39% do VAB, seguindo-se as indústrias alimentares, com 24% e 23%, respetivamente (ver Tabela 3.30 e Tabela 3.31, em anexo).

3.2.2. Dinâmica recente (2007-2011/12)

Entre 2007 e 2011, a indústria do Tâmega e Sousa perdeu 8% de empresas e 4% do pessoal ao serviço (cerca de 2 500 pessoas) mas viu o VAB e o volume de negócios aumentar 9% e 20%, respetivamente (Gráfico 3.18). Comparando estes valores com os relativos ao total de atividades económicas do Tâmega e Sousa, a evolução da indústria foi sempre mais positiva, exceto no que respeita ao número de empresas. A evolução da indústria do Tâmega e Sousa destacou-se também pela positiva da registada no Norte e em Portugal (Tabela 3.32, em anexo). Daqui resultou um aumento de 14% da produtividade aparente da indústria do Tâmega e Sousa, superior aos 8% e 2% registados no Norte e em Portugal, contribuindo para reduzir em 3 e 5 pontos percentuais, respetivamente, o diferencial existente entre o Tâmega e estes territórios.

Gráfico 3.18 - Evolução do pessoal ao serviço, volume de negócios, e VAB na indústria do Tâmega e Sousa (2007 = 100)

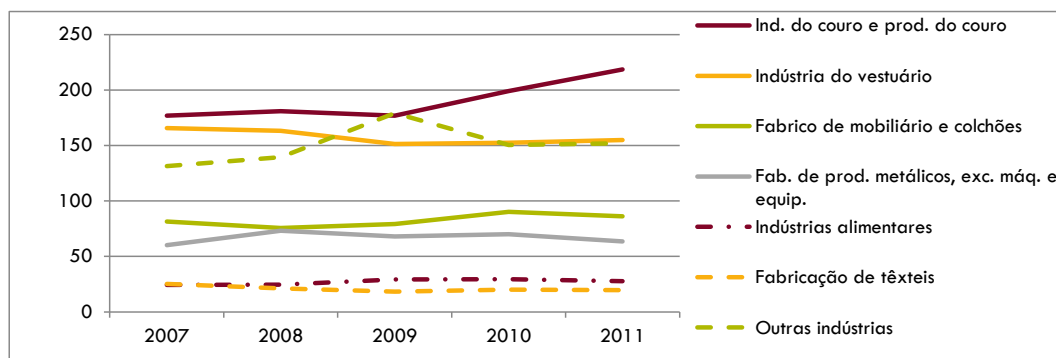


Fonte: INE (SCIE 2007 a 2011).

Quatro das principais indústrias do Tâmega perderam pessoal ao serviço, entre 2007 e 2011, sendo na indústria têxtil que esta queda foi mais acentuada (30%, ou seja 2 651 pessoas), seguida pela indústria de vestuário (15%). Em contrapartida a fabricação de couro e produtos de couro tem mais 897 pessoas ao serviço em 2011, o que corresponde a um crescimento de 6% no período. Também as indústrias alimentares empregam mais 169 pessoas em 2011, o que representa um crescimento de 7%, dada o menor peso desta indústria no território. Finalmente, o conjunto das outras indústrias aumentou o número de pessoas ao serviço em 268, contribuindo para amortecer a perda de emprego industrial no Tâmega e Sousa.

A evolução do VAB das várias indústrias entre 2007 e 2011 confirma o comportamento muito positivo da fabricação de couro e produtos de couro, que lidera o ranking de subidas com 24% de aumento, seguida pelas indústrias alimentares com 14%. O fabrico de mobiliário e colchões e a fabricação de produtos metálicos vêm o respetivo VAB aumentar 6% entre o início e o final do período. Em contrapartida a fabricação de têxteis perde 22% do VAB no período 2007-2011 e a indústria de vestuário 6%. Contudo, se apenas se avaliar a evolução destas duas indústrias entre 2009 e 2011 verifica-se um crescimento de 8% e 2%, respetivamente. O VAB das “outras indústrias” cresce 16% entre 2007 e 2011 mas cai 15% entre 2009 e 2011.

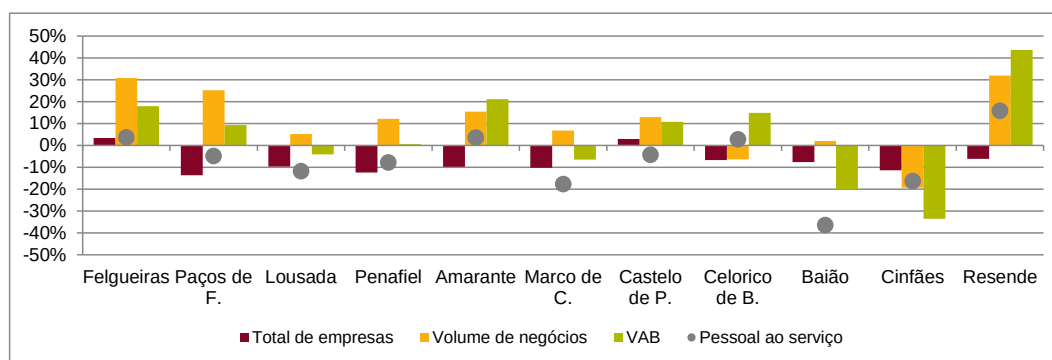
Gráfico 3.19 - Evolução do VAB das principais indústrias do Tâmega e Sousa



Fonte: INE (SCIE 2007 a 2011).

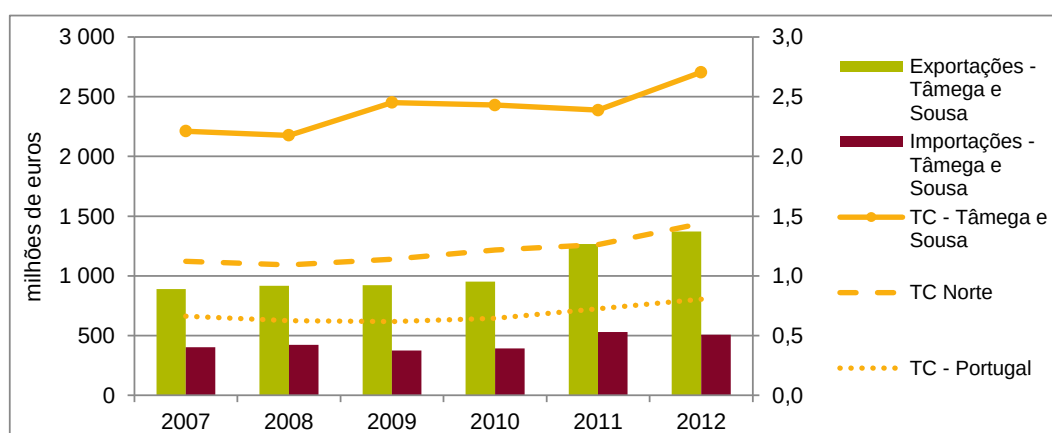
A análise da evolução da indústria ao nível dos concelhos do Tâmega e Sousa revela novamente diferenças intra-área significativas, as quais se encontram relacionadas com as diferenças nas especializações industriais dos concelhos. Entre os concelhos mais industrializados, Felgueiras revela o melhor desempenho, refletindo o comportamento positivo da indústria de calçado. As diferenças entre Paços de Ferreira e Lousada explicam-se pelo maior peso da indústria de vestuário na economia do último concelho, associada ao maior peso da fabricação de mobiliário no primeiro. Com exceção de Celorico de Basto, todos os outros concelhos em que a indústria de vestuário tem um peso relevante na respetiva estrutura industrial apresentam perdas de emprego e de VAB. A evolução relativamente mais positiva em Amarante e Resende pode resultar da maior importância das outras indústrias nestes concelhos. A muito reduzida dimensão da indústria em Resende também ajuda a explicar taxas relativamente mais elevadas para pequenas variações absolutas.

Gráfico 3.20 - Evolução das empresas, volume de negócios, VAB e pessoal ao serviço nas empresas industriais por concelho (2007 a 2011)



Fonte: INE (SCIE 2007 a 2011).

Gráfico 3.21 - Evolução das exportações e importações do Tâmega e Sousa e da taxa de cobertura do Tâmega e Sousa, Norte e Portugal

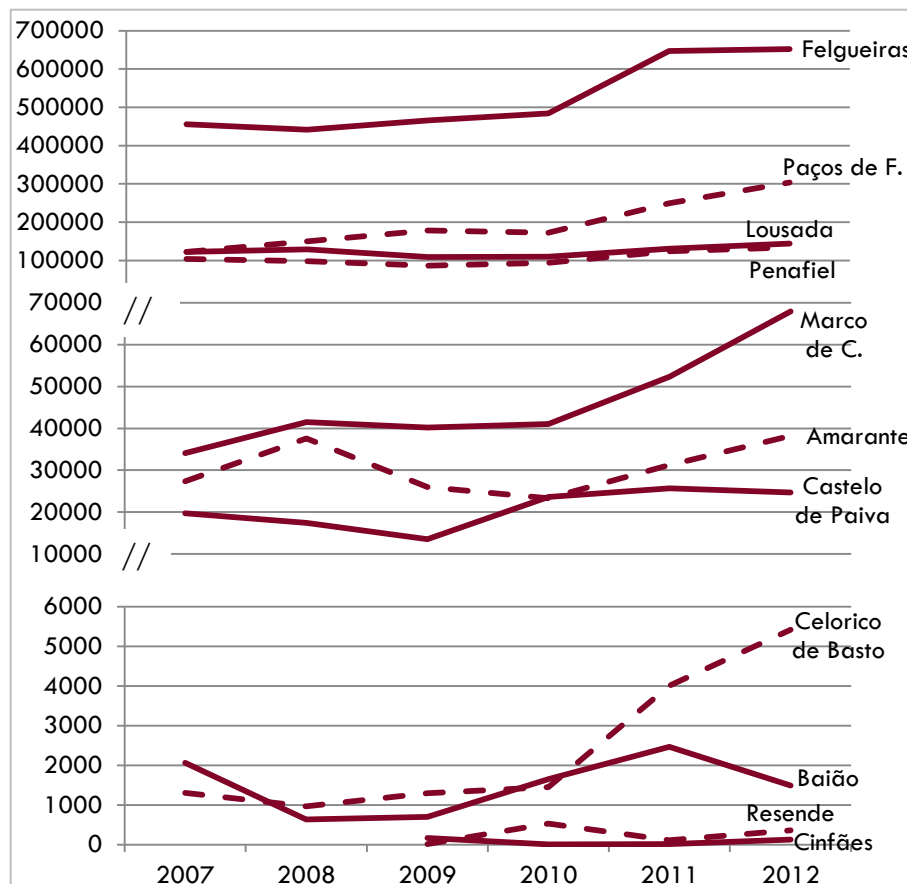


Fonte: INE (Anuário Estatístico da Região Norte, vários anos).

As exportações do Tâmega e Sousa crescem ao longo de todo o período analisado, embora lentamente entre 2007 e 2010, em que aumentam 7%, e mais rapidamente desde esse ano até 2012, período em que o aumento é de 44%. Assim, a indústria exportadora do Tâmega e Sousa mantém-se competitiva durante a crise. As importações caem 11%

entre 2008 e 2009 e, novamente, 4% entre 2011 e 2012, crescendo nos outros anos. A taxa de cobertura do Tâmega e Sousa mantém-se sempre acima da do Norte e de Portugal, crescendo nos anos em que as importações diminuem.

Gráfico 3.22 - Evolução das exportações por município (2007-2011)



Fonte: INE (Anuário Estatístico da Região Norte, vários anos); cálculos nossos.

Nota: a escala vertical do gráfico está truncada para permitir a visualização de valores muito diversos.

O comportamento das exportações dos vários concelhos do Tâmega e Sousa revela o dinamismo exportador das empresas com sede em Felgueiras e em Paços de Ferreira, no conjunto de concelhos mais industrializados e com um valor de exportações superior a 100 milhões de euros. No grupo de concelhos que exportam entre 10 e 70 milhões, é Marco de Canaveses que revela um comportamento mais dinâmico, quase duplicando as exportações. Celorico de Basto é o exportador mais dinâmico no conjunto de concelhos com exportações inferiores a 5 milhões de euros, mais do que quadruplicando o valor das suas exportações.

A informação sobre a demografia das empresas industriais apenas está disponível para a NUT III Tâmega, revelando uma taxa de natalidade nas indústrias transformadoras superior à que se verifica no Norte e em Portugal (9,91% versus 8,35% e 7,5%, respetivamente), sendo a maior de todas as NUTS II e III, em 2011. Contudo, esta percentagem é inferior à taxa de natalidade para o conjunto de atividades económicas (ver Tabela 3.33, em anexo).

Também, no que respeita ao investimento (medido através da formação bruta de capital fixo) apenas se dispõe de informação para a NUT III Tâmega. Entre 2007 e 2011, o investimento realizado pelas empresas industriais deste território aumentou 9%, o que contrasta com uma queda de 21% no Norte e de 3% em Portugal. O investimento aumentou 71% na fabricação de mobiliário e colchões, 48% na indústria do calçado e 42% nas indústrias alimentares, tendo diminuído na fabricação de produtos metálicos (54%) e na fabricação de têxteis (16%). O investimento na indústria de vestuário recuperou totalmente, entre 2009 e 2011, a forte redução sofrida entre 2007 e 2009.

Tabela 3.21 - Projetos aprovados na indústria no Tâmega e Sousa (2008-2013)

	Tâmega e Sousa			Tâmega e Sousa / Portugal		
	Proj.	Invest. Eleg.	Incent.	Proj.	Invest. Eleg.	Incent.
	Nº	1 000€	1 000€	%	%	%
I&DT Empresas/Proj. Individuais	2	976	521	1%	1%	1%
I&DT Empresas/Vale I&DT	5	145	109	4%	4%	4%
SI Inovação/Empreend.Qualificado	2	397	271	2%	1%	1%
SI Inovação/Inovação Produtiva	42	56 435	31 580	4%	2%	2%
SI Qualificação PME/Proj. Conjuntos	8	6 353	3 434	13%	5%	5%
SI Qualificação PME/Proj. Individuais e de Cooperação	89	25 210	11 720	6%	6%	6%
SI Qualificação PME/Vale Inovação	73	1 310	982	6%	5%	5%
Criação e Reforço de comp. internas de I&DT/Núcleos de I&DT	1	132	53	4%	1%	1%
Total do Tâmega e Sousa	222	90 958	48 669	5%	2,6%	2,7%
Projetos transitados do QCA III	1	101 341	29 000	20%	11%	19%

Fonte: Compete (2013); cálculos nossos.

Com o objetivo de completar a informação sobre investimento das empresas industriais, identificando as indústrias que mais investiram, foram analisados os projetos aprovados nos sistemas de incentivo (SI) ao investimento que vigoraram no período 2007-2013. As empresas industriais com sede no Tâmega e Sousa viram 223 projetos aprovados, incluindo o grande investimento de instalação de uma fábrica de produção de mobiliário pela IKEA Industry Portugal, Lda, sediada em Paços de Ferreira. Este projeto representa 53% do total investido pelo conjunto de projetos apoiados e recebeu 37% do incentivo. Excluindo este projeto, o Tâmega e Sousa apresenta um peso no total nacional de projetos aprovados pelos outros oito instrumentos identificados na Tabela 3.21 igual a 5% dos projetos e 2,6% do investimento elegível e 2,7% do incentivo, o que está ligeiramente abaixo de seu peso na indústria nacional (Tabela 3.13). O SI Inovação/Inovação produtiva é aquele em que se verifica um maior investimento elegível e um maior incentivo, seguindo-se o SI Qualificação PME/Projetos Individuais em Cooperação. Este último é aquele que tem um maior número de projetos aprovados. Em contrapartida, o Tâmega e Sousa só viu aprovado um projeto de criação e reforço de competências internas de I&DT, dois projetos individuais no programa I&DT Empresas e dois projetos de

Empreendedorismo Qualificado, três instrumentos em que apenas representa 1% do investimento elegível e do incentivo atribuído a nível nacional.²⁵

A importância relativa dos vários concelhos do Tâmega e Sousa no total de projetos apoiados é influenciada pelo investimento da IKEA Industry, que conduz a que Paços de Ferreira concentre 67% do investimento elegível e 57% do incentivo recebido pela indústria do Tâmega. Mesmo retirando este projeto, Paços de Ferreira é sede de 27% dos projetos que representam 31% do investimento elegível e do incentivo atribuído. Segue-se Felgueiras com valores de 39% dos projetos, 19% do investimento e 18% do incentivo. Lousada, o terceiro dos concelhos mais industrializados, representa apenas 9%, sendo ultrapassado por Amarante e Celorico de Basto no que respeita ao investimento e incentivo. Os três concelhos menos industrializados apresentam apenas 1 projeto aprovado ou mesmo nenhum, como aconteceu com Cinfães. Os restantes concelhos, Castelo de Paiva, Marco de Canaveses e Penafiel apresentam valores semelhantes entre si, entre 4% e 6% do número de projetos, 2 e 4% do investimento elegível e 3 a 5% do incentivo.

O fabrico de mobiliário e de colchões é a divisão da indústria que mais se destaca no número de projetos apoiados, investimento elegível e incentivo. Depois de retirarmos o projeto IKEA, esta indústria ainda representa cerca de um quarto dos projetos, do investimento elegível e do incentivo recebido pelas empresas com sede no Tâmega Sousa, representando 14% do total nacional de investimento elegível e incentivo em projetos desta indústria. Segue-se a indústria do couro e dos produtos de couro, com 35% dos projetos aprovados, 13% do investimento e 12% do incentivo, correspondendo a 10% do total nacional. Apesar de só ter três projetos aprovados, nas indústrias metalúrgicas de base, o Tâmega e Sousa representa 14% do investimento elegível e 13% do incentivo em Portugal. De referir que se trata de 3 projetos apresentados por empresas diferentes e sediadas em três concelhos distintos (Amarante, Celorico de Basto e Paços de Ferreira). Os 12 projetos de vestuário aprovados correspondem a 7% do investimento elegível e do incentivo atribuído a nível nacional a este setor. Pela importância que apresentam no total de investimento apoiado no Tâmega e Sousa, ainda se podem referir a fabricação de produtos metálicos e a fabricação de artigos de borracha e matérias plásticas (ver Tabela 3.34, em anexo).

Concluindo, a indústria é a principal atividade económica do Tâmega e Sousa mas esta comunidade integra concelhos com estruturas económicas muito diferentes. Felgueiras, Paços de Ferreira e Lousada são concelhos industriais, com uma especialização bem definida e uma indústria exportadora. Noutros concelhos, os serviços, a construção ou até a agricultura são atividades mais relevantes do que a indústria. As indústrias mais representativas na estrutura industrial do Tâmega e Sousa e em que este mais se destaca no respetivo total nacional são três: a indústria do couro e produtos do couro, com forte presença em Felgueiras; o fabrico de mobiliário e colchões, presente em Paços de Ferreira e Lousada; e, a indústria de vestuário dispersa por Paços de Ferreira, Lousada, Penafiel e Marco de Canaveses. A escassa informação disponível sobre o investimento não dá sinais claros pois apesar do crescimento da formação bruta do capital fixo, o peso do Tâmega e Sousa nos projetos aprovados fica aquém do seu peso na indústria nacional, sendo a

²⁵ Esta informação indicia um reduzido investimento em I&D&I por parte das empresas sediadas no Tâmega e Sousa. Contudo, não se pode concluir sobre o investimento em I&D&I do conjunto de empresas industriais do Tâmega e Sousa por indisponibilidade desta informação ao nível do concelho.

diferença especialmente relevante em dois dos setores em que o território mais se destaca: a indústria do couro e a indústria do vestuário.

3.3. Serviços

Os serviços abrangem uma grande diversidade de atividades económicas, integradas estatisticamente em 11 secções²⁶ da CAE-Rev.3. Nesta secção, caracteriza-se o setor dos serviços no Tâmega e Sousa, partindo do Sistema de Contas Integradas das Empresas (SICE), do INE e analisando também os projetos aprovados neste setor no âmbito dos Sistemas de Incentivo ao Investimento das Empresas.

Os serviços são responsáveis por mais de dois terços das empresas sediadas no Tâmega e Sousa, 36% das pessoas ao serviço e cerca de um terço do VAB gerado, valores inferiores à importância que este setor tem no Norte e, naturalmente, também no país. Daqui resulta um peso do Tâmega e Sousa no total do setor dos serviços no Norte e no país inferior ao respetivo peso quando consideradas todas as atividades económicas. Esta diferença explica-se pelo maior peso da indústria e da construção na estrutura setorial do Tâmega e Sousa (Tabela 3.28 e Tabela 3.29, em anexo).

Tabela 3.22 - Importância dos serviços no Tâmega e Sousa, Norte e Portugal (2011)

	Serviços			Serviços / total atividades		
	T&S valor	T&S/N %	T&S/PT %	T&S %	N %	PT %
Total de empresas (nº)	23 164	8%	3%	69%	78%	79%
Empresas individuais (nº)	16 912	8%	3%	77%	82%	82%
Sociedades (nº)	6 252	8%	2%	54%	68%	73%
Pessoas ao Serviço (nº)	48 170	7%	2%	36%	56%	67%
Volume de negócios (milhões €)	2 974	6%	1%	45%	54%	60%
VAB (milhões €)	603	5%	1%	34%	50%	62%

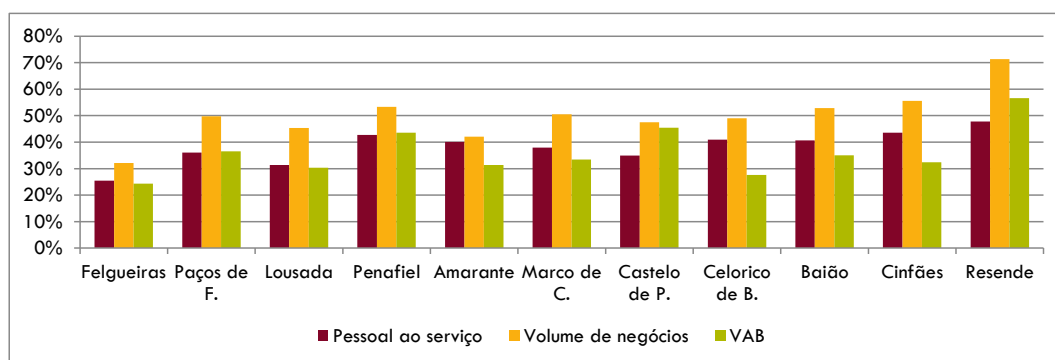
Fonte: INE (SCIE 2011); cálculos nossos.

Notas: T&S – Tâmega e Sousa, N – Norte de Portugal, PT – Portugal.

A importância dos serviços na economia dos municípios do Tâmega e Sousa varia entre os valores mínimos apresentados por Felgueiras (25% das pessoas ao serviço e 24% do VAB) e os máximos apresentados por Resende (48% das pessoas ao serviço e 57% do VAB). Retirando estes dois concelhos, as variações encontradas não são muito expressivas. Verifica-se, contudo, uma tendência para uma menor importância dos serviços nos concelhos mais industrializados, localizados a noroeste, e uma maior importância nos concelhos menos industrializados de sudeste, bem como em Penafiel.

²⁶ Secções G, H, I, J, L, M, N, P, Q, R e S. A construção (secção F) não é incluída nos serviços.

Gráfico 3.23 - Importância dos serviços nos concelhos do Tâmega e Sousa (2011)



Fonte: INE (SCIE, 2011).

O Tâmega e Sousa apresenta uma densidade de empresas de serviços que se encontra entre os valores registados por Portugal e pelo Norte (Tabela 3.23). Os três concelhos mais industrializados e Penafiel apresentam valores muito elevados, superiores aos registados pelo Norte. Amarante e o Marco registam valores inferiores aos dos concelhos anteriores, mas superiores aos observados em Portugal.

Tabela 3.23 - Indicadores de empresas de serviços por município (2011)

	Densidade de empresas	Proporção de empresas individuais	Pessoal ao Serviço por empresa	Volume de Negócios por empresa
	Nº/km2	%	Nº	1 000 euros
Portugal	9,6	70%	2,8	238,103
Norte	13,2	71%	2,4	185,055
Tâmega e Sousa	12,6	73%	2,1	128,375
Felgueiras	28,9	69%	2,0	149,423
Paços de Ferreira	49,1	70%	2,2	139,244
Lousada	26,2	73%	2,0	122,423
Penafiel	18,7	75%	2,5	153,607
Amarante	11,2	72%	2,0	107,703
M. Canaveses	12,7	73%	2,2	151,498
Castelo de Paiva	6,9	76%	1,6	108,335
Celorico de Basto	4,7	77%	1,5	68,738
Baião	5,0	77%	1,7	79,686
Cinfães	3,5	78%	1,6	70,808
Resende	4,5	79%	1,6	83,878

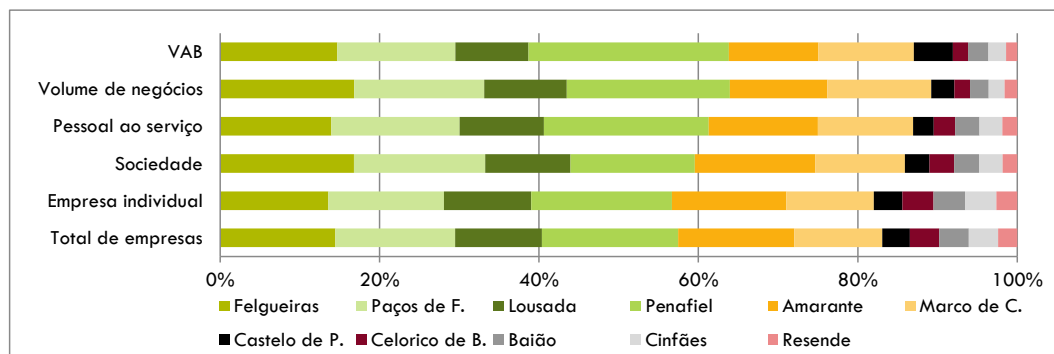
Fonte: INE (SCIE 2011; AERN 2013).

Os restantes concelhos apresentam uma densidade inferior à verificada no país. A proporção de empresas individuais é nestes cinco concelhos superior à registada no Norte e em Portugal e a dimensão média das empresas é também significativamente inferior, tanto quando medida em termos de pessoas por empresa, como de volume de negócios por empresa. Todos os concelhos do Tâmega e Sousa apresentam valores de volume de negócios por empresa inferiores aos registados no Norte e no país e apenas

Penafiel tem um número de pessoas ao serviço superior ao verificado no Norte, embora inferior ao do país.

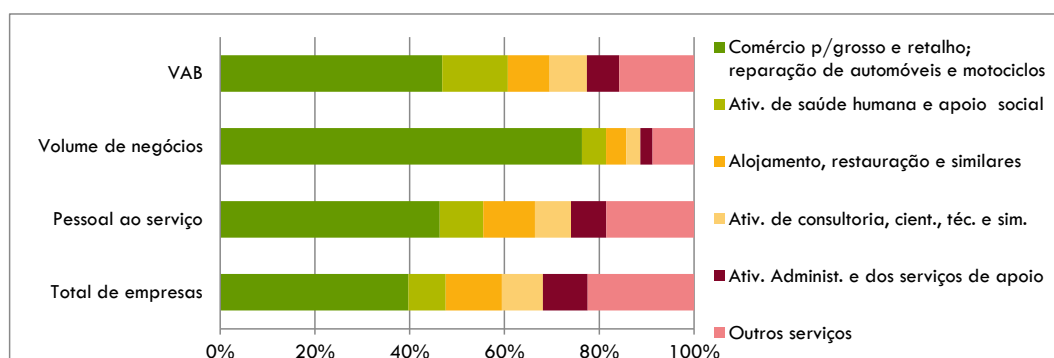
Penafiel é o concelho que mais contribui para o setor de serviços do Tâmega e Sousa, logo seguido por Paços de Ferreira e Felgueiras. Se a estes concelhos juntarmos os contributos do Marco de Canaveses, Amarante e Lousada obtém-se 87% das pessoas ao serviço e do VAB deste setor e 89% do volume de negócios. Os restantes cinco concelhos apresentam contributos mais reduzidos, variando entre 1,4% e 4,9%.

Gráfico 3.24 - Importância de cada concelho nos serviços do Tâmega e Sousa (2011)



Fonte: INE (SCIE, 2011).

Gráfico 3.25 - Importância dos principais serviços no total do setor no Tâmega e Sousa (2011)



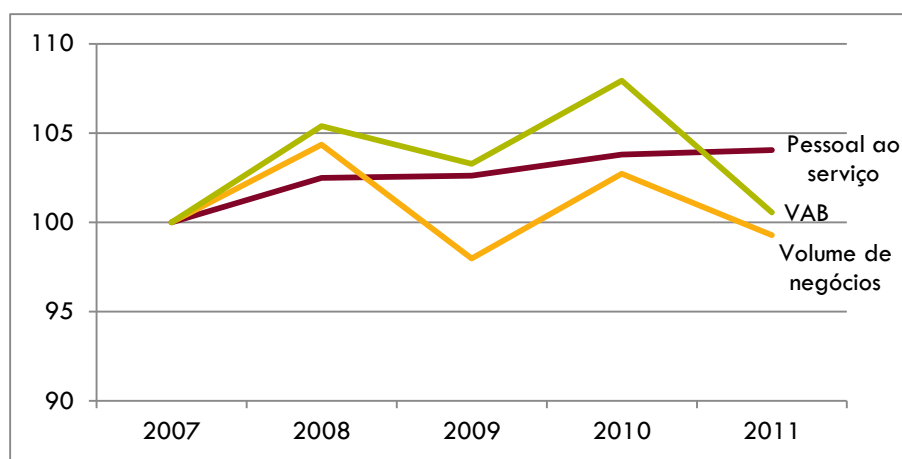
Fonte: INE (SCIE, 2011).

O comércio por grosso e retalho e a reparação de automóveis e motociclos são a principal atividade de 40% das empresas de serviços com sede no Tâmega, empregam 46% das pessoas que trabalham neste setor, geram 47% do VAB e representam mais de três quartos do volume de negócios. Numa distante segunda posição, no que respeita à sua contribuição para o VAB dos serviços, surgem as atividades de saúde humana e apoio social. Com importâncias muito aproximadas identificam-se três atividades: o alojamento, restauração e similares; as atividades de consultoria, científicas e técnicas e similares; e as atividades administrativas e dos serviços de apoio. O conjunto destes cinco serviços representa 78% das empresas, 81% das pessoas ao serviço e 84% do VAB²⁷.

²⁷ Foram analisadas as 11 secções da CAE Rev.3 que constituem o setor dos serviços. Apenas para um concelho (Celorico de Basto) e uma secção (atividades de informação e comunicação) os dados não estão publicados por

Nenhuma das empresas com mais de 250 empregados identificada na base de dados SABI pertence ao setor dos serviços. A análise das empresas com capital estrangeiro permitiu identificar relações próximas entre empresas de serviços e empresas industriais, quer pela via dos acionistas, quer pelas atividades realizadas. Um primeiro caso é o da empresa de aluguer de equipamentos, PETER KAISER – Equipamento e Serviços para a Indústria de Calçado, Lda., que tem como acionista a empresa alemã PETER KAISER-SHOES FABRIC, SL, a qual integra o mesmo grupo da PETER KAISER SCHUHFABRIK GMBH. Esta última empresa e a PETER KAISER – Equipamento e Serviços para a Indústria de Calçado, Lda. são os principais acionistas da PCF – Produção de Calçado de Felgueiras, Lda. Um outro caso identificado é o da NUTRECO PORTUGAL, SGPS, UNIPessoal Lda., participada pela NUTRECO ESPAÑA SA ES e pela holandesa NUTRECO N.V.. A NUTRECO Portugal e a NUTRECO N.V. são os principais acionistas da Alimentação Animal NANTA, S.A., um fabricante de alimentos para animais de criação. No que respeita a atividades relacionadas, identificam-se 3 empresas: um agente do comércio por grosso de produtos químicos para a indústria do mobiliário, com capital espanhol (BARNISOL – Acabamentos para Mobiliário, Lda.), uma empresa de comércio por grosso de desperdícios têxteis (WIPPYTEX, Lda.), também com capital espanhol, e, finalmente, uma empresa de logística, com capital belga (IN CHAIN LOGISTICS, Lda.).

Gráfico 3.26 - Evolução do pessoal ao serviço, volume de negócios e VAB nos serviços do Tâmega e Sousa (2007 = 100)



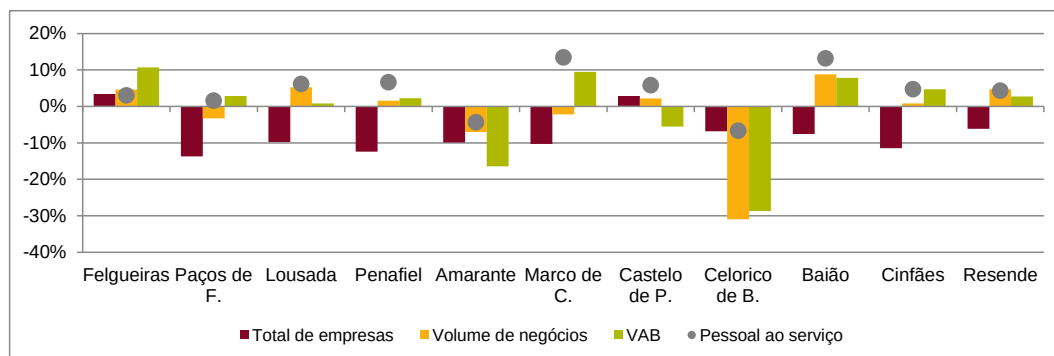
Fonte: INE (SCIE, 2011).

O setor dos serviços no Tâmega e Sousa revela uma relativa estabilidade no período 2007-2011: o número de pessoas ao serviço cresce 4% e o VAB aumenta 1%, apesar de uma redução do volume de negócios em 1% (Gráfico 3.26). A evolução do setor dos serviços no Tâmega e Sousa é, assim, mais favorável do que a observada no Norte e a nível nacional e é também mais favorável do que a registada pelo conjunto de atividades económicas do Tâmega e Sousa (ver Tabela 3.35, em anexo).

Com a exceção de Amarante e Celorico de Basto, todos os outros 9 concelhos do Tâmega e Sousa veem aumentar o pessoal ao serviço nas empresas do setor. Em 8 destes 9 concelhos, o VAB também cresce.

razões de segredo estatístico. Contudo, é possível avaliar que estes valores não representam mais do que 0,6% das Pessoas ao Serviço e do VAB do total das atividades do concelho, não comprometendo a análise.

Gráfico 3.27 - Evolução das empresas, volume de negócios, VAB e pessoal ao serviço nas empresas de serviços por concelho (2007 a 2011)



Fonte: INE (SCIE, 2011).

No que respeita à evolução das principais secções dos serviços, aquelas que revelaram variações mais positivas foram as atividades administrativas e dos serviços de apoio (aumento de 40% do VAB e 21% do emprego, entre 2007 e 2011), as atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares (16% e 12%, respetivamente) e as atividades de saúde humana e apoio social (10% e 15%). Já o comércio por grosso e retalho perdeu 2% do emprego, 4% do VAB e 3% do volume de negócios. O alojamento, restauração e similares viu o seu VAB diminuir em 8% mas aumentou o pessoal ao serviço em 6% e o volume de negócios em 2%. Finalmente, no que respeita aos restantes serviços, menos relevantes na estrutura do setor, a queda nas atividades imobiliárias (21% do VAB, 22% do volume de negócios e 5% das pessoas ao serviço) não é suficientemente compensada pela evolução positiva do VAB das atividades de informação e de comunicação e do pessoal ao serviço nas atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas e nos transportes.

A informação sobre a demografia das empresas de serviços apenas está disponível para a NUT III Tâmega revelando uma taxa de natalidade nos serviços ligeiramente inferior à que se verifica no Norte e em Portugal (12,73% versus 13,20% e 13,45%, respetivamente). O Tâmega apresenta ainda uma maior taxa de sobrevivência (a dois anos) e uma menor taxa de mortalidade do que a verificada no Norte e em Portugal (ver Tabela 3.33, em anexo).

Na última década foram criadas várias estruturas de apoio ao empreendedorismo no território do Tâmega e Sousa que, não tendo como únicos destinatários os serviços, desenvolvem uma atividade de serviços que justifica o seu tratamento neste capítulo. Destacam-se, nomeadamente, as seguintes:

- TECVAL – Centro Tecnológico do Vale do Sousa (www.tecval.pt), criado em 2004 em Paços de Ferreira. Este Centro, que presta serviços de incubação virtual e de incubação física, contando com 7 empresas incubadas. Destas, 6 prestam serviços baseados em tecnologias de informação e comunicação (*marketing* interativo e *e-mail marketing*, consultoria em tecnologias de informação e implementação de sistemas de informação, conceção e desenvolvimento de soluções inovadoras para os sectores relacionados com o “ambiente de casa” e o imobiliário, criar, produzir e tratar a imagem ou produto do cliente, serviços de promoção da inovação através do *design*, e serviço de *trading* global na área do mobiliário). Apenas uma empresa incubada desenvolve e concebe um produto

inovador, as lareiras ecológicas, que utilizam um combustível também desenvolvido pela empresa, que não produz fumos cheiros nem sujidade durante a sua utilização e é totalmente renovável.

- TECTÂMEGA – Associação para o Desenvolvimento Tecnológico do Tâmega, constituído em 2007 na Zona de Acolhimento Empresarial da Várzea, em Felgueiras, com o objetivo de promover o desenvolvimento tecnológico da região.
- IVSA – Incubadora do Vale do Sousa, criado em 2008, tem sede na Zona Industrial nº 2 de Penafiel. Esta incubadora tem promovido cursos de línguas, curso de cozinha e pastelaria, entre outras iniciativas.
- IE Incubadora - Incubadora de Empresas de Base Tecnológica, uma estrutura lançada pelo Instituto Empresarial do Tâmega (IET), em finais de 2013. O investimento de 3,7 milhões de euros permitiu construir um novo edifício para a incubação empresarial no Tâmega Park, em Amarante. Serão disponibilizados 62 espaços para a incubação empresarial, 13 dos quais especificamente para atividades industriais, e um centro de negócios com espaços de partilha (salas de reuniões e de formação, serviços tecnológicos, sala de videoconferência e auditório). A expectativa é atrair empresas de perfil tecnológico associadas às indústrias transformadoras de média-alta tecnologia, às tecnologias da produção, às tecnologias de comunicação, informação e eletrónica, às ferramentas e máquinas. Como segunda prioridade estão as empresas ligadas à construção sustentável e às indústrias criativas. O IET é uma associação sem fins lucrativos de direito privado, de caráter científico e técnico, integrando 22 entidades institucionais (com destaque para a Universidade do Porto e a Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, outras escolas, municípios) e empresas.

Entre 2007 e 2013, o setor dos serviços²⁸ do Tâmega e Sousa viu aprovados 114 projetos, com um investimento elegível de 49,5 milhões de euros e 29,6 milhões de incentivo. Entre os vários instrumentos de apoio destacam-se: o SI Inovação/Inovação produtiva representa 74% do investimento elegível e 78% do incentivo, correspondentes a 20% dos projetos; e, o SI Qualificação PME/Projetos Individuais e de Cooperação, com 22% e 17% do investimento elegível e incentivo, respetivamente. O SI Qualificação PME/Vale Inovação apresenta o maior número de projetos aprovados. O peso global do Tâmega e Sousa nos projetos apoiados neste setor é significativamente superior à sua importância no total dos serviços em Portugal (Tabela 3.22). Seria, contudo, importante ter informação sobre a taxa de execução destes projetos, na medida em que é pública a existência de diferenças significativas entre o número de projetos aprovados e o número de projetos encerrados.

Sendo Felgueiras o concelho com um maior número de projetos aprovados (34% do total), é Baião que ocupa a primeira posição em termos de investimento elegível e de incentivo, com 24% e 25% do total, sendo a segunda posição ocupada pelo Marco de Canaveses e a seguinte por Penafiel. O elevado peso de Baião é explicado por projetos no

²⁸ Incluem-se nos serviços os projetos aprovados nos setores definidos pelo Compete como comércio, serviços, turismo e outros setores, desde que pertençam às divisões da CAE identificadas no início deste capítulo. Desta forma, excluíram-se desta análise todos os projetos de outras divisões incluídos pelo Compete nos setores referidos.

domínio do turismo sobre os quais se apresenta mais informação na secção seguinte. Paços de Ferreira merece destaque pelo número de projetos aprovados (20% do total).

Tabela 3.24 - Projetos aprovados nos serviços no Tâmega e Sousa (2008-2013)

	Tâmega e Sousa			Tâmega e Sousa / Portugal		
	Proj.	Invest. Eleg.	Incent.	Proj.	Invest. Eleg.	Incent.
	Nº	1 000€	1 000€	%	%	%
I&DT Empresas/Proj. Individuais	1	104	61	0,2%	0,05%	0,05%
SI Inovação/Empreend.Qualificado	1	586	381	0,5%	0,5%	0,5%
SI Inovação/Inovação Produtiva	23	36 644	23 197	5,1%	4,2%	4,4%
SI Qualificação PME/Projetos Individuais e de Cooperação	39	11 003	5 119	2,4%	2,8%	2,7%
SI Qualificação PME/Vale Inovação	45	1 025	766	2,2%	2,3%	2,3%
Sistema de Incent. de Apoio Local a Microempresas (SIALM)	4	58	48	0,7%	0,4%	0,4%
Criação e ref. de comp. internas de I&DT/Núcleos de I&DT	1	161	81	1,3%	0,7%	0,8%
Total do Tâmega e Sousa	114	49 581	29 652	2,1%	2,9%	3,1%

Fonte: Compete (2013); cálculos nossos.

O comércio por grosso e a retalho e a reparação de veículos automóveis apresentou cerca de metade de todos os projetos aprovados mas é o alojamento, restauração e similares que representa 70% do investimento elegível e 74% do incentivo. Em conjunto estes setores são responsáveis por dois terços dos projetos, 90% do investimento e 91% do incentivo (Tabela 3.36, em anexo). Este panorama de investimentos nos serviços indicia perspectivas animadoras sobre o desenvolvimento de alguns setores de serviços no Tâmega e Sousa.

3.4. Turismo

Embora o turismo esteja incluído no setor dos serviços, analisado na secção anterior, as suas especificidades e o seu potencial estratégico justificam que se lhe faça aqui uma referência autónoma. A análise ao setor do turismo no Tâmega e Sousa tem por base informação disponível no INE (SICE, Anuário Estatístico da Região Norte e Inquérito à Permanência de Hóspedes e Outros Dados na Hotelaria), completada por dados disponibilizados nos sítios da Associação do Turismo de Habitação – TURIHAB (www.turihab.pt²⁹), da Rota do Românico (www.rotadoromanico.com) e das Câmaras Municipais.

²⁹ Que remete para www.solaresdeportugal.pt, www.casasnocampo.net, www.aldeiasdeportugal.pt.

3.4.1. Oferta turística

O turismo inclui as atividades das agências de viagens, operadores turísticos, outros serviços de reservas e atividades relacionadas (divisão 79), da secção “Atividades administrativas e dos serviços de apoio” e parte das atividades de alojamento (divisão 55) e restauração e similares (divisão 56). De acordo com a informação do SCIE, relativa a 2011, têm sede em todos os concelhos do Tâmega e Sousa empresas que prestam estes serviços. Na Tabela 3.25, apresentam-se os valores relativos ao conjunto dos municípios. O peso do Tâmega e Sousa no total do Norte e de Portugal nestas três atividades é inferior ao verificado para o conjunto dos serviços, exceto no que respeita ao total de empresas e nas pessoas ao serviço na restauração e similares. O Tâmega e Sousa é responsável por 6% do total de agências de viagens, operadores turísticos e outros serviços de reservas localizados no Norte, 7% das empresas que prestam serviços de alojamento e 10% das empresas de restauração e similares, que empregam 8% das pessoas ao serviço neste setor no Norte.

Tabela 3.25- Atividades relacionadas com o turismo no Tâmega e Sousa (2011)

	Alojamento	Restauração e similares	Agência de viagem, oper. turísticos, out. serviços de reservas e atividades relac.
Total de empresas (nº)	132	2 609	31
Pessoas ao Serviço (nº)	389	4 873	58
Volume de negócios (1 000 €)	8 772	11 615	8 414
VAB (1 000 €)	2 712	50 321	1 039

Fonte: INE (SCIE 2011).

Esta informação é completada com os resultados do Inquérito à Permanência de Hóspedes e Outros Dados na Hotelaria e com o Anuário Estatístico da Região Norte, do INE. De acordo com estas fontes, em 2012, a oferta de alojamento no Tâmega e Sousa é constituída por 23 estabelecimentos³⁰ que têm capacidade para 1 372 hóspedes.

Como é possível observar no Gráfico 3.28, o número de estabelecimentos não sofre grandes alterações, no período 2009-2012.³¹ Os concelhos de Castelo de Paiva e de Marco de Canaveses têm mais um alojamento em 2012, comparativamente com 2009, enquanto Amarante e Penafiel perdem um alojamento cada. Os restantes concelhos não apresentam qualquer alteração. De acordo com estes dados, localizam-se no Tâmega e Sousa 5% dos estabelecimentos hoteleiros da região Norte e 1,3% do total nacional.

A capacidade de alojamento do Tâmega e Sousa cresceu 12%, de 2009 a 2012, acima dos 8% verificados no Norte e em Portugal. Contudo, o peso do Tâmega e Sousa no Norte e em Portugal continua a ser bastante reduzido: 3,3% da capacidade de alojamento do Norte e 0,5% do total nacional, em ambos os casos valores ainda mais reduzidos que os relativos ao número de alojamentos. Daqui decorre uma menor dimensão média dos

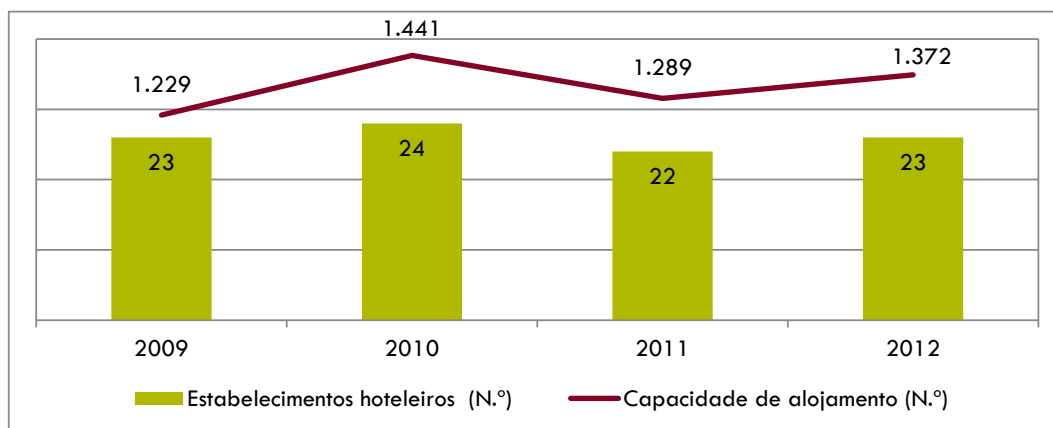
³⁰ Os dados apresentados abrangem os estabelecimentos classificados pelo Turismo de Portugal I.P., bem como estabelecimentos das tipologias reconvertidas, nomeadamente as pensões.

³¹ Período mais recente para o qual o INE disponibiliza dados comparáveis.

estabelecimentos hoteleiros do Tâmega e Sousa, quando comparados com o Norte e Portugal.

A capacidade de alojamento por habitantes na NUT II Tâmega (3,4 camas por 1 000 habitantes) é muito inferior ao valor observado no Norte (11,4) e ainda mais distante do registado a nível nacional (28,3).

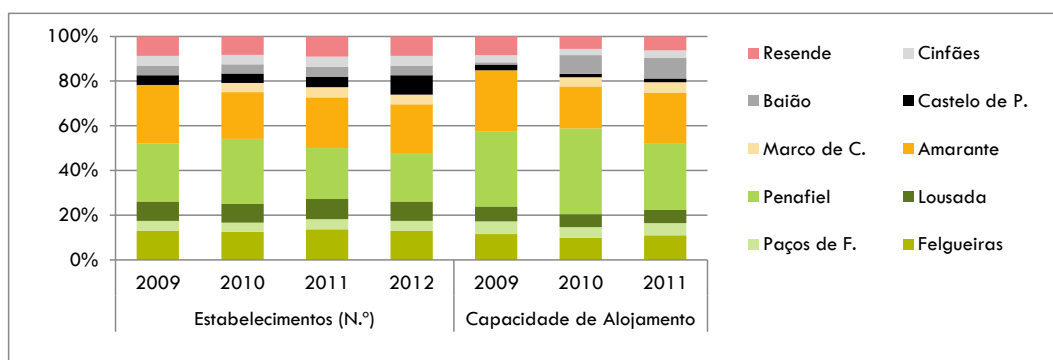
Gráfico 3.28 - Estabelecimentos e capacidade de alojamento no Tâmega e Sousa (2009 a 2012)



Fonte: INE (Inquérito à Permanência de Hóspedes e Outros Dados na Hotelaria 2012).

A oferta no Tâmega e Sousa contabilizada nas estatísticas oficiais é maioritariamente constituída por hotéis, que correspondem a 52% dos alojamentos, e pensões (39%). Para além destes dois tipos de alojamento, há apenas a acrescentar uma pousada em Amarante e um apartamento turístico em Felgueiras.

Gráfico 3.29 - Estabelecimentos e capacidade de alojamento por município (2009 a 2012)



Fonte: INE (Inquérito à Permanência de Hóspedes e Outros Dados na Hotelaria 2012).

Nota: não existem estabelecimentos registados em Celorico de Basto; por motivos de segredo estatístico, em 2012 só foi publicada informação sobre a capacidade de alojamento de 3 dos concelhos da CIM do Tâmega e Sousa, pelo que se optou por excluir esse ano do gráfico.

Amarante e Penafiel apresentam o maior número de alojamentos (5), sendo que Celorico não regista nenhum, pelo que foi excluído do Gráfico 3.29 - Estabelecimentos e capacidade de alojamento por município (2009 a 2012). Os restantes concelhos apresentam números que variam entre 1 e 3. A capacidade de alojamento segue um padrão semelhante, não tendo sido possível obter dados para o Tâmega e Sousa, em 2012, dado o elevado número de concelhos sem informação publicada por motivos de segredo

estatístico. Relativamente aos três concelhos em que se dispõe de informação pode observar-se que Amarante e Felgueiras mantêm a capacidade de alojamento e Penafiel vê essa capacidade aumentar em 10 unidades, relativamente a 2011.

A oferta de alojamento turístico em espaço rural e de habitação (TERH) no território da CIM do Tâmega e Sousa foi identificada recorrendo a uma diversidade de fontes alternativas, já referidas no início deste capítulo, ultrapassando desta forma uma lacuna na informação publicada pelo Turismo de Portugal.³²

Tabela 3.26 - Oferta de turismo no espaço rural e de habitação (TERH)

Estabelecimentos		Exemplos ilustrativos
Nº		
Felgueiras	5	Casa de Valdemar*; Casa do Cotto*; Paço de Pombeiro de Ribavizela; Quinta da Cela; Quinta do Mosteiro
Paços de Ferreira	5	Casa de Rosende; O Ramalhete; Quinta do Alves; Hotel de Charme Quinta do Pinheiro; Hotel Rural Quinta da Vista Alegre;
Lousada	4	Casa de Juste; Casa de Sedoura; Quinta da Longra; Quinta de Lourosa
Penafiel	10	Casa da Lage; Casa de Gatão; Casal do Outeiro de Leirós; Casa Defronte; Casa dos Esteios Quinta da Maragoça; Quinta de Abôl de Baixo; Quinta de Santa Cruz; Quinta do Bacelo*; Quinta de Fonte Arcada
Amarante	10	Casa de Pascoaes; Casa da Levada; Casa do Carvalhal; Casa da Pedra*; Casa do Valinho; Quinta de São Faustino de Fridão; Casal Aboadela; Casa da Nogueira; Quinta de Ribas; Casa de Infesta
M. Canaveses	5	Quinta da Várzea de Cima; Quinta de Mosteirô; Quinta do Cão; Casa de Gondomil; Casa do Serdeiredo
Castelo de Paiva	2	Hotel Rural Casa de São Pedro; Casa do Fornelo
Celorico de Basto	9	Casa de Campo*; Casa de Canedo*; Solar do Souto; Casa da Laje S. Miguel de Gémeos; Quinta da Fontinha; Quinta das Escomoeiras; Camélias de Basto; Quinta das Mouras; Casa de Mosqueiros
Baião	17	Casa de Cochêca; Casa da Lavandeira; Quinta da Ermida; Quinta do Ervedal; Quinta de Guimarães; Quinta das Quintãs; Quinta da Casa Grande Pinheiro; Casa do Laranjal; a Casa da Eira; Casa da Calçada; Casa de Viombra; O Casarão; Casas de Pousadouros; O Aconchego das Raízes; Casa das Feitorias; Casa do Silvério; Quinta de Marnotos
Cinfães	6	Quinta da Ventozela*; Casa da Quinta da Calçada; Casa do Moleiro; Casa Altamira; Quinta da Costeira; Casa do Lódão
Resende	3	Casa de Fundo da Aldeia; Quinta do Carujeiro; Casa de Tapadeirô

Fonte: www.turihab.pt; www.rotadoromânico.com; sítios das Câmaras Municipais da CIM do Tâmega e Sousa.

Nota: * Estabelecimentos que se encontram classificados pela TURIHAB.

³² O Anuário das Estatísticas do Turismo 2012, publicado pelo Turismo de Portugal (www.turismodeportugal.pt), apenas disponibiliza informação sobre turismo em espaço rural e turismo de habitação por NUT II, o que inviabiliza a análise da oferta ao nível dos municípios e das comunidades intermunicipais.

Atualmente existem, pelo menos, 76 empreendimentos de TERH nos 11 concelhos que integram a CIM do Tâmega e Sousa. Como a classificação dos alojamentos varia entre fontes consultadas³³, inviabilizando uma consolidação da informação por tipo de alojamento, optou-se por apresentar o número total de unidades identificadas por concelho, ilustrando com exemplos (ver Tabela 3.26). Esta oferta integra 7 unidades certificadas pela TURIHAB: 3 casas antigas, 1 quinta, 1 casa rústica e 2 casas de campo. A consulta da conhecida plataforma de reservas *online* booking.com permite identificar várias unidades de TERH, a par de outros tipos de alojamento mais tradicionais, como hotéis, pensões e apartamentos, confirmando a existência de uma oferta de alojamento em todo o território da CIM do Tâmega e Sousa³⁴ muito superior em número à que resulta da informação publicada pelo INE. A oferta é também bastante diversificada no que respeita ao tipo de alojamento.

As fontes consultadas revelam, ainda, a existência de parques de campismo em, pelo menos, três concelhos do Tâmega e Sousa, sendo de destacar um parque de campismo rural em Felgueiras. Este parque público está situado numa zona de grande beleza natural, beneficiando ainda de uma envolvente rica em história e cultura.

O turismo termal está presente, em Penafiel, em que existe oferta para diferentes segmentos de mercado. Esta oferta inclui as Termas de S. Vicente Palace Hotel Spa (4 estrelas), objeto de um investimento recente, o Penafiel Park Hotel Spa (4 estrelas) e o INATEL - Termas de Entre-os-Rios (3 estrelas). Também em Resende, nas termas das Caldas de Aregos, o Douro Park Hotel (4 estrelas) constitui uma alternativa de alojamento às pequenas pensões.

Outros tipos de alojamento, como sejam pousadas de juventude, *hostels*, abrigos de montanha e moradias turísticas, estão também disponíveis em vários concelhos.

A análise dos projetos de investimento apoiados pelos sistemas de incentivo ao investimento empresarial revela 12 projetos de alojamento (4 Hotéis com restaurante, 2 Hotéis – Apartamentos com restaurante e 6 empreendimentos de Turismo no espaço rural) em 8 concelhos do Tâmega e Sousa, entre 2008 e 2013, com um investimento elegível de 33,9 milhões de euros e 21,5 milhões de euros de incentivo. Estes valores correspondem a 50% dos projetos e a 92% do investimento elegível e do incentivo no setor do turismo no Tâmega e Sousa. Entre estes projetos merecem destaque pelo investimento que lhes está associado:

- a criação/implementação do Grand Douro Hotel Marina & Spa (5 estrelas), em Baião, que por si só representa um investimento elegível de 10,8 milhões de euros, a que corresponde um incentivo de 7 milhões de euros, enquadrando-se no Pólo de Competitividade e Tecnologia (PCT) Turismo;
- a expansão do Hotel Palácio de Canaveses, associado à inovação da área de negócio do enoturismo, prevê um investimento elegível de 7 milhões de euros e um incentivo de 3,9 milhões de euros;

³³ A TURIHAB distingue entre: Solares de Portugal, que depois se dividem em Casas Antigas, Quintas & Herdades, Casas Rústicas; Casas de Campo; e, Aldeias de Portugal. Já a Rota do Românico apenas refere uma categoria genérica de Turismo no Espaço Rural, que distingue das restantes 5 categorias de alojamento.

³⁴ Em Fevereiro de 2014 estavam registados no booking.com 65 alojamentos nos 11 concelhos da CIM do Tâmega e Sousa, um número que é 2,8 vezes superior ao registado pelo INE.

- o Hotel das Termas de S. Vicente, em Penafiel, com um investimento elegível de quase 4,8 milhões de euros e um incentivo superior a 2,6 milhões de euros;
- Três investimentos de turismo no espaço rural, em Amarante (2) e Penafiel, com valores de investimento elegível e incentivo superiores a 1,5 milhões de euros: o Green Sense Resort & Spa Hotel, inserido na Rota do Românico, a adaptação das edificações da Quinta da Cruz a hotel rural de 4 estrelas e o Solar Egas Moniz, investimentos enquadrados no PCT Turismo.

O investimento do Tâmega e Sousa no TERH é evidenciado pelo peso no total nacional de projetos apresentados por empresas que têm como atividade principal o turismo no espaço rural (CAE 55202): 5% dos projetos, 11% do investimento elegível e 12% do incentivo atribuído, valores muito superiores à importância deste território noutras atividades.

Os 8 projetos no setor da restauração incluem restaurantes, cafés, bares, pastelarias, casas de chá, e estabelecimentos de bebidas com espaço de dança, representando apenas 2% do investimento e do incentivo. Nos restantes 4 projetos destacam-se a implementação de um cais/fluvina e atividades náuticas, em Cinfães, correspondendo a um investimento elegível de 1,6 milhões de euros e o projeto de colocar o enoturismo de vinhos verdes na rota turística, promovido pela Sociedade Agrícola e Comercial da Quinta da Aveleda, S.A.

Em síntese, há uma ampla oferta de uma diversidade de alternativas de alojamento nos vários concelhos que integram a CIM do Tâmega e Sousa, que tem sido fortalecida por investimentos recentes tanto no domínio do alojamento, como em áreas complementares da restauração, organização de atividades de animação turística, atividades de operadores turísticos e outras atividades de diversão e recreativas.

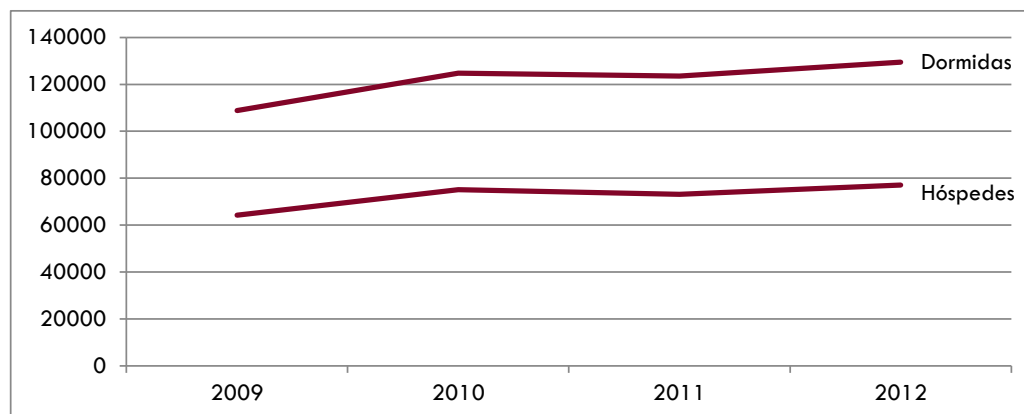
3.4.2. Procura turística

Como só existem dados disponíveis para três concelhos do Tâmega e Sousa (Amarante, Penafiel e Felgueiras), optou-se por analisar também os valores relativos à NUT III Tâmega, a que apenas se subtraiu a informação publicada para o concelho de Paredes³⁵.

Entre 2009 e 2012, verifica-se um aumento de 19% no número de dormidas e 20% no número de hóspedes nos estabelecimentos hoteleiros do Tâmega e Sousa+, uma evolução mais positiva do que a verificada no Norte (6% nos dois indicadores) e em Portugal (9% e 7%, respetivamente).

³⁵ A informação analisada inclui, assim, os dados de 3 concelhos que não integram a CIM do Tâmega e Sousa: Cabeceiras de Basto, Mondim de Basto e Ribeira de Pena. Esta área será designada por Tâmega e Sousa+.

Gráfico 3.30 – Dormidas (n.º) e hóspedes (n.º) nos estabelecimentos hoteleiros do Tâmega e Sousa+ (2009 a 2012)

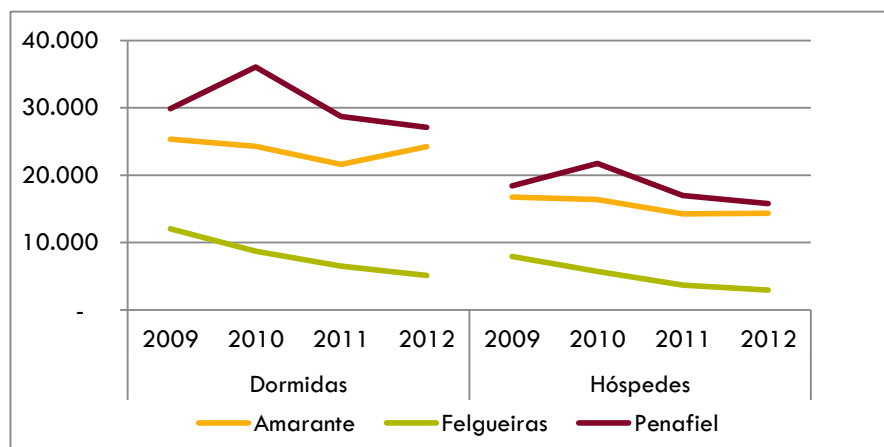


Fonte: INE (Inquérito à Permanência de Hóspedes e Outros Dados na Hotelaria 2012).

Nota: Para além dos que integram a CIM Tâmega e Sousa, o gráfico inclui ainda os concelhos de Cabeceiras de Basto, Mondim de Basto e Ribeira de Pena.

Pelo contrário, a análise da informação disponível para os três concelhos do Tâmega e Sousa com dados publicados revela uma redução da procura, especialmente sentida em Felgueiras, o concelho com a menor procura, que tem uma quebra de 58% de dormidas e 63% de hóspedes entre 2009 e 2011. Amarante vê o número de dormidas reduzir-se em 4% e o número de hóspedes em 14%. Penafiel, depois de um aumento de 2009 para 2010, vem assistindo a uma redução da procura, se bem que a um ritmo mais lento entre 2011 e 2012. Ainda assim, em 2012, Penafiel tem menos 9% de dormidas e 14% de hóspedes quando comparando com 2009. É, portanto, no conjunto dos restantes concelhos (8 integrados na CIM do Tâmega e Sousa e ainda Cabeceiras de Basto, Mondim de Basto e Ribeira de Pena) que se verifica um aumento muito expressivo da procura: mais 76% de dormidas e 107% de hóspedes em 2012 relativamente a 2009. O peso deste conjunto de concelhos passa de 38% do total das dormidas no Tâmega e Sousa+, em 2009, para 56%, em 2012, e de 33% dos hóspedes para 57%, respetivamente.

Gráfico 3.31 - Dormidas e hóspedes nos estabelecimentos hoteleiros por município (2009 a 2012)



Fonte: INE (Inquérito à Permanência de Hóspedes e Outros Dados na Hotelaria 2012).

A estada média dos hóspedes nos estabelecimentos localizados na NUT III Tâmega e nos três concelhos para os quais existe informação disponível é inferior a dois dias (1,7 dias), um valor idêntico ao verificado no Norte, mas inferior à média nacional.

No Tâmega (24,2%) e nos 3 concelhos referidos, a taxa líquida de ocupação é inferior à verificada no Norte e em Portugal. Esta taxa é especialmente baixa no concelho de Felgueiras (10%)

A proporção de dormidas entre julho-setembro no Tâmega (35,1%) é muito próxima da observada no Norte e inferior à verificada em Portugal. Apenas Amarante apresenta valores superiores aos de Portugal, evidenciando a maior sazonalidade da procura de alojamento neste concelho.

A proporção de hóspedes estrangeiros é bastante menor no Tâmega (18,2%) do que o que se observa no Norte (39,5%) e em Portugal (55,5%). Contudo, Amarante e Felgueiras apresentam valores próximos de 40%, muito semelhantes aos observados no Norte. Nos restantes concelhos, os turistas são essencialmente residentes em Portugal. As principais origens de hóspedes estrangeiros no Tâmega são a Espanha (6%) e a França (3%). Seguem-se o Reino Unido, Alemanha e Itália, com uma contribuição de 1%. Em Penafiel, com apenas 14% de hóspedes estrangeiros, 6% vêm de Espanha, 2% de França e um pouco menos de Itália, seguindo-se a Alemanha. No caso de Amarante, a França é a principal origem de hóspedes estrangeiros (9%), seguida de perto por Espanha (9%), ocupando o Reino Unido a terceira posição (5%). Em Felgueiras, 12% dos hóspedes estrangeiros tem origem em Espanha, seguindo-se França, Itália e os Países Baixos.

Os hóspedes estrangeiros representam um quarto das dormidas nos estabelecimentos hoteleiros do Tâmega, enquanto representam 48% no Norte e 69% em Portugal. As principais origens das dormidas por hóspedes estrangeiros no Tâmega são semelhantes às acima referidas: Espanha (7%), seguida de França (4%), o Reino Unido (2%), a Itália (2%), a Alemanha (1%) e os Países Baixos (1%).

A estada média de hóspedes estrangeiros no Tâmega é de 2,3 dias, ligeiramente superior à verificada no Norte (2,1 dias) mas ainda inferior ao valor observado para Portugal (3,5 dias). Entre os concelhos que têm dados publicados, é em Penafiel que a estada média de hóspedes estrangeiros é superior: 2,6 dias que comparam com 2,2 dias em Amarante e 2 em Felgueiras. Poderá contribuir para uma maior estada média em Penafiel a procura de turismo termal.

A menor taxa líquida de ocupação dos estabelecimentos do Tâmega pode contribuir para explicar o menor valor de proveitos de aposento por capacidade de alojamento: 2 600 euros no Tâmega, 59% do valor de Portugal e 72% do Norte. Amarante é, dos três concelhos, o que apresenta um maior proveito de aposento por capacidade de alojamento e Felgueiras o mais reduzido.

O número de dormidas em estabelecimento por 100 habitantes é no Tâmega de 28,5, o que corresponde a 23% do valor observado no Norte e 8% do observado em Portugal. Estas percentagens são menores do que as correspondentes à capacidade de alojamento por 1000 habitantes que, sendo no Tâmega de 3,4, correspondem a 30% do valor do indicador observado no Norte e 12% em Portugal. O diferencial do Tâmega face ao Norte e a Portugal é, assim, mais acentuado no que respeita à procura relativamente à oferta.

Tabela 3.27 - Indicadores de hotelaria (2012)

	Portugal	Norte	NUT III Tâmega	Penafiel	Amarante	Felgueiras
Capacidade de alojamento por 1000 habitantes (N.º)	28,3	11,4	3,4	5,5	5,2	2,5
Hóspedes por habitante (N.º)	1,3	0,7	0,2	0,2	0,3	0,1
Dormidas em estabelecimentos hoteleiros por 100 habitantes (N.º)	378,4	123,9	28,5	37,7	43,6	8,8
Taxa de ocupação-cama (líquida)	39,5	31	24,2	25	22,5	10
Estada média no estabelecimento	2,9	1,7	1,7	1,7	1,7	1,7
Proveitos de aposento por cap. de aloj. (milhares de euros)	4,4	3,6	2,6	2,1	2,7	1,5
Proporção de dormidas entre julho-setembro (%)	39,7	35,5	35,1	29,9	40,6	35
Proporção de hóspedes estrangeiras/os (%)	55,5	39,5	18,2	14,3	39,3	39,8
Estada média de hóspedes estrangeiras/os (N.º de noites)	3,5	2,1	2,3	2,6	2,2	2

Fonte: INE (Inquérito à Permanência de Hóspedes e Outros Dados na Hotelaria 2012).

3.4.3. Potencial turístico no Tâmega e Sousa

O potencial turístico do Tâmega e Sousa não depende apenas da oferta e procura de alojamento e dos serviços relacionados disponíveis, dependendo também dos recursos presentes no território e da articulação deste território com a região Norte e Portugal.

A identificação, caracterização e análise dos recursos e serviços disponíveis no território do Tâmega e Sousa ultrapassam o âmbito deste trabalho. Importa, contudo reconhecer a diversidade de recursos presentes nos vários concelhos que integram a CIM do Tâmega e Sousa, destacando alguns dos mais emblemáticos com base na informação disponível nos sítios das câmaras municipais do Tâmega e Sousa e no sítio da Rota do Românico.

O património histórico e cultural do Tâmega e Sousa é referenciado em todos os municípios, ficando evidente a sua riqueza e diversidade. É possível encontrar no Tâmega e Sousa um património que remonta aos tempos pré-históricos (antas, menires, gravuras rupestres, necrópoles e castros) e cobre várias épocas, com destaque para património arquitetónico de origem românica (XI-XII), que testemunham o papel de relevo que este território desempenhou na história da nobreza e das ordens religiosas em Portugal. Em 1998, a VALSOUSA - Associação de Municípios do Vale do Sousa iniciou o projeto Rota do Românico com o objetivo de criar as condições para ter uma oferta turística devidamente estruturada (www.rotadoromanico.com). Em 2010, esta iniciativa foi alargada aos restantes municípios da NUT III – Tâmega (Amarante, Baião, Celorico de Basto, Cinfães, Marco de Canaveses e Resende), unindo num projeto supramunicipal um legado histórico e cultural comum. Este património, composto de castelos, torres, pontes, memoriais, mosteiros e igrejas, encontra-se inserido em belas paisagens naturais, em que a montanha convive com os rios, mas também em vilas e cidades, em que monumentos de diversas épocas e centros históricos são pano de fundo de inúmeras feiras e romarias, e onde o artesanato, a gastronomia local e o vinho verde completam uma rica oferta cultural.

O Tâmega e Sousa apresenta simultaneamente um vasto património natural, em que se destacam as serras da Aboboreira e do Marão e os rios Douro, Tâmega, Sousa e Paiva. Neste cenário natural abundam os miradouros, os parques de lazer e de merendas, percursos e itinerários para a prática de montanhismo, passeios, a pé e BTT, ecopistas, parques e praias fluviais, albufeiras e a possibilidade de praticar desportos náuticos nos rios. Existem ainda termas em S. Vicente, Penafiel, e nas Caldas de Aregos, em Resende.

Nos *sites* dos municípios, os portais de turismo fornecem informação mais detalhada sobre os recursos existentes em cada município, identificando em regra o que pode ser visitado, tanto monumentos como museus e outros equipamentos, sugerem percursos e itinerários, informam sobre as ofertas de alojamento, restauração, artesanato, gastronomia e vinhos, anunciam as datas das principais festas e romarias, entre outras informações e contactos úteis. A Rota do Românico apresenta propostas de programas turísticos que integram ofertas localizadas em vários municípios, permite a elaboração de uma rota personalizada, facilita a marcação de visitas aos monumentos da rota, que podem incluir o apoio de técnico intérprete do património, entre várias outras possibilidades.

O Tâmega e Sousa é um destino turístico no Norte de Portugal e o seu potencial e atratividade está intrinsecamente ligado ao da região e do país. As opções em matéria turística dos agentes económicos e políticos localizados no Tâmega e Sousa deverá ser devidamente articulada com as decisões tomadas quer a nível regional e nacional, quer com as decisões tomadas em territórios que lhe são adjacentes. É, assim, importante reconhecer a existência do Plano Estratégico Nacional para o Turismo (PENT) e as suas propostas para o Norte.

O PENT identifica dois produtos turísticos estratégicos para o Norte, sendo que um se dirige especialmente à cidade do Porto: os *city breaks*. Para o outro produto, *touring* – turismo cultural e religioso, a estratégia definida passa por reforçar esta oferta, desenvolvendo itinerários que ofereçam aos turistas uma experiência de património histórico, cultural e religioso, aproveitando as celebrações religiosas como tema de promoção. Esta estratégia pode beneficiar de uma boa articulação com a identificada para um dos produtos a desenvolver: vinho e gastronomia nacional. Para este produto, foi definida uma estratégia de promoção como complemento da experiência turística e, mesmo, como componentes primárias em algumas regiões no quadro do programa Prove Portugal e os seus desenvolvimentos regionais.

Quanto aos dois restantes produtos em desenvolvimento no Norte, turismo de natureza e saúde e bem-estar³⁶, a estratégia definida pelo PENT é, no primeiro caso, de estruturar a oferta, melhorando as condições de visita aos recursos, o que passa pela formação das pessoas. No segundo caso, aposta-se na qualificação da oferta de saúde e bem-estar, incentivando o investimento público e a promoção conjunta das valências médicas e turísticas.

Esta estratégia definida para os produtos estratégicos e produtos em desenvolvimento na região Norte está bem sintonizada com a identificação dos recursos presentes no Tâmega

³⁶ Ver www.turismodeportugal.pt/Portugu%C3%AAs/ProTurismo/pol%C3%ADticasestrat%C3%A9gicas/Documents/PENT_04Out_WEB.pdf. O PENT refere ainda o turismo de negócios mas apenas na cidade do Porto.

e Sousa e com o projeto da Rota do Românico que têm vindo a ser desenvolvidos pelo conjunto de municípios do Tâmega.

Em síntese, o turismo é uma atividade que tem merecido uma atenção crescente por parte dos municípios do Tâmega e Sousa pelo seu potencial em termos de criação de emprego e de riqueza neste território. Têm-se observado importantes investimentos privados e públicos, tanto ao nível municipal como supramunicipal (caso da Rota do Românico). Os projetos aprovados no âmbito dos sistemas de incentivo ao investimento empresarial confirmam o dinamismo deste setor. Contudo, a procura de alojamento é reduzida face a uma oferta em crescimento. Também o peso desta atividade na economia do Tâmega e Sousa é ainda reduzido e o peso deste território no Norte e em Portugal é inferior ao que se verifica noutras atividades. Vista de outro ângulo, esta situação significa que, se houver capacidade para desenhar, e levar a cabo, uma estratégia adequada, existe uma ampla margem para a obtenção de resultados positivos.

3.5. Anexos

Tabela 3.28 - Estrutura setorial do pessoal ao serviço nas empresas com sede nos concelhos do Tâmega e Sousa (2011)

	Indústria	Construção	Serviços	Outras
Portugal	18%	11%	67%	4%
Norte	29%	12%	56%	3%
Tâmega e Sousa	40%	21%	36%	3%
Felgueiras	65%	9%	25%	0,9%
Paços de Ferreira	58%	5%	36%	1%
Lousada	47%	21%	31%	1%
Castelo de Paiva	37%	24%	35%	4%
Penafiel	29%	25%	43%	3%
Amarante	22%	36%	40%	2%
M. Canaveses	22%	35%	38%	5%
Celorico de Basto	21%	24%	41%	14%
Baião	11%	46%	41%	3%
Resende	9%	21%	48%	22%
Cinfães	6%	48%	44%	3%

Fonte: INE (SCIE, 2011).

Notas: A Indústria corresponde à secção C da CAE-Rev.3, a Construção à secção F e os Serviços às secções G, H, I, J, L, M, N, P, Q, R e S. As outras atividades incluem as secções A, B, D e E. O SCIE exclui as secções K, O, T e U.

Tabela 3.29 - Estrutura setorial do VAB das empresas com sede nos concelhos do Tâmega e Sousa (2011)

	Indústria	Construção	Serviços	Outras
Portugal	21%	9%	62%	8%
Norte	32%	12%	50%	5%
Tâmega e Sousa	41%	22%	34%	3%
Felgueiras	69%	6%	24%	0,4%
Paços de Ferreira	57%	4%	37%	2%
Lousada	47%	20%	30%	3%
Castelo de Paiva	35%	15%	45%	4%
Amarante	30%	37%	31%	1%
Penafiel	27%	27%	44%	3%
M. Canaveses	21%	40%	33%	5%
Celorico de Basto	20%	20%	28%	33%
Resende	13%	23%	57%	7%
Baião	11%	46%	35%	8%
Cinfães	4%	57%	32%	7%

Fonte: INE (SCIE, 2011).

Notas: A Indústria corresponde à secção C da CAE-Rev.3, a Construção à secção F e os Serviços às secções G, H, I, J, L, M, N, P, Q, R e S. As outras atividades incluem as secções A, B, D e E. O SCIE exclui as secções K, O, T e U.

Tabela 3.30 - Estrutura industrial do pessoal ao serviço nas indústrias dos concelhos do Tâmega e Sousa (2011)

	Couro e prod. do couro	Vestuário	Mobiliário e colchões	Prod. metálicos, exc. M&E	Indústrias alimentares	Têxteis	Outras
Tâmega e Sousa	29%	29%	14%	6%	5%	3%	15%
Amarante	6%	15%	5%	17%	7%	4%	46%
Baião	0%	36%	10%	9%	25%	1%	18%
Castelo P.	33%	0%	6%	24%	6%	0%	30%
Celorico B.	9%	43%	0%	7%	6%	8%	27%
Cinfães	0%	8%	8%	33%	24%	0%	27%
Felgueiras	80%	5%	1%	3%	1%	3%	7%
Lousada	13%	58%	10%	4%	5%	5%	5%
Marco C.	0%	43%	1%	15%	14%	5%	23%
Paços F.	0%	34%	49%	3%	2%	3%	9%
Penafiel	0%	55%	2%	3%	8%	2%	31%
Resende	0%	0%	0%	18%	31%	0%	51%

Fonte: INE (SCIE, 2011).

Notas: As atividades industriais apresentadas nas colunas correspondem às seguintes divisões da CAE-Rev.3: 15, 14, 31, 20, 10, 13 e as outras atividades às divisões 11,12,16 a 19, 21 a 30, 32 e 33 (18 divisões).

Tabela 3.31 - Estrutura industrial do VAB nas indústrias dos concelhos do Tâmega e Sousa (2011)

	Couro e prod. do couro	Vestuário	Mobiliário e colchões	Prod. metálicos, exc. M&E	Indústrias alimentares	Têxteis	Outras
Tâmega e Sousa	30%	21%	12%	9%	4%	3%	21%
Amarante	3%	8%	4%	25%	4%	3%	53%
Baião	0%	30%	22%	11%	18%	0%	18%
Castelo P.	26%	0%	3%	46%	4%	0%	21%
Celorico B.	9%	32%	0%	13%	4%	8%	34%
Cinfães	0%	-2%	8%	39%	23%	0%	32%
Felgueiras	78%	4%	2%	4%	1%	2%	10%
Lousada	14%	48%	12%	8%	4%	6%	8%
Marco C.	0%	32%	1%	21%	19%	3%	23%
Paços F.	0%	32%	46%	4%	2%	2%	13%
Penafiel	0%	39%	1%	2%	6%	1%	50%
Resende	0%	0%	0%	14%	21%	0%	65%

Fonte: INE (SCIE, 2011).

Notas: As atividades industriais apresentadas nas colunas correspondem às seguintes divisões da CAE-Rev.3: 15, 14, 31, 20, 10, 13 e as outras atividades às divisões 11,12,16 a 19, 21 a 30, 32 e 33 (18 divisões).

Tabela 3.32 - Taxa de variação (%) da indústria e do total de atividades no Tâmega e Sousa, Norte e Portugal (2007 a 2011)

	Indústria			Total atividades		
	T&S	Norte	Portugal	T&S	Norte	Portugal
Total de empresas	-8%	-13%	-14%	-3%	-5%	-8%
Pessoas ao Serviço	-4%	-13%	-14%	-7%	-7%	-6%
Volume de negócios	20%	0%	-1%	1%	-1%	-3%
VAB	9%	-7%	-12%	-5%	-5%	-8%

Fonte: INE (SCIE 2011 e 2007); cálculos nossos.

Notas: T&S – Tâmega e Sousa.

Tabela 3.33 - Indicadores demográficos das empresas por NUTS III (2010 e 2011)

	Taxa de natalidade	Taxa de natalidade nas indústrias transform.	Taxa de natalidade nos serviços	Taxa de sobreviv.	Número médio de pessoal ao serviço nos nascimentos de empresas	Taxa de mortalidade (2010 Po)
	%	%	%	%	Nº	%
Portugal	12,39	7,50	13,45	48,81	1,27	17,42
Norte	12,24	8,35	13,20	53,50	1,35	15,78
Tâmega	11,86	9,91	12,73	56,21	1,65	14,31

Fonte: INE (AERN 2012).

Notas: PO = valor provisório.

Tabela 3.34 - Incentivos ao investimento industrial no Tâmega e Sousa entre 2008 e 2013

	Tâmega e Sousa			Peso no total de Portugal		
	Projetos	Investimento elegível	Incentivo	Projetos	Investimento elegível	Incentivo
	Nº	1 000€	1 000€	%	%	%
Indústrias alimentares	3	912	467	1%	0,5%	0,4%
Indústria das bebidas	7	2 620	1 230	3%	2%	2%
Fabricação de têxteis	7	1 571	677	3%	1%	1%
Indústria do vestuário	12	4 617	2 334	5%	7%	7%
Ind. do couro e dos prod. do couro	77	11 568	5 801	29%	11%	10%
Ind. da madeira, cortiça e s/obras, exc. mob.	4	4 491	3 173	2%	2%	3%
Fab. de pasta, papel, cartão e s/ art.				0%	0%	0%
Impressão e reprodução de suportes grav.	1	639	415	1%	1%	1%
Fab. de coque, prod. pet. ref. e agl. de comb.				0%	0%	0%
Fab. de prod. químicos e fibras sint.ou artif.	1	25	19	1%	0%	0%
Fab. de prod. farmac. de base e prep. farm.				0%	0%	0%
Fab. de art.s de borracha e de mat. plásticas	10	7 848	3 980	4%	3%	2%
Fab. de out. prod. minerais não metálicos	8	3 053	1 646	3%	1%	1%
Indústrias metalúrgicas de base	3	11 042	5 108	5%	14%	13%
Fab. de prod. metál., exc. máq. e eq.	10	8 321	4 733	1%	2%	2%
Fab. de eq. inf., eq. p/com. e prod. electr. e óp.	4	2 671	1 439	4%	3%	4%
Fabricação de equipamento eléctrico	1	266	150	1%	0%	0%
Fab. de máquinas e de equipamentos, n.e.	12	2 493	1 480	4%	1%	2%
Fab. de veíc. autom., reb. e comp. p/ auto.	2	1 038	575	1%	0%	0%
Fabricação de outro equipamento de transporte	1	329	178	2%	1%	1%
Fabrico de mobiliário e de colchões	56	123 180	41 033	21%	48%	35%
Outras indústrias transformadoras	3	5 598	3 216	2%	10%	11%
Rep, manut. e instalação de máq. e eq.	1	20	15	2%	0%	0%
Total	223	192 298	77 669	5%	4%	4%

Fonte: Compete (2013); cálculos nossos.

Tabela 3.35 - Taxa de variação (%) dos serviços e do total de atividades no Tâmega e Sousa, Norte e Portugal (2007 a 2011)

	Serviços			Total atividades		
	T&S	Norte	Portugal	T&S	Norte	Portugal
Total de empresas	0%	-3%	-6%	-3%	-5%	-8%
Pessoas ao Serviço	4%	1%	-1%	-7%	-7%	-6%
Volume de negócios	-1%	-4%	-4%	1%	-1%	-3%
VAB	1%	-2%	-5%	-5%	-5%	-8%

Fonte: INE (SCIE 2011 e 2007); cálculos nossos.

Notas: T&S – Tâmega e Sousa.

Tabela 3.36 - Incentivos ao investimento nos serviços no Tâmega e Sousa entre 2008 e 2013

	Tâmega e Sousa			Peso no total de Portugal		
	Projetos	Investimento elegível	Incentivo	Projetos	Investimento elegível	Incentivo
	Nº	1 000€	€	%	%	%
Comércio por grosso e a retalho; rep. veíc aut e mot.	56	9 922	4 927	3%	5%	4%
Transportes e armazenagem	4	958	452	4%	3%	3%
Alojamento, restauração e similares	20	34 564	21 993	4%	5%	6%
Atividades de informação e de comunicação	4	121	90	0%	0%	0%
Ativ. de consultoria, científicas, técnicas e similares	24	1 469	812	2%	1%	1%
Act. administrativas e dos serviços de apoio	3	151	84	1%	0%	0%
Educação				0%	0%	0%
Ativ. artísticas, de esp., desp. e recr.	3	2 396	1 290	2%	2%	2%
Outras atividades de serviços				0%	0%	0%
Total	114	49 581	29 652	2%	3%	3%

Fonte: Compete (2013); cálculos nossos.

4. Instituições e governação

Este último capítulo da primeira parte do relatório incide sobre as instituições e a governação do Tâmega e Sousa. Começa-se por analisar as instituições relacionadas com a administração municipal e intermunicipal. Depois, tratam-se sucessivamente os temas da cultura, da ciência e da inclusão social.

4.1. Gestão e finanças públicas

As finanças públicas municipais assumem uma importância crucial na gestão e em todo o planeamento estratégico do território. A realidade do país, marcada por um enquadramento financeiro muito difícil, reforça ainda mais a relevância das finanças públicas quer nos contextos nacional e municipal.

O modelo histórico de financiamento dos municípios portugueses, fruto das apertadas restrições financeiras que se fazem sentir, no contexto nacional e internacional e da alteração de paradigma nas prioridades de investimento, públicas e privadas, nacionais e municipais, tem vindo a ser posto em causa e terá de ser urgentemente revisitado.

A partir do final dos anos 80, com a adesão à então CEE e a fase de expansão do crédito pessoal e à habitação e o consequente *boom* da construção, foi-se cristalizando um modelo de financiamento dos nossos municípios à volta de duas grandes categorias, ou tipo de receita, as que resultavam do licenciamento das atividades de construção e imobiliário e as transferências da Administração central (FEFA). O financiamento fechava-se com uma terceira categoria, frequentemente, em termos relativos, a menos relevante, proveniente da cobrança de taxas e emolumentos próprios.

Este contexto e as alterações que veio trazer empurraram alguns municípios para situações muito difíceis, nalguns casos mesmo de rutura. Esta situação é tanto mais grave porquanto as perspetivas para o futuro não deixam antever melhorias significativas a este propósito. Ora esta realidade tem, necessariamente, de ser tida em conta no âmbito do presente exercício de planeamento estratégico para o Tâmega e Sousa.

Como sabemos, a realidade financeira dos municípios portugueses não é, como é evidente, homogénea. Coexistem situações de municípios sobre endividados, alguns mesmo em situação de falência técnica - para os quais terão de ser encontradas soluções e intervenções específicas que visem a correção urgente desses desequilíbrios - com municípios endividados, mas cuja dívida no seu contexto é gerável e ainda municípios financeiramente equilibrados ou mesmo com situações excedentárias.

A esta realidade, diversa ou heterógena, não é indiferente o território do Tâmega e Sousa. A realidade das finanças públicas do território configurará, também, toda esta diversidade.

Os indicadores financeiros referentes aos municípios do Tâmega e Sousa apresentam realidades distintas, como se evidencia na Tabela 4.1.

Tabela 4.1 - Indicadores de administração local por município do Tâmega e Sousa (2011)

	Relação entre receitas e despesas (%)	Receitas por habitante (€)	Endividamento Anual por Habitante (€)	Relação entre receitas e despesas correntes (%)	Impostos no total de receitas (%)	Fundos municipais no total de receitas (%)	Despesas com pessoal no total de despesas (%)	Aquisição de bens de capital no total de despesas (%)
Amarante	101,9	503	9,20	108,4	20,7	48,0	34,1	19,4
Baião	103,5	697	- 21,80	102,3	8,1	53,1	37,6	21,6
Castelo P.	77,9	564	163,90	72,9	9,5	58,9	27,3	19,7
Celorico B.	76,6	893	274,80	90,7	9,1	41,7	21,1	51,5
Cinfães	100,6	683	12,00	114,4	6,7	57,0	31,1	27,0
Felgueiras	106,8	615	- 10,80	105,3	19,7	29,1	34,1	26,5
Lousada	97,2	657	9,00	102,1	15,6	29,1	33,0	33,3
Marco C.	119,5	475	- 46,80	110,0	26,0	52,6	34,0	9,6
Paços F.	101,9	608	- 14,80	109,2	18,6	23,8	24,4	43,9
Penafiel	101,0	511	- 1,80	111,2	21,9	41,8	30,9	32,4
Resende	100,0	1 103	2,60	100,0	8,4	47,6	36,1	34,7

Fonte: INE (Anuário Estatístico da Região Norte, 2012).

Da análise efetuada a partir do Anuário Estatístico da Região Norte, 2012 à exceção de Castelo de Paiva, Celorico de Basto e Lousada, todos os municípios apresentavam em 2011 um equilíbrio no rácio entre as receitas e as despesas correntes, embora nada impeça que receitas possam superar as despesas, respeitando-se o princípio orçamental do equilíbrio. Resende destaca-se como sendo o município que apresenta o valor mais elevado em termos de receitas por habitante, com um valor superior em cerca de 60% à média da região. Celorico de Basto e Castelo de Paiva são os municípios com o maior endividamento anual por habitante, sendo que Baião, Felgueiras, Paços de Ferreira, Penafiel e Marco de Canaveses, apresentam valores negativos para este indicador. Celorico de Basto e Paços de Ferreira são os municípios com menor peso na despesa referente aos custos com pessoal, sendo que Baião e Resende são os municípios que apresentam um maior peso neste indicador.

Como resultado da necessidade de uma resposta de proximidade aos problemas mais urgentes e em particular no domínio das políticas sociais e das transferências de atribuições e competências para as autarquias portuguesas, a pressão sobre o seu equilíbrio financeiro tem vindo a aumentar. Essa situação é tanto mais grave, por quanto, essas transferências ou novas áreas de ação municipal, não têm sido acompanhadas das concomitantes transferências financeiras da administração central que as deveriam estar a suportar.

Urge pois revisitar o paradigma das finanças públicas municipais, sem prejuízo da necessidade, urgente, da procura de medidas de racionalização e áreas de poupança e eficiência na gestão dos recursos públicos.

Um das áreas que certamente emergirá será a da otimização de recursos que a escala da gestão intermunicipal certamente vai permitir. Afigura-se de extrema relevância, promover esforços que permitam a uma racionalização da despesa e a otimização da receita.

Sendo o Tâmega e Sousa a região com menor poder de compra do país, este ponto torna-se particularmente crítico, como contributo para, a já referida, racionalização da despesa e, consequentemente, a redução da pressão financeira exercida sobre os municípios e empresas, potenciando, assim, a sua atratividade e competitividade.

4.2. Modernização administrativa

A Modernização da Administração Local (associada à transferência de competências e a um novo sistema de financiamento para as autarquias locais) deverá acelerar a modernização global de qualquer região, sendo que de entre os vários fatores críticos de que dependem a Inovação e o Desenvolvimento Regional, destacam-se os recursos humanos ligados à gestão territorial.

Os processos de modernização da administração autárquica deverão ser tratados à escala intermunicipal, com o intuito de que se consigam economias de escala e uma coesão do tratamento e/ou disponibilização de informação, serviços e/ou indicadores.

A CIM do Tâmega e Sousa e os Gabinetes e Apoio Técnico da região dispõem de recursos humanos qualificados e detentores de conhecimento da realidade local e de experiência na área do planeamento territorial que deverão ser potenciados e alavancados de modo a serem transformados numa mais-valia para o desenvolvimento de um novo modelo de administração local.

A CIM do Tâmega e Sousa submeteu e aprovou um projeto ao SAMA – Sistema de Apoio à Modernização Administrativa que abrangerá todos os municípios que a integram. Pretende-se com este sistema criar as condições para uma Administração Pública mais eficiente e eficaz, orientada para a racionalização de recursos e para a redução dos denominados “custos públicos de contexto”. Destacam-se os principais objetivos do SAMA:

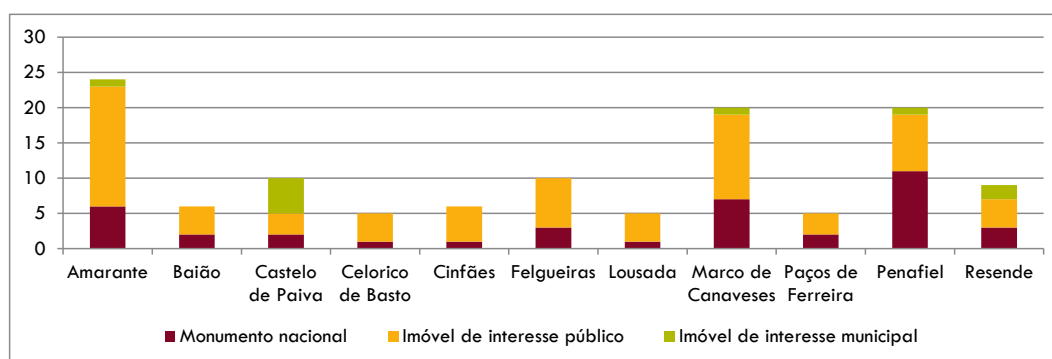
- A qualificação do atendimento dos serviços da Administração Pública, conjugando uma lógica de proximidade com critérios de racionalização de estruturas;
- A racionalização dos modelos de organização e gestão da Administração Pública e a simplificação, reengenharia e desmaterialização de processos;
- O desenvolvimento de uma Administração Pública em rede, com recurso ao uso intensivo das tecnologias da informação e comunicação enquanto infraestrutura de suporte ao processo de modernização administrativa;
- A promoção de iniciativas integradas de modernização, assegurando a articulação entre as três principais dimensões de intervenção (pessoas, organização e tecnologia) como forma de geração da massa crítica e das competências transversais necessárias à continuidade e sustentabilidade deste tipo de processos, para além do horizonte definido para o respetivo financiamento.

4.3. Cultura e património

A Região do Tâmega e Sousa é fortemente marcada por diversas manifestações de cultura popular, desde a música e literatura, ao folclore e artesanato, passando pela gastronomia e pelos vinhos, celebradas em diversas feiras e romarias que se realizam ao longo de todo o ano nos onze concelhos que integram a região. Em termos históricos e culturais, destaca-se o património construído e musealizado, com vários séculos de existência, assim como os equipamentos e infraestruturas culturais existentes (bibliotecas, centros de estudo e lazer, entre outros), associados frequentemente a projetos de valorização do património financiados por fundos estruturais.

No Gráfico 4.1 representa-se o panorama atual ao nível patrimonial na região, relativamente aos bens culturais classificados.

Gráfico 4.1 - Património cultural classificado no Tâmega e Sousa



Fonte: INE (Anuário Estatístico da Região Norte 2013).

Da análise do gráfico anterior, observa-se que na região se destacam Amarante, Marco de Canaveses e Penafiel relativamente ao património edificado, tanto ao nível da quantidade de monumentos nacionais como de imóveis de interesse público classificados.

As políticas locais para a cultura e preservação do património cultural têm, à data, uma tradição relativamente longa na generalidade dos municípios portugueses e evidenciam resultados relevantes.

No Tâmega, esta situação é também uma evidência, apresentando-se a “Rota do Românico” como o projeto estruturante dos novos investimentos, quer em serviços de nível superior, quer nos serviços de proximidade.

Para além da construção de equipamentos e recuperação de património ou outros investimentos em capital, as despesas correntes com a cultura são igualmente relevantes, senão mais importantes, em certos momentos da execução dos projetos. As políticas para a cultura implicam despesas elevadas com serviços de educação, divulgação, realização de espetáculos e eventos, entre outros. Desta forma, os serviços de proximidade, neste domínio, vão para além das infraestruturas físicas e poderão sofrer grandes oscilações orçamentais anualmente.

Há um grande contraste entre os indicadores relativos aos equipamentos e serviços existentes e as despesas das Câmaras Municipais com o sector da cultura e os indicadores relativos à procura.

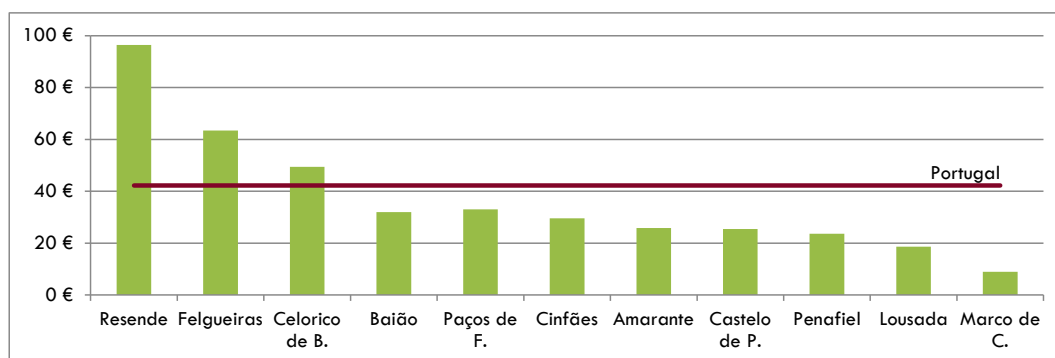
Com efeito, é evidente um reduzido público para a cultura, quer a edição de publicações, quer os visitantes de museus ou exposições, os utilizadores de bibliotecas põem em evidência um baixíssimo nível de procura, evidentemente correlacionado com os baixos níveis de instrução da população residente.

É precisamente nos serviços de proximidade que poderá ser desenvolvida uma ação mais intensiva de educação para a cultura, sobretudo junto das populações escolares mais jovens.

Considerando as despesas em Cultura no total das despesas municipais, para o ano de 2012, verifica-se que os diferentes municípios apresentam um comportamento próximo da média nacional, exceto em Marco de Canaveses e Castelo de Paiva, onde os valores foram muito inferiores.

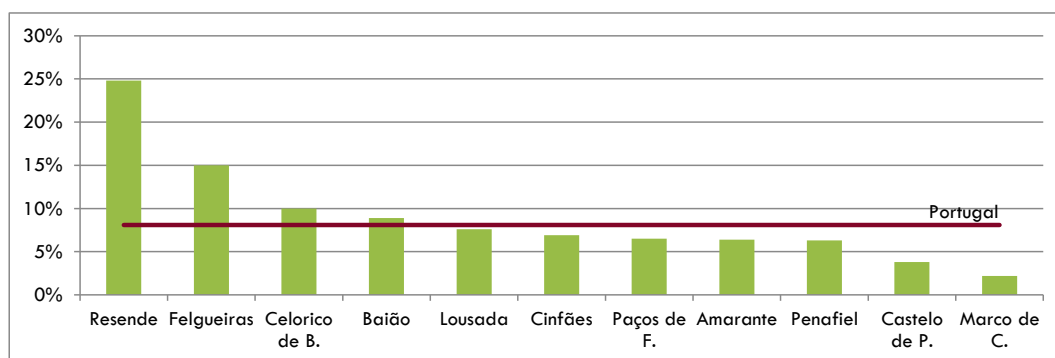
É possível, porém, que as diferenças entre os concelhos se prendam com grandes oscilações anuais associadas a períodos de maior investimento em capital físico.

Gráfico 4.2 - Despesas municipais em cultura e desporto por habitante (2012) (€)



Fonte: INE (Anuário Estatístico da Região Norte, 2012)

Gráfico 4.3 - Despesas em cultura e desporto no total das despesas municipais (2012) (%)



Fonte: INE (Anuário Estatístico da Região Norte, 2012)

O quadro institucional para a definição das estratégias de desenvolvimento das políticas locais para a cultura é um ponto crítico no sucesso das mesmas. Neste, como em poucos domínios, é necessária uma complexa articulação institucional. Para além da compatibilização entre as políticas nacionais sectoriais, verticais e respetivos planos regionais, é necessário envolver um vasto leque de entidades ao nível local, quer públicas, quer privadas, associações e igrejas, entre outras. Como exemplo desta

articulação entre as entidades regionais e municipais, o projeto da “Rota do Românico do Vale do Sousa”, classificado como uma Estratégia de Eficiência Coletiva (EEC) no âmbito do QREN, em complemento com outras iniciativas adjacentes (como é o caso da Serra da Aboboreira – Megalítico) apresenta-se como o projeto estruturante dos novos investimentos, quer em serviços de nível superior, quer em serviços de proximidade, estabelecendo complementaridades entre eles. Com efeito, mesmo equipamentos de irradiação local, bibliotecas, museus e outros espaços para eventos e realizações culturais deverão ser programados privilegiando tipologias multifuncionais em articulação, antes de mais, com o sector da educação e assegurando uma inserção eficiente nos projetos de âmbito supramunicipal e regional. Liderada pela Comunidade Urbana do Vale do Sousa, a “Rota do Românico” tem como objetivo a salvaguarda e valorização do património românico do Vale do Sousa, constituído por mosteiros, igrejas, memoriais, pontes e torres erguidos em pedra dura num estilo rural, e pretende interligar o roteiro do património histórico com a gastronomia, o artesanato, o turismo de habitação e propostas de animação cultural e religioso.

Em complementaridade com esta iniciativa, encontra-se a EEC denominada “Paisagens Milenares do Douro Verde”, liderada pela Dolmen - Cooperativa de Formação, Educação e Desenvolvimento do Baixo Tâmega, que conta com o envolvimento direto dos municípios de Baião, Amarante, Marco de Canaveses, Cinfães, Resende, Penafiel e Celorico de Basto, além de várias entidades privadas. Entre os projetos desta EEC, enumeram-se intervenções na antiga cidade romana de Tongobriga, em Marco de Canaveses, a valorização da Serra da Aboboreira, onde existe um importante campo arqueológico, e uma ecopista a ligar Celorico de Basto a Amarante. Prevê também uma unidade hoteleira de cinco estrelas na Pala, Baião, a complementaridade com a Rota do Românico e um projeto de turismo de aldeia, em Baião, além de ações de interligação com o Douro Vinhateiro.

Através de uma análise de cada um dos onze concelhos da região do Tâmega e Sousa, verifica-se que todos apresentam um rico património histórico e cultural, para além das demais manifestações de cultura popular presentes em todo o território. Destacam-se, particularmente, os seguintes monumentos/loais de interesse histórico:

- **Amarante:** as construções mais significativas estão edificadas em zonas rurais, como as igrejas românicas de Gondar, de Lufrei, de Jazente, de Gatão, de Freixo de Baixo e do Mosteiro de Travanca. Na cidade sobressai o Mosteiro de S. Gonçalo, e o Centro Histórico onde se destacam as Igrejas de S. Pedro e S. Domingos, o Solar dos Magalhães e a Casa da Cerca.
- **Baião:** os Mosteiros de Santa Maria de Ermelo e de Santo André, em Ancede, a Capela da Senhora do Bom Despacho e a Quinta e Convento da "Casa de Tormes" constituem as principais atrações do concelho.
- **Castelo de Paiva:** o património histórico do concelho inclui as sepulturas escavadas na rocha do Penedo de Vegide, conhecidas como Pia dos Mouros, o Marmoiral de Sobrado (que integra a Rota do Românico), o Pelourinho da Raiva, a Igreja Paroquial de Real e esculturas do adro, bem como as aldeias de Xisto de Midões e Gondarém.
- **Celorico de Basto:** o Castelo de Celorico, vulgarmente conhecido como Castelo de Arnoia, Casa (Nobre) do Prado, o Mosteiro de Arnoia e o Circuito Turístico dos Moinhos de Argontim constituem as principais atrações do concelho.
- **Cinfães:** os moinhos e cerâmicas de Alto do Castelinho (Nespereira). Coroas (Ferreiros), Roda do Merouço (Nespereira) e Castelo Velho (Ervilha).

Nespereira) e o Castelo de S. Paio, na freguesia de S. Cristóvão de Nogueira são os pontos históricos de referência.

- **Felgueiras:** registam-se diversas vias e pontes romanas espalhadas por todo o concelho.
- **Lousada:** o concelho apresenta um diversificado património arquitetónico como diversas Casas Senhoriais (Casa de Ronfe, Casa de Alentém, Casa da Bouça, Casa do Porto, Casa de Rio de Moinhos, Casa de Juste, Casa da Tapada, Casa de Vila Verde e Casa de Vilar), a Igreja de São Lourenço de Pias, a Igreja de São Vicente de Boim e a Igreja de São Miguel, a Capela do Senhor dos Aflitos, a Capela da N. S. do Loreto, o Santuário da N. S. Aparecida, as capelas de Santa Águeda e de São Cristóvão, a Capela de São Bartolomeu, a Casa da Câmara e da Audiência, e ainda os Paços do Concelho (do início do século XX) e o antigo Tribunal Judicial (de finais de Oitocentos) no Centro Histórico da cidade.
- **Marco de Canaveses:** neste concelho destacam-se a Campa Medieval de Granito “Campa do Mouro”, a Capela de Fandinhães, a Igreja de Santo Isidoro, a Igreja de Sta. Maria de Fornos, a Igreja do Mosteiro de Alpendorada/Igreja de S. João Baptista, a Igreja e Mosteiro de Sta. Maria de Vila Boa do Bispo, a Igreja Paroquial de Santa Maria de Sobretâmega, a Igreja Paroquial de São Martinho de Soalhães, a Igreja Paroquial do Salvador de Tabuado, as Igrejas de Santa Maria e São Nicolau, o Memorial de Alpendorada, as Obras do Fidalgo, a Ponte do Arco, Tongóbriga – a Área Arqueológica do Freixo, a Torre de Nevões e a Rota dos Vinhos.
- **Paços de Ferreira:** destacam-se o Dólmen de Lamoso e a Citânia de Sanfins, uma das mais importantes estações arqueológicas da Proto-história europeia, bem como templo românico de S. Pedro de Ferreira.
- **Penafiel:** incluem-se entre os principais monumentos a Anta de Santa Marta, o Menir de Luzim, as gravuras rupestres e várias necrópoles, o Monte Mozinho (um dos maiores castros do Noroeste Peninsular), o Mosteiro Beneditino de Paço de Sousa (onde se encontra o túmulo de Egas Moniz), a Igreja de S. Gens (Boelhe), a Igreja da Gândara (Cabeça Santa), a Igreja de S. Miguel de Entre-os-Rios (Eja), os Túmulos da Igreja de S. Pedro de Abragão, o Memorial da Ermida, a ponte de Espindo, o Mosteiro Beneditino de Bustelo, o Santuário da Nossa Senhora da Piedade (Sameiro) e ainda as aldeias preservadas de Quintandona (Lagares) e Cabroelo (Capela) e de Entre-os-Rios.
- **Resende:** destacam-se os solares da Casa da Soenga, Torre da Lagariça e Porto de Rei, diversos monumentos megalíticos e Sepulturas Antropomórficas, a estação arqueológica dos castros da freguesia de S. Martinho de Mouros, a Igreja/Mosteiro de Santa Maria de Cárquere (Mosteiro de Craquede), a Igreja de S. Martinho de Mouros e a Igreja de Barrô.

4.4. Ciência e tecnologia

A informação estatística sobre as áreas da ciência e tecnologia apenas se encontra publicada por NUT III³⁷, pelo que a análise realizada neste capítulo inclui o concelho de Paredes, não integrado na Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa.

A NUT Tâmega caracteriza-se por um muito baixo nível de despesa em investigação e desenvolvimento (I&D) em percentagem do PIB (0,14%), muito abaixo dos valores médios do Norte (1,54%) e do país (1,52%, em Portugal, e 1,59%, se apenas considerarmos o continente). O valor registado no Tâmega é o mais baixo de todas as NUT III do Norte de Portugal, não indo além de um quarto do segundo mais baixo, e o quinto mais baixo no conjunto do país.

Segundo as estatísticas oficiais, em 2011, existia no Tâmega um número não despidendo de unidades de investigação (39), correspondente a 3,4% do total da Região Norte e 1,1% do total português. A despesa média por unidade de investigação era, no entanto, de apenas 176 milhares de euros, cerca de um quarto das médias da Região Norte e do país, revelando a sua muito pequena dimensão. O mesmo se constata em termos do pessoal empregue: as 39 unidades registadas no Tâmega indicam utilizar o equivalente a 120 pessoas a tempo integral (ETI), o que implica uma média de cerca de 3 pessoas por unidade. A média da Região Norte era de 14,5 e a do país de 16

Tabela 4.2 - Indicadores de Investigação e Desenvolvimento (I&D), 2011

	Despesas em I&D no PIB	Unidades de Investigação	Pessoal em I&DT (ETI)	Despesa em I&D a preços correntes	Despesa média em I&D por unidade
	%	N.º	N.º	10 ³ €	10 ³ €
Portugal	1,52	3 459	55 612,4	2 606 130,1	753,4
Norte	1,54	1 159	16 775,9	744 744,0	642,6
Tâmega	0,14	39	120,2	6 851,1	157,7

Fonte: INE (Ministério da Educação e Ciência - Direção-Geral de Estatísticas de Educação e Ciência, Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional, informação disponível até 30 de setembro de 2013).

A menor dimensão das unidades do Tâmega poderá estar associada à sua natureza institucional. De facto, nesta NUT III, as empresas são responsáveis por mais de dois terços do pessoal em I&D e por uma percentagem semelhante de execução e financiamento da despesa em I&D, valores muito superiores aos registados no Norte e em Portugal. No caso do Norte, as empresas são responsáveis por 30% do pessoal, 44% da despesa executada e 39% do financiamento da despesa de I&D. Os valores para o conjunto do país são semelhantes (29%, 47% e 44%, respetivamente).

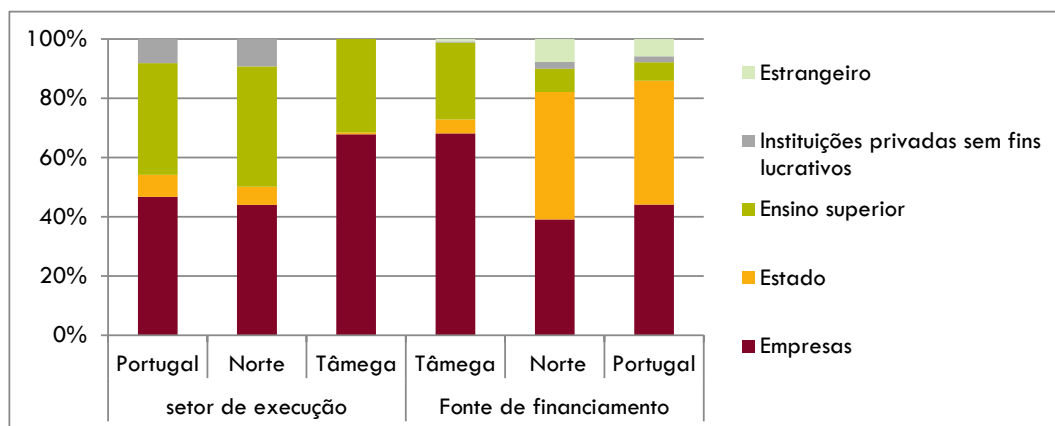
A investigação e desenvolvimento realizados no Tâmega, embora escassos, têm portanto um pendor mais empresarial do que noutras zonas do país. Mais do que refletir um particular pendor inovador do tecido empresarial da NUT III, este facto decorre, no entanto, essencialmente da escassa presença que aí tem o ensino superior. No conjunto do

³⁷ Utilizaram-se os dados publicados pelo INE nos Anuários Estatísticos da Região Norte relativos aos anos de 2008 a 2012.

país e no Norte, o ensino superior é responsável por cerca de 55% do pessoal dedicado a I&D, enquanto no Tâmega essa percentagem é de apenas 38%.

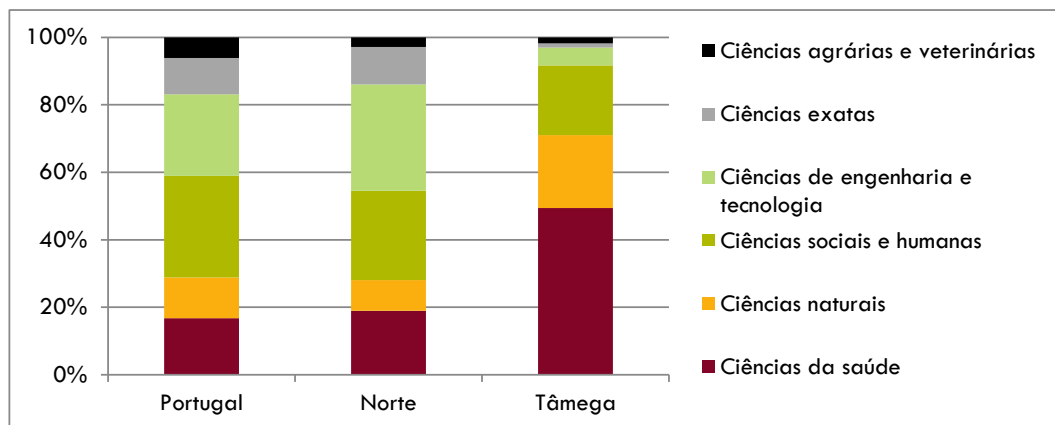
A distribuição da execução e das fontes da despesa, ilustradas no Gráfico 4.4, demonstram a mesma realidade. A despesa em I&D realizada no Tâmega é predominantemente executada e financiada pelas empresas, enquanto noutras zonas do país grande parte da execução é realizada pelo ensino superior e o financiamento provém predominantemente do Estado.

Gráfico 4.4 - Despesa em Investigação e Desenvolvimento por setor de execução e por fonte de financiamento (2011)



Fonte: INE (Ministério da Educação e Ciência - Direção-Geral de Estatísticas de Educação e Ciência, Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional, informação disponível até 30 de setembro de 2013).

Gráfico 4.5 - Despesa em Investigação e Desenvolvimento a preços correntes, segundo a área científica ou tecnológica (2011)



Fonte: INE (Ministério da Educação e Ciência - Direção-Geral de Estatísticas de Educação e Ciência, Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional, informação disponível até 30 de setembro de 2013).

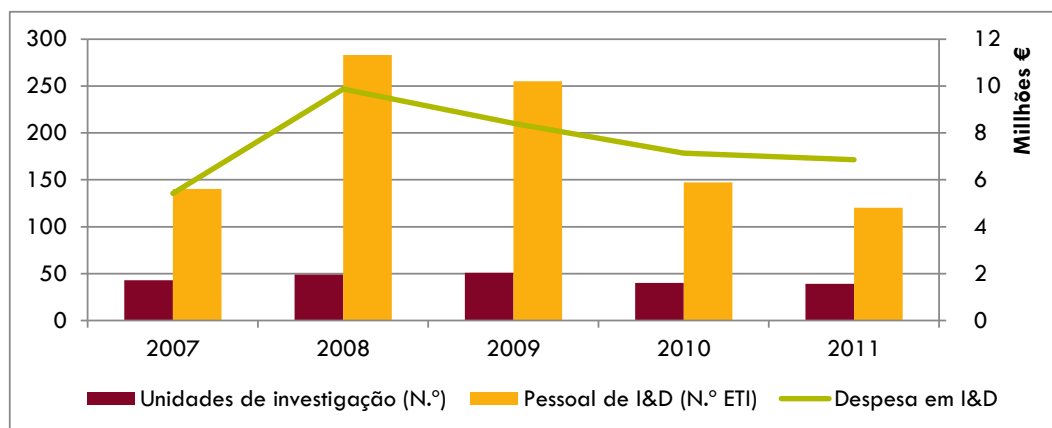
A distribuição por áreas científicas e tecnológicas da despesa em I&D realizada pelos setores Estado, Ensino Superior e Instituições Privadas sem Fins Lucrativos revela também diferenças significativas entre o Tâmega e o resto do país (Gráfico 4.5). As ciências da saúde representam cerca de metade da despesa executada no Tâmega (49%), quando ficam abaixo de 20% no Norte e em Portugal. Também as ciências naturais têm um peso na NUT III (22%) muito superior ao registado noutras zonas do país. Em

contrapartida, as ciências da engenharia e tecnologia e as ciências exatas estão fortemente sub-representadas no Tâmega.

A localização em Paredes de dois centros de investigação na área da saúde, o Centro de Investigação em Ciências da Saúde e o Centro de Investigação em Tecnologias da Saúde, a funcionar no âmbito de duas instituições de ensino superior localizadas no concelho³⁸, contribui certamente para explicar a importância desta área científica nas despesas em I&D da NUT Tâmega. Contudo, Paredes não pertence à CIM do Tâmega e Sousa.

No território desta CIM, apenas se identificou um centro de investigação, o CIICESI – Centro de Inovação e Investigação em Ciências Empresariais e Sistemas de Informação, criado pela Escola Superior de Tecnologias e Gestão de Felgueiras (ESTGF), do Instituto Politécnico do Porto³⁹. O CIICESI tem como missão “promover e desenvolver a inovação e a investigação ao serviço das instituições públicas e privadas ... através da conceção e realização de projetos de I&D e transferência de tecnologia, formação especializada e pós-graduada, desenvolvimento de novos produtos e serviços e ações de divulgação no âmbito das suas áreas de atuação.” (www2.estgf.ipp.pt/research/ciicesi). Contando com 30 investigadores, sendo 15 doutores e 10 mestres, este centro identifica como áreas de atuação: o desenvolvimento regional e local; a gestão industrial; a logística, distribuição e transportes; os sistemas de apoio à decisão; os sistemas de informação empresariais; a estratégia empresarial e organizacional; a qualidade; marketing; a segurança e saúde no trabalho; o comércio eletrónico; a gestão de projetos. A ESTGF identifica 15 parceiros, que incluem outras instituições do sistema científico e tecnológico regional, nacional e internacional, bem como empresas⁴⁰.

Gráfico 4.6 - Evolução da Investigação e Desenvolvimento na NUT Tâmega (2007 - 2011)



Os elementos estatísticos disponíveis mostram um decréscimo da I&D no Tâmega, desde 2008, em todas as variáveis analisadas, depois de um crescimento acentuado em 2007

³⁸ Instituto Superior de Ciências da Saúde-Norte e Instituto Politécnico de Saúde do Norte, ambos tutelados pela CESPU - Cooperativa de Ensino Superior, Politécnico e Universitário, crl.

³⁹ A outra instituição de ensino superior presente no Tâmega e Sousa, o Instituto Superior de Ciências da Educação de Felgueiras (ISCE Felgueiras), que oferece cursos de 1º ciclo (licenciatura), 2º ciclo (mestrados) e Pós-graduações/Cursos de Formação Especializada, criou, em 2010, um centro de investigação, o CI-ISCE, em cooperação com o Instituto Superior de Ciências da Educação, instituição localizada em Odívetas e também integrante do grupo PEDAGO.

⁴⁰ Ver www2.estgf.ipp.pt/research/ciicesi/parceiros/CIICESI-Parceiros

(Gráfico 4.6). Em 2011, comparando com o máximo registado em 2008, o Tâmega tinha menos 10 unidades de investigação (-20%), -57% de pessoal de I&D (ETI) e -31% de despesa em I&D. No mesmo período, estas variáveis registaram crescimentos, nalguns casos acentuados, na Região Norte e no país.

Em síntese, a I&D realizada na NUT Tâmega é reduzida e tem vindo a diminuir desde 2008, apresentando uma evolução mais desfavorável do que a observada no Norte e em Portugal. Os dados sobre as áreas científicas e tecnológicas em que incide a I&D também não sugerem uma relação particularmente intensa com a especialização produtiva da NUT III. Estes resultados indiciam dificuldades no desenvolvimento de estratégias de desenvolvimento baseadas em conhecimento e inovação.

4.5. Inclusão social

Nesta caracterização do Tâmega e Sousa no domínio da inclusão social, vão ser tidas em conta, e cruzadas, duas linhas de análise, tendo em vista a posterior definição de uma estratégia e plano de ação:

- por um lado, os principais grupos humanos com problemas sociais que carecem de resposta;
- por outro, os principais agentes que já respondem, ou poderão vir a responder, a esses problemas e as necessidades de desenvolvimento da sua atuação.

Na primeira linha de análise, serão considerados os seguintes grupos humanos e problemas sociais:

- baixas taxas de natalidade;
- envelhecimento, dependência dos idosos e saúde mental;
- deficiência;
- outras dependências (toxicodependência, alcoolismo, etc.);
- crianças e jovens em risco;
- violência doméstica;
- “velhos” e “novos” pobres e endividamento das famílias.

Na segunda linha de análise, serão aqui tidas em conta principalmente as seguintes entidades:

- as próprias pessoas e famílias com problemas sociais, vistas nas suas capacidades, a apoiar e desenvolver, para poderem dar resposta a esses problemas;
- as IPSSs e outras organizações de economia social;
- as empresas existentes no que já fazem e podem fazer no sentido do investimento com propósito social;
- os empreendedores sociais;
- os estabelecimentos de ensino e formação;
- os estabelecimentos de saúde;
- as autarquias locais;
- os organismos da Administração Central, especialmente os desconcentrados.

Relativamente a estes agentes, identificam-se genericamente necessidades de desenvolvimento como as seguintes:

- capacitação (melhorias em termos de formação do seus dirigentes e do seu pessoal, planeamento estratégico, controle de gestão, sistemas de gestão da qualidade, etc.);
- progressos no sentido da cooperação, da coordenação e dos mecanismos de resolução de conflitos entre estes agentes com o desenvolvimento de formas de trabalho em rede e de melhor aproveitamento das redes e dos equipamentos já existentes.

Assim sendo, este diagnóstico e as respetivas propostas para a ação deverão ser lidos de uma forma matricial, cruzando populações alvo e respetivas problemáticas sociais com os agentes mais relevantes que podem responder a esses problemas e as necessidades de desenvolvimento destes agentes.

4.5.1. Principais meios de vida da população

A Tabela 4.3 retrata os principais meios de vida da população do Tâmega e Sousa, de acordo com os Censos de 2011.

Tabela 4.3 - Distribuição da população com 15 ou mais anos de acordo com o principal meio de vida (2011)

	Rendimento do trabalho	Rendimento da propriedade ou da empresa	Proteção social	A cargo da família
Portugal	48,23	0,45	33,08	15,38
Continente	48,18	0,46	33,34	15,19
Tâmega e Sousa	47,36	0,34	28,99	20,13
Amarante	45,12	0,39	28,98	22,35
Baião	36,84	0,26	35,67	23,62
Castelo de Paiva	43,16	0,26	32,49	21,46
Celorico de Basto	40,09	0,36	34,15	20,47
Cinfães	34,59	0,29	38,14	22,57
Felgueiras	54,09	0,33	26,98	15,76
Lousada	53,11	0,33	25,76	17,70
Marco de Canav.	44,45	0,28	29,34	26,67
Paços de Ferreira	53,37	0,40	25,59	17,81
Penafiel	49,41	0,28	27,03	20,81
Resende	34,70	0,94	36,04	22,81

Fonte: INE (Censos, 2011).

Esta informação sugere a existência de três grupos distintos de concelhos, nesta matéria:

- Em Felgueiras, Lousada e Paços de Ferreira, mais de metade dessa população tem como principal meio de vida o rendimento do trabalho, estando Penafiel ligeiramente abaixo do 50%;
- Em Castelo de Paiva, Amarante e Marco de Canaveses as percentagens dessa população que têm como principal meio de vida o rendimento do trabalho ou alguma forma de proteção social (pensões de reforma, subsídio de desemprego,

subsídio por acidente de trabalho ou doença profissional, rendimento social de inserção, outros subsídios temporários e apoio social) estão ambas abaixo da média nacional, acontecendo o contrário com a percentagem de população que tem como principal meio de vida o apoio da família;

- Em Celorico de Basto, Baião, Cinfães e Resende as percentagens dessa população que têm como principal meio de vida alguma forma de proteção, ou o apoio da família, são ambas superiores à média nacional.

É, pois, nos concelhos menos industrializados e mais interiores que os mecanismos de proteção social e o apoio familiar têm maior importância como principais meios de vida da população. Nos concelhos mais industrializados e menos interiores a situação é diferente: aí os rendimentos do trabalho são o principal meio de vida da população.

4.5.2. Idosos e saúde mental

Apesar dos grandes progressos que aconteceram nas últimas décadas em termos de expansão de equipamentos e serviços de cuidado dos idosos, nomeadamente, as estruturas residenciais para idosos e os serviços de apoio domiciliário, esta rede ainda não é suficientemente densa para cobrir adequadamente as necessidades de apoio a este grupo da população, como deixam entender os dados apresentados na tabela seguinte.

Existem também carências noutros domínios importantes para reduzir a dependência dos idosos, como, por exemplo, centros de convívio, centros de noite com transporte de apoio e bancos de ajudas técnicas. Dito isto, antes de investimentos que possam ainda ser necessários no alargamento da rede, é necessário melhorar a cooperação e a coordenação entre as entidades responsáveis pela oferta existente de maneira a aproveitar em plena a capacidade já instalada e a desenvolver estruturas e serviços de interesse comum, tais como os bancos de ajudas técnicas atrás referidos.

Tabela 4.4 – Estruturas residenciais para idosos e serviços de apoio domiciliário

	Pop. Res. c/ 65 ou mais anos	Estruturas residenciais			Serviços de apoio domiciliário		
		Nº Equip.	Capacid.	Utentes	Nº Equip.	Capacid.	Utentes
Tâmega e Sousa	60 998	52	1 823	1 611	90	2 815	2 208
Amarante	9 071	3	268	226	13	395	272
Baião	3 834	4	157	138	5	164	152
Castelo de Paiva	2 590	5	114	105	5	215	206
Celorico de Basto	3 823	5	180	175	8	261	217
Cinfães	4 226	6	186	152	7	255	202
Felgueiras	7 352	6	186	142	9	250	213
Lousada	5 231	3	98	95	6	216	124
Marco de Canaveses	6 959	3	158	143	9	232	163
Paços de Ferreira	6 263	3	98	95	9	241	161
Penafiel	9 210	8	209	197	14	383	365
Resende	2 439	6	169	143	5	203	133

Fonte: INE (Censos 2011); Carta Social.

Um domínio onde há muitas carências e que é um problema que afeta um número elevado e crescente de idosos é o da saúde mental:

- Faltam organizações com respostas especializadas para este problema;
- Há uma grande insuficiência de formação de técnicos, cuidadores e famílias onde este problema existe;
- Há necessidades doutros apoios às famílias onde este problema existe, nomeadamente em termos de transportes para as consultas.

Para além do que foi referido em termos de alargamento e requalificação da rede de equipamentos e serviços de apoio aos idosos, também é muito necessário fazer progressos nas seguintes direções:

- Dinamização de ações na linha do envelhecimento ativo;
- Melhoria da qualidade dos serviços prestados pelas organizações de cuidam dos idosos;
- Melhoria na gestão das organizações prestadoras destes serviços nomeadamente através da implementação de sistemas de gestão da qualidade, sistemas de controlo de gestão e de transparência e reporte de resultados não só para as entidades públicas de tutela, mas também para as restantes partes interessadas;
- Melhoria da qualificação e do apoio às pessoas ao serviço de organizações de cuidados dos idosos e outros cuidadores no sentido de serem capazes de lidar com as situações, cada vez mais frequentes, de idosos com problemas de saúde mental e doenças neurodegenerativas para os quais a Rede de Cuidados Continuados, apesar da sua expansão e dos seus méritos, não dá resposta.

Programas de formação-ação com algum complemento de formações modulares (ex. formação de auditores de qualidade, formação de dirigentes, etc.) têm provado ser um bom instrumento para promover o tipo de melhorias atrás referidas. Como estes programas ainda só puderam beneficiar uma minoria do conjunto das organizações que prestam serviços aos idosos, é muito importante que possam continuar para chegar a mais organizações. Esta recomendação também vale para todas as organizações que lidam com os restantes problemas sociais aqui considerados e não apenas as que cuidam dos idosos, incluindo-se aqui não só as IPSSs, mas também os técnicos municipais que dão apoio às redes sociais.

4.5.3. Infância e juventude

O aumento da taxa de atividade das mulheres que aconteceu de forma relativamente rápida nas últimas décadas – particularmente, mas não apenas, nos concelhos mais industrializados – andou desfasado de um ritmo mais lento de expansão da rede de equipamentos e serviços de apoio ao cuidado das crianças. O apoio familiar, nomeadamente por parte dos avós, tem permitido cobrir parte das lacunas a este nível, mas não é suficiente. A escola também não pode, nem deve, suprir todas estas lacunas. Para agravar a situação, não existem políticas na organização do trabalho das empresas desta zona orientadas para a conciliação do emprego com a maternidade e a paternidade.

O que daqui resulta são situações de crianças que não têm o devido acompanhamento familiar, ficando algumas delas em situação de risco, ou, pelo menos, sem um desenvolvimento das suas capacidades cognitivas e não cognitivas que as habilitem para uma vida pessoal e profissional condigna.

Várias das crianças nestas situações acabam por ser jovens com comportamentos desviantes e/ou jovens “nem-nem” (nem trabalham, nem estudam), um problema que

tem mais incidência noutras zonas do país, mas que aqui também existe e que, por isso, deve ser tido em conta nas políticas sociais locais.

Tabela 4.5 – Creches e ATLs

	Pop. Res. até aos 14 anos	Creches			ATLs		
		Nº Equip.	Capacid.	Utentes	Nº Equip.	Capacid.	Utentes
Tâmega e Sousa	74 151	62	2 306	1 769	50	2 318	1 981
Amarante	9 037	6	283	193	2	90	75
Baião	3 112	3	99	99	1	60	19
Castelo de Paiva	2 703	4	151	137	5	310	286
Celorico de Basto	3 061	4	136	116	4	173	158
Cinfães	3 022	3	111	18	---	---	---
Felgueiras	9 967	10	317	273	7	305	305
Lousada	8 815	6	283	181	5	180	174
Marco de Canaveses	9 655	3	96	91	4	130	97
Paços de Ferreira	10 320	9	312	250	11	576	488
Penafiel	12 756	12	440	336	11	494	379
Resende	1 703	2	78	75	---	---	---

Fonte: INE (Censos 2011); Carta Social.

Os dados apresentados na tabela indiciam uma oferta ainda insuficiente de equipamentos e de serviços de apoio ao cuidado das crianças, se confrontarmos a capacidade instalada com a população infantil. No entanto, comparando o número de utentes com a capacidade há situações de excesso de capacidade decorrentes possivelmente dos seguintes fatores: duplicações de investimentos em equipamentos e serviços, nomeadamente entre o sector público e o sector privado, nomeadamente ao nível dos ATLs, diminuição da população infantil, desemprego dos pais que, por isso, retiram as crianças das creches e as dificuldades de mobilidade das crianças para acederem a equipamentos e serviços já existentes situados longe do seu local de residência.

Por isso, também aqui, como no caso das respostas sociais dirigidas aos idosos, antes do investimento que possa ainda ser necessários na expansão da rede de equipamentos e serviços, é preciso melhorar a cooperação e a coordenação entre as entidades responsáveis pela oferta já existente de maneira a aproveitar melhor a capacidade já instalada, melhorar a qualidade dos serviços prestados e desenvolver equipamentos e serviços de interesse comum.

No caso da rede institucional de resposta às situações de crianças e jovens em risco, a situação atual é de já não haver défices significativos da oferta em relação à procura. O que há aqui, bem como nas outras organizações de apoio à infância, é a necessidade de melhoria na qualidade dos serviços e na gestão das organizações já existentes. Essas melhorias são do mesmo tipo das que foram propostas atrás para o caso das organizações de apoio aos idosos, com o contributo que podem dar nesse sentido programas de formação-ação.

Sem prejuízo de também haver necessidades de maior e melhor especialização das respostas sociais nos vários domínios do apoio às crianças e jovens, o caso dos que estão em situação de risco coloca desafios especiais em relação aos quais há ainda um grande

caminho a percorrer. Cuidar destas crianças e jovens no mundo de hoje não pode ser feito exatamente da mesma maneira do que no passado. Os técnicos sociais e os cuidadores que lidam com estas situações também estão, eles próprios, expostos a riscos para cuja minimização há ainda muito a discutir e a realizar.

4.5.4. Pessoas portadoras de deficiência

A Tabela 4.6 apresenta os dados do Censo de 2011 sobre a percentagem de população residente com dificuldades em, pelo menos, uma das seguintes atividades: ver, ouvir, andar ou subir degraus, memória ou concentração, tomar banho ou vestir-se sozinho, compreender outros ou fazer-se compreender. Estes dados mostram que esta percentagem é superior à média nacional em do interior como Baião, Celorico de Basto, Cinfães e Resende.

Nesta zona, há carências na rede de equipamentos e serviços às pessoas portadoras de deficiência. Embora exista, pelo menos, um CAO em todos os concelhos, com exceção de Lousada, estes centros têm uma utilização da capacidade instalada de perto de 100%, o que pode indiciar a necessidade de algum alargamento pontual dessa capacidade. Além disso, há necessidade de desenvolvimento do trabalho em rede, partilhando boas práticas e outros recursos.

Tabela 4.6 - População residente com, pelo menos, uma dificuldade (2011)

	2001
Portugal	17,79%
Continente	17,88%
Tâmega e Sousa	16,24%
Amarante	15,43%
Baião	20,67%
Castelo de Paiva	17,12%
Celorico de Basto	19,30%
Cinfães	23,63%
Felgueiras	14,73%
Lousada	15,27%
Marco de Canaveses	15,81%
Paços de Ferreira	14,24%
Penafiel	15,38%
Resende	21,25%

Fonte: INE (Censos 2011).

Os dados apresentados na Tabela 4.7 também indiciam muitas necessidades de desenvolvimento desta rede de equipamentos e serviços nos seguintes domínios:

- na intervenção precoce, não há registo na Carta Social de nenhum equipamento e serviço nesta zona;
- nos serviços de apoio domiciliário para pessoas portadoras de deficiência, também não há nenhum registo na Carta Social da sua existência nesta zona;

- quanto a lares residenciais para pessoas portadoras de deficiência, só existem em quatro concelhos (Amarante, Celorico de Basto, Penafiel e Resende), sendo que em dois deles (Amarante e Celorico de Basto) a Carta Social não regista nenhum utente.

Tabela 4.7 – Equipamentos e serviços de apoio a pessoas portadoras de deficiência

	Crianças e jovens (intervenção precoce)			Adultos								
				Serviços de Apoio Domiciliário			Centros de Atividades ocupacionais			Lar Residencial		
	Nº Eq.	Cap.	Ut.	Nº Eq.	Cap.	Ut.	Nº Eq.	Cap.	Ut.	Nº Eq.	Cap.	Ut.
Tâmega e Sousa	---	---	---	---	---	---	12	412	377	4	54	26
Amarante	---	---	---	---	---	---	1	76	78	1	12	0
Baião	---	---	---	---	---	---	2	60	55	---	---	---
Castelo de P.	---	---	---	---	---	---	2	26	26	---	---	---
Celorico de B.	---	---	---	---	---	---	1	30	13	1	12	0
Cinfães	---	---	---	---	---	---	1	20	19	---	---	---
Felgueiras	---	---	---	---	---	---	1	35	42	---	---	---
Lousada	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---
Marco de C.	---	---	---	---	---	---	1	25	25	---	---	---
Paços de F.	---	---	---	---	---	---	1	30	36	---	---	---
Penafiel	---	---	---	---	---	---	1	90	72	1	12	12
Resende	---	---	---	---	---	---	1	20	11	1	18	14

Fonte: Carta Social.

Os dados apresentados não permitem identificar outros dois domínios onde também há necessidades e oportunidades de desenvolvimento:

- a formação e o apoio psicológico e noutros domínios aos cuidadores que aqui têm uma atividade que os pode levar a situações de stress;
- a partilha de ajudas técnicas e a cooperação com instituições de investigação e desenvolvimento experimental que possam desenvolver novas e melhores soluções técnicas para o cuidado destas pessoas.

4.5.5. Outras problemáticas sociais

Os grupos atrás referidos não esgotam todos os problemas sociais e todos os tipos de pessoas com necessidades de apoio social. Outras situações também a atender são as seguintes:

- as baixas taxas de natalidade;
- as pessoas em situação de desemprego;
- os “velhos” e os “novos” pobres;
- as pessoas vítimas de toxicodependência e doutras dependências;
- as situações de violência doméstica;
- a prostituição e outras situações de exclusão social.

Não esquecer, também, agregados familiares muito pobres, ou pessoas isoladas que não é raro encontrar em situações de habitação muito degradada, quase sem abrigo, não só em zonas urbanas, mas também em zonas rurais.

No que se refere às baixas taxas de natalidade, é um problema que resulta de uma combinação de fatores que não podem ser todos combatidos a nível local. Há, no entanto, uma esfera de ação a nível local que não pode ser menosprezada. Com efeito, um fator importante que ter contribuído para as baixas taxas de natalidade é o facto de as empresas não estarem devidamente organizadas para facilitar a conciliação da atividade dos seus colaboradores com a parentalidade e a vida familiar. Por isso, tudo o que sejam ações junto das empresas no sentido de contribuir para que esta situação mude será positivo em termos de aumento das taxas de natalidade.

No que se refere ao desemprego assume especial relevância a situação das pessoas com baixos níveis de qualificação. Será preciso desenvolver respostas de formação e aprendizagem adaptadas a este tipo de pessoas. Aqui pode incluir-se não só a formação em sala, mas também, ou até sobretudo, formação em contexto de trabalho.

Ainda no que se refere aos desempregados, ou à procura do 1.º emprego são precisas estruturas que promovam saídas por via do microempreendedorismo e autoemprego. Quer relativamente aos desempregados, quer também no caso de famílias onde esse problema não existe, mas que podem melhorar o seu rendimento aproveitando recursos e saberes existentes no seio da sua economia doméstica, nomeadamente os ligados à agricultura, cabe aqui uma valorização e apoio a essas formas de economia doméstica, seja apenas para autossustentação, seja, também, para venda.

No que se refere aos chamados “novos” pobres, trata-se de uma problemática que está em ascensão muito em resultado da crise económica que o país atravessa. Muitos deles incluem-se no grupo dos desempregados atrás referidos, mas nem todos. Também há aqui pessoas cujas pensões de reforma têm vindo a diminuir, ou que têm que aplicar parte dela no apoio a membros da família em situação de carência económica. Há, ainda, ex-empresários cujas empresas encerraram e que ficaram em situação de grandes dificuldades económicas. Finalmente, há situações de famílias endividadas, algumas das quais poderiam ser ajudadas para ações de educação e aconselhamento financeiro.

A resposta a estas situações não pode ser feita da mesma forma que às “velhas” formas de pobreza. Muitos destes “novos” pobres estão numa situação de “pobreza envergonhada” cuja sinalização exige um trabalho de muita proximidade e feito com muito recato. O que tem vindo a ser feito mais recentemente na área da emergência social, nomeadamente as cantinas sociais, responde muito mal a este tipo de situações, sendo, também, muito discutível se é uma forma adequada para responder aos outros tipos de pobreza.

Para atender às situações de toxicodependência, pode justificar-se a criação de comunidades terapêuticas nesta zona.

No caso da violência doméstica é preciso atuar a três níveis:

- apoiar as vítimas;
- prevenir estas situações;
- capacitar as organizações que lidam com este problema.

No apoio às vítimas, é preciso organizar respostas de emergência e partilha de boas práticas, a nível supraconcelhio, através da cooperação entre IPSSs que lidam com estas situações.

Quanto à prevenção, é preciso organizar respostas dirigidas aos agressoras que tenham uma natureza integrada, de maneira a poderem ter em conta a multidimensionalidade dos fatores que estão subjacentes à emergência deste problema.

Uma nota final sobre o atendimento a estes e aos outros grupos com problemas sociais. Nesta zona já foram dados e continuam em desenvolvimento muitos passos positivos no sentido de mais e melhor cooperação e coordenação entre as várias organizações públicas e privadas envolvidas nas respostas aos problemas sociais. Um espaço onde isso acontece é no espaço das redes sociais de nível municipal e supramunicipal. Várias das referências aqui feitas a melhorias no sentido da cooperação e coordenação entre estas organizações já estão a ser trabalhadas e irão continuar a sê-lo nestas plataformas.

Dito isto, ao nível mais próximo das pessoas com problemas sociais, ou seja, no atendimento social, há ainda muito pouco feito em termos de integração desse atendimento, seja sob forma do “gestor de caso”, seja noutras formas. Isso exige uma cooperação e coordenação muito fortes não só entre as organizações com trabalho social de proximidade generalista e de primeira linha e com possibilidades para disponibilizar esses gestores de caso, mas também com as organizações que dispõem de recursos mais especializados para responder aos casos sinalizados e geridos no atendimento de 1ª linha.

Com este tipo de atendimento haverá mais eficácia, mais eficácia e mais justiça na resposta aos problemas sociais.

O movimento no sentido deste tipo de integração deve contar muito com a iniciativa e o empenho das IPSSs e doutras organizações que estão no terreno num trabalho de proximidade com as pessoas necessitadas de apoio social. Isso não dispensa, no entanto, um grande empenho das instituições públicas, a começar pelos municípios, não só pelos recursos de que dispõem para este efeito, mas também para porem o seu poder de autoridade, a sua legitimidade política e a sua capacidade de persuasão ao serviço da promoção da cooperação e da coordenação de esforços entre esta multiplicidade de agentes que não nasce e se desenvolve por geração espontânea. As redes sociais municipais podem e devem servir para isto.

PARTE II

Plano Estratégico

5. Diagnóstico

Depois de, na primeira parte, se ter feito uma caracterização relativamente exhaustiva do Tâmega e Sousa, inicia-se esta segunda parte do relatório com um diagnóstico sintético das implicações que daí decorrem para a formulação do plano estratégico. O capítulo começa por discutir as principais linhas de força do diagnóstico. Numa segunda secção, apresenta-se uma visão esquemática das forças, fraquezas, oportunidades e ameaças (SWOT) com que o território está confrontado.

5.1. Linhas de força do diagnóstico

Feita a caracterização do território do Tâmega e Sousa, quais as grandes linhas de força que condicionam a formulação da estratégia da comunidade para os próximos anos?

5.1.1. Uma comunidade heterogénea e com uma identidade pouco vincada

Um traço essencial que ressalta mesmo da leitura mais superficial da caracterização, apresentada na primeira parte deste relatório, é a forte heterogeneidade do Tâmega e Sousa. Esta heterogeneidade é patente em quase todos os domínios de observação:

- A densidade populacional varia entre 794 pessoas por quilómetro quadrado, em Paços de Ferreira, onde quase metade da população vive em lugares com mais de 2 000 habitantes, e 85 pessoas por quilómetro quadrado em Cinfães, onde nenhuma localidade atinge aquele limiar;
- Também a estrutura etária da população apresenta grande diversidade, variando o índice de envelhecimento (número de pessoas com 65 ou mais anos por cada cem pessoas de idade igual ou inferior a 14 anos) entre 144, em Resende, e 60, em Lousada;
- A taxa de mortalidade infantil, no último quinquénio registado, variou entre 1,2 por mil em Amarante e 4,2 em Castelo de Paiva;
- A percentagem da população com, pelo menos, 15 anos que não foi além do primeiro ciclo do ensino básico varia entre um mínimo de 39% em Castelo de Paiva e um máximo de 56% em Resende;
- O índice concelhio de poder de compra oscila entre um mínimo de 49, em Celorico de Basto e Cinfães, e um máximo de 74, em Felgueiras;
- Em 2011, a taxa de desemprego em Cinfães (20%) era o dobro da registada em Felgueiras (10%);
- A percentagem da população servida por sistemas de águas residuais varia entre cerca de 20% em Baião, Celorico de Basto e Castelo de Paiva e quase 100% em Lousada; já a recolha seletiva de lixo vai desde 5% em Castelo de Paiva a 12% em Celorico de Basto;
- O peso da indústria transformadora no conjunto da atividade económica, medido em termos de valor acrescentado bruto, varia entre 69%, em Felgueiras, e apenas

4%, em Cinfães; em contrapartida, o peso dos serviços varia entre um mínimo de 24%, em Felgueiras, e um máximo de 57%, em Resende.

Mas, não só o Tâmega e Sousa é heterogéneo, como os padrões espaciais dessa heterogeneidade não são uniformes, como se observa, desde logo, pelo grande número de concelhos citados na listagem anterior. Embora, em termos gerais, os concelhos da zona do Vale do Sousa tendam a apresentar características diferentes dos do Baixo Tâmega e Douro, a realidade é complexa, como os exemplos anteriores ilustram: dentro de cada um desses grupos de municípios há, também, considerável diversidade e não é invulgar que, nalgumas matérias, concelhos de uma das zonas apresentem indicadores semelhantes aos da outra.

A heterogeneidade do território está associada, embora não seja a sua única causa, à ausência de uma identidade regional vincada. Questionado sobre a sua origem, nenhum habitante da comunidade afirmará espontaneamente ser “do Tâmega e Sousa”.

A natureza difusa do sistema urbano do Tâmega e Sousa contribui também para a inexistência de uma identidade regional vincada. Não há, na comunidade intermunicipal, um polo urbano de referência, para o qual essa identidade pudesse remeter: pelo contrário, existem diversas cidades de escala relativamente semelhante, dispersas pelos vários municípios.

A ainda muito recente criação da comunidade intermunicipal é outro dos fatores que justificam esta situação. Os municípios que integram a CIM do Tâmega e Sousa agrupavam-se, anteriormente, de acordo com outras lógicas de organização espacial, nomeadamente na AMBT - Associação de Municípios do Baixo Tâmega, na AMVDS - Associação de Municípios do Vale do Douro Sul e na Valsousa - Associação de Municípios do Vale do Sousa, cada uma delas incluindo municípios que não pertencem à CIM. Aliás, estas associações continuam a existir em paralelo com a CIM, o que não simplifica a afirmação de uma identidade comum.

A multiplicidade de referências espaciais acentua-se quando se vai além da organização dos municípios. Administrativamente, os onze concelhos do Tâmega e Sousa repartem-se por quatro distritos – Aveiro, Braga, Porto e Viseu – que constituem a referência para a prestação de alguns serviços públicos, cujos modelos de organização espacial variam de domínio para domínio, desde a agricultura até à justiça.

A multiplicidade caracteriza também a organização da “sociedade civil”. Por exemplo, em termos de desenvolvimento local, coexistem no Tâmega e Sousa cinco entidades: a ADER – Sousa (que atua em Felgueiras, Lousada, Paços de Ferreira, Penafiel e, já fora da CIM, Paredes), a ADRIMAG (Castelo de Paiva e Cinfães e, fora da CIM, Arouca, Castro Daire, São Pedro do Sul, Sever do Vouga e Vale de Cambra), a Beira Douro (Cinfães, Resende e, fora da CIM, Armamar, Lamego, Moimenta da Beira, Penedono, S. João da Pesqueira, Sernancelhe, Tabuaço e Tarouca), a Dolmen (Amarante, Baião, Cinfães, Marco de Canaveses, Penafiel e Resende) e a PROBASTO (Celorico de Basto e, fora da CIM, Cabeceiras de Basto, Mondim de Basto e Ribeira de Pena). Destas, portanto, só a Dolmen não estende a sua área de intervenção para além do território do Tâmega e Sousa.

Tudo isto cria “ruído”, redundâncias e espaço para rivalidades espúrias, dificultando, repete-se, a afirmação de uma identidade comum. Para lá do que possa implicar em termos de definição e, sobretudo, de implementação de uma estratégia comum, a ausência de uma identidade regional forte é também uma condicionante importante

relativamente à afirmação externa da comunidade. Não é fácil projetar para o exterior aquilo que mesmo os seus habitantes têm dificuldade em reconhecer.

5.1.2. Localização e acessibilidades: vantagens e inconvenientes da proximidade

No contexto regional, o Tâmega e Sousa está “perto de tudo”. Tomando como referência a sede da Comunidade Intermunicipal, em Penafiel, e o transporte rodoviário, em 30 minutos chega-se ao Porto ou a Guimarães, em 45 a Braga ou Vila Real e, em cerca de uma hora, a Aveiro, Lamego ou Viana do Castelo. Alargando um pouco o tempo de viagem, em hora e meia chega-se a Coimbra, a Vigo ou a Viseu, em duas e meia a Bragança ou a Santiago de Compostela e em 3 horas a Lisboa. E a partir do Porto, mas também de Vigo ou Lisboa, tem-se fácil acesso ao resto do mundo.

Esta proximidade alicerça-se na rede rodoviária, descrita anteriormente, que, no noroeste do Tâmega e Sousa, tem uma densidade assinalável: as autoestradas A4, A11 e A42 servem em boas condições os concelhos de Amarante, Felgueiras, Lousada, Marco de Canaveses, Paços de Ferreira e Penafiel e, em condições menos favoráveis, Celorico de Basto, concelho para o qual também a A7 é um acesso relevante. Já os concelhos do sudeste do Tâmega e Sousa, Baião, Castelo de Paiva, Cinfães e Resende, não têm acesso direto à rede nacional de autoestradas, sendo as ligações de Baião e Resende à A24, que lhes passa próxima, bastante insatisfatórias.

A “proximidade” que caracteriza o Tâmega e Sousa pode ser lida como uma força ou uma fraqueza do território. Pela positiva, a proximidade facilita o acesso às infraestruturas, recursos e capacidades existentes na sua envolvente geográfica. Abre oportunidades em termos de qualificação dos recursos humanos da comunidade, de atração de visitantes, de captação de investimento, de escoamento, no limite internacional, da sua produção. Mas também facilita processos de sentido inverso: os agentes localizados no Tâmega e Sousa podem, sem grande transtorno, partir para polos mais dinâmicos ou tornarem-se dependentes de centros de decisão aí localizados.

Os elementos analisados nos capítulos anteriores mostram que os concelhos que ainda se confrontam com problemas significativos de acessibilidades têm apresentado dinâmicas demográficas e económicas desfavoráveis, ao contrário do que se tem passado com os restantes. Parece, portanto, relevante que o plano estratégico para o Tâmega e Sousa não descure a questão da rede fundamental de infraestruturas de transporte rodoviário da comunidade, mesmo que este tema não esteja atualmente entre as prioridades políticas a nível nacional e comunitário.

A análise efetuada indica também que, se grande parte do Tâmega e Sousa está já razoavelmente servido de ligações ao resto da Região Norte, a mobilidade interna dentro da própria comunidade sofre ainda de limitações importantes. Em parte, por razões infraestruturais: as redes de estradas municipais demonstram, quase sempre, necessidade de manutenção e, muitas vezes, de melhoramento ou mesmo construção de troços, nomeadamente no que respeita às ligações entre as sedes de concelho e as freguesias rurais, bem como nas ligações entre concelhos limítrofes. Mas a mobilidade intrarregional é também prejudicada por insuficiências e descoordenações na oferta de transportes públicos. Nas últimas décadas, a rede ferroviária não beneficiou de investimentos que permitissem manter níveis de serviços adequados aos padrões atuais e os serviços de transportes rodoviários existentes são muito lacunares. As limitações existentes nestas

matérias constituem obstáculos significativos à mobilidade geográfica dos trabalhadores e ao acesso das populações aos serviços e à administração.

5.1.3. Uma população jovem mas a perder dinâmica

No contexto regional e nacional, o Tâmega e Sousa é um “território jovem”: a idade média da população é de 38,5 anos, contra uma média de 41 na Região Norte e de 41,8 no conjunto do país; e o índice de dependência de jovens, que corresponde ao número de pessoas até aos 14 anos por cada 100 pessoas entre os 15 e os 64 anos, é de cerca de 25 no Tâmega e Sousa quando ronda os 22 tanto no Norte como em Portugal.

A juventude da população pode ser um importante argumento em termos de atração de investimento e representa um ativo de dinamismo e de flexibilidade que reforça a capacidade do Tâmega e Sousa para moldar o seu futuro. Ao mesmo tempo, é uma condicionante importante relativamente às necessidades de serviços públicos e sociais, implicando, por comparação com outras zonas do país, uma maior pressão sobre os que se dirigem aos mais jovens, nomeadamente a educação, do que sobre os orientados para camadas etárias mais avançadas.

A juventude da população é também um desafio e fator de exigência. Os jovens são cada vez mais abertos à mobilidade geográfica: se o Tâmega e Sousa não lhes oferecer perspectivas interessantes para a construção das suas vidas, muitos partirão para outras zonas do país e do estrangeiro. Nesta matéria, não se pode esquecer que, como referido adiante, as novas gerações são mais qualificadas do que as que as antecederam e que esta maior qualificação anda tipicamente associada a maiores expectativas.

No entanto, como se assinalou atrás, este é dos muitos domínios em que a comunidade é heterogénea: enquanto em Felgueiras, Lousada, Marco de Canaveses, Paços de Ferreira e Penafiel a idade média se situa no intervalo de 36 a 38 anos, nos restantes concelhos (Amarante, Baião, Castelo de Paiva, Celorico de Basto, Cinfães e Resende) é da ordem dos 40 a 43.

Os concelhos do Tâmega e Sousa agrupam-se, do mesmo modo, no que respeita à evolução da população nos dez anos que mediaram entre os Censos de 2001 e 2011: em todos os concelhos do primeiro grupo, a população aumentou, em percentagens que variaram entre 0,6% em Penafiel e 6,3% em Paços de Ferreira; em contrapartida, em todos os do segundo grupo, a população diminuiu, entre 1,8% em Celorico de Basto e 8,9% em Cinfães. Em geral, estas variações dão continuidade a tendências de longo prazo que têm já várias décadas. No entanto, apesar do aumento da população que ainda se registou nos últimos dez anos, em alguns concelhos, ao longo da década todos registaram uma queda acentuada no crescimento populacional, quer na componente natural, quer na migratória.

A estratégia para os próximos anos terá, portanto, que pesar devidamente a questão da sustentabilidade da oferta de serviços no contexto de uma população que, a não se inverterem as tendências atuais, tende a diminuir e a envelhecer.

5.1.4. Défice de qualificações

O plano estratégico não poderá deixar de ter em conta as qualificações da população envolvida. A situação atual do Tâmega e Sousa é caracterizada por um défice de qualificações face ao todo nacional: quase 60% dos residentes com 15 ou mais anos não foram além do segundo ciclo do ensino básico, quando esta percentagem é de 50% no

conjunto da Região Norte e 46% em Portugal. Em contrapartida, só 9,6% daqueles residentes completaram estudos pós-secundários ou superiores, contra 16,8% no Norte de Portugal e 19,2% no conjunto do país.

A informação disponível permite verificar que este défice tem vindo a diminuir gradualmente, sendo mais acentuado nos escalões etários mais avançados do que entre os jovens. Em particular, na população entre os 15 e os 24, a percentagem dos que, no Tâmega e Sousa, completaram o ensino secundário é já muito próxima da média nacional. Mas, no que diz respeito ao ensino superior, apesar de uma evolução positiva, há ainda uma desvantagem relativa considerável.

Um sinal muito positivo em matéria de qualificações é a evolução recente do abandono escolar entre os 10 e os 15 anos. No início do século, aquando do Censo de 2001, todos os concelhos do Tâmega e Sousa apresentavam taxas de abandono escolar acima da média nacional: em oito dos onze concelhos, a taxa de abandono escolar era, neste escalão etário, pelo menos, o dobro da média nacional. Na década seguinte, todos os concelhos do Tâmega e Sousa reduziram drasticamente o abandono escolar e, em 2011, seis deles estavam já abaixo da média nacional (1,6%) e os restantes dela muito próximos, evidenciando uma determinação política comum e as vantagens da proximidade na resolução deste tipo de problemas.

O grande desafio é agora estender o que já foi conseguido aos escalões etários seguintes, para elevar as taxas de conclusão do ensino secundário e do ensino superior. Nesse sentido, parece necessário reforçar a oferta de percursos formativos com uma componente profissionalizante, preferencialmente articulada com as necessidades do tecido produtivo regional. Para lá do desincentivo que constitui ao prosseguimento dos estudos, a ausência dessa articulação é também um obstáculo à atividade empresarial e um incentivo à emigração dos jovens qualificados.

No plano infraestrutural, depois dos investimentos significativos feitos em períodos anteriores, os problemas fundamentais prendem-se agora, sobretudo, com a manutenção e qualificação da rede de estabelecimentos, bem como com o seu ajustamento às tendências demográficas.

No domínio das qualificações, sublinha-se, o Tâmega e Sousa enfrenta um desafio considerável. O Acordo de Parceria proposto por Portugal à União Europeia estabelece, nesta matéria, metas específicas: em 2020, 40% da população portuguesa entre os 30 e os 34 deverá ter completado o ensino superior. Neste momento, no Tâmega e Sousa, esta taxa é de, apenas, 13%, cerca de metade da média nacional (26,1%), variando entre um mínimo de 9% em Baião e um máximo de 17,9% em Amarante. Há, portanto, que criar condições para que, rapidamente, uma parcela crescente dos jovens do Tâmega e Sousa queiram e possam frequentar o ensino superior.

5.1.5. Vitalidade industrial heterogeneamente distribuída

Tomado no seu conjunto, o Tâmega e Sousa é uma região fortemente industrializada. A indústria transformadora representa 41% do valor acrescentado bruto da comunidade, quando não vai além de 32% no Norte de Portugal e se fica por 21% a nível nacional. Em termos de emprego, a situação é semelhante: a indústria representa 40% do emprego no Tâmega e Sousa, 29% na Região Norte e, apenas, 18% no país.

Esta propensão industrial é sectorialmente especializada: as indústrias do couro e produtos de couro (que inclui o calçado) e do vestuário representam, por isso sós, mais de metade (51,7%) do valor acrescentado bruto industrial do Tâmega e Sousa. Outros sectores relevantes no território são a indústria do mobiliário e colchões (11,9%), a indústria dos produtos metálicos (8,8%) e, já a grande distância, a indústria dos produtos alimentares (3,8%). Em conjunto, estes cinco sectores de atividade representam mais de três quartos (76,2%) do VAB industrial da comunidade. O seu peso em termos de emprego é menor (51%), o que implica que apresentam níveis de produtividade superiores aos dos restantes setores.

A dimensão média das empresas industriais do Tâmega e Sousa é reduzida, sendo que 93% têm menos de dez trabalhadores. A maioria delas têm uma incorporação muito limitada, nos seus processos, dos ditos “fatores dinâmicos de competitividade” e, nomeadamente, de conhecimento e inovação, apesar das dinâmicas positivas observáveis, por exemplo, no calçado. A reduzida representação da comunidade nos projetos aprovados no Compete em domínios mais relacionados com I&DT é disso ilustrativa. Ainda assim, as indústrias predominantes no Tâmega e Sousa têm uma forte vocação exportadora. A comunidade apresenta uma taxa de cobertura das importações pelas exportações de 270%, quase duas vezes a registada no conjunto da Região Norte e mais de três vezes nacional.

Desde 2007, a indústria transformadora do Tâmega e Sousa aumentou o valor acrescentado bruto em 9% enquanto reduziu o emprego em 4%, o que permitiu um crescimento da produtividade em 14%. Este é, no entanto, um domínio em que o Tâmega e Sousa se compara desfavoravelmente com o resto do país: a produtividade da sua indústria é apenas 66% da verificada na Região Norte e 54% da nacional, sendo certo que os indicadores nacionais são, por sua vez, muito desfavoráveis no contexto europeu. Embora estes indicadores sejam em grande medida resultado da especialização produtiva regional, que não inclui indústrias mais pesadas e de maior valor acrescentado, este é, sem dúvida, um tema a merecer atenção no quadro da estratégia regional: em última análise, a produtividade é a determinante fundamental do nível de vida das populações.

Este retrato de conjunto esconde, no entanto, a profunda heterogeneidade que marca o Tâmega e Sousa, já anteriormente assinalada. A indústria transformadora representa quase 70% do VAB em Felgueiras, é da ordem dos 50% em Paços de Ferreira e Lousada, ronda um terço em Amarante, Castelo de Paiva e Penafiel, cai para 20% em Celorico de Basto e Marco de Canaveses, fica-se por 11% a 13% em Baião e Resende e não vai além de 4% em Cinfães.

Mas a heterogeneidade é patente mesmo dentro dos concelhos mais industrializados, traduzindo-se aí em diferentes especializações setoriais: Felgueiras é o concelho mais relevante na indústria de calçado e, em conjunto com Lousada, no têxtil; Paços de Ferreira no mobiliário e, juntamente, com Lousada e Penafiel, no vestuário; Amarante nos produtos metálicos e Marco de Canaveses nas indústrias alimentares. Apesar desta diversidade, os setores predominantes no Tâmega e Sousa apresentam similitudes que podem ser a base para iniciativas cooperativas, por exemplo, em domínios como a formação de quadros ou da organização da prestação de serviços às empresas.

5.1.6. A relevância da agricultura e floresta

As atividades agrícolas e florestais têm uma elevada importância no uso do solo no Tâmega e Sousa e, portanto, na definição da paisagem, embora o seu peso na economia seja relativamente diminuto, não indo além de 1,3% do valor acrescentado bruto e 2,5% do emprego. No entanto, dentro da heterogeneidade que é característica da comunidade, representam 4,4% do emprego em Baião, 5,6% em Celorico de Basto, 7,8% em Cinfães e 20,1% em Resende. A população agrícola tem, contudo, vindo a diminuir.

A agricultura existente continua a ser essencialmente de pequena propriedade mas, na última década, assistiu-se a um crescimento da dimensão média das explorações, fruto do aumento do número das de maior dimensão: as explorações com superfície agrícola superior a 20 hectares representam já mais de um terço da área total de superfície agrícola utilizada. No mesmo período, assistiu-se igualmente a um reforço assinalável das explorações especializadas. Estes indicadores estatísticos sugerem um processo de profissionalização e empresarialização da agricultura.

Os agricultores são uma classe profissional bastante envelhecida, com dois terços a ultrapassarem os 55 anos. De assinalar, apesar de tudo, que esse envelhecimento é menos acentuado nos concelhos menos industrializados, onde a agricultura tem maior importância no emprego. As qualificações escolares dos agricultores tendem a ser muito baixas, com mais de três quartos dos responsáveis por explorações agrícolas a não terem ido além do 1º ciclo do ensino básico. Ainda assim, estes valores implicam uma evolução positiva assinalável face ao que ocorria no passado recente.

É de assinalar que as cooperativas agrícolas, que poderiam desempenhar um importante papel na modernização da atividade, apresentam, na sua maioria, sérios problemas financeiros e de gestão.

A floresta é também um ativo muito relevante do Tâmega e Sousa, ocupando mais de um terço do seu território. Embora, também nesta matéria, prevaleça um modelo de pequena propriedade, é de salientar a existência de seis zonas de intervenção florestal, geridas por duas organizações de produtores florestais (AFVSOUSA e AFEDTÂMEGA), com o potencial para garantir coordenação e escala em intervenções que não são viáveis individualmente.

Independentemente de outras considerações, a preservação da paisagem e a ocupação do território seriam, por si sós, argumentos relevantes para que o plano estratégico não ignorasse estas áreas de atividade. A garantia desses objetivos passa, no entanto, pela atenção a atividades complementares, como o turismo rural e de natureza, a transformação e comercialização de produtos agropecuários e florestais ou a exploração do potencial energético da floresta, não pela mera tentativa de perpetuação da realidade existente que, em si mesma, não parece apresentar potencial para garantir o futuro do Tâmega e Sousa e, nem sequer, das suas áreas menos industrializadas.

5.1.7. Ambiente: mais-valias e problemas

Apesar de não incluir nenhuma área protegida ou classificada, o Tâmega e Sousa apresenta um conjunto de características naturais de grande beleza, suscetíveis de valorização económica, nomeadamente turística. As montanhas – como a Aboboreira, o Marão e o Montemuro – e os rios – como o Douro, o Paiva, o Tâmega e o Sousa, entre diversos outros de menor dimensão – são elementos muito marcantes da paisagem. A

floresta é também, como se assinalou no ponto anterior, um elemento estrutural da paisagem do Tâmega e Sousa, cobrindo cerca de um terço do território.

Em geral, a situação ambiental no Tâmega e Sousa tende a estar inversamente relacionada com a prevalência da atividade económica, particularmente da atividade industrial: os concelhos menos industrializados, nomeadamente, Baião, Cinfães, Celorico de Basto e Resende, mas também Amarante, Castelo de Paiva e Marco de Canaveses, apresentam geralmente uma natureza mais preservada e condições ambientais mais favoráveis do que os concelhos mais industrializados. Assim, por exemplo, com exceção de parte do município de Paços de Ferreira, todo o Tâmega e Sousa apresenta massas de água subterrânea com boa qualidade mas as massas de água superficiais tendem a estar em melhores condições nos concelhos menos industrializados.

As características paisagísticas do Tâmega e Sousa têm implicações relevantes em termos de riscos ambientais que importa acautelar. A extensa cobertura florestal anda associada a um considerável risco de incêndios florestais. E os rios da região geram riscos de cheias, particularmente notórios na cidade de Amarante.

Os serviços ambientais mereceram ampla atenção em documentos estratégicos anteriores, nomeadamente no PTD de 2008. A situação do Tâmega e Sousa, neste domínio, é muito heterogénea. No que respeita aos sistemas públicos de abastecimento de água, enquanto Castelo de Paiva, Felgueiras e Penafiel ultrapassaram já as metas do PEASSAR II, apresentando valores de 100%, ou muito próximos, Baião fica-se ainda pelos 20%, Marco de Canaveses pelos 34% e Cinfães pelos 56%. Entre estes extremos, Amarante, Celorico de Basto, Lousada e Paços de Ferreira variam entre 75% e 91%. Já no domínio das águas residuais, todos os concelhos permanecem distantes da meta de 90% definida no PEASSAR II, sendo Felgueiras, com 70%, o que mais se aproxima e Celorico, com 17%, o que está mais distante. No domínio dos resíduos urbanos, a percentagem dos que são valorizados (8%) encontra-se muito abaixo da média nacional (18%) que, ela própria, se encontra muito distante da meta de 50% definida para 2020.

Este é, portanto, tema que continua a merecer atenção privilegiada.

5.1.8. Um potencial turístico subaproveitado

Não é fácil determinar com exatidão a importância do turismo numa economia. Pela sua natureza, o turismo repercute-se na atividade de múltiplos setores, incluindo nomeadamente o alojamento, a restauração, o comércio e os transportes mas estendendo-se igualmente a outras atividades. Independentemente de uma quantificação precisa, parece certo que o turismo tem um peso relativamente reduzido, mas com potencial de crescimento, na economia do Tâmega e Sousa.

Esse potencial de crescimento assenta num conjunto de ativos de que o território dispõe e que vão de encontro às atuais tendências da procura. O Tâmega e Sousa tem um valioso património histórico-cultural de que a Rota do Românico é a expressão mais visível. Tem igualmente um património natural e ambiental bem preservado, ligado nomeadamente às serras e aos rios, suscetível de valorização em termos de turismo de natureza, turismo desportivo e turismo cinegético. Tem os seus vinhos e tradições gastronómicas. E tem já uma razoável oferta de alojamento, de diversas tipologias. Estes ativos são suscetíveis de apelar ao turista atual que demonstra apetência pela diversidade, pela autenticidade e pela qualidade ambiental. Além disso, como já se analisou em ponto anterior, a comunidade tem boas acessibilidades, estando próxima do principal aeroporto do

noroeste peninsular. No entanto, as estatísticas mostram que a procura é limitada e caracterizada por curtas estadias e forte sazonalidade.

A afirmação do turismo no Tâmega e Sousa debate-se com dificuldades relevantes. Parte delas são internas. A oferta turística do território encontra-se ainda pouco articulada, sendo muito baseada em elementos isolados que, embora despertando o interesse de alguns potenciais visitantes, não estão estruturados em produtos adequados para uma difusão mais alargada. Outras dificuldades estão relacionadas com o enquadramento geográfico. O Tâmega e Sousa encontra-se rodeado por outros polos, como a cidade do Porto e o Douro vinhateiro, que têm demonstrado maior capacidade de atração turística. A promoção da região, quer nos mercados internacionais, quer no mercado nacional, não é também facilitada pela sua identidade difusa. Por outro lado, o Tâmega e Sousa tem uma escala reduzida para uma efetiva afirmação autónoma nos mercados internacionais.

A afirmação do potencial turístico do Tâmega e Sousa pode ser um importante elemento de diversificação da sua base económica e afigura-se particularmente relevante para os seus municípios menos industrializados, onde, aliás, se encontram os principais ativos naturais e ambientais. As considerações anteriores sugerem que essa afirmação terá que passar por uma melhor estruturação dos produtos turísticos da comunidade e por uma estratégia de promoção que tenha em conta a articulação com as regiões vizinhas, no quadro da Região Norte.

5.1.9. Carências no mercado de trabalho e inclusão social

Globalmente, os indicadores relativos ao mercado de trabalho no Tâmega e Sousa não se afastam significativamente das médias regionais e nacionais. No entanto, neste, como em tantos outros domínios, a realidade da comunidade intermunicipal é muito heterogénea.

O Censo de 2011 mostra que a taxa de desemprego variava, então, entre 10,3% em Felgueiras e praticamente o dobro em Baião e Cinfães (19,4% e 20%, respetivamente). Castelo de Paiva, Celorico de Basto e Marco de Canaveses apresentavam também taxas muito elevadas, acima de 16%. Entre os concelhos menos industrializados, só Resende escapava aos níveis mais acentuados deste problema mas à custa de um outro: uma baixíssima taxa de atividade, de apenas 34%; o desemprego era evitado, formalmente, através da saída do mercado de trabalho. A taxa de atividade era também bastante baixa em Cinfães, Baião e Celorico de Basto.

De salientar que em quatro dos cinco concelhos com taxas de desemprego mais elevadas (Baião, Castelo de Paiva, Celorico de Basto e Cinfães) mais de 40% das pessoas empregadas trabalhavam fora do concelho, refletindo a reduzida dinâmica dos mercados locais de trabalho. E, em Baião, Celorico de Basto, Cinfães e Marco de Canaveses, mais de 10% trabalhavam mesmo no estrangeiro.

Por outro lado, é também de salientar que em todos os cinco concelhos com taxas de desemprego mais elevadas, assim como em Amarante e Resende, havia uma enorme disparidade entre a taxa de desemprego dos dois sexos, em desfavor do feminino. Em Baião e em Resende, a taxa de desemprego feminino era mesmo mais do dobro da taxa masculina.

Os indicadores estritamente económicos apontam, em geral, para que os níveis de qualidade de vida no Tâmega e Sousa fiquem aquém da média nacional e da Região Norte. A título de exemplo, o índice concelhio de poder de compra atribui aos concelhos

da comunidade intermunicipal valores entre 50 e 74, bem abaixo dos 89 que são a média da Região Norte. Mas também outros indicadores mais fundamentais, como a percentagem dos alojamentos sem, pelo menos, uma infraestrutura básica apontam, de acordo com o Censo, no sentido da subsistência de problemas significativos a resolver. Também a percentagem da população que tem por principal fonte de rendimento o Rendimento Social de Inserção e outros apoios sociais é mais alta no Tâmega e Sousa do que na Região Norte ou no país.

Estes elementos sugerem que as questões do emprego e da inclusão social merecem um lugar destacado no plano estratégico.

5.1.10. Fragilidades do tecido institucional

Nesta síntese das principais linhas de força que resultam da caracterização do Tâmega e Sousa, uma última nota vai para a relativa baixa densidade e dispersão do tecido institucional: ignorando, por um momento, os próprios municípios que constituem a CIM, as instituições capazes de, por si mesmas, se afirmarem como protagonistas de uma estratégia para o território são em número reduzido.

A presença direta do sistema científico e tecnológico no Tâmega e Sousa no território é muito escassa, resumindo-se praticamente à Escola Superior de Tecnologias e Gestão de Felgueiras (ESTGF), do Instituto Politécnico do Porto, e ao seu Centro de Inovação e Investigação em Ciências Empresariais e Sistemas de Informação. A disponibilidade do IPP para reforçar a sua intervenção na região é positiva mas não esconde esta escassez. As empresas do Tâmega e Sousa são, na sua quase totalidade, de pequena ou muito pequena dimensão, tendo uma capacidade de reflexão e intervenção estratégica limitada: uma base de dados com boa taxa de cobertura⁴¹ assinala a presença de, apenas, 7 empresas industriais com mais de 250 empregados. A dispersão do tecido empresarial pode, eventualmente, ser compensada pelo papel agregador das associações empresariais. Nesta matéria, é de assinalar a iniciativa de criação do Conselho Empresarial do Tâmega e Sousa, reunindo associações de âmbito municipal dos onze concelhos mas trata-se de uma iniciativa que dá ainda os seus primeiros passos. Há, no entanto, que conseguir uma adequada articulação entre as preocupações de índole territorial que caracterizam o plano estratégico e a lógica de atuação das associações setoriais representativas das indústrias mais relevantes no Tâmega e Sousa, situadas, em geral, fora da comunidade, sob pena de se promoverem iniciativas sobrepostas, conflitantes e de escala inadequada. Finalmente, no domínio social, existe um grande número de instituições que desempenham um papel muito relevante mas que, individualmente, têm também uma esfera de ação limitada.

A debilidade do tecido institucional obriga os municípios a assumir um papel de liderança em qualquer processo de transformação do Tâmega e Sousa. Mas a sua capacidade para o fazer enfrenta também importantes limitações. Desde logo, de competência territorial. Individualmente, cada um dos onze municípios é responsável por uma pequena parcela do território sobre que se pretende intervir e, em muitos casos, a intervenção ao nível concelhio seria insuficiente para garantir os resultados pretendidos. Depois de competência funcional: muitos dos domínios em que seria recomendável intervir para promover o desenvolvimento do território não se enquadram

⁴¹ SABI.

nas competências legais dos municípios. Mesmo nos domínios sobre que têm responsabilidades legais, a capacidade de intervenção dos municípios é condicionada pelos seus recursos e competências. Vários deles têm situações financeiras muito limitativas. E, de uma maneira geral, todos carecem do reforço dos seus sistemas de informação e da qualificação dos seus quadros.

Neste contexto, a Comunidade Intermunicipal parece um instrumento cujo potencial está longe de plenamente explorado.

5.2. Uma SWOT sintética

FORÇAS

- Proximidade e boas acessibilidades a diferentes zonas do Norte de Portugal e da Galiza e, de lá, ao resto do mundo
- População jovem
- Forte tradição industrial e exportadora, com especializações municipais diferenciadas mas em setores com similitudes que constituem espaço de cooperação
- Importância crescente de uma agricultura de pendor mais empresarial, com crescimento da dimensão e especialização das explorações, e reforço da sua produtividade
- Riqueza e diversidade do património histórico, cultural e natural, bem como oferta gastronómica e vinícola, suscetível de valorização turística
- Potencial económico da floresta e de outros recursos endógenos suscetíveis de valorização no âmbito da agro-indústria, turismo e energia

FRAQUEZAS

- Identidade regional difusa
- Sobreposição de modelos inconsistentes de organização espacial da administração, dos serviços públicos e da sociedade civil
- Escala diminuta para uma afirmação internacional autónoma
- Concelhos menos industrializados com acessos inadequados à rede de autoestradas
- Insuficiente mobilidade intra e intermunicipal devido a carências infraestruturais (rodoviárias, ferroviárias) e na oferta e coordenação de serviços de transportes
- Escassez de protagonistas no tecido empresarial, científico-tecnológico e institucional
- Défice de qualificações, nomeadamente a nível superior, da população
- Baixa produtividade, quer na agricultura, quer na indústria, caracterizadas, em geral, pela reduzida dimensão e pela escassa incorporação de conhecimento e inovação
- Debilidades institucionais no sector agrícola, com graves problemas nas cooperativas
- Fraca articulação da oferta turística, dentro do Tâmega e Sousa e com as regiões vizinhas
- Carências nos serviços ambientais, generalizadas a nível de resíduos e mais localizadas no abastecimento de água
- Níveis ainda baixos de utilização das TIC pelos municípios, empresas e cidadãos

OPORTUNIDADES

- CIM como instrumento de coordenação e alavancagem da capacidade de intervenção dos municípios
- Disponibilidade de fundos estruturais
- Proximidade e acessibilidades permitem mobilizar competências e recursos existentes em regiões vizinhas em favor do Tâmega e Sousa
- Inserção das PME do Tâmega e Sousa em cadeias de valor globais geograficamente fragmentadas, especialmente se inseridas em clusters com visibilidade internacional
- Novos padrões de consumo e motivações dos turistas, privilegiando destinos que ofereçam experiências diversificadas e com elevado grau de autenticidade e qualidade ambiental
- Comunidades de emigrantes portugueses no mundo (potenciais turistas, potenciais clientes, potenciais parceiros nos processos de internacionalização, potenciais investidores)

AMEAÇAS

- Perda de dinâmica populacional, fruto de quebras na natalidade e de imigração, com tendência para o seu envelhecimento e mesmo diminuição
- Problemas de coesão social decorrentes dos elevados níveis de desemprego e da alteração da estrutura etária da população
- Incapacidade de fixação dos jovens mais qualificados
- Impacto dos fogos sobre o potencial da floresta
- Modestas perspetivas de crescimento económico na UE27, espaço em que se concentram as exportações do Tâmega e Sousa
- Reduzida compreensão, e domínio nulo, sobre as cadeias globais em que a produção industrial é crescentemente organizada
- Forte concorrência, nacional e internacional, de regiões com oferta turística comparável

6. A estratégia

Este capítulo apresenta as linhas de força do plano estratégico do Tâmega e Sousa. Sendo a comunidade intermunicipal marcada por fortes contrastes, começa-se por enunciar uma visão que se pretende inclusiva e agregadora, suscetível de mobilizar as forças vivas da região em prol de um esforço partilhado de desenvolvimento. Enunciam-se depois os domínios estratégicos de intervenção que permitirão dar corpo à visão, deixando-se para o capítulo seguinte a apresentação do plano de ação que os concretizará.

6.1. Visão

Os pressupostos em que se fundou a definição do plano estratégico foram explicitados no capítulo introdutório, no ponto dedicado à metodologia. Pretendeu-se um plano para o Tâmega e Sousa, não especificamente um plano para a Comunidade Intermunicipal, enquanto instituição. A CIM é um agente indispensável à concretização do plano mas este não terá sucesso se não for capaz de mobilizar as forças vivas da região. Pretendeu-se um plano focado nas reais necessidades da comunidade, não um mero instrumento de captação de fundos estruturais. Os fundos estruturais são um instrumento fundamental, que urge aproveitar plenamente, mas não são a medida das ambições do Tâmega e Sousa. E pretendeu-se um plano com um horizonte de médio e longo prazo: 2020 deve ser apenas uma etapa do caminho a percorrer.

Em linha com estes pressupostos, a visão adiante proposta deve ser capaz de funcionar como elemento agregador das vontades dos agentes do território. A começar pelos próprios municípios que integram a CIM que, tendo situações muito diferentes – não há como escondê-lo, nem há interesse em o fazer – têm igual legitimidade para exigir que o plano estratégico contribua para a resolução dos seus problemas. Mas também de todos os outros agentes. Das pessoas que aspiram a qualidade de vida e que para isso necessitam de uma economia que lhes ofereça oportunidades para a concretização das suas aspirações, de uma rede social que as proteja nos momentos de dificuldade e de uma envolvente ambiental propícia. Das empresas que carecem de um enquadramento favorável para o desenvolvimento dos seus projetos. Das instituições que procuram responder às dificuldades sociais.

Para poder cumprir esta função agregadora, o enunciado da visão é deliberadamente sucinto e não prescritivo. Centra-se nos objetivos, não nos meios para os atingir. Pretende ser o foco para onde convergem as iniciativas das forças vivas do Tâmega e Sousa, não o caminho exato a seguir por cada um.

Tâmega e Sousa 2030

Um território ambientalmente exemplar, uma economia dinâmica, uma comunidade coesa.

- **Um território ambientalmente exemplar** – Pretende-se que a excelência ambiental seja um traço identitário da região. O Tâmega e Sousa orgulha-se de importantes ativos ambientais existentes no seu território. Alguns dos últimos rios selvagens da Europa. Manchas de água subterrânea de muito boa qualidade. Paisagens de montanha de grande beleza. Áreas florestais bem preservadas. Mas, a região tem também importantes problemas ambientais a resolver, particularmente no que respeita à convivência entre a ocupação humana e a preservação da natureza. Há muito a fazer, por exemplo, no âmbito dos serviços ambientais. Apesar dos progressos feitos na última década, há zonas do território muito deficientemente cobertas de redes de água e saneamento e a recolha de resíduos urbanos está ainda muito longe das metas existentes. Há, igualmente, riscos ambientais importantes, nomeadamente os relacionados com os fogos florestais e com cheias. E há um caminho importante a percorrer em termos de eficiência energética que passa, em parte, pelo aproveitamento de recursos endógenos do território. O plano estratégico procura contribuir para a preservação dos ativos existentes e para a correção dos problemas que subsistem, para tornar o Tâmega e Sousa num território ambientalmente exemplar.
- **Uma economia dinâmica** – Uma comunidade viva carece de uma economia que a suporte. Sem dinamismo económico, não há emprego, as pessoas partem, a dimensão das famílias reduz-se, a população definha e envelhece. O diagnóstico mostra claramente que o Tâmega e Sousa apresenta, nesta matéria, uma realidade dual, com concelhos que, mesmo no contexto muito difícil que o país tem vivido, têm mantido um dinamismo económico assinalável e outros que apresentam tendências seculares de esvaziamento. O plano estratégico procura manter e reforçar o dinamismo dos primeiros, enquanto combate as tendências desfavoráveis que atingem os segundos. Só assim se poderá lidar com o magno problema que é o desemprego. Para isso é, nomeadamente, indispensável reforçar as qualificações das pessoas e das instituições. O dinamismo económico deverá ser assegurado em moldes sustentáveis, compatíveis com a exemplaridade ambiental que se pretende afirmar. Deve, aliás, dela beneficiar e para ela contribuir. A excelência ambiental é, em si mesma, um ativo explorável, por exemplo, no domínio do turismo. E a prossecução da excelência ambiental pode suportar atividades económicas relevantes, por exemplo, na prestação de serviços ambientais, na valorização de recursos endógenos ou na proteção contra riscos. O dinamismo económico deve ser também um importante alicerce da coesão que constitui o terceiro pilar desta visão.

- **Uma comunidade coesa** – O relevo dado à coesão é, desde logo, uma declaração de intenções face à heterogeneidade que marca o Tâmega e Sousa: pretende-se que a implementação deste plano contribua para atenuar essa heterogeneidade, reforçando a coesão territorial. Afirmar este propósito implica reconhecer e aceitar os diferentes pontos de partida e de chegada. Implica igualmente aceitar que, apesar da sua lógica intermunicipal, nem todas as iniciativas a desenvolver serão igualmente relevantes para todos os municípios: o equilíbrio global que tem que caracterizar um plano desta natureza não invalida que nele sejam contempladas respostas a preocupações que afetam mais uns do que outros. Tratar-se-á de forma diferente o que é diferente: afirmar a coesão não significa homogeneizar, mas valorizar a diferença para aproximar. Daí que esta afirmação do valor da coesão não se restrinja ao âmbito territorial. Pretende-se, igualmente, uma comunidade coesa no plano institucional, com os onze municípios a colaborarem solidariamente, certos de que essa é a melhor forma de defender os interesses de cada um, e a explorarem as oportunidades de trabalho em comum abertas pela existência da CIM: as comunidades intermunicipais são uma criação recente, havendo todo um percurso a fazer na exploração das suas potencialidades. Mas, sobretudo, pretende-se uma comunidade coesa no plano humano. Uma comunidade que apoia os que não beneficiam diretamente do dinamismo económico e os que, por motivos de saúde ou em função da sua idade, carecem de apoio.

A referência a “2030” visa afirmar, logo ao nível da visão, a perspetiva de médio/longo prazo que está subjacente ao plano estratégico. Não se trata de definir objetivos para o próximo período de programação dos fundos comunitários, trata-se de propor um rumo para a comunidade. A CIM do Tâmega e Sousa está, aliás, bem consciente de que os objetivos estabelecidos nesta visão não são estáticos, não estando nunca completamente cumpridos. A exemplaridade ambiental, o dinamismo económico e a coesão humana e institucional não estarão nunca garantidos. Chegados a 2020, a 2030, estes desafios permanecerão válidos. Em cada momento, haverá que continuar a trabalhar para os assegurar para os períodos seguintes. Se o plano estratégico tiver sido bem-sucedido, as condições de partida serão, então bem mais favoráveis do que as atuais.

A visão está alinhada com o diagnóstico do Tâmega e Sousa, apresentado no capítulo anterior: valoriza as suas forças no domínio do dinamismo económico e do ambiente e convoca-as para responder aos seus problemas a nível da coesão territorial e da fixação das populações. Está igualmente alinhada com os temas fundamentais da agenda Europa 2020. O crescimento inteligente, o crescimento sustentável e o crescimento inclusivo, as três prioridades dessa agenda, têm óbvias interações com os elementos estruturantes desta visão.

6.2. Domínios estratégicos de intervenção

Definida a visão, torna-se necessário enunciar os domínios estratégicos em que se pretende intervir para a concretizar. A identificação destes domínios assentou no diagnóstico descrito na primeira parte deste documento, construído a partir de uma combinação de análise documental com a auscultação dos agentes do território: CIM, municípios, administração pública, tecido empresarial e sociedade civil. Mas nenhum diagnóstico dita, por si só, os domínios de intervenção de um plano estratégico. Estes são

necessariamente resultado de uma escolha que envolve a ponderação dos meios disponíveis e a definição de prioridades. Nesta matéria, a CIM do Tâmega e Sousa e os seus municípios constituintes assumiram as responsabilidades inerentes à sua condição de promotores da elaboração do plano, tendo selecionado os seguintes seis domínios estratégicos de intervenção (DEI):

- DEI.1 - Modernizar e reorganizar a governação do território;
- DEI.2 - Defender a qualidade ambiental no Tâmega e Sousa, preservando o seu património natural e reforçando a cobertura dos serviços ambientais;
- DEI.3 - Incentivar a inovação e a competitividade na economia do Tâmega e Sousa;
- DEI.4 - Promover o potencial turístico e cultural do Tâmega e Sousa, no contexto do Norte de Portugal, apostando no marketing territorial e na dinamização da oferta;
- DEI.5 - Fortalecer a mobilidade inter e intra-municipal, ao serviço da coesão, da inclusão e da competitividade;
- DEI.6 - Reforçar a inclusão social, a qualidade de vida e a coesão territorial.

O primeiro domínio de intervenção do plano estratégico visa “Modernizar e reorganizar a governação do território”. A ordem porque são definidos os objetivos não visa refletir a sua importância, sendo largamente arbitrária. No entanto, ao chamar as questões da governação para o topo desta lista, pretendeu-se realçar a determinação de aproveitar esta oportunidade para fortalecer os mecanismos de governação territorial e de explorar plenamente as oportunidades que a existência da comunidade intermunicipal oferece para prestar melhores serviços, de forma mais eficaz e eficiente, às populações.

Os quatro domínios de intervenção seguintes retomam largamente os objetivos estratégicos enunciados no Programa de Desenvolvimento Territorial de 2008. Em matéria ambiental, o PTD propunha-se “Garantir a universalidade, continuidade e qualidade dos serviços ambientais no Tâmega”. Entendeu-se, agora, manter a preocupação com os serviços ambientais mas alargar o âmbito este domínio de intervenção às restantes questões ambientais, nomeadamente à preservação do valioso património natural da região. O segundo objetivo estratégico do PTD era “Intensificar a competitividade e a modernidade do sector industrial e empresarial do Tâmega”. O terceiro domínio estratégico de intervenção do atual plano tem uma formulação semelhante. Retirou-se apenas a referência específica ao setor industrial, substituindo-o pelo conjunto da economia, não porque se pretenda dar menor importância à indústria mas porque se deseja tornar claro que a inovação e a competitividade têm que ser elementos de valorização de todas as atividades económicas. O quarto domínio de intervenção repete a aposta no turismo existente no PTD mas realça as sinergias com o domínio cultural. Finalmente, o PTD propunha-se “Estruturar as acessibilidades regionais fortalecendo a competitividade das cidades do Tâmega”. Este objetivo é enquadrável no quinto domínio de intervenção deste plano estratégico que, no entanto, põe a ênfase na mobilidade, da qual as acessibilidades são apenas um meio.

O plano estratégico prevê, por último, um domínio estratégico de intervenção orientado para “Reforçar a inclusão social, a qualidade de vida e a coesão territorial” que se afigura particularmente relevante atendendo à heterogeneidade do território e ao impacto que aí teve a crise económica.

6.2.1. DEI.1 - Modernizar e reorganizar a governação do território

A governação do Tâmega e Sousa debate-se com um conjunto de constrangimentos assinalados no diagnóstico. Desde logo, apesar dos esforços que têm vindo a ser feitos, as principais instâncias de governação, as câmaras municipais, apresentam carências ao nível da qualificação dos seus serviços e dos seus sistemas de informação, problemas que são, aliás, comuns em toda a Região Norte. Depois, a escala do município não é, muitas vezes, a mais adequada à resolução dos problemas existentes, sendo que a relativamente recente criação da Comunidade Intermunicipal não permitiu ainda uma plena exploração das potencialidades deste instrumento. Finalmente, o Tâmega e Sousa é particularmente atingido pelas ineficiências que resultam da proliferação de diferentes lógicas de organização territorial da administração pública e das próprias instituições privadas.

O primeiro domínio estratégico de intervenção do plano estratégico de desenvolvimento intermunicipal é direcionado para o combate a estes problemas e prevê duas linhas de ação:

- Exploração do potencial da intermunicipalidade – A apresentação de um Plano Estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal é, em si mesma, um testemunho das oportunidades de cooperação e integração que a existência da CIM oferece. Pretende-se que estas potencialidades, que estiveram presentes na sua conceção, correspondam também a valores estruturantes das iniciativas que o plano prevê, permitindo aos onze municípios do Tâmega e Sousa beneficiar de uma escala de intervenção que individualmente não têm. Sempre que possível, as iniciativas devem ser pensadas de forma integrada para o conjunto do Tâmega e Sousa, mesmo que, dependendo das circunstâncias, a sua implementação no terreno tenha de ser feita à escala municipal. Esta linha de ação pretende potenciar este modo de funcionamento, com iniciativas que vão desde o estabelecimento de um observatório que permita o acompanhamento permanente da realidade do Tâmega e Sousa à definição de um programa intermunicipal de compras partilhadas, passando pela progressiva harmonização dos esquemas de organização territorial de diferentes domínios e instituições.
- Modernização e capacitação da administração municipal – Os municípios desenvolvem uma ação fundamental e insubstituível na gestão do território e na prestação de serviços às populações e aos agentes económicos. O plano estratégico pretende dar continuidade aos esforços que têm vindo a ser desenvolvidos relativamente à sua modernização e capacitação, pretendendo-se criar condições para que possam desempenhar as suas missões de forma cada vez mais eficiente, através, nomeadamente, de ações de formação e da qualificação dos seus sistemas de informação.

Este domínio estratégico de intervenção encontra pleno cabimento, dentro da estrutura prevista para o programa Norte 2020, no eixo prioritário 9, vocacionado para a capacitação institucional e para as tecnologias de informação e comunicação. Tem uma vocação marcadamente instrumental, sendo uma condição de sucesso do conjunto das iniciativas previstas no plano estratégico, mas tem impacto direto no tema da coesão institucional que figura entre os valores que integram a visão para o Tâmega e Sousa.

6.2.2. DEI.2 - Defender a qualidade ambiental no Tâmega e Sousa, preservando o seu património natural e reforçando a cobertura dos serviços ambientais

O domínio estratégico de intervenção seguinte abrange as temáticas ligadas ao ambiente e ao património natural. O diagnóstico efetuado assinalou a coexistência, na comunidade intermunicipal, de ativos naturais e ambientais de grande potencial com problemas por resolver, nomeadamente, a nível dos serviços ambientais. O objetivo fundamental deste domínio de intervenção é garantir que o Tâmega e Sousa seja caracterizado pela excelência ambiental, como condição necessária à qualidade de vida dos que o habitam e à atratividade para os visitantes. Neste sentido, prevêem-se, nomeadamente, as seguintes quatro linhas de ação:

- Serviços ambientais – O investimento nas redes de águas e saneamento foram uma das prioridades do PTD 2008. Apesar dos progressos efetuados, a região, particularmente os seus concelhos menos densamente povoados, tem ainda carências importantes nesta matéria, pelo que o plano estratégico continua a dar destaque a esta questão. A recolha e tratamento de resíduos, matéria em que o Tâmega e Sousa está ainda distante das metas existentes, será outro tema a merecer atenção prioritária.
- Eficiência energética – Conjugam-se, nesta linha de atuação, valores de preservação ambiental com considerações pragmáticas relacionadas com o interesse financeiro dos municípios e outros agentes do Tâmega e Sousa. A promoção da eficiência energética na iluminação pública, nos edifícios municipais e sociais e nas frotas municipais tem grandes vantagens, quer no quadro das políticas de redução de emissões, quer no dos constrangimentos financeiros com que os municípios estão confrontados.
- Valorização e recuperação de espaços naturais – Trata-se de criar as condições para a preservação, recuperação e usufruto dos espaços naturais de grande potencial que são tão frequentes no Tâmega e Sousa. Incluem-se aqui, entre outras, iniciativas de classificação de paisagens, de proteção de habitats, de valorização turística do património natural e de recuperação de áreas afetadas pela atividade económica ou por riscos naturais.
- Proteção civil – O património natural do Tâmega e Sousa tem na floresta um dos seus pontos fortes. A problemática dos fogos florestais assume aí, por isso, grande acuidade, sendo uma das preocupações centrais nesta linha de ação. Os riscos relacionados com cheias e com acidentes industriais serão outros aspetos a considerar.

Este segundo domínio estratégico de intervenção enquadra-se diretamente na prioridade que a estratégia Europa 2020 atribui ao crescimento sustentável e à necessidade de “promover uma economia mais eficiente em termos de utilização dos recursos, mais ecológica e mais competitiva”. No contexto da estrutura prevista para o programa operacional Norte 2020, invoca sobretudo os eixos prioritários 3 – Economia de Baixo Carbono e 4 – Qualidade Ambiental. Tem um impacto direto na excelência ambiental que figura destacadamente na visão para o Tâmega e Sousa mas pode também ser um relevante fator de dinamismo económico e coesão.

6.2.3. DEL.3 - Incentivar a inovação e a competitividade na economia do Tâmega e Sousa

O tecido empresarial do Tâmega e Sousa é caracterizado pela prevalência de pequenas e médias empresas de setores ditos “tradicionais”. Na sua maior parte, estas empresas têm um controlo muito limitado sobre as cadeias de valor em que estão inseridas e uma incorporação igualmente limitada de inovação e conhecimento nos seus processos. Simultaneamente, a presença direta no território do sistema científico e tecnológico é escassa, embora à distância de uma hora de viagem se encontrem muitas das principais universidades portuguesas.

Neste contexto, o terceiro domínio estratégico de intervenção está orientado para a inovação e para o reforço da competitividade do tecido empresarial do Tâmega e Sousa. Preveem-se, neste domínio, nomeadamente, as seguintes linhas de atuação:

- Coordenação e dinamização estratégica – Esta linha de ação visa criar mecanismos que promovam a coerência estratégica e a adequação às necessidades da economia regional da atuação da comunidade intermunicipal, bem como a plena exploração das oportunidades proporcionadas pelos mecanismos de apoio e incentivo que estarão disponíveis nos próximos anos;
- Promoção da economia do conhecimento e da inovação – Esta linha de ação visa a capacitação de estruturas do sistema científico e tecnológico instaladas na região e a promoção da sua interação com o tecido empresarial do Tâmega e Sousa, seja na indústria, seja no setor agroflorestal;
- Localização empresarial – Esta linha de ação inclui a análise e promoção, numa lógica intermunicipal, das estruturas de localização empresarial, e serviços associados, existentes no Tâmega e Sousa. Sendo notória a falta de coerência da atual malha de localização empresarial, sobretudo industrial, com consequências negativas nomeadamente em termos de serviços ambientais e acessibilidades, incluem-se também aqui iniciativas destinadas a promover o reordenamento da localização industrial.
- Facilitação da atividade empresarial e estímulo ao empreendedorismo – Pretende-se criar uma rede de apoio ao tecido empresarial, facilitando o seu relacionamento com a administração. O fortalecimento da competitividade do tecido empresarial do Tâmega e Sousa passa também, necessariamente, pela sua renovação, estando incluídas nesta linha de ação iniciativas orientadas para a promoção da criação de empresas;
- Valorização da economia agroflorestal – Considerando o relevo que tem na comunidade, inclui-se uma linha de ação vocacionada para a valorização da economia agroflorestal, numa lógica de promoção de recursos endógenos.

Os objetivos deste domínio estratégico de intervenção correspondem à prioridade que a estratégia Europa 2020 atribui ao crescimento inteligente através do desenvolvimento “de uma economia baseada no conhecimento e na inovação.” O plano estratégico para o Tâmega e Sousa tem, no entanto, que refletir a situação de partida acima sinteticamente retratada. A atração de investimento e a promoção do empreendedorismo são encaradas, neste contexto, como elementos essenciais para a qualificação do tecido produtivo. Este domínio de intervenção estará ancorado no eixo prioritário 2 do Norte 2020 (Competitividade das Pequenas e Médias Empresas), mas apelará igualmente ao eixo 1 (Investigação, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação) e ao eixo 8 (Educação e Aprendizagem ao Longo da Vida). A sua implementação será condição relevante para a

concretização do dinamismo económico que constitui um dos três pilares fundamentais da visão para o Tâmega e Sousa.

6.2.4. DEI.4 - Promover o potencial turístico e cultural do Tâmega e Sousa, no contexto do Norte de Portugal, apostando no marketing territorial e na dinamização da oferta

O Tâmega e Sousa dispõe de importantes fatores de atração turística: um rico património histórico e cultural, áreas naturais de grande beleza, os seus vinhos e gastronomia e, mesmo, apesar das oportunidades de reforço existentes, uma oferta de alojamento diversificada que inclui empreendimentos recentes de elevada qualidade. Por outro lado, pelo seu enquadramento regional, o Tâmega e Sousa está muito próximo de polos turísticos relevantes, como são a cidade do Porto e o Douro vinhateiro, o que constitui simultaneamente uma oportunidade e um desafio. Em contrapartida, a oferta turística da comunidade está pouco articulada, não tendo sido, até agora, capaz de atrair uma procura correspondente ao seu potencial.

Neste contexto, no domínio turístico e cultural preveem-se as seguintes três linhas de atuação:

- **Promoção** – A definição de um programa de marketing territorial, em que o turismo, em sinergia com a cultura, terá lugar de destaque, é a primeira das ações propostas. As tendências atuais da procura parecem favorecer produtos como o turismo cultural, o turismo de natureza e a enogastronomia em que a região tem elevado potencial mas é preciso corresponder-lhes com a identificação de mercados alvo e com uma promoção efetiva que terá que ter em conta a inserção regional do Tâmega e Sousa, procurando as soluções de articulação e complementaridade com as zonas vizinhas que melhor garanta a eficácia e eficiência das ações desenvolvidas. No plano instrumental, inclui-se também nesta linha de ação a criação de um roteiro turístico-cultural da comunidade.
- **Estruturação da oferta e valorização do património natural e cultural** – Esta linha de ação prevê iniciativas de recuperação, manutenção e valorização do rico património histórico-cultural do Tâmega e Sousa e das suas envolventes, nomeadamente a continuidade do trabalho que tem vindo a ser desenvolvido no âmbito da Rota do Românico, e inclui igualmente o reforço da oferta museológica e a preservação do edificado da região. Da mesma forma, está previsto um conjunto de iniciativas destinadas a valorizar turisticamente o variado património natural do Tâmega e Sousa, assentes nomeadamente na promoção de atividades recreativas e desportivas que permitam combinar a valorização turística com a proteção ambiental.
- **Formação e capacitação dos agentes turísticos** – Importa reforçar as qualificações dos agentes turísticos (pessoas e instituições) para assegurar um nível de prestação de serviço que garanta a satisfação dos visitantes, o que nem sempre acontece numa região sem particulares tradições nesta atividade.

Pela sua forte ligação ao território, o turismo pode ser um fator de ordenamento e coesão, respondendo às preocupações da estratégica Europa 2020 com o crescimento sustentável e com o crescimento inclusivo. Relativamente à estrutura prevista para o programa Norte 2020, este domínio estratégico de intervenção apresenta interseções preferenciais com os eixos estratégicos 4 (Qualidade Ambiental), 6 (Emprego e Mobilidade dos Trabalhadores) e 8 (Educação e Aprendizagem ao Longo da Vida) mas invoca também os eixos 2

(Competitividade das Pequenas e Médias Empresas) e 7 (Inclusão Social e Pobreza). Pretende-se que o turismo dê um contributo muito relevante para o dinamismo económico almejado na visão para a região, especialmente nas zonas de menor tradição industrial, sendo assim um importante fator de coesão social e territorial.

6.2.5. DEI.5 - Fortalecer a mobilidade inter e intra-municipal, ao serviço da coesão, da inclusão e da competitividade do Tâmega e Sousa

Como resulta do diagnóstico, o Tâmega e Sousa é um território em que existem ainda problemas infraestruturais de acessibilidades, dificultando a mobilidade interna e as conexões com as restantes zonas do país e, através delas, com o resto do mundo. Mas, para lá destes problemas infraestruturais, a mobilidade intermunicipal é muito condicionada por uma oferta de serviços de transportes pouco densa. Para combater estes problemas, propõem-se as seguintes linhas de ação:

- Infraestruturas de mobilidade intra e intermunicipal – Esta linha de ação prevê intervenções a nível das infraestruturas de transporte rodoviário, ferroviário e fluvial. No transporte rodoviário, compreende, por um lado, a construção ou qualificação de vias estruturantes para quebrar o isolamento que ainda afeta algum dos concelhos da comunidade e, por outro, a intervenção ao nível da rede intracomunitária para melhorar a acessibilidade das zonas rurais aos centros urbanos;
- Oferta de transportes – pretende-se promover o estudo e a reorganização da rede de transportes municipais e intermunicipais, para reforçar a mobilidade dos trabalhadores e facilitar o acesso das populações aos serviços e à administração; neste contexto, merece especial atenção a problemática dos transportes escolares, pelo seu papel em termos de inclusão social e pelas implicações financeiras para os municípios.

A problemática da mobilidade tem implicações nas três prioridades da estratégia Europa 2020, uma vez que é, em si mesma, uma condição necessária ao crescimento e que as deficiências nesta matéria têm implicações negativas em termos de sustentabilidade e de inclusão. Relativamente ao programa Norte 2020, este domínio de intervenção encontra-se particularmente relacionado com o eixo estratégico 5 (Mobilidade e Transportes) mas tem fortes implicações no 3 (Economia de Baixo Carbono), 6 (Emprego e Mobilidade dos Trabalhadores) e no 8 (Educação e Aprendizagem ao Longo da Vida). Mas, independentemente da possibilidade que venha, ou não, a existir para as financiar com o apoio de fundos comunitários, a comunidade intermunicipal entende que as iniciativas previstas são fundamentais para o seu futuro e, por isso, as inclui no seu plano estratégico e, por isso, se continuará a bater pela sua concretização.

6.2.6. DEI.6 - Reforçar a inclusão social, a qualidade de vida e a coesão territorial

A caracterização apresentada na primeira parte deste relatório ilustra extensamente a diversidade interna do Tâmega e Sousa, com situações muito variadas desde o domínio demográfico ao da qualificação das pessoas, das acessibilidades aos serviços ambientais ou da composição da atividade económica ao desemprego. Embora os padrões geográficos desta diversidade sejam complexos, os concelhos mais urbanizados e industrializados do Vale do Sousa tendem a contrapor-se aos concelhos de pendur mais rural do Tâmega e Douro.

O sexto domínio estratégico de intervenção procura contribuir para uma maior coesão territorial do Tâmega e Sousa através, nomeadamente, de iniciativas orientadas para o reforço da inclusão social e da qualidade de vida. Este domínio estratégico dá, nomeadamente, expressão às preocupações que a Comunidade do Tâmega e Sousa formulou no seu Plano de Ação para a Empregabilidade. As linhas de ação previstas são:

- Promoção do emprego, do autoemprego e do microempreendedorismo – Esta linha de ação assume particular relevância no atual contexto económico nacional e regional, marcado por elevados níveis de desemprego, em particular entre os mais jovens. O programa inclui iniciativas diversificadas destinadas a facilitar o contacto com o mundo do trabalho e a estimular a criação do próprio emprego, nomeadamente através da valorização de produtos regionais.
- Ação social – Pretende-se apoiar as redes de suporte no domínio social e da saúde, promovendo a sua eficiente estruturação numa lógica intermunicipal e a qualificação das suas infraestruturas e equipamentos. A saúde mental, as dependências, o envelhecimento e o apoio à vítima são, desde já, identificadas como áreas prioritárias de atuação.
- Educação e desporto – Pretende-se promover a criação de cartas educativas e desportivas do Tâmega e Sousa que assegurem a racionalização e qualificação da oferta nestes domínios e a reabilitação de equipamentos visando, nomeadamente, a eficiência energética. No domínio educativo, na linha do sucesso que tem sido o combate ao abandono escolar precoce nos níveis básicos, pretende-se estender esse esforço para os níveis etários e de formação mais elevados, nomeadamente pela orientação profissionalizante dos cursos oferecidos.
- Qualificação do espaço público – As iniciativas de regeneração urbana que se pretende promover têm, na maioria dos casos, impactos significativos em termos de inclusão social, uma vez que incluem nomeadamente a recuperação de habitação degradada, mas são igualmente relevantes em termos de qualificação turística dos centros urbanos e da própria eficiência energética.

Este domínio de intervenção encontra-se ancorado na prioridade que a estratégia Europa 2020 dá ao crescimento inclusivo. Em termos do programa Norte 2020, é particularmente relevante para os eixos estratégicos 7 (Inclusão Social e Pobreza) e 8 (Educação e Aprendizagem ao Longo da Vida), tendo também implicações para os eixos 3 (Economia de Baixo Carbono), 4 (Qualidade Ambiental) e 6 (Emprego e Mobilidade dos Trabalhadores). Trata-se de um domínio de intervenção absolutamente fundamental para concretizar a coesão da comunidade prevista na visão.

7. Plano de ação

Este capítulo apresenta as ações a desenvolver em cada um dos domínios estratégicos de intervenção identificados no capítulo anterior.

Dentro da lógica de planeamento já dilucidada, esta não pretende ser uma listagem fechada e exaustiva. O plano estratégico é, antes de tudo, a proposta de um rumo para o Tâmega e Sousa. As ações aqui detalhadas são um contributo para o concretizar, incidindo de forma prioritária, mas não exclusiva, em matérias que estão dentro da capacidade de intervenção dos municípios e da sua comunidade intermunicipal. Mas este documento é também um convite e um apelo à sociedade civil e à administração pública para que desenvolvam, elas próprias, iniciativas congruentes com o rumo proposto, que complementem as ações aqui enunciadas, sendo, nesse caso, reconhecidas como contributos para o plano estratégico.

Como também se explicou anteriormente, as ações que se apresentam de seguida pretendem ser uma resposta às preocupações estratégicas do Tâmega e Sousa, não sendo ditadas por uma lógica exclusiva de acesso aos fundos estruturais. De entre as ações agora propostas, uma vez que seja conhecida a regulamentação que regerá a aplicação desses fundos, a comunidade intermunicipal selecionará as que devem integrar as candidaturas que venha a apresentar. As restantes não cairão no esquecimento, procurando os municípios, no limite das suas possibilidades, a melhor solução para as concretizar.

7.1. DEI.1 - Modernizar e reorganizar a governação do território

7.1.1. Exploração do potencial da intermunicipalidade

Ação 1.1	<i>Designação:</i>	Promoção da harmonização da organização administrativa e funcional do Tâmega e Sousa
	<i>Promotores:</i>	CIM, câmaras municipais
	<i>Caraterização:</i>	A sobreposição de modelos inconsistentes de organização territorial da administração e de organização da sociedade civil é um problema recorrentemente diagnosticado no Tâmega e Sousa e um obstáculo a uma governação coerente deste território. A CIM e as câmaras municipais promoverão a progressiva uniformização dos modelos de organização territorial dos serviços e entidades de si diretamente dependentes. Em simultâneo, defenderão a mesma solução junto da administração pública e das entidades da sociedade civil, no que às respetivas esferas de atuação respeite. Este esforço será

	norteado pela preocupação de encontrar as soluções que melhor valorizem as competências técnicas e institucionais dos organismos e entidades que atuam no território da comunidade, nomeadamente as associações de municípios e os grupos de ação local.
Ação 1.2	<i>Designação:</i> Observatório do Tâmega e Sousa
	<i>Promotores:</i> CIM
	<i>Caraterização:</i> A informação é um requisito essencial para a governação territorial e, nomeadamente, para a definição e implementação de uma estratégia de desenvolvimento regional. Na sequência do processo já em curso, a comunidade intermunicipal criará e manterá uma estrutura permanente de observação do seu território que conjugue a compilação de informação produzida por terceiros, nomeadamente pelo sistema estatístico nacional, com a produção informativa própria sobre temas de interesse específico para o Tâmega e Sousa. Admite-se que este Observatório contribua para identificar as disfuncionalidades resultantes da não congruência entre a organização da CIM e da territorialização da administração central.
Ação 1.3	<i>Designação:</i> Programa intermunicipal de compras partilhadas
	<i>Promotores:</i> CIM, câmaras municipais
	<i>Caraterização:</i> A existência da comunidade intermunicipal oferece a oportunidade para a implementação de iniciativas de compras partilhadas entre os municípios, que reforcem a sua capacidade negocial, permitindo a obtenção de economias. Realizar-se-á um estudo preliminar de <i>benchmarking</i> para identificar os modelos de organização e os domínios de intervenção possíveis para o programa. Proceder-se-á depois à planificação e implementação em domínios específicos (exemplos: energia, consumíveis, serviços de transporte, etc.).
Ação 1.4	<i>Designação:</i> Avaliação da viabilidade de estruturas de serviços partilhados
	<i>Promotores:</i> CIM, câmaras municipais
	<i>Caraterização:</i> A criação de estruturas partilhadas de prestação de serviços representa um nível mais avançado, e mais desafiante, de integração do que as compras públicas. Realizar-se-á um estudo preliminar para identificação das possibilidades existentes, na sequência do qual se decidirá sobre a viabilidade de implementação de soluções desse tipo.

7.1.2. Modernização e capacitação da administração municipal

Ação 1.5	<i>Designação:</i>	Programa intermunicipal de qualificação dos agentes da administração municipal
	<i>Promotores:</i>	CIM, câmaras municipais
	<i>Caraterização:</i>	Embora a sua situação não seja uniforme, todos os municípios têm necessidades em matéria de qualificação dos seus funcionários. Desenvolver-se-ão iniciativas de formação ao nível da comunidade intermunicipal visando, simultaneamente, conseguir economias de escala na contratação de ações de formação e criar oportunidades para a troca de experiências entre os municípios e para o reforço da coesão intermunicipal. Com os mesmos objetivos, promover-se-á a mobilidade temporária de funcionários entre os diferentes municípios (“Erasmus Municipal”).

Ação 1.6	<i>Designação:</i>	Programa para a administração municipal eletrónica
	<i>Promotores:</i>	CIM, câmaras municipais
	<i>Caraterização:</i>	Também neste domínio, apesar da heterogeneidade das situações atuais, todos os municípios apresentam ampla margem de progressão na adoção de tecnologias de informação e comunicação. A simplificação, reengenharia e desmaterialização dos seus processos internos, por um lado, e a facilitação da relação com os cidadãos e as empresas, através da promoção de uma lógica multicanal são dois temas de trabalho a privilegiar. O programa abrange, quer os municípios, diretamente, quer entidades e serviços, incluindo juntas de freguesias e escolas, sob a sua responsabilidade. Pretende-se, assim, proceder à inventariação da situação atual, identificar possibilidades de intervenção e selecionar e implementar soluções, dando prioridade às que permitam interoperabilidade entre sistemas de informação, viabilizando a lógica intermunicipal na operação dos serviços que se pretende promover.

Ação 1.7	<i>Designação:</i>	Serviços de proximidade
	<i>Promotores:</i>	CIM, câmaras municipais
	<i>Caraterização:</i>	Promoção de soluções que, respeitando princípios de racionalização das estruturas, minimizem a necessidade de deslocação das populações para contacto com os serviços autárquicos, através da criação de “centros de interesse dos cidadãos”, numa lógica de proximidade e “balcão único”, com impacto positivo na inclusão social, na qualidade de prestação



dos serviços e, por redução das deslocações, no domínio ambiental.

Avaliação da viabilidade de criação de serviços itinerantes vocacionados para as zonas de menor densidade populacional. Articulação com o programa para a administração eletrónica.

7.2. DEI.2 - Defender a qualidade ambiental no Tâmega e Sousa, preservando o seu património natural e reforçando a cobertura dos serviços ambientais

7.2.1. Ações enquadradoras

Ação 2.1	<i>Designação:</i>	Agenda 21 do Tâmega e Sousa
	<i>Promotores:</i>	CIM, câmaras municipais, tecido empresarial, sociedade civil
	<i>Caraterização:</i>	A prioridade que o plano estratégico atribui à excelência ambiental carece de concretização. As ações apresentadas nas páginas seguintes são, nesse sentido, apenas um ponto de partida. Para consolidar esta aposta, promover-se-á a elaboração e implementação da Agenda 21 do Tâmega e Sousa. A Agenda 21 é “é um processo participativo, multisectorial, que visa atingir os objetivos da Agenda 21 ao nível local, através da preparação e implementação de um Plano de Ação estratégico de longo prazo dirigido às prioridades locais para o desenvolvimento sustentável.” Partindo de um diagnóstico da situação intermunicipal, o processo envolverá depois a definição de uma visão e de uma política de sustentabilidade, corporizada num sistema de sustentabilidade local que, depois de implementado, será monitorizado e periodicamente revisto. A elaboração deste documento não substitui, antes complementa, a atuação a outros níveis da governação.

7.2.2. Serviços ambientais

Ação 2.2	<i>Designação:</i>	Programa intermunicipal para os resíduos
	<i>Promotores:</i>	CIM, câmaras municipais, empresas concessionárias
	<i>Caraterização:</i>	Como se assinalou na caraterização, em matéria de prevenção, recolha, reciclagem e valorização de resíduos urbanos, o Tâmega e Sousa apresenta ainda profundas carências. Realização de estudo estratégico sobre os resíduos urbanos no Tâmega e Sousa. Pretende-se a caraterização da situação atual, em termos de cumprimento das metas e de implicações das relações contratuais existentes, a identificação das alternativas e, nomeadamente, a avaliação das vantagens ou desvantagens de um sistema ou modelo de gestão intermunicipal. Devem ser devidamente ponderadas as recomendações da Comissão de acompanhamento de revisão do PERSU II (2007-2016) com vista à definição da estratégia PERSU 2020. Implementação das soluções escolhidas.

Ação 2.3	<i>Designação:</i>	Programa intermunicipal para o abastecimento de águas e saneamento
	<i>Promotores:</i>	CIM, câmaras municipais, Águas de Portugal, empresas concessionárias
	<i>Caraterização:</i>	Em matéria de saneamento e, sobretudo, de abastecimento de águas, o Tâmega e Sousa apresenta uma situação mais favorável do que em termos de resíduos. Subsistem, no entanto, carências importantes, embora desigualmente distribuídas pelo território. Também neste domínio se pretende realizar um estudo da situação atual e de avaliação das alternativas disponíveis para a concretização das metas. O estudo deverá ponderar as diferentes soluções e compromissos existentes em cada um dos municípios, avaliar a viabilidade de alternativas e propor um plano de ação.

Ação 2.4	<i>Designação:</i>	Programa intermunicipal para a qualidade das massas de água
	<i>Promotores:</i>	CIM, APA, câmaras municipais, empresas concessionárias
	<i>Caraterização:</i>	Há, no Tâmega e Sousa, zonas em que as massas de água superficiais mostram qualidade medíocre ou má, com a bacia do Tâmega a apresentar níveis de eutrofização preocupantes, sendo a utilização agrícola uma das responsáveis pelo excesso de nutrientes (poluição difusa). Pretende-se, em colaboração com a Agência Portuguesa do Ambiente, definir e implementar um programa visando a recuperação destas massas de água e a preservação das que apresentam boa qualidade. Para esse efeito, haverá, nomeadamente, que intervir nos sistemas de saneamento (em articulação com a ação 2.3) para controlar e reduzir a poluição tópica urbana, melhorar a gestão técnica de ETARs ou proceder à sua reabilitação, controlar afluências indevidas às redes de águas residuais e à rede hidrográfica e que rever as condições de descarga dos aproveitamentos hidroelétricos, sendo necessário analisar os impactes das novas barragens previstas no Tâmega. Tudo alicerçado num sistema de monitorização adequado (beneficiando da inclusão do Tâmega como caso piloto no projeto MyWater que pode ajudar a simular as condições de exploração dos recursos hídricos na bacia).

7.2.3. Eficiência energética

Ação 2.5	<i>Designação:</i>	Criação de <i>task force</i> intermunicipal para a eficiência energética
	<i>Promotores:</i>	CIM
	<i>Caraterização:</i>	Criação de equipa intermunicipal para o acompanhamento das questões energéticas. Estudo de <i>benchmarking</i> sobre o modelo mais adequado (equipa interna da CIM, entidade autónoma dedicada, outra). Implementação do modelo selecionado. Esta <i>task force</i> coordenará as iniciativas intermunicipais neste domínio e explorará as oportunidades de colaboração com o sistema científico e tecnológico e com os fornecedores de energia.
Ação 2.6	<i>Designação:</i>	Programa intermunicipal para a eficiência energética nos edifícios, equipamentos e veículos municipais
	<i>Promotores:</i>	CIM, câmaras municipais, IPP
	<i>Caraterização:</i>	Auditoria energética aos edifícios públicos. Implementação de sistema de monitorização dos consumos energéticos nos equipamentos e veículos municipais ou dependentes dos municípios. Diagnóstico das situações suscetíveis de otimização. Definição e implementação de intervenções corretivas. Definição de linhas orientadoras, no domínio da eficiência energética, para operações de construção ou requalificação de instalações municipais, bem como para a aquisição de equipamentos ou veículos.
Ação 2.7	<i>Designação:</i>	Programa intermunicipal para a eficiência energética na habitação social
	<i>Promotores:</i>	CIM, câmaras municipais, IPP
	<i>Caraterização:</i>	Estudo de inventariação de situações suscetíveis de otimização energética no parque de habitação social do Tâmega e Sousa. Definição e implementação de intervenções corretivas. Definição de linhas orientadoras, no domínio da eficiência energética, para operações de construção ou requalificação de habitação social mas passível de ser estendida às intervenções de requalificação, em geral.

Ação 2.8	<i>Designação:</i>	Programa intermunicipal para a eficiência energética na iluminação pública
	<i>Promotores:</i>	CIM, câmaras municipais, IPP
	<i>Caraterização:</i>	Estudo de inventariação de situações suscetíveis de otimização energética na iluminação pública do Tâmega e Sousa. Definição e implementação de intervenções corretivas. Definição de linhas orientadoras, no domínio da eficiência energética, para operações de construção ou requalificação de iluminação pública.

7.2.4. Valorização e recuperação de espaços naturais

Ação 2.9	<i>Designação:</i>	Paisagem protegida regional da Serra da Aboboreira
	<i>Promotores:</i>	CIM, C.M. Amarante, Baião, Marco de Canaveses, ICNF
	<i>Caraterização:</i>	No extremo nordeste do distrito do Porto, a Aboboreira estende-se pelos concelhos de Amarante, Baião e Marco de Canaveses. Apresenta uma grande riqueza e diversidade natural, conjugando áreas cultivadas e moderadamente intervencionadas pelo homem com vastas zonas selvagens de <i>habitat</i> natural ou seminatural e vestígios de ocupação humana pré-histórica. Pretende-se promover a sua classificação como “paisagem protegida regional” com o objetivo, como é próprio desta classificação, de proteger os valores naturais e culturais existentes, realçando a identidade local. A classificação será acompanhada de medidas orientadas para a valorização sustentável do território, nomeadamente, o controlo e erradicação de espécies exóticas, o restauro fluvial e valorização da rede hidrográfica local, a criação de centros de educação ambiental e a definição de percursos turísticos compatíveis com a salvaguarda dos valores que se pretendem proteger.

Ação 2.10	<i>Designação:</i>	Programa intermunicipal de gestão florestal e reflorestação
	<i>Promotores:</i>	CIM, associações de produtores florestais
	<i>Caraterização:</i>	Apoio às associações de produtores florestais. Promoção da criação de zonas de intervenção florestal, como forma de estimular uma gestão integrada sustentável da floresta, a prevenção de riscos e as ações de reflorestação. Estímulo à utilização multifuncional da floresta, na perspetiva da sua valorização económica e turística.

Ação 2.11	<i>Designação:</i>	Programa de recuperação de espaços naturais degradados pelas atividades económicas
	<i>Promotores:</i>	CIM, câmaras municipais, entidades licenciadas para a exploração de inertes e de pedreiras, proprietários privados
	<i>Caraterização:</i>	A atividade de extração de pedra, nomeadamente granito, que tem uma importância económica relevante nalguns concelhos do Tâmega e Sousa, implica a degradação de espaços naturais, nalguns casos de grande interesse, de difícil regeneração espontânea. Pretende-se definir e implementar um programa para a recuperação destes espaços, em articulação com os agentes privados envolvidos, procurando, se possível, reconstituir os ecossistemas pré-existentis ou, quanto tal não aconteça, dar-lhes novas utilizações que os valorizem, tendo a solução apropriada que ser estudada caso a caso.

7.2.5. Proteção civil

Ação 2.12	<i>Designação:</i>	Programa intermunicipal de prevenção e combate aos fogos florestais
	<i>Promotores:</i>	CIM, câmaras municipais, bombeiros, associações de produtores florestais, ICNF
	<i>Caraterização:</i>	Depois dos investimentos efetuados em períodos anteriores, na cartografia de riscos e na elaboração de plano de emergência municipal, definem-se agora como áreas prioritárias de trabalho a cartografia de base, o investimento em equipamentos e a definição e implementação de modalidades de gestão partilhada de meios. A atuação ao nível da proteção civil deve numa lógica mais alargada de prevenção dos incêndios, alicerçada na utilização multifuncional da floresta, na proteção ambiental e na promoção da biodiversidade.

Ação 2.13	<i>Designação:</i>	Programa intermunicipal de combate a acidentes industriais
	<i>Promotores:</i>	CIM, câmaras municipais, bombeiros
	<i>Caraterização:</i>	Definição de um programa intermunicipal de investimento em equipamentos e de gestão partilhada de meios tendo em vista o combate a acidentes industriais, nomeadamente acidentes industriais em meio urbano.

Ação 2.14	<i>Designação:</i>	Programa intermunicipal de adaptação às alterações climáticas e mitigação de fenómenos meteorológicos extremos
	<i>Promotores:</i>	CIM, câmaras municipais, proteção civil, concessionários e entidades gestoras, APA
	<i>Caraterização:</i>	A preparação para as implicações das alterações climáticas e para os riscos associados não tem sido objeto de atenção no Tâmega e Sousa, situação que se pretende alterar. Pretende-se, nomeadamente, avaliar os cenários de evolução em termos de disponibilidade dos recursos hídricos, resultantes da alteração da distribuição da precipitação, aumento da temperatura e degradação da qualidade (eutrofização) e as potenciais consequências para o abastecimento público e as diversas atividades económicas, nomeadamente a agricultura, o turismo e a produção de energia e estudar os impactes nos ecossistemas aquáticos, terrestres e ribeirinhos. Pretende-se, igualmente, preparar planos de contingência e emergência para enfrentar situações de seca e escassez e recuperar, restaurar e renaturalizar a rede hidrográfica local. No contexto da mitigação dos efeitos de fenómenos meteorológicos extremos, pretende-se dar cumprimento à diretiva sobre riscos de inundações, mediante a elaboração de cartas de risco em zonas inundáveis em espaços urbanos e/ou fortemente ocupadas e artificializadas.

7.3. DEI.3 - Incentivar a inovação e a competitividade na economia do Tâmega e Sousa

7.3.1. Coordenação e dinamização estratégica

Ação 3.1	<i>Designação:</i>	Fórum intermunicipal para a competitividade e inovação
	<i>Promotores:</i>	CIM, câmaras, CETS
	<i>Caraterização:</i>	Sendo fundamentais para o desenvolvimento territorial, a competitividade e inovação são domínios em que o protagonismo terá que pertencer ao tecido empresarial e ao sistema científico e tecnológico. Pretende-se, com esta ação, criar uma instância que garanta concertação e coordenação estratégica nestes domínios, congregando, nomeadamente, autarquias locais, representantes do tecido empresarial, nomeadamente associações setoriais e regionais, entidades do sistema científico e tecnológico de interesse para a região e administração pública. A criação de condições favoráveis à captação de investimento deve uma das preocupações centrais do fórum. O modelo institucional e a operacionalização desta iniciativa carecem de estudo adicional, sendo de considerar uma geometria variável em função das temáticas, cabendo a sua dinamização à CIM e ao CETS.

Ação 3.2	<i>Designação:</i>	<i>Task force</i> para a promoção da utilização dos fundos estruturais
	<i>Promotores:</i>	CIM, CETS
	<i>Caraterização:</i>	O historial de períodos de programação anteriores mostra que as regiões e o seu tecido empresarial têm dificuldade em aproveitar todo o potencial dos fundos estruturais, seja pela complexidade que, tantas vezes, os caracteriza, seja por debilidades próprias. Este problema é particularmente relevante num território como o Tâmega e Sousa, onde a quase totalidade das empresas são de pequena dimensão e onde a presença direta de outro tipo de entidades que poderiam dinamizar o recurso aos fundos, como o sistema científico e tecnológico, é limitada. Pretende-se criar uma <i>task force</i> que promova a utilização dos fundos estruturais, pela divulgação das oportunidades existentes, pela “descodificação” da complexidade processual associada, pela promoção da formação ou participação em consórcios, entre outras possibilidades. A <i>task force</i> deverá dar atenção prioritária aos temas e mecanismos de apoio em que o tecido empresarial regional demonstre maiores dificuldades de acesso, como tem acontecido com a I&DT.

7.3.2. Promoção da economia do conhecimento e da inovação

Ação 3.3	<i>Designação:</i> Parque Tecnológico & Politécnico
	<i>Promotores:</i> CIM, CMF, IPP
	<i>Caraterização:</i> Concretização do Parque Tecnológico & Politécnico do Tâmega e Sousa, em Felgueiras. Esta estrutura reunirá, num mesmo <i>campus</i>, as instalações da Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Felgueiras, do IPP, e as valências de um parque tecnológico, incluindo valências direcionadas para a incubação de empresas e microempresas. O Parque permitirá a afirmação de um polo de ensino superior no Tâmega e Sousa e será um palco privilegiado para a interação entre o IPP e o tecido empresarial da comunidade intermunicipal, quer através da promoção de ofertas educativas adequadas às necessidades regionais, quer através do desenvolvimento de atividades de extensão universitária. Será também um elemento qualificante do tecido urbano, em interação com os equipamentos de cultura e arte existentes na sua envolvente.
Ação 3.4	<i>Designação:</i> Centro de apoio tecnológico e extensão agro-florestal
	<i>Promotores:</i> CIM, MAM, instituições de ensino superior, parceiros setoriais
	<i>Caraterização:</i> Criação de um centro de prestação de apoio aos produtores agroflorestais do Tâmega e Sousa, visando, nomeadamente: • fomentar a modernização e a inovação técnica e tecnológica nas produções tradicionais da região; • identificar e divulgar oportunidades de diversificação nos produtos e processos produtivos; • promover a capacitação dos trabalhadores, empresários e organizações setoriais. Pretende-se que o centro seja uma estrutura leve que privilegie o trabalho em articulação com as instituições setoriais e do sistema científico e tecnológico.

7.3.3. Localização empresarial

Ação 3.5	<i>Designação:</i>	Programa intermunicipal de acolhimento empresarial
	<i>Promotores:</i>	CIM, câmaras
	<i>Caraterização:</i>	Elaboração da Carta Intermunicipal do acolhimento empresarial, inventariando a oferta existente nos onze municípios. A Carta será um instrumento de planeamento dos desenvolvimentos a efetuar nesta matéria, nomeadamente as operações de expansão, racionalização ou requalificação de zonas industriais que se revelem convenientes, e um instrumento de apoio aos potenciais investidores na identificação das oportunidades existentes. Depois de elaborada a Carta, promover-se-ão os projetos de expansão, racionalização ou requalificação identificados, sendo analisada a possibilidade de estabelecer uma política intermunicipal comum e de criar estruturas de gestão e serviços partilhados.

Ação 3.6	<i>Designação:</i>	Ordenamento do solo industrial
	<i>Promotores:</i>	CIM, câmaras
	<i>Caraterização:</i>	O Tâmega e Sousa, como outras zonas do Norte de Portugal, é caracterizado pela implementação relativamente desordenada de unidades industriais, quer em meio urbano, quer em meio rural. É uma situação com implicações múltiplas, em termos ambientais, em termos de acessibilidades e mobilidade, entre outras, e de difícil alteração. Pretende-se realizar um estudo que inventarie a situação existente e as suas implicações e que identifique as margens de atuação possíveis para promover um melhor ordenamento do solo industrial. Esta iniciativa tem forte interação com o DEI.2., relativo à qualidade ambiental.

7.3.4. Facilitação da atividade empresarial e estímulo ao empreendedorismo

Ação 3.7	<i>Designação:</i> Rede intermunicipal de apoio à iniciativa empresarial
	<i>Promotores:</i> CIM, câmaras, CETS
	<i>Caraterização:</i> Definição e implementação de rede de apoio à iniciativa empresarial, assente numa imagem, estrutura técnica e sistemas de informação padronizados, com vários polos consoante as necessidades identificadas. Estes gabinetes serão o ponto de contacto preferencial do tecido empresarial e dos potenciais empreendedores com todos os serviços municipais. Deverão estar habilitados, com base numa matriz de respostas regionais, a proceder ao seu encaminhamento no que respeite a serviços de outro âmbito. Neste quadro, serão estabelecidas parcerias com outras entidades relevantes. Deverão também estar dotados com instrumentos de apoio adequados, nomeadamente guias e modelos, em matérias como a criação de empresas, a exportação, as soluções de financiamento do investimento, entre outras. A rede física deve ser complementada pela presença <i>online</i>, em articulação com a ação 1.6.

Ação 3.8	<i>Designação:</i> Programa intermunicipal de empreendedorismo
	<i>Promotores:</i> CIM, CETS, outras entidades
	<i>Caraterização:</i> Conjunto articulado de iniciativas de promoção do empreendedorismo, com base no Plano de Ação para a Promoção do Empreendedorismo no Tâmega e Sousa, incluindo nomeadamente: • Formação para o empreendedorismo; • Facilitação do financiamento dos empreendedores regionais através da celebração de protocolos com potenciais financiadores (capitais de risco, <i>business angels</i>, etc.); • Concursos de ideias; • Articulação com o ensino secundário e superior do Tâmega e Sousa para divulgação e estímulo ao espírito empreendedor. Estas iniciativas não se cingirão aos setores da indústria e dos serviços, dando atenção específica ao potencial agro-florestal e turístico do Tâmega e Sousa, bem como ao empreendedorismo social.

Ação 3.9	<i>Designação:</i>	Programa intermunicipal de incubação de empresas
	<i>Promotores:</i>	CIM, câmaras, CETS, entidades do sistema científico e tecnológico
	<i>Caraterização:</i>	Análise da oferta atual e definição de uma rede intermunicipal de espaços de incubação. Será dada prioridade à racionalização e qualificação da rede existente e à articulação com iniciativas municipais de reabilitação de edificado.

7.3.5. Valorização da economia agroflorestal

Ação 3.10	<i>Designação:</i>	Central de biomassa
	<i>Promotores:</i>	CIM, associações de produtores florestais, parceiros privados
	<i>Caraterização:</i>	O extenso parque florestal do Tâmega e Sousa tem um potencial inexplorado em termos de geração de energia a partir da biomassa. Pretende-se estudar a viabilidade de uma iniciativa nesta matéria e, caso a conclusão seja positiva, promover a sua implementação. <i>Benchmarking</i> de modelos tecnológicos e de exploração. Avaliação da viabilidade da criação de uma central de biomassa que valorize os subprodutos da floresta regional, com impacto favorável em termos de minimização de riscos e de eficiência energética. Atração de investidores privados.

Ação 3.11	<i>Designação:</i>	Valorização económica das raças arouquesa e maronesa
	<i>Promotores:</i>	CIM, câmaras
	<i>Caraterização:</i>	A raça bovina arouquesa, apesar da sua designação, tem uma forte presença no Tâmega e Sousa, onde se estima que existam cerca de 60% dos seus efetivos. Também a raça maronesa tem um presença importante no território. Em articulação com a ação 3.4, pretende-se estudar e implementar um conjunto de iniciativas destinadas a promover a valorização económica destas raças (organização de produtores, certificação, marketing). Como parte desse conjunto, inclui-se nesta ação a requalificação do matadouro de Resende.

7.4. DEI.4 - Promover o potencial turístico e cultural do Tâmega e Sousa, no contexto do Norte de Portugal, apostando no marketing territorial e na dinamização da oferta

7.4.1. Promoção

Ação 4.1	<i>Designação:</i>	Programa intermunicipal de marketing territorial
	<i>Promotores:</i>	CIM, Turismo do Porto e Norte de Portugal
	<i>Caraterização:</i>	Definição e implementação de um programa de promoção para o Tâmega e Sousa. A preparação do programa incluirá a análise das questões, interligadas, da marca regional, dos mercados alvo e dos produtos turísticos regionais prioritários, sendo que o Tâmega e Sousa apresenta um óbvio potencial em domínios como a gastronomia e vinhos, o turismo de natureza, o <i>touring</i> cultural e paisagístico e dos patrimónios e o turismo de saúde e bem-estar. Estas questões, e nomeadamente a da marca regional, deverá ser abordadas tendo em conta a sua articulação com outros domínios estratégicos de intervenção. Este programa será devidamente articulado no quadro da promoção do Norte de Portugal e do conjunto do país.

Ação 4.2	<i>Designação:</i>	Roteiro turístico-cultural intermunicipal
	<i>Promotores:</i>	CIM
	<i>Caraterização:</i>	Criação de um roteiro turístico-cultural do Tâmega e Sousa, em suporte eletrónico, permanentemente atualizado, consultável <i>online</i>, em várias línguas, através de diversos tipos de dispositivos. Publicação periódica de versão em papel. O roteiro será um suporte para a divulgação da oferta da região, devendo estar apoiado na definição de um calendário de “eventos âncora” que cubram todo o território do Tâmega e Sousa.

7.4.2. Estruturação da oferta e valorização do património natural e cultural

Ação 4.3	<i>Designação:</i>	Programa intermunicipal de rotas turísticas
	<i>Promotores:</i>	CIM, câmaras municipais, diversos
	<i>Caraterização:</i>	Definição de rotas/circuitos temáticos com potencial turístico, assentes nos ativos do Tâmega e Sousa. O programa contempla quer a identificação dos elementos a incluir nas rotas, quer a sua qualificação (sinalização, reabilitação de edificado e envolventes, recuperação de povoados, animação, etc.) que, consoante a natureza dos temas e a situação dos ativos de suporte, poderão justificar modalidades de operacionalização muito diversas.
		Prevê-se, nomeadamente, a intervenção nos seguintes temas: • Património natural – circuitos pedestres, velocipédicos, automóveis e de todo-o-terreno aproveitando as paisagens do Tâmega e Sousa (rios, florestas, montanhas, observação da vida animal, etc.); • Património monumental – pelo relevo que já alcançou, menciona-se, a seguir, a Rota do Românico, mas há outros elementos do património histórico regional suscetíveis de valorização; • Circuitos de aldeias históricas e/ou aldeias rurais – o Tâmega e Sousa conserva diversos povoados com potencial turístico e, até, identitário; • Circuitos literários / artísticos – aproveitando a ligação ao Tâmega e Sousa de inúmeros vultos da cultura e das artes portuguesas (Amadeu de Souza Cardoso, Carmen Miranda, Eça de Queirós, entre muitos outros); • Circuitos de enoturismo e gastronomia – explorando o potencial e as características exclusivas do vinho verde bem como a rica gastronomia regional.

Ação 4.4	<i>Designação:</i>	Rota do Românico
	<i>Promotores:</i>	CIM, Rota do Românico
	<i>Caraterização:</i>	Já na sua segunda década, a Rota do Românico é um bom exemplo das potencialidades da abordagem intermunicipal aos problemas da preservação, recuperação e valorização do património do Tâmega e Sousa. A Rota abrange 58 monumentos, dispersos por todo o Tâmega e Sousa. Pretende-se continuar a desenvolver esta iniciativa, garantindo a conservação, manutenção e salvaguarda dos monumentos e das suas envolventes e valorizando os seus três “corredores” (Sousa, Tâmega, Douro), como uma alavanca para o desenvolvimento turístico e socioeconómico da comunidade.

Ação 4.5	<i>Designação:</i>	Reforço da oferta museológica do Tâmega e Sousa
	<i>Promotores:</i>	CIM, câmaras, SEC, outros parceiros
	<i>Caraterização:</i>	Esta iniciativa prevê a criação ou requalificação de espaços museológicos ligados aos valores culturais, etnográficos, económicos e naturais do Tâmega e Sousa
Ação 4.6	<i>Designação:</i>	Programa de proteção, beneficiação e promoção do edificado
	<i>Promotores:</i>	CIM, câmaras, SEC, proprietários privados, outros parceiros
	<i>Caraterização:</i>	Esta iniciativa visa intervenções de proteção e beneficiação no vasto património edificado do Tâmega e Sousa, na perspetiva da sua valorização turística e cultural. Este património inclui múltiplas tipologias (templos religiosos, casas senhoriais, estruturas militares) e cobre as mais diversas épocas (desde estruturas anteriores à nacionalidade até obras tão recentes como a Igreja de Santa Maria, da autoria do arquiteto Siza Vieira). As necessidades de intervenção, bem como o contexto em que terá que ser realizada, são muito diversas, devendo o programa proceder à sua caraterização e priorização.
Ação 4.7	<i>Designação:</i>	Programa intermunicipal para os desportos radicais e de natureza
	<i>Promotores:</i>	CIM, câmaras, federações e clubes desportivos
	<i>Caraterização:</i>	Com os seus rios e montanhas, o Tâmega e Sousa oferece condições privilegiadas para a prática de desportos radicais e de natureza, como o <i>rafting</i> , o BTT, o <i>trekking</i> , o todo o terreno, entre outros. Promover-se-ão as condições para a prática destes desportos, assegurando a sua sinergia com a restante oferta turística da região e a compatibilidade com a preservação dos valores ambientais que se pretende que sejam uma sua marca identitária.
Ação 4.8	<i>Designação:</i>	Política intermunicipal para a caça e pesca
	<i>Promotores:</i>	CIM, câmaras municipais, associações e clubes setoriais
	<i>Caraterização:</i>	Realização de um estudo estratégico para a caça e pesca no Tâmega e Sousa, e implementação das respetivas recomendações, visando a sua valorização como fatores de atração turística e de sustentabilidade do património natural.

Ação 4.9	<i>Designação:</i>	Promoção do termalismo e turismo de bem-estar
	<i>Promotores:</i>	CIM, câmaras municipais, setor privado
	<i>Caraterização:</i>	Qualificação da oferta regional de termalismo, spas e talassoterapia, visando potenciar esses serviços em articulação com o turismo médico. Pretende-se promover a oferta existente e atrair investimento privado qualificante, capaz de contribuir para a sua revitalização.
Ação 4.10	<i>Designação:</i>	Programa de qualificação das margens ribeirinhas
	<i>Promotores:</i>	CIM, câmaras municipais
	<i>Caraterização:</i>	Pretende-se promover a qualificação de pontos estratégicos das margens dos diversos rios do Tâmega e Sousa, na dupla perspetiva da sua valorização turística e do usufruto por parte dos residentes. Incluem-se nesta ação, nomeadamente, iniciativas de requalificação de pontos de acostagem, de praias fluviais e de parques ribeirinhos.
Ação 4.11	<i>Designação:</i>	Programa de certificação e promoção de artesanato e produtos regionais
	<i>Promotores:</i>	CIM, câmaras municipais, associações de desenvolvimento local
	<i>Caraterização:</i>	O Tâmega e Sousa é rico em artesanato e produtos regionais que, em si mesmos, podem ser um elemento enriquecedor da oferta turística. Pão-de-ló de Margaride, pão de Padronelo, doces conventuais de Amarante, biscoito da Teixeira, bengalas de Gestaço, laranja da Pala, posta maronesa e arouquesa, rendas da Lixa são, apenas, alguns exemplos. Pretende-se desenvolver um programa para a certificação deste tipo de produtos que possa viabilizar a sua valorização turística. A relevância desta ação estende-se a outros domínios de intervenção, uma vez que a exploração destes produtos é um fator de animação da economia local e uma área privilegiada para a manifestação do microempreendedorismo, devendo beneficiar das ações previstas nessas matérias.

7.4.3. Formação e capacitação dos agentes turísticos

Ação 4.12	<i>Designação:</i>	Programa intermunicipal de formação de agentes turísticos
	<i>Promotores:</i>	CIM, câmaras municipais, IPP, diversos
	<i>Caraterização:</i>	O reforço da atividade turística no Tâmega e Sousa carece da qualificação dos seus agentes. Este programa enquadrará um variado conjunto de iniciativas nesse domínio, nomeadamente, desde a formação profissional e profissionalizante ao nível secundário até ao ensino superior especializado.

7.5. DEI.5 - Fortalecer a mobilidade inter e intra-municipal, ao serviço da coesão, da inclusão e da competitividade

7.5.1. Coordenação e dinamização estratégica

Ação 5.1	<i>Designação:</i>	Carta intermunicipal de mobilidade
	<i>Promotores:</i>	CIM, câmaras municipais
	<i>Caraterização:</i>	Elaboração de estudo aprofundado da mobilidade no Tâmega e Sousa. O estudo incidirá quer sobre a questão infraestrutural quer sobre a oferta de serviços de transportes. Procederá à inventariação da situação atual e proporá um plano de ação para lidar com os problemas identificados. Será o documento enquadrador da política intermunicipal neste domínio.

7.5.2. Infraestruturas da mobilidade intra e intermunicipal do Tâmega e Sousa

Ação 5.2	<i>Designação:</i>	Requalificação e eletrificação da linha do Douro entre Caíde de Rei e Marco de Canaveses
	<i>Promotores:</i>	REFER
	<i>Caraterização:</i>	Este troço de cerca de 15 quilómetros de via-férrea atravessa quatro concelhos do Tâmega e Sousa, tendo o potencial para desempenhar um importante papel na mobilidade intermunicipal e na ligação da comunidade à Área Metropolitana do Porto. A REFER lançou já o concurso público internacional para a eletrificação deste troço, assim criando as condições para a concretização desta aspiração da comunidade intermunicipal.

Ação 5.3	<i>Designação:</i>	Requalificação e eletrificação da linha do Tâmega entre Livração e Amarante
	<i>Promotores:</i>	REFER
	<i>Caraterização:</i>	Assegurada a eletrificação da linha do Douro, a eletrificação do troço da linha do Tâmega entre Livração e Amarante daria um contributo significativo à mobilidade intermunicipal, ligando dois dos concelhos mais populosos do Tâmega e Sousa.

Ação 5.4	<i>Designação:</i>	Requalificação / conclusão de portos fluviais
	<i>Promotores:</i>	CIM, câmaras municipais, IPTM, concessionárias
	<i>Caraterização:</i>	A inserção do Tâmega e Sousa no sistema fluvial do rio Douro gera condições para que a comunidade intermunicipal, nomeadamente o seu tecido empresarial, possa beneficiar dos investimentos feitos na navegabilidade do rio. A requalificação / conclusão dos portos de mercadorias de Alpendurada, Várzea e Torrão, no concelho do Marco de Canaveses, e da Sardoura, no concelho de Castelo de Paiva, seria um importante contributo nesse sentido. Destaca-se a sua importância para o transporte de mercadorias pesadas, nomeadamente para o granito extraído na região, que permitiria aliviar a pressão sobre a rede rodoviária e teria manifestas vantagens ambientais.

Ação 5.5	<i>Designação:</i>	Programa intermunicipal de vias rodoviárias estruturantes
	<i>Promotores:</i>	CIM, câmaras municipais, Estradas de Portugal
	<i>Caraterização:</i>	Ao contrário do que acontece noutras zonas do país, a comunidade do Tâmega e Sousa debate-se ainda com significativos problemas de mobilidade, decorrentes de insuficiências das infraestruturas rodoviárias. Estes problemas têm consequências muito negativas em termos de desenvolvimento económico e coesão social, particularmente nas zonas interiores da comunidade. Sem prejuízo de indicações mais precisas que resultem da conclusão da ação 5.1, o plano estratégico assume, desde já, a necessidade de corrigir as seguintes situações: • Construção do IC35, ligando Penafiel a Entre-os-Rios e Castelo de Paiva e de grande importância para concelhos limítrofes, como Cinfães e Marco de Canaveses, facilitando a sua ligação à rede de autoestradas; • Ligação entre Arco de Baulhe / A7 e Celorico de Basto, em variante à atual N210; • Ligações Baião – Ponte da Ermida e Bigorne – Resende, melhorando a mobilidade dois dos concelhos mais isolados da comunidade e conferindo-lhes uma localização central nas ligações entre a área metropolitana do Porto e o concelho de Viseu, graças à articulação entre a A4 e a A24; • Ligação Cinfães – Marco de Canaveses, através do Carrapatelo, de forma a reforçar as ligações do primeiro destes concelhos ao núcleo da comunidade intermunicipal e, daí, a outras áreas da Região Norte; • Ligação de Pedorido, no concelho de Castelo de Paiva, à A32, em variante à N222.

Ação 5.6	<i>Designação:</i>	Programa de requalificação e manutenção da rede viária intracomunitária
	<i>Promotores:</i>	CIM, câmaras municipais, Estradas de Portugal
	<i>Caraterização:</i>	Os problemas de mobilidade entre os concelhos da comunidade e as suas ligações com o resto do país, que serão objeto da ação 5.5, não podem fazer esquecer as debilidades existentes, por todo o Tâmega e Sousa, nas ligações entre as sedes municipais e as restantes freguesias, e entre estas últimas. Estas debilidades são um obstáculo para o acesso dos cidadãos aos serviços, frequentemente só disponíveis na sede do concelho, para a deslocação dos turistas aos pontos de interesse, para a mobilidade geográfica dos trabalhadores e para a circulação de mercadorias, implicando tempos de transporte acrescidos e consequentes custos económicos e ambientais. Esta ação estará centrada na requalificação e manutenção das redes viárias intramunicipais e intermunicipais mas abrangerá, onde se revelem estritamente indispensáveis, trabalhos localizados de construção destinados à correção de constrangimentos estruturais à circulação de pessoas e mercadorias.

7.5.3. Oferta de transportes

Ação 5.7	<i>Designação:</i>	Dinamização da oferta de transportes públicos de passageiros
	<i>Promotores:</i>	CIM, municípios, operadores privados
	<i>Caraterização:</i>	O transporte público de passageiros, no Tâmega e Sousa, para lá da muito escassa oferta ferroviária, consiste essencialmente em serviços privados de autocarros interurbanos, sem coordenação entre si. A escassez da oferta disponível constitui um obstáculo à mobilidade das pessoas e um incentivo ao uso de transporte automóvel individual, com as inerentes consequências em termos ambientais e de pressão sobre as vias. Esta ação visa promover a articulação e o reforço da oferta de transporte público de passageiros, contribuindo para a estruturação do sistema urbano. Nesse sentido, na sequência das orientações que resultem da ação 5.1, promover-se-á a valorização e requalificação de interfaces de transportes públicos que assumam natureza regional ou sub-regional.

Ação 5.8	<i>Designação:</i> Programa intermunicipal de transporte escolar
	<i>Promotores:</i> CIM, operadores privados
	<i>Caraterização:</i> O transporte escolar representa um mecanismo fundamental na no combate ao abandono e ao insucesso escolar, sendo assim um importante fator de inclusão e coesão social. Por este motivo, recebe grande atenção e representa um pesado encargo para os municípios. Pretende-se, com esta ação, promover uma abordagem concertada a esta área de intervenção que permita uma otimização de rotas e escalas de operação e viabilize condições de negociação mais favoráveis com os prestadores do serviço.

7.6. DEI.6 - Reforçar a inclusão social, a qualidade de vida e a coesão territorial

7.6.1. Promoção do emprego, do autoemprego e do microempreendedorismo

Ação 6.1	<i>Designação:</i>	Programa intermunicipal de estágios
	<i>Promotores:</i>	CIM, câmaras municipais
	<i>Caraterização:</i>	Para os jovens, a obtenção de uma primeira experiência profissional, independentemente da sua estabilidade, representa, muitas vezes, uma etapa fundamental para a sua integração no mercado de trabalho. Da mesma forma, para os desempregados de longa duração a obtenção de uma experiência que “certifique” que não perderam a sua capacidade de trabalho pode ser uma alavanca para a sua reintegração profissional. Neste sentido, promover-se-á um programa de estágios nas câmaras municipais e nas entidades delas dependentes, orientado para estas duas populações. Desenvolver-se-ão esforços para alargar a iniciativa a outro tipo de entidades, públicas e privadas, que estejam disponíveis para acolher estagiários.

Ação 6.2	<i>Designação:</i>	Programa intermunicipal de apoio ao microempreendedorismo e ao autoemprego
	<i>Promotores:</i>	CIM, CETS
	<i>Caraterização:</i>	Desenvolvimento de um conjunto articulado de iniciativas destinadas a promover o microempreendedorismo e o autoemprego, nomeadamente: • Criação de mecanismo de aconselhamento (articulado com a ação 3.7); • Ações de formação; • Isenção ou bonificação de taxas municipais aplicáveis e condições preferenciais no acesso a espaços municipais devolutos (lojas, etc.); • Celebração de protocolos com potenciais financiadores. O programa procurará especialmente promover a iniciativa em domínios prioritários do plano estratégico, como a coesão social (microempreendedorismo social) ou o turismo.

Ação 6.3	<i>Designação:</i>	Feira de emprego do Tâmega e Sousa
	<i>Promotores:</i>	CIM
	<i>Caraterização:</i>	Iniciativa a realizar periodicamente, visando facilitar a interação entre a oferta e procura de trabalho.

Ação 6.4	<i>Designação:</i>	Rede intermunicipal de apoio ao emprego
	<i>Promotores:</i>	CIM, câmaras municipais, IEFP
	<i>Caraterização:</i>	Análise e eventual reestruturação ou requalificação da rede de estruturas de apoio ao emprego no Tâmega e Sousa.

7.6.2. Ação social

Ação 6.5	<i>Designação:</i>	Carta social intermunicipal
	<i>Promotores:</i>	CIM, câmaras municipais, IEFP, IPSS
	<i>Caraterização:</i>	Elaboração da Carta Social Intermunicipal como documento enquadrador que garanta a coerência das intervenções nesta matéria, num contexto demográfico em transformação. Identificação de áreas prioritárias de intervenção. Promoção de uma lógica intermunicipal de partilha de serviços e informação, visando a aprendizagem, a obtenção de economias e a prevenção de situações de oportunismo. Definição de políticas tendentes à racionalização e qualificação das organizações.

Sem prejuízo dos resultados deste trabalho, identificam-se, desde já, as ações enunciadas nos quatro pontos seguintes.

Ação 6.6	<i>Designação:</i>	Programa intermunicipal no domínio da saúde mental
	<i>Promotores:</i>	CIM, estruturas do Ministério da Saúde, IPSS
	<i>Caraterização:</i>	Diagnóstico das necessidades e caraterização da oferta. Definição de plano de adequação da oferta, por ajustamento na oferta pública e celebração de protocolos com entidades particulares. Apoio à capacitação do sistema de atores e organizações.

Ação 6.7	<i>Designação:</i>	Programa intermunicipal no domínio das dependências
	<i>Promotores:</i>	CIM, SICAD, ARS, IPSS
	<i>Caraterização:</i>	Diagnóstico das necessidades e caraterização da oferta. Definição de plano de adequação da oferta. Criação de comunidades terapêuticas locais. Apoio à capacitação do sistema de atores e organizações.

Ação 6.8	<i>Designação:</i>	Rede intermunicipal de apoio ao idoso
	<i>Promotores:</i>	CIM, Segurança Social, IPSS
	<i>Caraterização:</i>	Definição de uma rede intermunicipal de centros de convívio, centros de noite e serviços de apoio ao domicílio, assegurando uma adequada cobertura do território. Apoio à capacitação das instituições participantes.

Ação 6.9	<i>Designação:</i>	Rede intermunicipal de apoio à vítima
	<i>Promotores:</i>	CIM, IPSS, autoridades judiciais e policiais
	<i>Caraterização:</i>	Definição de uma rede intermunicipal de apoio e acolhimento em situações de emergência, nomeadamente no domínio da violência doméstica. Apoio à capacitação das instituições participantes.

7.6.3. Educação e desporto

Ação 6.10	<i>Designação:</i>	Carta educativa intermunicipal
	<i>Promotores:</i>	CIM, câmaras municipais, MEd
	<i>Caraterização:</i>	Elaboração da Carta Educativa Intermunicipal como documento enquadrador que garanta a coerência e racionalização das intervenções nesta matéria. Este documento deve ser objeto de revisões periódicas. Caracterização de oferta e procura e respetivas tendências de evolução. Propostas de ajustamento à oferta educativa regional, nomeadamente na perspetiva da oferta de modalidades de dupla certificação em articulação com o tecido empresarial. Definição de necessidades de investimento/racionalização de capacidade e de oportunidades de colaboração/especialização em face das tendências identificadas. Detecção de necessidades de requalificação de equipamentos.

Sem prejuízo de outras indicações que venham a resultar deste trabalho, desde já, se apresentam as seguintes propostas de ação.

Ação 6.11	<i>Designação:</i>	Programa intermunicipal de promoção da conclusão do ensino secundário e transição para o ensino superior
	<i>Promotores:</i>	CIM, câmaras municipais, MEd
	<i>Caraterização:</i>	Depois do progresso já conseguido no ensino básico, que é preciso consolidar, é agora necessário um combate determinado ao insucesso e abandono escolar no ensino secundário e de promoção da frequência do ensino superior.

	Pretende-se, por isso, implementar um programa de ação assente, nomeadamente, nos seguintes pilares: • Reforçar a ação social escolar; • Melhorar a acessibilidade à escola (ver ação 5.8); • Reforçar a oferta de percursos escolares de dupla certificação, em articulação com a oferta de emprego regional; • Reforçar os serviços de orientação vocacional, utilizando soluções de nível intermunicipal; • Programa de comunicação de valorização do ensino superior; • Avaliação da viabilidade e implementação de soluções de apoio financeiro à frequência do ensino superior.
Ação 6.12	<i>Designação:</i> Programa intermunicipal de qualificação da população ativa
	<i>Promotores:</i> CIM, câmaras municipais, ANQEP, IIEFP
	<i>Caraterização:</i> A população ativa do Tâmega e Sousa apresenta níveis de escolarização bastante baixos. Importa, por isso, promover iniciativas que possam permitir uma recuperação, pelo menos parcial, do défice existente nesta matéria. Nesse sentido, pretende-se reforçar a divulgação e encaminhamento de adultos para as várias modalidades disponíveis para o efeito, nomeadamente, a formação modular, os cursos de educação e formação de adultos e os processos de reconhecimento, validação e certificação de competências.
Ação 6.13	<i>Designação:</i> Carta desportiva intermunicipal
	<i>Promotores:</i> CIM, câmaras municipais
	<i>Caraterização:</i> Elaboração da Carta Desportiva Intermunicipal como documento enquadrador que garanta a coerência das intervenções nesta matéria. Caracterização da rede de equipamentos e da sua utilização. Definição de necessidades de investimento/ajustamento de capacidade em face da evolução previsível da população. Identificação de necessidades de requalificação.

Ação 6.14	<i>Designação:</i>	Programa de reabilitação e manutenção de equipamentos escolares e desportivos
	<i>Promotores:</i>	CIM, câmaras municipais
	<i>Caraterização:</i>	Na sequência da elaboração das cartas intermunicipais, em matéria de educação e desporto, definir-se-á um programa de intervenção para a reabilitação e manutenção de equipamentos. O programa será devidamente articulado com o programa intermunicipal para a eficiência energética nos edifícios e equipamentos municipais (ação 2.6).

7.6.4. Qualificação do espaço público

Ação 6.15	<i>Designação:</i>	Programa para a regeneração urbana no Tâmega e Sousa
	<i>Promotores:</i>	Câmaras municipais
	<i>Caraterização:</i>	A inclusão do tema da regeneração urbana e da qualificação do espaço público no plano estratégico é determinada, em primeiro lugar, pelo propósito de reforçar a qualidade de vida dos habitantes do Tâmega e Sousa e por preocupações de inclusão social, uma vez que a sua necessidade está, em muitos casos, associada a situações que a degradação do edificado é acompanhada por fenómenos de pobreza e envelhecimento das populações. A concretização de operações de regeneração urbana tem, no entanto, implicações que atravessam transversalmente o plano estratégico. Desde logo, as intervenções a efetuar serão orientadas pela orientação para a excelência ambiental, com preocupações relacionadas com a melhoria dos serviços ambientais (nomeadamente, redes de abastecimento de água e saneamento) e com a eficiência energética que são temas do DEI.2. Depois, estas intervenções reforçarão o atrativo turístico das localidades, com implicações no DEI.4. A requalificação de bairros sociais será uma das prioridades em matéria de regeneração urbana.

Ação 6.16	<i>Designação:</i>	Planos municipais e locais de acessibilidades
	<i>Promotores:</i>	Câmaras municipais
	<i>Caraterização:</i>	Pretende-se generalizar a elaboração de planos municipais e locais de acessibilidades, com o conseqüente reordenamento do espaço público, visando, nomeadamente, promover a inclusão social dos cidadãos com necessidades especiais, através da eliminação dos obstáculos à sua mobilidade.

7.6.5. Outras iniciativas

Ação 6.17	<i>Designação:</i> Política intermunicipal de igualdade
	<i>Promotores:</i> CIM, câmaras municipais
	<i>Caraterização:</i> Adoção de planos municipais de igualdade em todos os municípios, depois de um trabalho de coordenação e identificação de boas práticas ao nível do Tâmega e Sousa.

8. Modelo de governação e indicadores

Este capítulo final explicita o modelo de governação a implementar no Tâmega e Sousa para promover a concretização do Plano Estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal e o sistema de indicadores de resultado que permitirá monitorizar a evolução da situação regional.

Como foi reiteradamente repetido ao longo deste documento, embora a elaboração deste Plano Estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal do Tâmega e Sousa tenha sido motivada pela preparação para o período de programação dos fundos comunitários 2014-2020, o documento tem uma ambição mais abrangente, não se cingindo a iniciativas que sejam financiáveis junto dessas fontes e propondo um rumo para o território para um prazo alargado de 15 anos. Este capítulo final segue a mesma lógica. O modelo de governação de que aqui se fala é aquele que se pretende implementar no Tâmega e Sousa para viabilizar a concretização do Plano Estratégico, não o modelo de governação de algum mecanismo de financiamento específico. Particularmente, não se propõem aqui os detalhes precisos do modelo de governação a adotar no contexto do Investimento Territorial Integrado ou dos Desenvolvimentos Locais de Base Comunitária que se virão futuramente a propor. Esses estarão sujeitos ao modelo geral de governação do território aqui apresentado mas terão especificidades que serão devidamente tratadas aquando das respetivas candidaturas. Da mesma forma, o sistema de indicadores apresentado na segunda parte do capítulo visa monitorizar os resultados do Plano Estratégico, não de alguma das iniciativas específicas a desenvolver no seu âmbito.

8.1. Modelo de governação

O modelo de governação proposto para o Tâmega e Sousa baseia-se no propósito, já anteriormente enunciado, nomeadamente na apresentação do domínio estratégico de intervenção n.º 1, de explorar o potencial do intermunicipalismo.

Os municípios são os pilares fundamentais da governação do Tâmega e Sousa e assim continuará a acontecer no âmbito do modelo agora proposto. Não poderia, aliás, ser de outro modo em face do enquadramento jurídico-institucional vigente, traduzido nomeadamente na lei n.º 75/2013. Desde logo, pela amplitude temática das suas atribuições, que cobrem grande parte dos domínios fundamentais da vida social, e pela extensão das suas competências materiais. Depois, porque só eles têm uma presença efetiva no território, através da sua rede de serviços e equipamentos, que permita garantir a necessária proximidade às populações. Finalmente, porque é ao nível municipal que se encontram os mecanismos fundamentais para garantir a legitimação democrática das opções tomadas relativamente ao futuro coletivo do Tâmega e Sousa. A tudo isto acresce, evidentemente, a enraizada tradição do municipalismo português: no Tâmega e Sousa, como na generalidade do território continental português, as populações têm um vínculo identitário com os seus concelhos que não têm com nenhuma

outra realidade institucional de escala infranacional e veem na câmara municipal o primeiro interlocutor para a defesa dos seus interesses.

O intermunicipalismo surge, neste contexto, como uma alavanca para reforçar a capacidade de atuação dos municípios, ultrapassando constrangimentos com que atualmente se debatem, não como um modelo alternativo que vise substituí-los ou minorar a sua relevância. Como se afirmou anteriormente neste documento: “A governação do Tâmega e Sousa debate-se com um conjunto de constrangimentos (...). Desde logo, apesar dos esforços que têm vindo a ser feitos, as principais instâncias de governação, as câmaras municipais, apresentam carências ao nível da qualificação dos seus serviços e dos seus sistemas de informação, problemas que são, aliás, comuns em toda a Região Norte. Depois, a escala do município não é, muitas vezes, a mais adequada à resolução dos problemas existentes, sendo que a relativamente recente criação da Comunidade Intermunicipal não permitiu ainda uma plena exploração das potencialidades deste instrumento. Finalmente, o Tâmega e Sousa é particularmente atingido pelas ineficiências que resultam da proliferação de diferentes lógicas de organização territorial da administração pública e das próprias instituições privadas.” O modelo de governação proposto visa minorar, e se possível, ultrapassar estes constrangimentos, reforçando a capacidade de intervenção dos municípios na promoção do desenvolvimento concelhio.

Relativamente ao último destes aspetos, a ação 1.1 do PEDI afirma o seguinte: “A sobreposição de modelos inconsistentes de organização territorial da administração e de organização da sociedade civil é um problema recorrentemente diagnosticado no Tâmega e Sousa e um obstáculo a uma governação coerente deste território. A CIM e as câmaras municipais promoverão a progressiva uniformização dos modelos de organização territorial dos serviços e entidades de si diretamente dependentes. Em simultâneo, defenderão a mesma solução junto da administração pública e das entidades da sociedade civil, no que às respetivas esferas de atuação respeite. Este esforço será norteado pela preocupação de encontrar as soluções que melhor valorizem as competências técnicas e institucionais dos organismos e entidades que atuam no território da comunidade, nomeadamente as associações de municípios e os grupos de ação local.”

Esta ação começará a ser concretizada a muito curto prazo, no âmbito do procedimento em curso para a pré-qualificação de entidades para a gestão de DLBC. Coexistem atualmente, no território do Tâmega e Sousa, 5 grupos de ação local, 4 dos quais estendem a sua área de atuação para fora da NUT III. Embora a solução final careça ainda de consensualização com os parceiros da sociedade civil, os municípios do Tâmega e Sousa assumem, desde já, o propósito de promover uma reconfiguração dos GAL, rurais e urbanos, reduzindo o seu número para não mais de três e conformando os seus territórios de intervenção com a área geográfica da NUT III. Pretende-se, desta forma, dotar os GAL de uma escala apropriada para que, dentro da especificidade dos seus objetivos, possam ser agentes fundamentais na concretização do PEDI. Este deve, de facto, ser o documento estruturante das iniciativas tendentes ao desenvolvimento da sub-região.

Os mesmos princípios guiarão a intervenção dos municípios do Tâmega e Sousa relativamente aos restantes mecanismos e programas que venham a estar disponíveis para apoio ao desenvolvimento territorial e local, nomeadamente programas de apoio a estratégias de eficiência coletiva do tipo “PROVERE”: os municípios privilegiarão abordagens a essas iniciativas que assegurem o seu enquadramento na estratégia global

de desenvolvimento da sub-região consubstanciada no PEDI e, nesse sentido, pretendem que seja a comunidade intermunicipal a liderar esses processos.

Ainda no mesmo sentido, dentro da sua capacidade de intervenção, os municípios procurarão promover a racionalização do tecido institucional do Tâmega e Sousa e a progressiva harmonização dos territórios de atuação das diversas instituições em que participam com a escala geográfica da comunidade. Quanto às entidades da administração pública ou que emanam exclusivamente da sociedade civil, os municípios, através da sua comunidade intermunicipal, defenderão e procurarão promover a mesma lógica, não dispondo, no entanto, da possibilidade de a impor unilateralmente.

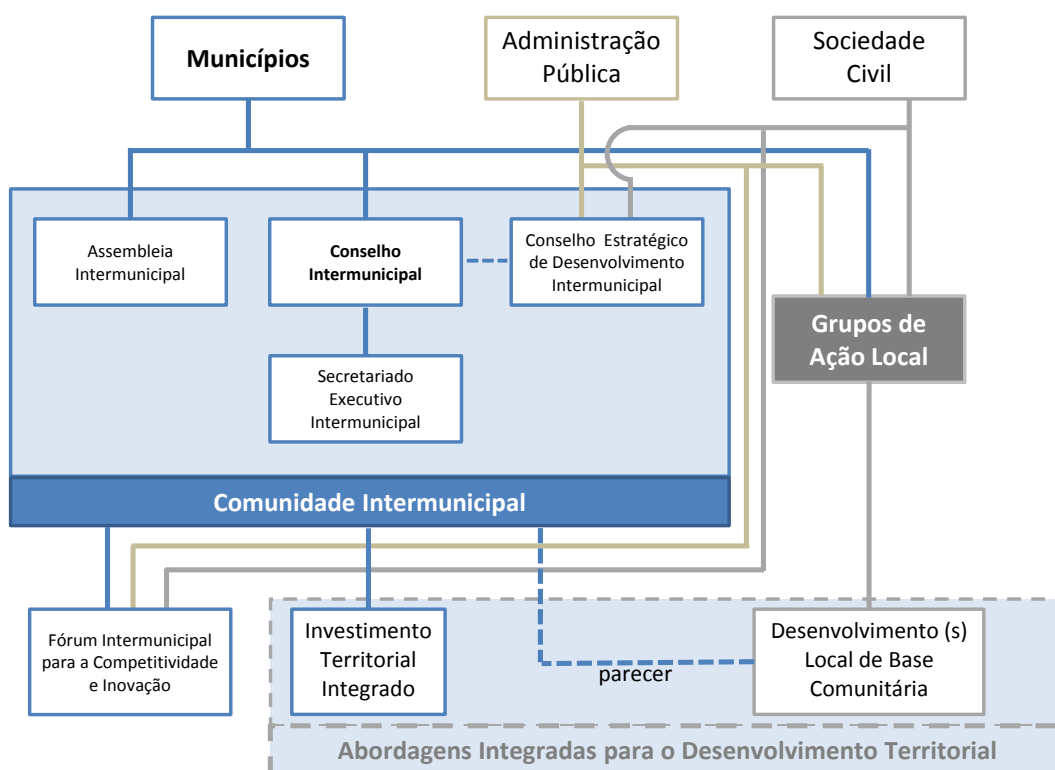
Quanto ao problema da inadequação da escala municipal para resolver muitos dos problemas mais relevantes da população do Tâmega e Sousa, será atacado reforçando o papel da Comunidade Intermunicipal como plataforma fundamental de concertação estratégica e operacional entre os municípios, com as necessárias implicações em termos da sua estrutura e meios. Nesta matéria, afirmou-se ao apresentar o domínio estratégico de intervenção n.º 1: “Sempre que possível, as iniciativas devem ser pensadas de forma integrada para o conjunto do Tâmega e Sousa, mesmo que, dependendo das circunstâncias, a sua implementação no terreno tenha de ser feita à escala municipal.” A assunção de novas responsabilidades pela CIM exigirá o reforço dos recursos humanos e materiais ao seu dispor. Nesse sentido, o plano de ação prevê a criação de diversas estruturas internas a que se alude adiante.

Quanto ao primeiro dos constrangimentos atrás mencionados, relativo às qualificações das estruturas municipais, o plano de ação prevê igualmente uma abordagem intermunicipal, uma vez que a escala da CIM permite ganhos de eficiência na montagem de programas de qualificação dos agentes da administração municipal (ação 1.5) e de dinamização da administração pública eletrónica (ação 1.6).

O Gráfico 8.1 ilustra, de forma esquemática, o modelo de governação que será implementado no Tâmega e Sousa.

Os municípios serão, como referido, o pilar fundamental do modelo de governação enquanto a sua comunidade intermunicipal será a plataforma fundamental de concertação operacional e estratégica. O conselho intermunicipal, constituído pelos presidentes das câmaras municipais, é o órgão deliberativo fundamental da comunidade, cabendo-lhe, nos termos da lei, nomeadamente a iniciativa quanto ao seu plano de ação e orçamento, a aprovação de planos, programas e projetos de investimento e desenvolvimento de interesse intermunicipal e a propositura do secretariado executivo. No âmbito da comunidade intermunicipal, os municípios estão também diretamente representados por membros das suas assembleias municipais na assembleia intermunicipal, a quem cabe nomeadamente aprovar as propostas de plano de ação e orçamento e eleger o secretariado intermunicipal. O secretariado executivo é, como a designação indica, o órgão executivo que dirige os serviços intermunicipais, tendo também a incumbência de preparar a proposta de plano de ação e orçamento, bem como outros documentos, a submeter ao conselho.

Gráfico 8.1 – Modelo de governação para o Tâmega e Sousa

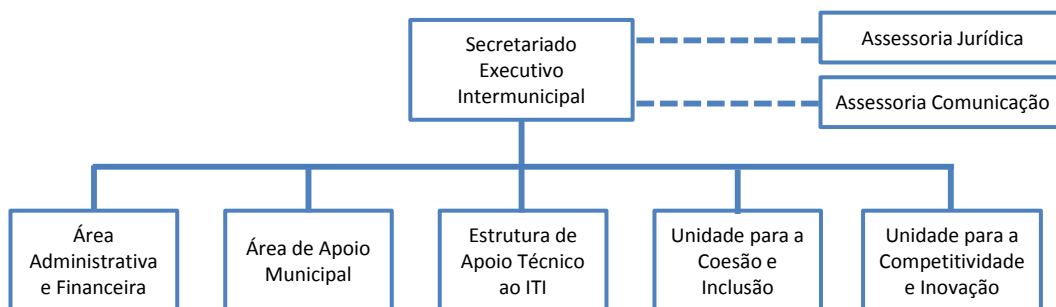


No âmbito da preparação e da implementação do plano estratégico, será dinamizado o conselho estratégico de desenvolvimento intermunicipal (CEDI), um órgão previsto na lei n.º 75/2013 mas que só agora será operacionalizado. Este será, como previsto na legislação, um órgão de natureza consultiva dos restantes órgãos da comunidade intermunicipal. Relativamente à governação do PEDI, caber-lhe-á, nos termos do Acordo de Parceria, a importante função de assessorar o Conselho Intermunicipal relativamente à articulação estratégica entre as diferentes abordagens integradas de desenvolvimento territorial. As funções consultivas do CEDI serão também de grande importância no acompanhamento da implementação do PEDI e dos programas e projetos de investimento e desenvolvimento que o concretizem. Os pareceres e recomendações do CEDI serão submetidos à apreciação do conselho intermunicipal.

Em matéria de utilização dos fundos estruturais, a CIM assumirá responsabilidades específicas, cabendo-lhe a preparação do Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial, a concretizar através do mecanismo do Investimento Territorial Integrado (ITI). A preparação do ITI está em curso, sob a coordenação direta do primeiro-secretário, com o apoio de consultores externos, reportando ao Conselho.

A implementação do ITI exigirá, no entanto, a criação de uma estrutura dedicada, conforme ilustrado no Gráfico 8.2. A estrutura de apoio técnico ao ITI assegurará o cumprimento das funções que venham a ser contratualizadas com as Autoridades de Gestão. Terá um coordenador técnico específico e pretende-se que compreenda duas equipas, a primeira encarregada nomeadamente da gestão do sistema de candidaturas e aprovação de projetos e a outra do acompanhamento e controlo da sua execução física e financeira. Naturalmente, a composição específica desta estrutura só será definida uma vez que estejam clarificadas as responsabilidades que a contratualização lhe atribuirá.

Gráfico 8.2 – Esquema organizativo da equipa técnica da CIM Tâmega e Sousa



A implementação do PEDI implicará também a dinamização de outras estruturas internas da CIM. A concretização do plano de ação no domínio estratégico de intervenção 1, correspondente à modernização e reorganização da governação do território, implicará o reforço da área de apoio municipal. Aqui se enquadrarão, nomeadamente, as iniciativas previstas em termos de compras e serviços partilhados, de apoio à capacitação da administração municipal, de apoio aos municípios no domínio da energia, bem como o observatório do Tâmega e Sousa (ações 1.2, 1.3, 1.4 e 2.5 do PEDI). O observatório terá a incumbência de monitorizar permanentemente a situação do território, recolhendo, sistematizando e analisando a informação necessária à formulação e acompanhamento de políticas. Estará, nomeadamente, a seu cargo a recolha do sistema de indicadores de resultado do plano estratégico, apresentado no ponto seguinte deste relatório, e exercerá a mesma função em relação a outros sistemas de indicadores que a CIM tenha necessidade de preparar, nomeadamente no âmbito de programas de desenvolvimento territorial específicos. Periodicamente, o observatório promoverá exercícios mais aprofundados de avaliação da implementação do PEDI, com características de estudo de impacto, visando identificar as relações causais entre as iniciativas promovidas e a evolução da situação regional.

Para corresponder ao previsto nos domínios de intervenção 3 (competitividade e inovação) prevê-se a criação de uma unidade interna dedicada. Esta deverá, nomeadamente, assumir um papel dinamizador da utilização dos fundos estruturais no Tâmega e Sousa (ação 3.2). Muitas vezes, no passado, as entidades e empresas do Tâmega e Sousa não aproveitaram plenamente as oportunidades existentes nessa matéria por falta de informação ou por sentirem dificuldades perante a complexidade processual inerente. Pretende-se evitar que assim aconteça de novo no Portugal 2020, dotando a CIM da capacidade para divulgar as oportunidades existentes e incentivar a sua utilização. Também no importante domínio da coesão e inclusão (domínio estratégico de intervenção n.º 6 do PEDI) se prevê a criação de uma unidade de serviço específica.

Naturalmente, a estas estruturas agora identificadas, poderão vir a juntar-se outras que os municípios entendam necessárias à medida que se aprofunde a lógica de trabalho intermunicipal. No entanto, repete-se que o propósito essencial do modelo de governação proposto é garantir a concertação estratégica e operacional entre os onze municípios: assegurada que esteja essa concertação, a execução das decisões tomadas continuará a ser assegurada primordialmente pelas estruturas municipais, no respeito das suas competências legais e do princípio da subsidiariedade.

O ITI será um instrumento fundamental para a concretização deste plano estratégico, dentro do âmbito temático que para ele está previsto. É, contudo, apenas uma resposta parcial às necessidades identificadas no PEDI que é mais abrangente. O mecanismo do Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC) será um outro instrumento a

mobilizar para concretizar o PEDI. Este instrumento tem uma vocação mais específica, visando responder a problemas relacionados com a pobreza e o desemprego através da dinamização económica local e da inovação social. O recurso a DLBC é da iniciativa de grupos de ação local (GAL): os GAL reúnem os municípios e a sociedade civil para promover estratégias de desenvolvimento local e de diversificação e competitividade da economia de base rural. Como se referiu anteriormente, para efeito do Portugal 2020, os municípios do Tâmega e Sousa promoverão uma reconfiguração do atual elenco de GAL, para os dotar de uma escala de atuação mais adequada e para garantir o alinhamento dos seus territórios com à área da NUT III. Pretende-se desta forma, sem prejuízo das especificidades inerentes à sua especialização geográfica e temática, que os GAL, suportados nos DLBC, assumam estratégias de desenvolvimento local congruentes com o PEDI e com o ITI dinamizado diretamente pela CIM, devendo o CEDI ser o fórum em que se promove essa articulação.

O Plano Estratégico do Tâmega e Sousa tem, no entanto, uma ambição que extravasa as iniciativas que podem ser promovidas no âmbito de ITI e DLBC. Apesar da importância que estas assumem, o desenvolvimento do Tâmega e Sousa não corresponderá às expectativas da sua população se a sub-região não for capaz de uma evolução significativa em termos de competitividade e inovação. Trata-se de domínios, naturalmente, em que a possibilidade de intervenção direta da CIM e dos municípios é limitada, sendo os principais protagonistas as empresas e o sistema científico e tecnológico. Daqui não decorre, no entanto, que aqueles se devam alhear destas matérias: CIM e municípios podem criar condições que facilitem e estimulem a atividade das empresas e do sistema científico e tecnológico. Aliás, dada a debilidade da situação de partida, é indispensável que o façam. No entanto, é necessário garantir que essas iniciativas correspondam às efetivas necessidades do mundo empresarial e científico, não correspondendo a um mero exercício de voluntarismo sem destinatário. Por isso, o PEDI prevê, na sua ação 3.1, a criação de um Fórum Intermunicipal para a Competitividade e Inovação que se pretende que seja o espaço fundamental de diálogo e concertação entre a administração local do Tâmega e Sousa e as empresas e entidades mais relevantes nesta matéria. Esse diálogo será uma condição necessária para a concretização das iniciativas previstas no domínio estratégico n.º 3 do PEDI e para a identificação de outras que a elas se venham acrescentar.

Em síntese, o modelo de governação proposto para o Tâmega e Sousa e para o seu plano estratégico de desenvolvimento intermunicipal assenta nos seguintes elementos essenciais:

1. O Conselho Intermunicipal é o órgão decisório fundamental na definição das orientações políticas de desenvolvimento para o território, cabendo-lhe nomeadamente a aprovação do PEDI, dos programas e projetos destinados à sua concretização e dos ajustamentos que, a cada momento, considere necessários;
2. Ao Secretariado Executivo e restantes estruturas executivas da CIM cabe a operacionalização das decisões do Conselho Intermunicipal; entre estas estruturas, destaca-se, neste contexto, a estrutura de apoio técnico ao ITI, fundamental para garantir que a CIM reúne as condições para a contratualização do ITI;
3. O Conselho Estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal é o fórum para a discussão e articulação das opções estratégicas entre municípios, administração pública e sociedade civil, garantindo a congruência das diversas abordagens ao desenvolvimento territorial; depois de lançado o PEDI, o CEDI deverá proceder

- anualmente à análise da sua implementação, emitindo as recomendações que considere adequadas para apreciação pelo Conselho Intermunicipal;
4. O Observatório do Tâmega e Sousa efetuará a monitorização da situação do território e da implementação do PEDI, recorrendo nomeadamente ao sistema de indicadores de resultado descrito adiante, fornecendo às restantes estruturas da CIM informação indispensável à execução das suas atribuições; de três em três anos, ou por decisão do Conselho, o Observatório deve promover um exercício mais aprofundando, com características de estudo de impacto;
 5. Os GAL promoverão estratégias de desenvolvimento local, ao abrigo de DLBC, que se enquadrem no Plano Estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal;
 6. O Fórum Intermunicipal para a Competitividade e Inovação assegurará o espaço de diálogo e concertação entre a administração local, o tecido empresarial e o sistema científico e tecnológico.

Os modelos de governação específicos dos instrumentos que venham a ser mobilizados para a concretização do PEDI, nomeadamente o ITI e os DLBC, serão definidos nas respetivas candidaturas mas, na medida que tal seja compatível com o seu enquadramento regulamentar, deverão enquadrar-se e partilhar a lógica do modelo de governação do território aqui apresentado. Nomeadamente, deverão ser objeto de articulação com o PEDI no âmbito do CEDI e a respetiva monitorização deve ser compatibilizada com a monitorização da situação sub-regional realizada pela Observatório.

8.2. Indicadores de resultado

O Observatório do Tâmega e Sousa terá a seu cargo o acompanhamento permanente da situação da sub-regional, devendo disponibilizar às restantes estruturas da CIM a informação de suporte que permita monitorizar a implementação do plano estratégico de desenvolvimento intermunicipal e os seus efeitos. Um elemento central nessa atividade será o painel de indicadores de resultado do Plano Estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal.

Salienta-se que se trata de indicadores de resultado relativos ao PEDI, no seu conjunto. Cada um dos projetos, ou conjuntos de projetos, a concretizar terá as suas métricas específicas em termos de monitorização, traduzidas em indicadores de realização e de resultado específicos. Esses serão apresentados no quadro das respetivas candidaturas. Os indicadores de resultado aqui propostos visam permitir acompanhar a implementação deste Plano Estratégico, procurando determinar em que medida a evolução da situação sub-regional é congruente com os objetivos nele formulados. Inevitavelmente, dada a amplitude temática do PEDI e a multiplicidade de forças que afetam a evolução da situação sub-regional sobre que pretende atuar, estes indicadores são apenas um elemento parcelar para a sua avaliação. A medida em que a evolução dos indicadores se deve ao programa em análise só pode ser estabelecida conclusivamente mediante estudos de impacto.⁴² Como já se referiu anteriormente, é intenção da CIM do Tâmega e Sousa que o Observatório promova periodicamente estudos dessa natureza.

⁴² A este propósito, ver, nomeadamente, Comissão Europeia – DG Regio, 2014, Guidance Document on Monitoring and Evaluation – European regional development fund and cohesion fund – Concepts and Recommendations (http://ec.europa.eu/regional_policy/sources/docoffic/2014/working/wd_2014_en.pdf).

O Observatório terá também a incumbência de encontrar as melhores soluções para ultrapassar o défice de informação estatística com que se confrontam os responsáveis pela gestão do território e que constitui o maior obstáculo à definição do painel de indicadores aqui apresentado. De facto, o sistema estatístico nacional não colige muita da informação que importaria acompanhar ao nível de NUT III, ou mais desagregado, limitando seriamente as possibilidades de monitorização do PEDI. Nomeadamente, não estão disponíveis às escala sub-regional os indicadores que permitiriam avaliar o cumprimento das metas que, no Acordo de Parceria, Portugal assumiu no quadro da estratégia Europa 2020. Acresce que muito da informação disponibilizada pelo sistema estatístico se encontra ainda agregada geograficamente ao nível da sub-região Tâmega, de acordo com a classificação NUT de 2002, que não coincide com as atuais fronteiras da Comunidade Intermunicipal, o que dificulta particularmente a definição dos valores base dos indicadores. O painel de indicadores apresentado deverá, portanto, ser melhorado em função do trabalho a desenvolver pelo Observatório, devendo a versão aqui apresentada ser encarada como uma base de trabalho.

O sistema de indicadores proposto parte da visão adotada para o território:

Tâmega e Sousa 2030

Um território ambientalmente exemplar, uma economia dinâmica, uma comunidade coesa.

O sistema está estruturado em torno dos três grandes objetivos que esta visão propõe à comunidade: a exemplaridade ambiental, o dinamismo económico e a coesão. Para cada um destes objetivos, define-se um conjunto de dez indicadores a monitorizar, apresenta-se o seu nível atual e propõem-se metas para vários horizontes temporais. Dadas as já referidas limitações do sistema estatístico, os indicadores previstos no painel enquadram-se em três situações, relativamente ao seu valor base: quando possível, apresentam-se indicadores correspondentes à atual composição da CIM Tâmega e Sousa, calculados a partir dos indicadores municipais subjacentes; noutros casos, apresentam-se médias simples dos indicadores dos municípios que constituem a CIM, por não ter sido possível reconstruir o valor que resultaria da devida ponderação de cada município; finalmente, quando não foi possível utilizar nenhuma das soluções anteriores, apresenta-se como valor base o correspondente à sub-região Tâmega da classificação NUT III de 2002, apesar da desconformidade com as fronteiras da CIM. Estas situações estão devidamente identificadas nas tabelas apresentadas.

8.2.1. Um território ambientalmente exemplar

Tabela 8.1 – Indicadores de resultado em matéria ambiental

Indicadores	Valor de base	Metas		
		2017	2020	2030
Índice sintético de desenvolv. regional (qualidade ambiental) [#]	103 ⁽²⁰¹¹⁾	104	105	105
Aproveitamento de fontes de energia renováveis	9,1	15	25	40
Água segura (%) [*]	98,36	99,0	100,0	100,0
População servida por sistemas de abastecimento de água (%)	80 ⁽²⁰⁰⁹⁾	82	85	90
Pop. servida por estações de tratamento de águas residuais (%)	31 ⁽²⁰⁰⁹⁾	35	40	50
Pop. servida por sistemas de drenagem de águas residuais (%)	53 ⁽²⁰⁰⁹⁾	55	60	75
Recolha seletiva de resíduos urbanos (%) ^{&}	6,9	10	15	25
Resíduos urbanos valorizados (%) ^{&}	6,8	10	15	25
Taxa de superfície florestal ardida (%)	6,08	3	2	1
Superfície das áreas protegidas (%)	0	0	5	5

Notas: Salvo indicação em contrário, os valores base apresentados referem-se a 2013 e são médias simples dos valores dos municípios que integram o Tâmega e Sousa. ^{*} Indicador relativo à atual composição do Tâmega e Sousa. [#] Indicador relativo à sub-região Tâmega de acordo com a classificação NUT II de 2002.

8.2.2. Uma economia dinâmica

Tabela 8.2 – Indicadores de resultado em matéria de dinamismo económico

Indicadores	Valor de base	Metas		
		2017	2020	2030
Índice sintético de desenvolvimento regional (competitividade) [#]	88 ⁽²⁰¹¹⁾	89	91	95
Produtividade aparente do trabalho: % do valor regional [#]	76 ⁽²⁰¹¹⁾	77	80	90
PIB a preços correntes: % do valor regional [#]	10 ⁽²⁰¹²⁾	10	12	14
Proporção do VAB em ramos de atividade internacionalizáveis [#]	50,2 ⁽²⁰¹¹⁾	51	52	52
Exportações ^{&}	1,5x10 ⁹ €	1,8	2,1	3,4
Rendimento coletável de IRS: % do valor regional ^{&}	7,1 ⁽²⁰¹⁰⁾	7,3	8,0	10,0
Desemprego registado ^{&}	37 438	36 000	20 000	20 000
Nascimento de empresas [#]	4 943 ⁽²⁰¹²⁾	5 000	7 500	7 500
Dirigentes da exploração agrícola com menos de 55 anos (%) ^{&}	33 ⁽²⁰⁰⁹⁾	-	40	50
Dormidas (N.º) nos estabelecimentos hoteleiros ^{&}	59 000	70000	90000	150000

Notas: Salvo indicação em contrário, os valores base apresentados referem-se a 2013 e são médias simples dos valores dos municípios que integram o Tâmega e Sousa. ^{*} Indicador relativo à atual composição do Tâmega e Sousa. [#] Este indicador reporta-se à sub-região Tâmega de acordo com a classificação NUT II de 2002.

8.2.3. Uma comunidade coesa

Tabela 8.3 – Indicadores de resultado em matéria de coesão social e comunitária

Indicadores	Valor de base	Metas		
		2017	2020	2030
Índice sintético de desenvolvimento regional (coesão) [#]	84 ⁽²⁰¹¹⁾	86	89	95
% de compras municipais em sistema de compras partilhadas	0	5%	20%	35%
Poder de compra <i>per capita</i>	62 ⁽²⁰¹¹⁾	64	66	75
Ganho médio mensal: % da média regional	79 ⁽²⁰¹²⁾	81	83	90
Beneficiárias/os do rendim. social de inserção (% residentes) ^{&}	5,3 ⁽²⁰¹²⁾	5,0	4,0	2,5
Taxa de saída precoce do sistema de ensino [§]	37,9 ⁽²⁰¹¹⁾	-	20	10
Taxa de escolarização no ensino superior [#]	5,6	7	10	20
Taxa bruta de pré-escolarização (%)	90	92	95	99
Taxa de participação em cursos de dupla certificação nas modalidades do ensino secundário orientadas para jovens (%)	42	45	50	50
População empregada em profissões socialmente mais valorizadas (%) [§]	13 ⁽²⁰¹¹⁾	-	18	25

Notas: Salvo indicação em contrário, os valores base apresentados são médias simples dos valores dos municípios que integram o Tâmega e Sousa. [&] Indicador relativo à atual composição do Tâmega e Sousa. [#] Este indicador reporta-se à sub-região Tâmega de acordo com a classificação NUT II de 2002. [§] Indicador só disponível nos Censos.